

**ESPAÇOS ESCOLARES
REFLEXÕES SOBRE POBREZA
E DESIGUALDADE SOCIAL**

CÉLIA REGINA TEIXEIRA
FRANCYMARA ANTONINO N DE ASSIS
JOEL ARAÚJO QUEIROZ
JOSEVAL DOS REIS MIRANDA
MARIA VALDENICE RESENDE SOARES

VOLUME 2

**ESPAÇOS ESCOLARES:
REFLEXÕES SOBRE POBREZA E
DESIGUALDADE SOCIAL
(Volume II)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

Vice-Reitora BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA

EU Editora
UFPB EDITORA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA

Supervisão de Administração GEISA FABIANE FERREIRA CAVALCANTE

Supervisão de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR

Supervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

CONSELHO EDITORIAL

ADAILSON PEREIRA DE SOUZA (Ciências Agrárias)

ELIANA VASCONCELOS DA SILVA ESVAEL (Linguística, Letras e Artes)

FABIANA SENA DA SILVA (Interdisciplinar)

GISELE ROCHA CÔRTEZ (Ciências Sociais Aplicadas)

ILDA ANTONIETA SALATA TOSCANO (Ciências Exatas e da Terra)

LUANA RODRIGUES DE ALMEIDA (Ciências da Saúde)

MARIA DE LOURDES BARRETO GOMES (Engenharias)

MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB (Ciências Humanas)

MARIA REGINA VASCONCELOS. BARBOSA (Ciências Biológicas)

Célia Regina Teixeira
Francymara Antonino Nunes de Assis
Joel Araújo Queiroz
Joseval dos Reis Miranda
Maria Valdenice Soares
(Organizadores)

**ESPAÇOS ESCOLARES:
REFLEXÕES SOBRE POBREZA E
DESIGUALDADE SOCIAL
(VOLUME II)**

Editora UFPB
João Pessoa
2018

Direitos autorais 2018 – Editora UFPB

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

Projeto Gráfico	Editora UFPB
Editoração Eletrônica	Josué Santiago
Design da Capa	Ana Gabriella de Carvalho Albuquerque

Catálogo na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

E77	Espaços Escolares: reflexões sobre pobreza e desigualdade social / Organizadores: Célia Regina Teixeira ... [et al.]. João Pessoa: Editora UFPB, 2018. Recurso digital (6,5 Mb) Formato: ePDF Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader ISBN 978-85-237-1366-9 1. Educação - Desigualdade social. 2. Educação - Políticas públicas. 3. Educação indígena. I. Teixeira, Célia Regina. II. Título. UFPB/BC CDU: 37:316.34
-----	--

EDITORA UFPB Cidade Universitária, Campus I, Prédio da Editora Universitária, s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
<http://www.editora.ufpb.br>
E-mail: editora@ufpb.edu.br
Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à:



Livro financiado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio do Programa de Extensão Universitária PROEXT – MEC/SESu, edital 2016, Linha 12: Mulheres e relações de gênero.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 13

A ESCOLA E SEUS ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO DE POBREZA..... 15

ESCOLA PÚBLICA VERSUS POBREZA: RENDIMENTO ESCOLAR E FORMAÇÃO SOCIAL..... 16

ANA MARIA GOMES RIBEIRO
JOCELIO COUTINHO DE OLIVEIRA
JOSEVAL DOS REIS MIRANDA

DESAFIOS DA CRECHE DIANTE DA REALIDADE SOCIAL DO EDUCANDO: AUSÊNCIA DE ESTRUTURA FAMILIAR, POBREZA E A QUESTÃO DO BOLSA FAMÍLIA..... 32

ANALICE ALVES RODRIGUES
ANA ANGÉLICA MONTEIRO PEREIRA
JOEL ARAÚJO QUEIROZ

ANÁLISE SOBRE REFLEXOS DA POBREZA E VULNERABILIDADE NA COMUNIDADE ESCOLAR..... 43

ANA MARIA JORGE DE SOUZA CARNEIRO
ROSILENE SILVA DE MOURAES
FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS

CONVIVENDO COM A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO: UMA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL E A POSSIBILIDADE DE DIÁLOGO NA COMUNIDADE DO AREAL-PB..... 52

ANDERSON DUARTE DA SILVA
ADRIANA SANTOS DE LIMA
JOEL ARAÚJO QUEIROZ

**EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: AS
CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.... 63**

ANDREIA GALDINO DA SILVA
ROSILENE SILVA DE MOURAES
FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS

**VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA:
O SABER DO POVO POTIGUARA COMO
FERRAMENTA NA CONSTRUÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS 73**

CRIZELMA FERREIRA DA SILVA
ADRIANA SANTOS DE LIMA
JOEL ARAÚJO QUEIROZ

**POBREZA E CURRÍCULO UM DIÁLOGO POSSÍVEL?
A CONTRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO
ESPAÇO ESCOLAR 82**

DALNES CRISTINE DE FREITAS GONDIM
ADRIANA SANTOS DE LIMA
JOEL ARAÚJO QUEIROZ

**GESTÃO ESCOLAR: COMO SE RELACIONA COM A
POBREZA E COM AS POLÍTICAS SOCIAIS 90**

DAYANE RIBEIRO DA SILVA
ROSILENE SILVA DE MOURAES
FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS

**A POBREZA E A ESCOLA INTEGRAL DE
SOCIOEDUCAÇÃO: UM DESAFIO NA
RECONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO 99**

EDCLEIDE DE VASCONCELOS SILVA OLIVEIRA
KILMA CUNHA BARROS
CÉLIA REGINA TEIXEIRA

**UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A POBREZA E AS
DESIGUALDADES SOCIAIS NA ESCOLA FRANCISCO
PESSOA DE BRITO 105**

EDILANE BATISTA FERREIRA
ROSILENE SILVA DE MOURAES
FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS

**A ESCOLA NO CONTEXTO DA TRIÁDE EDUCAÇÃO,
POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL 117**

FERNANDA FIGUEIRÊDO DE CARVALHO BRITO
ROSILENE SILVA DE MOURAES
FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS

**REFLEXÃO SOBRE AS DESIGUALDADES
SOCIAIS E SITUAÇÕES DE POBREZA NAS
ESCOLAS PERIFÉRICAS 125**

JAYNNE COSTA DE LIMA
ANA ANGÉLICA MONTEIRO PEREIRA
JOEL ARAÚJO QUEIROZ

**O CURRÍCULO ESCOLAR: UM ESPAÇO
PARA REPENSAR A POBREZA E A
DESIGUALDADE SOCIAL 134**

JAILZA MARIA GOMES DA SILVA
ROSILENE SILVA DE MOURAES
FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS

**ESTRUTURA E INFRAESTRUTURA: ELEMENTOS
COADJUVANTES NA APRENDIZAGEM 146**

JOÃO BATISTA CONDADO DE MATOS
RAQUEL ARAÚJO DE OLIVEIRA
JOSEVAL DOS REIS MIRANDA

**A POBREZA, O PROGRAMA NOVO MAIS
EDUCAÇÃO: TRABALHOS EXECUTADOS
EM BAYEUX-PB..... 154**

JOSÉ FERNANDO RODRIGUES DE OLIVEIRA JÚNIOR
WAGNER MARREIRA FREIRE
CÉLIA REGINA TEIXEIRA

**ATLETISMO COM MATERIAIS RECICLÁVEIS: É POSSÍVEL
A PRÁTICA ESPORTIVA EM ESCOLAS INSERIDAS EM
SITUAÇÕES DE POBREZA?..... 164**

MARIA GERCICA MAGNA SILVA
MARIA DE FÁTIMA MACEDO DOS SANTOS
JOEL ARAÚJO QUEIROZ

**EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL:
ESPAÇOS E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO..... 173**

MARIA GORETE VICENTE DOS SANTOS
WELLINGTON PEDRO DA SILVA
FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS

**POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: AS BARREIRAS
ENCONTRADAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA
ESCOLA VALDEVINO RIBEIRO DA SILVA..... 181**

MARIA JOSÉ VITÓRIA DA SILVA
WELLINGTON PEDRO DA SILVA
FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS

**AS AÇÕES DO CRAS E SEUS IMPACTOS
FRENTE À POPULAÇÃO CARENTE DA
CIDADE DE JACARAÚ-PB 188**

MARCKLEIDE SILVA DE LIMA COSTA
MARCKLENE SILVA DE LIMA
JOSEVAL DOS REIS MIRANDA

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE ESCOLAR 195

MARIA ANA BARBOSA DA SILVA
JOCÉLIO COUTINHO DE OLIVEIRA
JOSEVAL DOS REIS MIRANDA

RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE EDUCACIONAL201

MÁRIO MATIAS MATACAJÁ FILHO
KILMA CUNHA BARROS
CÉLIA REGINA TEIXEIRA

A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES PREVENTIVAS ODONTOLÓGICAS NUM AMBIENTE ESCOLAR215

MARIA SUELY URQUIZA CAVALCANTE
ANOAN RODRIGUES DA SILVA
MARIA VALDENICE RESENDE SOARES

O CURRÍCULO DA ESCOLA DO CAMPO: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL225

MIZAELO DE OLIVEIRA NETO
ROSILENE SILVA DE MOURAES
FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS

REFLEXÕES SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA POBREZA NA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL VALDEVINO RIBEIRO/PB234

NOEL FERNANDES DA SILVA
WELLINGTON PEDRO DA SILVA
FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS

**A POBREZA E ADOLESCENTES EM MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA: O REFLEXO DA
EXCLUSÃO SOCIAL 243**

UÊGYLLA KEITILLY MAURICIO DA SILVA
KILMA CUNHA BARROS
CÉLIA REGINA TEIXEIRA

**IMPACTO DA EDUCAÇÃO NAS
DESIGUALDADES SOCIAIS 254**

RAFAELA ALVES DE SOUZA
KILMA CUNHA BARROS
CÉLIA REGINA TEIXEIRA

**NOTAS SOBRE A POBREZA E O ENSINO DE ARTE NA
SOCIOEDUCAÇÃO CIDADÃ INTEGRAL..... 268**

DOMINGOS SÁVIO FARIAS DE ALBUQUERQUE JÚNIOR
KILMA CUNHA BARROS
CÉLIA REGINA TEIXEIRA

**ADOLESCENTES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE:
O REFLEXO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS..... 285**

ULISSES FÉLIX BARBOSA
KILMA CUNHA BARROS
CÉLIA REGINA TEIXEIRA

**EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE UM PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO COMO MEIO DE TRANSFORMAÇÃO DA
REALIDADE SOCIAL 300**

VANGÉSSICA DE LIMA
WELLINGTON PEDRO DA SILVA
FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS

**INSERÇÃO DO ATENDIMENTO DE ALUNOS
BENEFICIÁRIOS DO BF NUMA ESCOLA DA REDE
MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA309**

WILDERLANE COSTA DE OLIVEIRA

ELIANA SHIRLEY DO NASCIMENTO LISBOA

CÉLIA REGINA TEIXEIRA

SOBRE OS ORGANIZADORES DOS LIVROS 320

APRESENTAÇÃO

O Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) sob Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar, na Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), expõem os resultados dos trabalhos de conclusão dos cursistas.

Para isso foram organizados três livros que apresentam o resultado final da implementação da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social da Universidade Federal da Paraíba, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação, *Campus IV*, unidade Mamanguape.

O projeto teve início efetivamente em novembro de 2017, e a sua conclusão em dezembro de 2018. Ao término teve duzentos e setenta e dois cursistas aprovados no Curso de Aperfeiçoamento. Os trabalhos desses cursistas foram organizados em dois livros.

Desses duzentos e setenta e três trabalhos foram selecionados os que dialogam na área das Narrativas, do Currículo, do Tempo, do Espaço e do Território, por serem os módulos selecionados para serem refletidos ao longo do Curso. A autoria de cada artigo é seguida pelo nome dos cursistas, do tutor e dos professores pesquisadores.

O primeiro volume, cujo título é **Narrativas Auto (biográficas): percursos formativos e resistências em contextos de pobreza e desigualdade social**, os professores pesquisadores analisam as produções dos cursistas e apresentam as concepções de pobreza e desigualdade social, suas marcas e mecanismos de superação registradas nas atividades executadas no curso. Também estão organizados os relatos das trajetórias de vida dos cursistas. Estes incidem sobre aspectos específicos da formação e prática educativa, em um determinado tempo e espaço históricos. Os

escritos, que assinalam a importância da compreensão dos atores sociais através da vida cotidiana, revelam as marcas da pobreza e da desigualdade social, bem como as estratégias de superação e resistência.

O segundo volume, nominado de **Espaços Escolares: reflexões sobre pobreza e desigualdade social**, aborda a questão da pobreza no âmbito das escolas públicas municipais e estaduais, a dimensão curricular e organização do trabalho pedagógico.

O terceiro volume, denominado **Espaços não Escolares: reflexões sobre pobreza e desigualdade social**, traz os trabalhos que versam sobre as questões da Pobreza e Desigualdade social nos espaços não escolares como Espaços de Assistência as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, Centro de Referências (CREAS); Centro de Referências e Assistência Social (CRAS) e Unidades de Saúde da Família (USF).

Célia Regina Teixeira

Coordenadora do Curso de Aperfeiçoamento
Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS)



A ESCOLA E SEUS ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO DE POBREZA

ESCOLA PÚBLICA *VERSUS* POBREZA: RENDIMENTO ESCOLAR E FORMAÇÃO SOCIAL

ANA MARIA GOMES RIBEIRO
amgs.aninha2010@hotmail.com

JOCELIO COUTINHO DE OLIVEIRA
jocelio@ccaef.ufpb.br

JOSEVAL DOS REIS MIRANDA
josevalmiranda@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca identificar as principais concepções e discussões acerca do papel da escola na luta e resistência aos limites sociais impostos pela pobreza. Como objetivos específicos, nesse percurso, objetiva-se, compreender as vivências de uma escola pública municipal de Jacaraú-PB e evidenciar os desafios, concepções e estratégias adotadas pelos sujeitos diante da necessidade de enfrentamento das nuances da pobreza no cotidiano escolar.

Como pressupostos metodológicos, optou-se por realizar um estudo de caso com entrevistas semiestruturadas que foram aplicadas a professores, gestores e alunos da escola. Nas entrevistas, os sujeitos conceituaram pobreza e educação, e puderam argumentar sobre a importância da escola como saída para os desafios que a desigualdade social impõe, entre outros apontamentos que consideramos relevantes.

Nesse percurso, este trabalho foi ancorado em Leite (sd) e Arroyo (sd), entre outros.

Tal pesquisa se justifica pelo fato de que não é raro, no contexto atual da educação brasileira, índices elevados de reprovação, de evasão ou desistência escolar, falta de interesse dos alunos, casos de rebeldia de alunos, números elevados de faltas sem justificativas, entre tantas outras ocorrências do gênero. Ter uma educação de qualidade e elogiada por todos parece ser uma realidade distante, em várias escolas públicas do país. Assim, é preciso compreender o que poderia estar por traz desses e de tantos outros desafios educacionais e que relação esses fatos tem com situações de pobreza, na comunidade onde as escolas estão inseridas.

Ao longo deste texto, apresentam-se pressupostos teóricos sobre o papel da escola na luta e resistência aos limites sociais impostos pela pobreza, faz-se um levantamento histórico sobre “o lugar da escola na comunidade”, situando a escola no território ao seu redor e mapeando as origens (residências) dos alunos atendidos pela instituição. Apresentam-se, ainda, informações gerais que caracterizam os sujeitos da escola campo pesquisada, além das discussões apontadas pelos sujeitos entrevistados. Tudo isso permitir uma discussão sobre a pobreza no cotidiano escolar e como lidar em esse desafio.

PAPEL DA ESCOLA NA LUTA E RESISTÊNCIA AOS LIMITES SOCIAIS IMPOSTOS PELA POBREZA

Não há como negar a existência da pobreza. Ela persiste e existe também dentro das escolas. Para a grande maioria, é mais fácil conceituar pobreza como sendo a ausência de recursos básicos para a qualidade de vida, um modo de vida ou consequência. No entanto, caracterizá-la como uma questão moral ou até mesmo ausência de valores seria o mesmo que responsabilizar os sujeitos que vivem nessa situação como sendo responsáveis por sua própria condição. Todavia, o que se sabe é que, há

muito tempo, a educação é pensada por uma minoria que detém o poder e determina como o sistema deve seguir.

Arroyo (sd) já tecia considerações sobre a concepção de pobreza, quando afirma que essa é uma postura comum na conceituação do tema. No entanto, o autor ainda chama a atenção sobre outras faces do conceito que se percebe quando se trata das relações entre a pobreza e o campo educacional, tendo em vista que os sujeitos pobres trazem para o contexto escolar mais do que carências materiais, trazem carências intelectuais e morais.

Esses e tantos outros conceitos de pobreza que nos são postos, são na maioria das vezes, por uma mídia manipuladora e detentora da atenção em massa de grande parte da população. Para Arroyo, (sd, p.35) “A imagem dos(as) pobres como ausentes de valores também é reforçada pela mídia, ao mostrar a pobreza associada à violência e a crimes como consumo e venda de drogas, furtos e roubos”. Isso porque para este autor, até em programas socioeducativos, há um intensão corretiva e moralizadora, dada a forte coersão que existente na sociedade brasileira.

É preciso compreender a pobreza como um fenômeno complexo que envolve fatores sociais, econômicos, políticos e históricos e que nem sempre o sujeito consegue superar sem a contribuição do Estado.

Dentro do campo pedagógico, a escola se destaca como espaço favorável para o desenvolvimento e superação das limitações impostas por cada condição social em que o indivíduo se insere. Ter acesso a uma educação de qualidade é direito garantido constitucionalmente. Conforme “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CONSTITUIÇÃO DE 1988, Artigo 205).

Neste contexto defender uma educação que se comprometa com a transformação social dos sujeitos, que se posicione diante das desigualdades sociais, reagindo, lutando e combatendo as injustiças é

emergente. Tudo isso, objetivando a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Para tanto, faz-se necessária que a própria educação oferecida aos estudantes seja repensada. Que as práticas sejam inclusivas, acolhedoras e amparadas no que concerne a cultura, às relações, a história e a identidade dos sujeitos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigor emerge no cenário educacional para referendar tudo aquilo que a Constituição já estabelece: “**Art. 2º** A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (LDBEN, nº 9.394/96).

Assim, é papel da escola promover uma educação de qualidade que busque meios de superar os limites impostos pela pobreza. Numa luta intensa, na utopia de aguçar novos horizontes e perspectivas, fortalecer o desenvolvimento social e profissional do indivíduo, a escola se destaca como espaço primordial para que os objetivos sejam alcançados e garantidos a todos os sujeitos.

O LUGAR DA ESCOLA NO TERRITÓRIO ESCOLAR: SITUANDO AS ORIGENS

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Anátide Paes Barreto está localizada na comunidade rural de Salvador Gomes de Baixo, município de Jacaraú/PB.



Figura 1 - Fachada da Escola Anatilde Paes Barreto. Foto do Arquivo Pessoal

Situando, historicamente, a comunidade na qual a escola se insere, temos como dados que a comunidade de Salvador Gomes de Baixo, antes se denominava Fazenda Salvador Gomes, de propriedade do Sr. Antônio Paes Barreto, conhecido como “Tourinho”. A propriedade fazia fronteira com os sítios Timbó, Várzea, Tarama, Pitanguinha e Salvador Gomes de Cima.

A localidade era uma grande fazenda com diversas famílias de trabalhadores que necessitavam de uma escola para seus filhos. Foi no ano de 1973 que funcionou a primeira sala de aula da fazenda, na casa da professora Ana Maria dos Anjos Silva, moradora do lugar. No ano seguinte, 1974 deu-se início à construção do prédio da escola, com o apoio da Prefeitura Municipal de Jacaraú, cujo prefeito constitucional era o Sr. Virgílio Ribeiro da Silva, na época.

O nome Anatilde Paes Barreto foi uma homenagem à filha do fazendeiro que havia falecido há pouco tempo, pois, o terreno havia sido doado pelo próprio Sr. Antônio. O prédio tinha apenas uma sala com uma varanda. Após o falecimento do Sr. Antônio, seu filho Luís Paes Barreto, assumiu a propriedade, mas preferiu vendê-la para a Usina AGICAN e tendo assim a participação da prefeitura construiu mais uma sala de aula, uma cozinha e dois banheiros. A Usina se responsabilizou também pelos trabalhadores, que preferiram receber pelos anos trabalhados e entrar como novos funcionários. A AGICAN não aceitou e os trabalhadores se organizaram procurando associações e sindicatos. Lutavam pelos direitos

trabalhistas, e conseguiram, o direito à terra como pagamento pelo tempo de serviço. Dessa forma, os trabalhadores tornaram-se proprietários das terras onde moravam, fazendo emergir a comunidade de Salvador Gomes de Baixo, de onde seus moradores são, em sua maioria, trabalhadores rurais e aposentados e suas crianças estudam na escola em questão.

Atualmente, a EMEIF Anatilde Paes Barreto tem um total de 160 alunos matriculados nas turmas de segundo ao sétimo ano do ensino fundamental. Há ainda, duas turmas da Educação de Jovens e Adultos, pertencentes, respectivamente, aos ciclos 1, 2 e 3, formadas por pais de alunos da própria escola.

Ao analisarmos as características sociais e econômicas dos alunos que a escola Anatilde Paes Barreto atende, percebe-se que os alunos são de classe econômica popular, a grande maioria filhos de agricultores e/ou cortadores de cana-de-açúcar. Uma grande parcela não reside com os pais, são muitas vezes criados por seus avós.

Esses alunos são oriundos de três comunidades no entorno da escola, sendo elas, a própria comunidade de Salvador Gomes de Baixo onde a escola está inserida e as comunidades de Várzeas e Assentamento Novo Salvador. Em comum, essas comunidades apresentam, em sua história de origem, processos de luta e resistência na conquista de seus territórios e direitos.

A comunidade de Várzea segue até hoje marcada pela exclusão social. Suas casas ainda são feitas de taipa, não há água encanada, saneamento básico e a comunidade está localizada num território pequeno e muito distante da zona urbana da cidade/município a qual pertence. Quando chega o período das chuvas a comunidade fica praticamente isolada, suas estradas ficam alagadas e o acesso é muito complicado. Isso acaba interferindo na frequência escolar dos alunos, residentes nesta localidade. O trabalho na região ainda é voltado para a agricultura e/ou corte de cana-de-açúcar. Alguns fazendeiros que moram próximos à comunidade centralizam o poder e garantem mão-de-obra de todo o

restante da população, inclusive, de crianças e adolescentes que optam pelo trabalho na tentativa de ajudar na renda familiar, segundo relatos.

Situando, historicamente, a comunidade de Novo Salvador, é possível perceber marcas ainda mais fortes da resistência às desigualdades sociais e luta pela terra. Trata-se de uma comunidade de Assentamento Rural, cuja história já marca exatos 20 anos. Novo Salvador marca uma das primeiras ocupações de terra do vale do Mamanguape. Datada de 13 de julho de 1997 a ocupação nas terras da antiga Usina AGICAN contou com um total de 200 famílias, todas vindas de regiões diferentes. Houve ordem de despejo, confrontos com intervenção policial, mas a comunidade resistiu, já que, após três meses, as famílias ganharam o direito a viver na e da terra.

Atualmente a comunidade de Novo Salvador conta com 98 famílias assentadas, vivendo em agrovila. A comunidade foi se reorganizando socialmente e conquistando cada vez mais seu espaço e respeito entre as comunidades vizinhas, que durante muito tempo enxergou e tratou Novo Salvador com preconceito.

Todos esses processos históricos de conquista pelo próprio território caracterizam as relações sociais das comunidades envolvidas. Há uma presença marcante de líderes sociais dentro das comunidades e as decisões ao desenvolvimento de todos sempre são tomadas em grupo. No entanto, percebe-se que ainda há uma relação conflituosa de poder e subordinação, na qual, o poder aquisitivo de uma minoria interfere no desenvolvimento social dos demais.

A escola, dentro desse cenário, apresenta-se como recurso capaz de desenvolver as relações sociais, pessoais e emocionais destes sujeitos. Não se trata de uma tarefa fácil, vai além da alfabetização e letramento, é a escola sendo responsabilizada pela garantia do futuro social de seus alunos. Assim sendo, é fundamental uma educação contextualizada e eficiente, que desperte nos alunos o senso crítico, como cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

A POBREZA NO COTIDIANO DA ESCOLA: COMO LIDAR COM ESSES DESAFIOS?

Lidar com os desafios da pobreza é tarefa difícil. Conviver com suas marcas no cotidiano escolar é ainda pior. Garantida constitucionalmente, a educação é direito de todos e ofertada em todo o país. No entanto, a história de grande parte dos brasileiros ainda é marcada pela desigualdade na oferta e pela falta de qualidade do ensino, bem como, pelo fracasso da garantia de acesso escolar. Isso ocorre porque o Estado não tem conseguido garantir a permanência do aluno na escola, permitindo a existência de um sistema excludente e a precariedade que marca alunos e instituições.

Buscando compreender a relação entre pobreza e fracasso escolar, bem como o papel da escola diante da necessidade de enfrentamento a situações de vulnerabilidade social de educandos, esta pesquisa ocupase da realização de um estudo de caso realizado na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Anátide Paes Barreto, localizada na comunidade rural de Salvador Gomes de Baixo, município de Jacaraú. Trata-se de um estudo de caso realizado com objetivos exploratórios e abordagem. As entrevistas e outras atividades de observação aconteceram com a colaboração de funcionários do estabelecimento, em sua maioria, professores. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados a observação (participante) e entrevistas semi-estruturadas.

Participaram das entrevistas de oito professores (identificados pelas letras A, B, C, D, E, F e G), além da gestão escolar. Foram questionados sobre conceito de pobreza, desigualdade social, marcas da pobreza dentro das salas de aula, as relações entre os sujeitos que formam a escola e sobre a existência de programas e projetos sociais voltados para a erradicação da pobreza e superação de seus desafios na região.

Os entrevistados trouxeram concepções pertinentes quando foram indagados sobre como conceituar a Pobreza.

Situação em que as pessoas se encontram e na qual não dispõem de condições para sobreviver dignamente, em se tratando principalmente de questões financeiras (Professora A).

Defino pobreza como sendo a falta de condições para garantir sua sobrevivência com a mínima qualidade de vida (Professor B).

[...] falta de condições mínimas do que é essencial para a sobrevivência e para uma vida com qualidade (Professora C).

A qualidade de vida é citada por todos os professores entrevistados, como sendo essencial ao desenvolvimento humano. No campo pedagógico essa questão se apresenta como alicerce da garantia do trabalho em sala de aula. Não há como frequentar escola sem dispor das condições básicas a sobrevivência, sem ter alimento, moradia, saúde, transporte ou até mesmo vestimentas.

Pobreza é um estado que um ser humano está que possibilita ele ter pouco valor aquisitivo e condições precárias para viver em sociedade. A pobreza na vida do ser humano faz com que ele tenha um baixo índice de escolaridade, pouco acesso aos serviços básicos de saúde, não tenha acesso a cultura entre outros aspectos que não possa garantir uma boa qualidade de vida (Professor D.)

A pobreza é a falta daquilo que é necessário para sobrevivência e uma boa qualidade de vida, ou seja, não possuir o mínimo necessário para viver, que pode ser em alimentos, vestuário entre outros (Professora E).

A pobreza, é uma condição de vida que aparece quando as pessoas carecem dos recursos necessários para sa-

tisfazer as suas necessidades básicas. Esta condição são carências alimentares, assistência sanitária, educação e moradia. Pobreza referência às pessoas que não têm o necessário para viver dignamente e que são humildes. Porém, existem diversas situações que levam as pessoas serem pobres; a falta de trabalho para se manter e como também as pessoas que são pobres de espírito, ou seja, tem condições necessárias, mas não tem humildade no seu coração pelo próximo (Professor F.)

Os entrevistados apresentaram inúmeros desafios impostos pela pobreza e desigualdade social dentro do contexto escolar ao serem questionados sobre como a pobreza e a desigualdade social podem interferir dentro do contexto escolar.

O aluno que está inserido na pobreza, ele terá seu rendimento escolar afetado, decorrente de vários fatores como, não tendo condições de comprar o material necessário para estudar, como também muitas vezes não tem sequer o que comer em casa, e vem para a escola, que provavelmente é o único lugar que ele terá. E com isso, vem a questão da higiene. Então, dessa forma esses alunos ficam impossibilitados de aprenderem alguma coisa, o problema no material a própria escola tenta sanar, dar um lápis, uma folha, enfim, mas em se tratando de comida já é mais complicado, pois o que se tem destinado é o lanche às 09h00min e até lá são duas horas, e digo mais, nessas duas horas não se aprende com fome (Professora A).

[...] os alunos que não possui as condições básicas para sua garantir sua sobrevivência com qualidade de vida e dignidade, costumam ser alunos incapazes de participar de modo igualitário na comunidade escolar e consequentemente influenciando no processo de aprendizagem, pois a pobreza limita o acesso desses alunos ao

conhecimento e acaba por desmotivá-lo, sendo assim esse aluno procura desenvolver alguma atividade que complemente a renda familiar se caracterizando como a evasão escolar (Professor B).

A escola enquanto uma organização social é afetada positiva ou negativamente por tudo o que ocorre na sociedade na qual esteja inserida, sendo assim, se a instituição de ensino está inserida numa comunidade onde há vulnerabilidade social, seus alunos apresentarão maiores dificuldades de aprendizagem, além de que possivelmente haverá um grande número de desistentes e falta de materiais didáticos. É de conhecimento de todos que uma criança mal alimentada apresentará rendimentos inferiores aos de uma outra criança que possui devidamente todas as refeições. Se as condições para uma boa aprendizagem não são favoráveis, dificilmente esta será efetivada (Professora C).

Nas respostas, ficou claro que ações da escola devem partir das experiências considerando o aluno sujeito de sua própria aprendizagem. Na condição de não saber lidar com a diversidade, neste caso, com as marcas da pobreza especificamente, muitas vezes procura-se culpar alguém ou algo por um fracasso seguido da participação de muitos fatores.

Os entrevistados foram questionados se em alguma situação vivida na escola já perceberam marcas da pobreza ou desigualdade social.

Enquanto professora do 2º ano do fundamental I, eu presencio alguns dos meus alunos reclamando frequentemente de dor no estômago, e em seguida da frase: “Professora, eu to com fome”. Os quais eu percebo que esperam ansiosos pela hora do recreio, do lanche. E como disse na questão anterior é na escola que muitas vezes eles têm o que comer. Outra situação diz respeito à higiene, alguns alunos reclamam que não quer fazer tarefa com o colega por que ele tem piolho, e muitas ve-

zes acabam por fazerem o colega se sentir mal e retraído (Professora A).

A escola acaba se responsabilizando até mesmo por suprir as necessidades básicas da alimentação diária. Tratam-se de crianças pequenas que saem de casa para a escola muito cedo, por utilizarem o ônibus escolar, e assim, a grande maioria não faz a primeira refeição do dia antes de iniciar as aulas.

O Professor C trouxe uma outra questão interessante. Ao ser questionado também sobre possíveis situações ocorridas dentro do contexto escolar, ele relata que,

No pouco tempo que estou lecionando na escola, posso destacar dois fatos que me chamam a atenção, o primeiro deles onde podemos perceber as marcas de pobreza ou desigualdade social são nas roupas e calçados dos alunos, pois em quanto alguns alunos utilizam roupas e calçados melhores, outros utilizam roupas e calçados gastos e em alguns casos posso perceber que o calçado é maior que o número do aluno, o segundo fato é o forte cheiro de fumaça de alguns alunos. Acredito que seja pelo fato da família utilizar lenha para cozinhar, enquanto isso em outros alunos já podemos sentir o cheiro de produtos como creme para os cabelos ou perfume (Professor B).

Uma questão pertinente trazida no discurso do professor B é o cheiro de fumaça presente nos alunos. Por tratar-se de comunidades carentes, nas quais as famílias apresentam renda mensal baixa, o consumo de gás de cozinha ainda é pouco. O alto preço do gás não está dentro da realidade de gastos mensais de muitas famílias. Assim, a queima de madeiras para o cozimento dos alimentos ainda é uma prática fortemente realizada nesta região.

Isso acarreta uma outra questão preocupante, cada vez mais as crianças participam dessa tarefa diária. Os alunos relatam que “ir pergar lenha” é tarefa comum em suas rotinas e que se faz necessário para ajudar suas mães nos afazeres domésticos. Os destinos mais comuns são as matas próximas às comunidades e áreas desmatadas para a prática da agricultura.

A professora C diz que percebe traços da pobreza quando, em datas comemorativas, muitos alunos gostariam de participar das atividades culturais realizadas na escola, mas por seus pais não terem condições de ajudar, por exemplo, na compra de alguma vestimenta necessária, acabam se isolando e dizem que não querem participar ou mesmo que não gostam.

Para o professor D o maior desafio já vivido dentro do contexto escolar está relacionado à [...] evasão escolar, na ausência da família, na falta de interesses dos alunos pelos estudos e alunos que apresentam pouca perspectiva em relação ao seu futuro.

Os professores entrevistados também foram questionados sobre quais ações a escola vem desenvolvendo na tentativa de amenizar os desafios impostos pela pobreza e desigualdade social. Dentre as respostas, destaca-se,

Sim, nós estamos com um programa que nos dá um bom suporte. O NOVO MAIS EDUCAÇÃO (escola integral) vem do governo federal com parceria com o governo municipal. Esse programa nos dá enquanto gestão escolar de ficamos o dia com os alunos, auxiliando na aprendizagem deles, os mesmos fazem refeições na escola tudo isso vai se criando um fortalecimento no alunado e eles garantindo o seu direito de aprender e saber conviver em sociedade. Sim, temos ações dentro da comunidade com um grupo de percussão criativa ao qual os alunos fazem oficinas no contra turno, porém em apenas em uma comunidade que temo esse tipo de ação (Professor F).

O Programa Novo Mais Educação foi implantado recentemente pelo governo federal com recursos do FNDE e tem como objetivo preparar o país para a implantação de uma educação em tempo integral. Da mesma forma, que busca superar os baixos índices de aprovação e resultados das avaliações de larga escala, principalmente, nos campos linguísticos e matemáticos. Além desta contribuição na formação e rendimento escolar dos alunos, o PNME também vem contribuindo com a garantia de uma boa alimentação, as principais refeições diárias servidas na escola. Uma vez que o aluno passa o dia todo na escola é mais fácil assegurar que este aluno está tendo uma boa alimentação para o rendimento escolar.

O professor D, já traz uma preocupação mais individual, a de acolher o aluno em situação de pobreza.

Como professor procuro sempre tratar todos da mesma forma sem distinção, também trabalho com algumas atividades em dupla para que os alunos possam se aproximar mais e conseqüentemente desenvolver a capacidade de trabalho em grupo. De forma geral, os alunos que são mais vulneráveis costumam ter mais dificuldades na sala de aula por isso procuro envolver esse aluno na aula para ele não se sinta excluído (Professor D).

Numa perspectiva da inclusão, a preocupação do professor entrevistado é de garantir que este aluno, que já lidam diariamente com os desafios e limitações da vida na pobreza, encontre na escola subsídios, apoio, segurança e estabilidade suficiente para a conquista de melhores condições de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar se se concretizar nas camadas sociais sempre foi um desafio para a educação, no Brasil. O modo como ela foi pensada no país, talvez,

seja o primeiro grande desafio de seu sucesso. Uma educação imposta, trazida por portugueses que negaram, negligenciaram e subordinaram toda uma população que já existia no lugar. Uma educação descontextualizada que não considerou as especificidades culturais de um país rico e amplo como o que vivemos.

Ao longo do tempo, a escola seguiu sendo pensada como mecanismo de controlar, manipular e homogeneizar toda uma sociedade. Porque, assim, parecia ser mais fácil manter o controle, pela minoria que costuma deter o poder. No entanto, a diversidade se faz cada vez mais presente em todos os espaços sociais, e lidar com ela é fundamental.

Garantida constitucionalmente, a educação é direito de todos, e, como tal, deve ser assegurada e ofertada em boas qualidades. O que se percebe é que lidar com esta diversidade dentro do contexto escolar não é tarefa fácil e exige um grande esforço do educador.

Na escola campo desta pesquisa, percebeu-se que o maior desafio está atrelado ao desenvolvimento de consciências dos alunos que vivem em situação de pobreza para que se percebam como sujeitos de direitos e capazes de conquistar espaço social como qualquer outro cidadão de classe mais favorecida. É necessário trabalhar a motivação, fortalecer as relações, instiga-los a superar suas limitações e garantir o acesso a uma boa educação.

Ficou claro que o problema maior, no que concerne às políticas públicas, sobretudo o Programa Social em questão, não se encontra na política em si, mas na forma como a mesma é posta em prática. As instituições mantenedoras desses programas são falhas em garantir a eficiência e acompanhamento destas ações. Ao se tratar do Bolsa Família, por exemplo, seria muito mais eficiente verificar e acompanhar o rendimento escolar do aluno, ao invés de apenas cobrar-lhe frequência.

Toda essa contradição nas ações envolvendo as políticas dos Programas Sociais resultam na desvalorização do espaço escolar como alternativa para formação humana, social e profissional. E, assim, dados

de evasão e reprovação assustam os índices da educação brasileira, caracterizando-a como de má qualidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Pobreza, desigualdades e educação**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Brasília/DF, s.d.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola: Espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Brasília/DF, s.d.

DESAFIOS DA CRECHE DIANTE DA REALIDADE SOCIAL DO EDUCANDO: AUSÊNCIA DE ESTRUTURA FAMILIAR, POBREZA E A QUESTÃO DO BOLSA FAMÍLIA

ANALICE ALVES RODRIGUES
analicealvesrodrigues@hotmail.com

ANA ANGÉLICA MONTEIRO PEREIRA
angelica23psicologa@gmail.com

JOEL ARAÚJO QUEIROZ
joel.queiroz@ccae.ufpb.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado durante o período de conclusão do *Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, tendo como base os estudos realizados durante todo o período do referido curso. As observações foram realizadas na Creche Menino Jesus (nome fictício), localizada no Centro da cidade de Mamanguape-PB. O procedimento para coleta de dados ocorreu por meio de aplicação de questionário a uma professora da educação infantil, especificamente que atua no Maternal, responsável por crianças com faixa etária de 02 a 04 anos de idade. O encontro com a professora foi gravado e aconteceu na residência da entrevistada, pelo fato de considerarmos a creche um lugar com barulho intenso e pela própria dinâmica de trabalho da professora.

Dessa forma, foram abordados temas sobre a prática pedagógica do professor, diante de questões de pobreza e desigualdade social, tendo como base questões formuladas durante o curso de aperfeiçoamento e disponibilizados na plataforma MOODLE PEX 2017.

Por meio desse escrito proponho uma reflexão de como a educação trazida pelas crianças é considerada pela escola, especificamente pelo profissional de educação, frente as questões da pobreza e da desigualdade social presentes no cotidiano escolar. Usamos como marcos legais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e autores norteadores como Freire (1996), Santo (2006), Arroyo (2014) e Garcia (2017).

A pesquisa, do ponto de vista formativo, resultou-se de muita valia, propiciando-me a ampliação da visão em torno de famílias desestruturadas e em situações de pobreza, e sobretudo da importância dos programas de assistência nesses cenários sociais difíceis, como o Programa Bolsa Família. As crianças trazem bastante reflexos que acontecem no âmbito familiar. No decorrer do trabalho, apresento alguns relatos feitos pela professora entrevistada que refletem como as crianças da creche são percebidas, retratando também suas condições de vida fora da sala de aula e as influências que afetam diretamente a rotina da escola.

A CRECHE COMO O PRIMEIRO ESPAÇO ESCOLAR DE RESISTÊNCIA A POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A creche funciona em turno integral, onde as mães trabalhadoras podem deixar seus filhos pequenos. É muito importante que o município comporte uma creche para a população da cidade, pois nela oferece a oportunidade para as mães trabalharem, oferecendo apoio para as crianças. Segundo determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96, em seu artigo Nº 29, “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral

da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Na mesma lei, no seu Artigo Nº 30, encontramos que as crianças de zero a seis anos têm direito a vagas na Educação Infantil, sendo oferecidas, em sentido não obrigatório, em creches, para crianças até os três anos. Diante disso, é necessário discutir como se dá a educação nesses espaços e quais são os desafios para efetivação da ação docente, já que a escola desempenha além do papel educativo, também social.

Segundo Agostini e Vendramini (2017):

[...] para compreender a infância na escola, seja no campo ou na cidade, é necessário compreender como vivem e o que fazem as crianças e os adolescentes em seus respectivos contextos de vida. Entendemos que não há infância, juventude ou adolescência fora do contexto em que se vive. Ou seja, a forma de ser criança, jovem ou adolescente é expressão da produção da vida em determinados contextos sociais, econômicos, culturais. E, nesse sentido, o trabalho é parte da forma objetiva de ser criança e adolescente no campo e na cidade (AGOSTINI, VENDRAMINI, *et al.*, 2017, p.133)

Mas então, quem são os indivíduos que frequentam a creche? Segundo a professora, são crianças que vêm de famílias desestruturadas, carentes, que moram em abrigos, e outras que estão lá por que os pais não querem cuidar. Esses fatores acabam prejudicando o ensino e aprendizagem dessas crianças e todo o fazer profissional que ocorre nesse espaço, como o papel de cuidar, educar e trabalhar os conteúdos curriculares da escola.

Reis (2017) afirma que:

[...] a condição de pobreza não é apenas objetiva, caracterizada pelo não acesso à renda, não acesso aos direitos, não acesso a serviços sociais e não acesso ao trabalho. É também subjetiva, construída socialmente com o senti-

do que a sociedade lhe atribui a partir da compreensão de suas causas. (2017, p.175).

A realidade de vida das crianças da creche que pudemos perceber através do olhar da professora entrevistada, implica no relacionamento da escola e a comunidade, que segundo a professora é uma das maiores dificuldades a serem desempenhadas por ambos. Os principais problemas enfrentados pela professora, segundo ela, é lidar com os pais, pois muitas crianças chegam maltratadas de casa, “jogadas” na creche como se fossem “um nada”; as vezes até esquecem da criança na escola. A professora ainda acrescenta, o único interesse das mães é de se “livrar da criança”. Tem algumas mães que não trabalham, mas não se preocupam com a educação do seu filho, e esperam que a professora assuma toda a responsabilidade de educar. A família, por outro lado, é a representação mais poderosa na influência e desenvolvimento da personalidade e formação de consciência da criança *“É preciso, ao menos, tentar estabelecer uma coerência entre os valores trazidos pela escola e aqueles que a criança aprende em casa”* (SANTOS, 2002, p.92).

Outro ponto importante que pudemos observar através de nossa entrevista com a professora foi com relação as condições de saúde das crianças que chegam à creche. Segundo relato da professora, é frequente crianças com doenças e remédios a serem administrados, fazendo com que a escola seja um único “alicerce” para aquela criança, pois não está sendo acompanhada pelos pais, e sim pelos professores. Em análise dessa situação precária de saúde e condições de vida, é notório a falta de recursos que possibilitam uma vida digna e justa, *“A produção da desigualdade é endêmica no sistema capitalista, portanto, as condições de vida, trabalho, escolarização, cultura, sociabilidade da classe trabalhadora são precárias e empobrecidas, tanto no campo como na cidade”* (AGOSTINI, VENDRAMINI, *et al.*, 2017, p.146).

Segundo a fala da professora, as crianças entendem a escola como uma outra casa, um lugar as vezes diferente da sua realidade, um lugar

melhor do que fora dos muros da escola. Nesse sentido, a escola oferece um ambiente mais seguro, mais agradável, sem conflitos familiares à criança. É a partir dessa perspectiva, que a escola tem que agir fazendo intervenção na realidade do educando. Segundo Freire (2017):

Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela. É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem *estuda*, seja físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso está no mundo de luvas nas mãos *constatando* apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para isenção, que implica *decisão, escolha, intervenção* na realidade (FREIRE, 2017, p.76).

Outro ponto durante a entrevista que me despertou atenção, foi a resposta da professora, quando foi indagada sobre como são contemplados os conhecimentos trazidos pelas crianças. Segundo o relato da professora, a única educação trazida pelas crianças são os maus hábitos, chamando palavras maldosas com os demais coleguinhas da turma. Ela afirma que as crianças estão em fase de formação da personalidade, e que tenta guiar essas crianças a terem bons costumes e respeito. O comportamento das crianças é muitas vezes decorrência do convívio social, e nesse caso, familiar, fazendo com que a criança reproduza os mesmos hábitos de sua casa em outros espaços, como a escola. Como os alunos da respectiva sala tem em torno de 02 a 04 anos, diante das concepções de (SANTOS, p.26-27) sobre a concepção genética cognitiva da aprendizagem (J. Piaget), é na fase de quatro a sete anos do desenvolvimento que se inicia a capacidade do pensamento representativo, implicando no desenvolvimento da fala. Dessa forma, é evidente que a professora focaliza nas suas falas o comportamento

negativo em sala, pois em nenhum momento ela falou das vivências e experiências que possam ser trabalhados em benefício do ensino e aprendizado na escola, mas sim, como forma de moldar e repreender seus comportamentos. Não que os maus hábitos devam ser cultivados na escola, mas que haja uma reflexão mais ampla dos condicionantes que provocam essa situação no semanário educativo, como a cultura instalada no ambiente desfavorecido de diretos. Tendo em vista a escola com uma instituição de resistência a pobreza, e que a prática docente não esteja voltada para concepções moralizantes sobre a pobreza. Como fala Arroyo (2014) que a escola muitas vezes tem uma visão moralista sobre a pobreza que a simplifica e a restringe a hipotéticas carências de valores e costumes inadequadas de pessoas respectivamente pobres.

No entanto, durante o diálogo com a professora, pudemos questioná-la sobre as políticas públicas de assistência social. Abaixo segue a descrição de sua fala:

Influência muito, porque muitas famílias querem colocar as crianças na creche apenas para receber o benefício. Elas não têm intenção de colocar as crianças para aprender ou por que está precisando trabalhar, ou por que quer pensa no melhor para o seu filho, não! Muitas delas pensam em benéfico próprio, benefício delas. Muitas recebem bolsa família, mas vejo muitas crianças chegarem com a cabeça cheia de piolho, a pele cheia de sarna, então como esse dinheiro está favorecendo os alunos? Por que não está sendo utilizado devidamente, esse dinheiro da bolsa família está sendo utilizado para comprar celular, celular bom, melhor até que o celular da gente (professores), antena parabólica, reforma de casa, né??! E outras coisas mais..., Mas, com relação a uma melhor alimentação para criança, elas (as mães) não têm! Até porque eles se alimentam lá o dia todo, passam o dia todinho. Para mim, influência de forma negativa e positiva, negativa porque muitas mães não utilizam da forma

que é para ser. E positivamente, porque vejo que existem mães que se preocupam com o bem-estar e a aprendizagem do filho. Na minha concepção o governo federal está pagando as mães para deixar as crianças na escola, porque se não pagar algumas mães não deixam, aí que o interesse e a aprendizagem da criança, não importa, por que elas não estão nem aí. Então o interesse delas é de levar os filhos na escola para receber o dinheiro, porque elas sabem que se faltarem às aulas vai implicar no valor recebido, as vezes é até bloqueado (Professora entrevistada).

Diante do relato da professora sobre a contribuição das políticas de assistência social, especificamente o bolsa família, percebe-se que há uma interpretação relativa e insatisfatória da utilização desse benefício. Visto que a escola, recebe todas essas consequências da pobreza, em seu ambiente interno. É também cabível refletir sobre o envolvimento da família no processo educativo, diante disso “*As famílias que mais se dedicam às tarefas escolares dos filhos também estão mais propensas a terem uma visão do Bolsa Família no campo do direito e não na esfera apenas dos favores*” (ABREU, AQUINO, SOUZA, 2017, p.239). É fundamental compreender que o programa bolsa família é um direito, assim como os pais possuem o dever e o compromisso com a escola. Então eis a questão, as políticas públicas estão exercendo o papel efetivo na prática educativa?

Arruda e Andrade asseguram que:

Entretanto, somente a transferência de renda não é suficiente para as famílias superarem as condições de pobreza em que se encontram. Tornam-se necessárias outras ações conjuntas, sendo que as contrapartidas estão aliadas às tentativas de 3 O PBF foi criado através da Medida Provisória n. 132 de 20/10/2003 e instituído pela Lei n. 10.836/2004 (BRASIL, 2004). 45 Formação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (Vol. 4) garantir condições para a superação desta situação, já que a pobreza

é produzida e reproduzida no interior das relações sociais. Portanto, caracteriza-se não apenas pela ausência de renda, mas pela impossibilidade de usufruir de bens e serviços públicos, aliada à falta de acessos a espaços de participação e poder. (ARRUDA, ANDRADE, 2017, p.44)

Podemos então, cogitar que as políticas públicas auxiliam de forma significativa para superação da situação de pobreza, propiciando uma garantia dos direitos sociais para uma parcela da população que se encontra em conjuntura de vulnerabilidade social. A escola tem que exercer o papel de mediadora dos direitos humanos, precisa garantir o acesso, assegurando às crianças uma educação de qualidade. E possibilitando que suas ações possam ir além do muro da escola, fazendo com que a comunidade assuma a responsabilidade processo educativo, para que realmente todos assumam seu devido dever, assim como é ou deve ser uma sociedade democrática, onde o direito e o dever é de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade de vida que envolve as crianças da creche em muitos casos, é de extrema dificuldade e pobreza, onde a falta de estrutura familiar afeta diretamente a formação dos alunos, causando um retardo do processo de ensino-aprendizagem. O perfil das crianças no que diz respeito a família, é em muitos casos de crianças que não sabem quem são seus pais e que moram em abrigos, outros são criados pelas avós, que possuem pais presidiários e outros de mães trabalhadoras que não tem com quem deixar seus filhos e recorrem a creche como uma forma de apoio.

Não há dúvidas de que o envolvimento da família no processo de ensino-aprendizagem é de extrema importância, portanto, a educação não pode ser pensada de forma restrita à escola, cabendo mais a compreensão e a participação familiar no processo educativo da criança. A interação entre

a escola e família é constitucional e fundamental, já que o desenvolvimento de crianças não acontece de maneira isolada, mas sim nos distintos espaços que elas convivem. Porém, é notório (de acordo com a entrevista) que ainda muitas famílias não estão exercendo o devido papel no processo educativo, e apostando toda responsabilidade de educar para a escola.

Diante desse caso, os mais prejudicados são as próprias crianças, pois não tem o apoio da família para que futuramente possam conquistar seus objetivos, economicamente, socialmente e democraticamente, para que venham desempenhar um papel ativo, crítico e emancipatório. Percebemos que a professora luta contra as exterioridades provenientes da pobreza, entretanto, em muitas ocasiões deixa de lado a formação intelectual da criança e passa a desenvolver um papel de cuidadora.

Devemos considerar que as políticas públicas de assistência social, interfere de forma significativa na vida dessas famílias carentes, principalmente o PBF (Programa Bolsa Família), que é o programa que faz parceria com o processo educativo, pois assegura a permanência dos filhos na escola. Acredito que de acordo com as problemáticas apontadas durante a entrevista, a escola precisa planejar ações para conscientizar os pais, em pautar as questões de saúde e higiene pessoal das crianças, provocando assim, intervenções dentro e fora dos muros da escola, bem como a participação entre escola-família.

Por meio do presente trabalho, pude refletir de forma crítica sobre as diversas experiências de pobreza ou de extrema pobreza no ambiente escolar, sobre as individualidades de cada criança e sua história. Cada indivíduo que possui a oportunidade de ir à escola e levar com ele seu acervo familiar, econômico e social é de grande desafio para escola e educadoras, em receber tantos problemas e sistematizar maneiras de oferecer uma boa educação.

A realização desse trabalho proporcionou também um aprendizado significativo para minha carreira acadêmica, profissional e pessoal, de modo que pude ter um olhar mais sensível para a dura realidade das crianças e suas famílias, suas histórias de vida e o papel da educação, e

principalmente, a missão do professor. Aprimorei meus conhecimentos sobre a realidade triste e cruel que faz parte do nosso cotidiano. A pobreza está se tornando um ciclo viciante, com uma minoria de pessoas cada vez mais rica e a grande massa popular cada vez mais pobre, onde as desigualdades sociais aos olhos de muitos se tornam algo normal e raramente contestado.

Ao olhar o lado do aluno e do educador, fez me lembrar de quando eu estava estudando o ensino infantil, depois o ensino fundamental e médio, no qual não sabia o porquê que era tudo mais difícil para aquela pessoa que vive na pobreza, sabia que era por falta de dinheiro, mas não sabia o porquê que era tão difícil de se conseguir dinheiro, e para outras pessoas era mais fácil. Atualmente sou graduanda de pedagogia, e pela oportunidade de estar fazendo parte do curso de aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, aprendi a ser mais crítica, não só em criticar ou querer saber o porquê das coisas, mas pude conhecer o verdadeiro significado da busca pelo saber. Talvez nunca consiga chegar ao fim com uma resposta única e concreta, mas quero continuar buscando respostas, para que minha visão como pessoa e profissional da educação, venha a cada dia ser aprimorada.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel González. **Pobreza, desigualdades e educação**. Curso de Aperfeiçoamento, Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Disponível em <http://pex.uead.ufpb.br/course/view.php?id=697>. Acesso em 30 mar. 2018.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- FREIRE, Paulo, **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GARCIA, Aldir Valdemar. et al. **Formação em educação, pobreza e desigualdade social: propostas de intervenção em direitos humanos e cidadania**. 1ed, Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017. 4v, 335p.
- GARCIA, Aldir Valdemar et al. **Formação e pesquisa no âmbito da iniciativa educa-**

ção, pobreza e desigualdade. 1ed Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017. 3v, 372p.

GARCIA, Aldir Valdemar. *et al.* **Reflexões sobre a pobreza:** concepções, enfrentamentos e contradições. 1ed. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017. 1v, 295p.

GARCIA, Aldir Valdemar. *et al.* **Reflexões sobre a pobreza:** educação e assistência. 1ed. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017. 2v. 295p.

SANTO, Ruy Cezar. **Desafios na formação do Educador:** Retomando o Ato de Educar. Campinas, SP: Papirus.2002.

SANTOS, Carmen Sevilha. **Fundamentos Psicológicos da educação,** expresso acesso no link: http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/fundamentos_psicologicos_da_educacao_1360073485.pdf, acesso em 30 de abr. as 01:50 p.m.

VASCONCELLOS, karina de mendonça. **A representação social da família:** desvendando conteúdos e explorando processos, expresso acesso no link: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13272/1/2013_karinamendoncavasconcelos.pdf.

ANÁLISE SOBRE REFLEXOS DA POBREZA E VULNERABILIDADE NA COMUNIDADE ESCOLAR

ANA MARIA JORGE DE SOUZA CARNEIRO
anamariajcarneiro@hotmail.com

ROSILENE SILVA DE MOURAES
rosilene.mouraes@gmail.com

FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS
francym@terra.com.br

INTRODUÇÃO

A pobreza está associada à carência de elementos essenciais básicos, tais como saúde, educação, moradia, alimentação, segurança, renda e cidadania. Observa-se que esta é uma reflexão pertinente e que abre leques de discussões problematizando construções de conceitos sobre a temática. Esses conceitos não são delineados de forma única, mas merecem destaque quando persistem desigualdades entre indivíduos com características sociais similares, não sendo capazes de produzirem renda suficiente para ter acesso sustentável aos recursos básicos e condições de vida favorável. De acordo com Yasbek (2003), são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos sendo, portanto, excluídos em graus diferenciados da riqueza social.

Neste contexto, o presente trabalho desenvolve uma análise acerca de políticas de assistência social, tendo como objeto de pesquisa a vivência

dos educandos da Escola Estadual de Ensino Médio e Normal Francisco Pessoa de Brito, na cidade de Araçagi – PB. A priori, traçou-se o perfil socioeconômico e cultural destes, a partir de observações realizadas e pontuadas da situação de pobreza e vulnerabilidade, nos aspectos afetivos, financeiros, educacionais e alimentares.

À vista disto, problematizando os reflexos de pobreza e vulnerabilidade na comunidade escolar, este trabalho objetiva analisar a atuação e desempenho educacional dos alunos contemplados pelo Programa Bolsa Família (PBF), fruto de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que tem os primeiros passos em 2003, consolidando-se ao longo dos anos, sobretudo, da construção do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O Bolsa Família é tão eficaz para alcançar os mais pobres quanto outros bons programas internacionais do mesmo gênero (BARROS et al., 2010).

Diante do quadro descrito, no que tange à educação, o programa Bolsa Família impõe como condicionalidade a obrigatoriedade de no mínimo de 85% de frequência escolar de crianças e adolescentes a partir dos seis anos de idade das famílias beneficiárias. Também questiona a evasão e desempenho escolar dos alunos, gerando, portanto, discussões a respeito da permanência destes em sala de aula, tendo em vista que alguns estudos vêm apontando que a condicionalidade da frequência não garante a educação e a absorção dos conteúdos, sendo esta factual. Para fundamentar a linha de raciocínio deste estudo, foram utilizados os teóricos Arroyo (2018), Barros (2010), Batista (2004), Freire (1997), Kaztman (2011), Leite (2018), Yazbek (2003), Rapoport (2009) e Silva (2007).

REFLEXÕES SOBRE POBREZA E VULNERABILIDADE NA COMUNIDADE ESCOLAR

A reflexão proposta neste trabalho parte da análise das condições de pobreza e vulnerabilidade da comunidade escolar, especificamente da E.E.E.M.N. Francisco Pessoa de Brito, Araçagi-PB. Estão inseridos neste diagnóstico escolar o público atendido por programas sociais, situação de aprendizagem, permanência na escola e práticas exitosas.



Alunos em sala de aula, tendo contato com material do Liga pela Paz. Fonte: Acervo da Pesquisadora. 2018.

Partindo da perspectiva da pobreza entendida como privação ou ausência das necessidades básicas, da vulnerabilidade compreendida e atrelada ao conceito de risco, este vinculado a marcadores tais como comportamento e populações específicas, e tendo como referência dados de 2017, observou-se que aproximadamente 30% da comunidade escolar é beneficiária do Programa Bolsa Família, um percentual ainda muito pequeno, uma vez que esta é uma ação que pode colaborar de forma assertiva na elaboração de propostas de enfrentamento e alteração das circunstâncias de pobreza, suprindo a necessidade dos de baixa renda, em alimentação, saúde e educação, como políticas públicas sociais relevantes. De acordo com Arroyo (2018a, p.10) “[...] quando se imputa aos(às) pobres a sua condição de pobreza e considera-se que são carentes de valores,

passa-se a entrever apenas uma solução: educá-los(as) nos valores do trabalho, da dedicação e da perseverança, desde a infância”. Diante deste contexto, a vulnerabilidade, seja de caráter pessoal, social ou ambiental, atinge as famílias e as expõem psicologicamente, pela improbabilidade de modificar as circunstâncias de vida. Segundo Silva (2007, p.3) “[...] as populações atingem um elevado grau de vulnerabilidade que não podem ter a capacidade de escolher ou negar aquilo que lhes é oferecido”.

Neste cenário, a baixa escolaridade, distorção idade/série e déficit de aprendizagem são consequências da desigualdade gregárias com viés na pobreza e exclusão social. Segundo Katzman (1999) *apud* por Monteiro:

A vulnerabilidade é entendida como o desajuste entre ativos e a estrutura de oportunidades, provenientes da capacidade dos atores sociais de aproveitar oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos e melhorar sua situação, impedindo a deterioração em três principais campos: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais (2011, p. 33).

Sob esta ótica, a Escola pesquisada apresentou um percentual de 22% de discentes evadidos, 78% frequentaram, havendo rendimento de 95% dos que permaneceram. Observou-se que ao longo da aplicabilidade do Programa Bolsa Família, mudanças foram detectadas.

Segundo Leite (2018):

É preciso admitir que os(as) estudantes são sujeitos de vivências diferenciadas e que constroem seu referencial de pensamento e de ação a partir delas. Isso exige que os(as) educadores(as) conheçam as experiências socio-culturais de seus(suas) alunos(as) – a realidade, os territórios, as formas de entender o mundo, os valores – e estabeleçam relações entre o objetivo de conhecimento escolar e essas vivências, tarefa bastante distinta da tradi-

cional responsabilidade de apenas transmitir conteúdos, desconsiderando o sujeito que aprende (2018, p. 25).



Alunos nas dependências da escola. Fonte: Acervo da Pesquisadora. 2018.

A família, sobretudo de baixa renda, tem uma visão deturpada do programa Bolsa Família, o que implica na ausência de incentivos, motivações e perspectivas educacionais. Para suprir tal defasagem, a escola em questão, como lugar privilegiado para aprendizagem, norteadas pelo PPP e tendo o professor como mediador, desenvolve projetos e proporciona ambientes como biblioteca, laboratório de informática e robótica, sala de multimídias, laboratório de matemática, entre outros, nos quais os alunos são inseridos, objetivando a elevação de conhecimentos e a permanência dos mesmos na escola. Segundo Carara (2017):

Ensinar não é somente transmitir, transferir conhecimentos de uma cabeça para as outras. Ensinar é fazer pensar, é estimular o aluno para identificação e resolução de problemas, ajudando-o a criarem novos hábitos de pensamentos e ação. Desse modo, o professor deve conduzir o aluno à problemática e ao raciocínio, e nunca a absorção passiva das ideias e informações transmitidas (BATISTA 2004, p. 49 *apud* CARARA 2017, p. 14).



Discentes em atividade comemorativa, exemplificando a dinâmica escolar. Fonte: Acervo da Pesquisadora. 2018.



Alunos em atividade intraclasse. Fonte: Acervo da Pesquisadora. 2018.

Desta forma, a escola condiciona os currículos, priorizando as camadas sociais que se encontram em desigualdades educacionais. Também é considerada um importante paradigma para a organização de políticas de enfrentamento e superação das condições de pobreza as ações que potencializem o patrimônio sociocultural do alunado. Arroyo (2018b, p.16) enfatiza que, “apesar de a educação cumprir um papel importante, sua ação não opera milagres. Uma série de outros fatores socioeconômicos influencia a mobilidade social, e o conhecimento sobre esses fatores é algo a que os alunos e as alunas pobres de nossas escolas têm direito”.

Em relação às políticas sociais e combate à pobreza e à desigualdade social, a Escola Estadual de Ensino Médio e Normal Francisco Pessoa

de Brito, localizada em um bairro periférico da cidade de Araçagi-PB, encontra-se totalmente descoberta de assistência especializada na área da saúde física e mental. A cidade, por sua vez, possui Cras e Creas, porém estas instituições atuam na escola apenas quando são convidadas para os momentos de eventos/projetos. No cotidiano, a escola sente ausência de acompanhamentos desses centros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades realizadas para a formação e organização deste trabalho são fruto das informações levantadas sobre a temática Educação, Pobreza e Desigualdade Social, bem como das leituras apresentadas pelo Curso de Aperfeiçoamento EPDS.

O que motivou este estudo foi a imprecisão acerca dos conceitos de pobreza e vulnerabilidade presentes no meio social, com reflexos no aprendizado. O Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social objetivou promover a formação de profissionais da área da educação e de atuação em serviço social viabilizando material discursivo para a construção e identificação de conceitos sobre o tema, para a compreensão, detecção de alunos em situação de vulnerabilidade social, e sensibilização do professor frente a esta realidade.

Igualmente voltou o olhar para os recursos proporcionados pelo meio educativo, como forma de adaptação à realidade dessas crianças e jovens, estimulando-os a aprendizagem e convívio social. O professor, por sua vez, desempenha uma função de fundamental importância no ensino aprendizagem, estimula os alunos a indagarem, interpretarem, construir conceitos através da interação e da troca de ideias no âmbito educacional.

A discussão sobre “Educação, Pobreza e Desigualdade Social” abriu leques de informações, ampliou significados, expressando novas realidades e transformando conceitos que ora se tem acerca da pobreza.

Proporcionou também a construção de paradigmas que fortalecem a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade, como também nos fortaleceu, através de leituras e discussões, com uma ótica diferenciada da temática.

No que se refere à tríade Educação-Pobreza-Desigualdade social, possibilitou discutir experiências, relatos de vida e de comunidades escolares, onde nossas práticas educacionais foram ressignificadas por novas reflexões, permitindo-nos diagnosticar a realidade dos sujeitos envolvidos no processo ensino/aprendizagem, elencando estratégias que pudessem suprir as necessidades educacionais e garantir a qualidade do ensino e a permanência dos educandos na escola.

Pode-se dizer que o curso tem um conteúdo pertinente a nossa sociedade e de grande valia para nós educadores, tendo em vista que, desta forma, percebemos a necessidade de se ter um olhar mais crítico e reflexivo para se constatar que, como educadores, podemos contribuir para uma sociedade mais igualitária.

REFERÊNCIAS

ARROYO, MIGUEL GONZÁLEZ. **Módulo introdutório:** pobreza, desigualdades e educação. In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018.

_____. **Pobreza e Currículo:** uma complexa articulação. In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018.

BARROS, R. P. et al. A focalização do Programa Bolsa Família em perspectiva comparada. In: ABRAHÃO, J. C.; MODESTO, L. **Bolsa Família 2003-2010:** avanços e desafios. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol2.pdf>. Acessado em: 29.06.2018

CARARA, Mariane Lemos. **Dificuldade de aprendizagem e vulnerabilidade social sob a percepção da comunidade escolar.** Trabalho de Conclusão de Curso de Pós Graduação. 2017. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Mariane.pdf>. Acessado em: 29.06.2018

BRASIL. Lei no. 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: Centro

Gráfico do Senado Federal, 1991. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/.../estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069>. Acessado em: 27.06.2018

FREIRE, Paulo. **Papel do educador na alfabetização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KAZTMAN, R. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez.2011/ Disponível em: revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/695/619. Acessado em: 26.06.2018

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistência da pobreza**. In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018.

YAZBEK MC. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2003. Disponível www.cortezeditora.com/Algumas.../Classes_subalternas_e_assistencia_social.pdf. Acessado em: 27.06.2018

SILVA, Algéria Varela. **Vulnerabilidade Social e suas Consequências: O Contexto Educacional da Juventude na Região Metropolitana de Natal**. In: Encontro de Ciências Sociais do Norte Nordeste, 2007. Maceió. Disponível em: www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf. Acesso em: 20 jun 2018.

CONVIVENDO COM A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO: UMA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL E A POSSIBILIDADE DE DIÁLOGO NA COMUNIDADE DO AREAL-PB

ANDERSON DUARTE DA SILVA
andersonduarte@iftm.edu.br

ADRIANA SANTOS DE LIMA
a.adrianalima@hotmail.com

JOEL ARAÚJO QUEIROZ
joel.queiroz@ccae.ufpb.br

INTRODUÇÃO

“Temos o direito de ser iguais sempre que as diferenças nos inferiorizem, temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracterize”.

Boaventura Santos

A cultura de um povo é formada por vários elementos, como crenças, ideias, mitos, valores, danças, festas populares, hábitos alimentares, modo de se vestir, entre outros fatores. É uma parte muito importante de

uma comunidade, que influencia toda ramificação socioeducativa, pois a cultura perpassa de geração em geração e caracteriza uma população. O Brasil, por conter uma grande dimensão territorial e uma população numerosa e miscigenada, com grande influência advinda da numerosa quantidade de descendentes de europeus, africanos, asiáticos e índios, apresenta uma vasta diversidade cultural no seu povo.

Aprender a viver em um multicultural e diverso é um dos principais desafios do mundo contemporâneo e, portanto, da Educação. As lutas por igualdade e respeito às diferenças têm sido constantes em vários setores da nossa sociedade brasileira, entre eles, e talvez o mais importante, encontra-se o ambiente escolar, que se apresenta como o lugar da mudança, das falas diversas, do universo em transformação e de um dever que nos espera cotidianamente.

Por isso este trabalho teve como objetivo geral registrar as metodologias de ensino e aprendizagem adotadas pela Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. Gustavo Fernandes de Lima Sobrinho, situada no bairro do Areal, no município de Mamanguape-PB, com ênfase no incentivo a melhoria da convivência com a diversidade, e seu uso como ferramenta de inclusão e construção de uma identidade social, que possibilitem aos jovens uma superação destes obstáculos. Também teve como objetivos específicos refletir sobre a diferença e a diversidade na escola; ampliar o olhar sobre a diversidade; compreender o papel da escola e da família nessa construção de diversidade; reconhecer as diferenças na escola e na família; discutir sobre gênero em nossa sociedade; identificar situações discriminatórias (homofobia, gênero, raça/etnia e classe social); no dia a dia na escola; reconhecer a responsabilidade dos educandos através de práticas educativas; promover estudos a respeito de *bullying*, como forma de orientar os/as alunos/as diante dessas práticas de violência e, ao mesmo tempo, contribuir para que ele/ela possa diferenciar o *bullying* do sexismo, da misoginia, do racismo e da homofobia; lutar contra o preconceito institucionalizado que se apodera da rede de ensino da qual fazemos parte, criando diálogo direto com a Coordenação Regional de

Ensino e com outras escolas, compartilhando experiências, contribuindo com a criação de projetos, seminários, palestras, com o intuito de fortalecer o discurso voltado à diversidade.

Dessa forma, o trabalho teve múltiplas bases metodológicas, sendo paltado por uma pesquisa bibliográfica (utilizando-se de referencial base do curso de **Aperfeiçoamento em Educação Pobreza e Desigualdade Social**), mas com abordagem exploratória e documental (acessando o Projeto Político Pedagógico Escolar, Regimento Escolar e o Estatuto do Conselho Escolar). Além do produto da análise da soma destes documentos escolares, observamos reuniões com a comunidade escolar e realizamos a produção de um Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP), em 2017. A execução das atividades deste projeto ocorreu sob a égide de dois eixos de trabalho: didático/pedagógico e administrativo/operacional. Desta forma, durante a aplicação das atividades do projeto, realizou-se ações que envolveram os membros do corpo organizacional da escola e muitos membros da comunidade em geral representada por parcela significativa de moradores do bairro.

ESPAÇO ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE A DIVERSIDADE

Há vários tipos de discriminações que envolvem os preconceitos e estereótipos arraigados na nossa sociedade, entre estes podemos citar as discriminações de gênero, classe social, étnico-racial, religiosas, orientação sexual, dentre outros. Tais dilemas, para serem resolvidos, precisam ser desnaturalizados e esse processo de desnaturalização passa, necessariamente, pela informação séria que instrumentaliza professores/as e outros setores das unidades de ensino no desenvolvimento de projetos voltados ao respeito a pluralidade (característica fundamental da escola) e enfrentamento a todo tipo de preconceito que se apropria das falas e

atitudes das pessoas no espaço escolar. Como afirma Mary Garcia Castro, pesquisadora da UNESCO:

Há que se estimular os professores e as professoras para estarem alertas, para o exercício de uma educação por cidadanias e diversidade em cada contato, na sala de aula ou fora dela, em uma brigada vigilante anti-racista, anti-sexista, (anti-homofóbica) e de respeito aos direitos das crianças e jovens, tanto em ser, como em vir a ser; não permitindo a reprodução de piadas que estigmatizam, tratamento pejorativo [...] (CASTRO, 2005).

A escola vem demonstrando grande dificuldade para atender esta diversidade humana, e combater as disparidades com práticas mais equânimes uma vez que, ainda conserva concepções e práticas pautadas em tendências pedagógicas que acreditam no processo de aprendizagem homogeneizado, desconsiderando, a diversidade, ou seja, as diferenças. Segundo Araújo (1998, p. 44),

[...] a escola precisa abandonar um modelo no qual se esperam alunos homogêneos, tratando como iguais os diferentes, e incorporar uma concepção que considere a diversidade tanto no âmbito do trabalho com os conteúdos escolares quanto no das relações interpessoais.

Sendo assim, a escola de hoje precisa encontrar metodologias que contemplem a diversidade, engajando os alunos no mundo das diferenças, preparando-os para ser legítimos cidadãos. Na sala de aula há alunos de diversas culturas, o que requer do professor um olhar diferenciado para seu planejamento, bem como para o currículo escolar, através de adaptações aos conteúdos e atividades desenvolvidas. Hoje o trabalho desenvolvido nas escolas deve estar voltado para atender todo tipo de diferença, tendo em vista o processo de mudança que vem ocorrendo na sociedade.

Para este trabalho a metodologia utilizada tem seu cerne na defesa utilizada por Vygotsky, segundo o qual todo conhecimento é construído socialmente no âmbito das relações socioculturais. É pela aprendizagem nas relações com os outros que o conhecimento é construído. Essa teoria ratifica a importância de criarmos mecanismos que estimulem o sentimento de pertencimento, uma vez que “[...] A cooperação, no seu sentido mais prodigioso: o de supor afetos, permitir as escolhas, os desejos, o desenvolvimento moral como construção dos próprios sujeitos, um trabalho constante com estruturas lógicas e as relações de confiança” (Tognheta, 2002, p.98). Para a aplicação de um projeto à luz da teoria sociointeracionista, na comunidade do Areal, é fundamental o envolvimento do corpo organizacional escolar. Dentro da realidade escolar são enfrentados vários desafios e confrontos, que resultam e desencadeiam diversos problemas que afetam diretamente o desenvolvimento escolar do alunado. Estes problemas são resultados muitas vezes pela falta de conhecimentos transversais, que abordam assuntos relacionados a cultura, gênero, etnia e etc., ocasionando um mau entendimento e aceitação entre as diferenças, causando o desrespeito e até mesmo a violência. De acordo com Lima (Cf., LIMA, 2012, p.33)

A escola não tem conseguido acompanhar o ritmo de informações que ocorrem na complexidade da sociedade atual. Há um grande esforço de profissionais da educação em buscar novas formas de atrair a atenção do aluno na sala de aula.

É perceptível a grande falta de interesse e respeito dos alunos dentro da escola, isto relacionado a diferentes áreas de conhecimento, também é notório que, não é apenas dentro da escola, mas é um processo que acontece de fora para dentro, que ocorre desde o convívio da família até chegar à escola. “Nesse caso, devemos ser conscientes de que a escola sozinha não é responsável para transformar e mudar uma conjuntura

social, mas que ela tem uma parcela de contribuição para que isso ocorra” (LIMA, 2012). Devido a estas informações coloca-se em prática novas reflexões, abordagens e metodologias, isto juntamente ao desenvolvimento e aplicação de um projeto de intervenção escolar, que possam resolver tal questionamento.

Como amenizar os impactos causados pelo reflexo da falta de respeito e as consequências que se provem desta ação? O melhor local para serem exploradas novas condutas a qualquer indivíduo, dentro de sua construção para sociedade, é a escola. Para Brasil (2007, p. 31),

Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas. O processo formativo pressupõe o reconhecimento da pluralidade e da alteridade, condições básicas da liberdade para o exercício da crítica, da criatividade, do debate de ideias e para o reconhecimento, respeito, promoção e valorização da diversidade. Para que esse processo ocorra e a escola possa contribuir para a educação em direitos humanos, é importante garantir dignidade, igualdade de oportunidades, exercício da participação e da autonomia aos membros da comunidade escolar.

VIVÊNCIAS ESCOLARES NA DIVERSIDADE NO BAIRRO DO AREAL-PB

A escola é o espaço primordial para se oportunizar a integração e melhor convivência entre os alunos, os professores e possibilita o acesso aos bens culturais. Dessa forma, é preciso que a escola busque trabalhar de forma democrática, oferecendo oportunidades de uma vida melhor

para todos independente de condição social, econômica, raça, religião, sexo, etc. Todos os alunos têm direito de estarem na escola, aprendendo e participando, sem ser discriminado ou terem que enfrentar algum tipo de preconceito por motivo algum. Portanto, objetivando contribuir com a formação de jovens mais tolerantes às diferenças existente da nossa sociedade, decidimos trabalhar com o tema “Diversidade” na Escola E.E.F.M. DR. Gustavo Fernandes Lima. Mostramos, nesse trabalho, que a instituição escolar, tem papel fundamental no combate a desigualdade, ao preconceito e a discriminação, porque participa na elaboração de atitudes e valores essenciais à formação da cidadania de nossos educandos. Vale salientar que não bastarão Leis, se não houver a transformação de mentalidades e práticas. Precisamos de ações que promovam a discussão desses temas que motivem a reflexão individual, coletiva e contribuam para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso.



A escola e a comunidade escolar em Areal-PB.

Mudar não é tarefa fácil e todos sabemos disso, mas o prazer da mudança surge quando a própria escola se torna o espaço de (trans) formação. E somente através desta prática (trans)formadora é que poderemos construir uma sociedade mais justa, que inclui e não exclui,

que perceba a escola como espaço de construção, através da valorização das individualidades, do respeito para com as diferenças, com a cultura de cada um, onde a educação é o elemento essencial para um mundo melhor.

Estas iniciativas podem trazer a construção de novas conjunturas e outras perspectivas dentro da E. E. E. F. M. Dr. Gustavo Fernandes de Lima Sobrinho, do bairro do Areal-PB, isto devido a aplicação de novos conhecimentos, estes voltados para os assuntos relacionados a diversidade, pois percebe-se que existe um grande desconhecimento com relação a estas temáticas, que contribuem na construção dos valores sociais de cada indivíduo e o entendimento do respeito com o outro.

Perrenoud (2000, p. 90) aborda que enfrentar o desafio de propor um ensino que respeite a cultura da comunidade significa constatar cada realidade social e cultural com a preocupação de traçar um projeto pedagógico para atender a todos sem exceção. Tal afirmativa está amparada pelo Art. 210 da Constituição Federal: -- Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Também sendo complementada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural. Dessa forma, construímos um projeto que propôs uma discussão envolvente sobre identidade entre culturas diferentes construindo uma reflexão acerca do homem e suas diferenças, tanto no que abrange a sua individualidade, quanto a sua posição no âmbito social e coletivo, além de proporcionar pesquisas as diversas áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, Química, Artes, Filosofia, Sociologia, Educação Física e Ciências.

A produção destas ações se deu de forma decisiva com o desejo de fazer a mudança e o diálogo para produção de uma emancipação local mais efetiva com a organização e reestruturação do Projeto Político Pedagógico (PPP), do regimento escolar, com o resultado das reuniões realizadas pelo recém e pioneiro conselho instituído em 2017 nesta escola que foi fundada no ano de 2009, juntamente com pesquisas sobre a comunidade,

desejos, anseios e afinidades a realidade vivida na comunidade do Areal, tendo atenção aos preceitos e dispositivos jurídicos que dispõem sobre o desenvolvimentos básico da educação como o Plano Nacional de Educação (decênio 2010-2020), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Constituição Federal Brasileira de 1988.

Com a gestão escolar atuante, democrática e que crescia através de um objetivo emancipador, se fizeram preponderantes e uma injeção de ânimo para que toda comunidade escolar se empenhasse em prol de um objetivo comum planejado pela coletividade. Fizemos diversas palestras, minicursos, parcerias, eventos culturais como a semana contra a intolerância religiosa, aulas de campo envolvendo pesquisas sobre a comunidade (por exemplo sobre o funcionamento da feira) e como desenvolver um olhar crítico de melhorias, falamos sobre a gravidez na adolescência, levantando dados na comunidade do perfil mais atingido por estes acontecimentos.



Feira do Areal-PB, durante a realização da aula de campo

Além da preocupação com os alunos que em grande parte vive em situação de extrema pobreza, e assim tentamos além de tudo dar um

suporte com alimentação de qualidade e apoios da assistência social do município, tendo em vista que em média temos 90% do público de nossa escola integrantes do bolsa família, conseguimos mais uma parceria com o estado tentando profissionalizar a comunidade com cursos oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (*Pronatec*), complementando com a reforma da sala de informática (que nunca tinha sido utilizada) para iniciarmos o trabalho de inclusão digital para a comunidade escolar. Conseguimos montar uma biblioteca com títulos escolhidos e solicitados pela equipe docente e assim trabalhar a formação leitora de nossa comunidade escolar.

A inserção nos jogos paraolímpicos realizado em São Paulo por alunos em condição especial no qual inclusive, ganharam competições, a montagem e suporte para a sala de recursos multifuncionais, o programa de aceleração Alumbrar, a gincana social, a visita com plantões pedagógicos a alunos faltosos, desestimulados, com déficit de aprendizagem, acompanhamento familiar, reuniões de pais com dinâmicas e momentos formativos, revisões, aulões, simulados, tudo isto realizado com recursos próprios e algumas parcerias, com muito esforço da gestão e comunidade escolar com foco no trabalho coletivo contra as dificuldades locais, desigualdades de oportunidades e o processo opressor que podem ser trabalhadas, diminuídas e talvez sanadas caso consigamos nos tornar mais proficientes, dinâmicos e protagonistas de nossa história. Os ensinamentos de uma educação popular que atinja parâmetros de desenvolvimento que possam ser ferramentas de equidade para um maior acesso as opções que nem todos têm na mesma quantidade e acessibilidade e assim foi perceptível o quanto eles podem quando agimos como incentivadores e facilitadores no processo de ensino aprendizagem e crescimento social dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de Aperfeiçoamento em Educação Pobreza e Desigualdade Social foi de suma importância para a ponderação, reflexão e discernimento para mim como educador e gestor, como para meus colegas de curso que percebemos como, a não acomodação, a vontade de mudança e esses dispositivos emancipatórios que podem e devem ser ferramentas de inclusão e de equidade para que a educação possa ser libertadora e não opressora. Nós como educadores, devemos ter um olhar diferenciado, aguçado a todo tipo de manifestação desigual que possa ocorrer em nosso ambiente e assim ser disseminadores de um processo mais igualitário, humano, equânime para produzir a partir do ensino-aprendizagem as práticas do aprender a aprender continuamente. Que estas práticas perdurem e permaneçam, com criticidade e vontade de desconstruir essa desigualdade tão desleal e desumana.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. O déficit cognitivo e a realidade brasileira. In: AQUINO, Julio Groppa (org.): **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial.
- BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003 e 2007. Acesso em: 18 de março. 2018.
- CASTRO, Mary Garcia, **Gênero e Raça: desafios à escola**. In: SANTANA, M.O. (Org) Lei 10.639/03 – educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação fundamental. Pasta de Texto da Professora e do Professor. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2005.
- LIMA, José Rosamilton. **O desafio da escola em trabalhar com a diversidade**: 2012. Rio Grande do Norte: **REVISTA MEMENTO**- Revista do Mestrado em Letras Linguagem, Discurso e Cultura – UNINCOR. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/353>. Acesso em: 17 de março de 2018.
- PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: AS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ANDREIA GALDINO DA SILVA
andreiagaldino.edu@hotmail.com

ROSILENE SILVA DE MOURAES
rosilene.mouraes@gmail.com

FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS
francym@terra.com.br

APRESENTAÇÃO

Nas discussões durante o Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social, da Universidade Federal da Paraíba, *campus V*, compreendi que o PPP da escola precisa contribuir para romper com a concepção moralizante da pobreza. O presente trabalho tem o objetivo de aperfeiçoar o Projeto Político Pedagógico da Escola Escola Estadual do Ensino Fundamental Rodrigues de Carvalho, localizada no município de Araçagi-PB.

A temática envolvendo o Currículo Escolar enquanto um espaço para discussão da pobreza e da desigualdade social, apontado pelo Curso de Aperfeiçoamento, provoca uma reflexão quanto as constantes transformações na sociedade, que provocam mudanças na estrutura de funcionamento do processo de ensino. Nesse sentido tornou-se necessário reavaliar o Projeto Político Pedagógicoda da escola de forma que possa

corresponder ao nível de aspiração da comunidade e que garanta a qualidade de ensino, condição fundamental para a formação integral do ser humano.

O Projeto Político Pedagógico da escola EEF Rodrigues de Carvalho tem apresentado resultados positivos, isso se deve a soma de esforços coletivos entre profissionais comprometidos com a educação e com a qualidade de ensino de modo a atender as necessidades socioeconômicas, históricas e culturais que caracterizam a realidade dos nossos alunos. Diante disso, busquei junto aos demais professores por meio de reflexões e discussões nos momentos do planejamento escolar, repensar os conteúdos básicos das disciplinas em relação aos aspectos teórico-metodológicos que servem para gestar uma pedagogia transformadora na referida escola e na sociedade. Assim, tornou-se necessário criar condições tanto no nível de planejamento, quanto ao nível organizacional da escola, visando o acesso e a permanência dos alunos no processo ensino-aprendizagem evitando assim a evasão e repetência.

Diante disso, a proposta metodológica deste trabalho é de cunho qualitativo. Procurei dar a minha contribuição colocando em prática o que aprendi no curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, que por sua vez oportunizou a atualização do PPP (Projeto Político Pedagógico) do ano letivo 2018. Busquei mostrar de forma fundamentada para os demais professores e a própria gestão da escola que o PPP tem a finalidade de apresentar as linhas norteadoras, revelando a necessidade de construir uma educação básica voltada para a cidadania e isso só se torna possível garantindo um ensino público de qualidade, que os professores sejam capazes de incorporar ao seu trabalho os avanços das pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento, estando atentos e abertos às mudanças na sociedade e suas implicações na comunidade escolar, principalmente no que diz respeito à pobreza e a desigualdade social.

Essa proposta vem da necessidade de se construir uma referência para o Ensino Fundamental ou Educação Básica que possa ser traduzida

e discutida em salas de aulas, garantindo assim ao aluno o acesso à construção do conhecimento indispensável para a sua formação enquanto cidadão, que deve não apenas fazer parte da sociedade, mas exercer o seu direito a cidadania, independentemente do grupo social ao qual pertence. Sendo assim, contribuir para a melhoria da qualidade da educação, realizamos uma revisão do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Rodrigues de Carvalho, que está localizada no Município de Araçagi - PB, Estado da Paraíba. Esta entrou em funcionamento com o decreto de criação sob nº 514-07/11/1952, com população oriunda em sua maioria da zona rural, formada por pequenos agricultores, trabalhadores, públicos e aposentados. A escola tem como modalidade o Ensino Fundamental de 1º a 9º ano, está composta com 60% de alunos originários da zona rural que dependem do transporte escolar para locomoção e 40% da própria cidade. Funciona em três períodos, manhã com (14) turmas, tarde com (13) turmas e noite com (4) turmas em funcionamento, atendendo a 647 alunos. A escola conta com (32) Professores, (01) uma Diretora, (01) uma vice-diretora, (01) Secretaria (17) Apoio Técnico/Administrativo e (09) Auxiliar de Serviços Gerais.

O PPP pode se tornar um instrumento orientador para a transformação da concepção dos profissionais da educação sobre a educação e as práticas pedagógicas voltadas para a pobreza e a desigualdade social, tão presente no contexto escolar.

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: AS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

É importante redefinir claramente a função da escola na atual sociedade brasileira, dessa forma, os professores reconheceram que devem trabalhar os conteúdos de suas disciplinas considerando a diversidade cultural e as diferenças sociais, buscando uma articulação do saber popular

com o saber crítico científico, mediados pela experiência de mundo, visando à apreensão do conhecimento sistematizado. Segundo Vasconcellos (2002), o projeto político-pedagógico pode ser entendido como:

A sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É o elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (2002, p. 169).

O principal objetivo do projeto político-pedagógico é a promoção da autonomia e da independência dos espaços educativos, além de provocar e fortalecer um clima de coletividade, em que professores, gestores, alunos, pais e demais profissionais sintam-se responsáveis por todas as ações realizadas. O respaldo legal que garante a participação de toda a comunidade escolar está no art. 14, inciso II da LDBN 9394/96, que defende uma gestão democrática, com transparência, impessoalidade, autonomia, participação, liderança, trabalho coletivo, representatividade e competência.

Maria de Salette Silva, coordenadora da área de Educação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil, em entrevista a revista *Nova Escola* publicada em 2011, apontou alguns aspectos nos quais o Brasil ainda precisa avançar para ofertar uma educação de qualidade, a saber: “[...] incentivar o hábito leitor, fazer com que as famílias se aproximem e interajam mais da vida escolar do filho, oferecer formação de qualidade ao professor e valorizá-lo”.

São várias as experiências bem-sucedidas por conta de um PPP elaborado e executado de modo assertivo, coerente e bem conduzido, porque sua principal condição é estabelecer ações que favoreçam a

igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola da população que sempre esteve fora das diversas políticas públicas.

A partir da temática o currículo escolar, ao realizar as atividades propostas pelo Curso de Aperfeiçoamento EPDS e enquanto professora da referida escola, de detectar no Projeto Político Pedagógico vários pontos que deveriam ser repensados não apenas por mim, mas por todos os professores e demais funcionários que compõem a instituição educacional, e foi isso que ocorreu.

Tendo nos planejamentos quinzenais um espaço propício para podermos debater; começamos primeiro avaliando a nossa atuação e comprometimento enquanto educadores diante das situações socioeconômica em que vivem muitos de nossos alunos, a questão da discriminação e exclusão no âmbito escolar, dentre outros fatores exigiam a nossa intervenção enquanto professores.

O Curso de Aperfeiçoamento Educação Pobreza e desigualdade Social, que teve como centralidade a formação continuada de professores da educação básica envolvidos com a educação de crianças, adolescentes e jovens que vivem em circunstâncias de pobreza ou extrema pobreza, pretende aproximar os estudos teóricos aos contextos sociais empobrecidos, reconhecendo que a pobreza não deixa de existir no momento em que esses sujeitos entram na escola e, é nesse sentido que o PPP precisa ser repensado. Segundo Arroyo:

Para a escola, a docência, as teorias pedagógicas e os currículos, levar em consideração esse caráter socializador das vivências da pobreza pode ter um significado extremamente relevante: restituir a sua função formadora e educativa. Entretanto, isso não pode reduzir-se à seleção de conhecimentos sobre a pobreza a serem trabalhados nos processos de ensino-aprendizagem. É necessário, ao contrário, que sejam questionadas as funções socializadora e formadora que o currículo, a pedagogia e a docência têm no acompanhamento dos processos de

formação-deformação e humanização-desumanização desses milhões de sujeitos cujas vivências estão submetidas à pobreza (2018, p. 39).

Os efeitos de tal fenômeno social manifestam-se de maneira contundente nos espaços de educação. E foi a partir de uma reflexão coletiva que as ações começaram a ser colocadas em prática e os resultados começaram a ser vivenciados e principalmente compartilhados. O nível sócio econômico da comunidade da escola é baixo, com alunos advindos da zona rural, a maioria são filhos de pequenos agricultores, pensionistas, assentados e inseridos nos programas do governo federal para o combate a desigualdade social. Já os alunos da zona urbana são filhos de pequenos comerciantes, professores, funcionários públicos, empregadas domésticas e suas habitações, na maioria, se localizam na periferia, em terrenos sem infraestrutura.

Partindo desse pressuposto, começamos a traçar os objetivos para garantir a aprendizagem significativa, atuando e participando efetivamente com os alunos, criando condições para que possam se desenvolver como cidadãos pensantes e agentes de transformação da sociedade; promover o respeito, a harmonia e união entre os segmentos da escola, no empenho de erradicar a evasão escolar e diminuir a repetência, proporcionando parcerias entre a escola e a família, o Conselho Tutelar e o CREAS, no incentivo cultural, social, esportivo e projetos de intervenção pedagógica ancorados nas orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente. Conforme Leite (2018):

As condições de vida das crianças e dos (as) jovens pobres no Brasil deixam à mostra as desigualdades sociais e a falta de concretização de direitos garantidos por lei, como viver com dignidade ou estudar em uma escola de qualidade. O que podemos observar é que inúmeras crianças e jovens de origem popular vivem hoje nos “limites da sobrevivência”, colocando em descoberto a

grave desigualdade social presente em nossa sociedade (2018, p. 13).

Dessa forma, é preciso contribuir para a redução das desigualdades em que os educandos se encontram diante de seu desenvolvimento e aprendizado. Para isso se fez necessário elencarmos algumas ações, a exemplo de estimular a aproximação escola-família; manter a ficha FICAI (Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente), que faz parte do Programa de Combate à Evasão Escolar, e tem como objetivo apoiar e orientar as famílias e os responsáveis pelos alunos matriculados nas escolas da rede pública estadual, agindo como um monitoramento de frequência dos alunos com o objetivo de alertar e até intervir, a exemplo da ação do Conselho Tutelar, no caso de famílias em que crianças e jovens encontram-se negligenciados ou em risco social grave.

Estando a escola atenta a sinais como desnutrição, falta de higiene pessoal, baixa frequência, agressividade, relatos de problemas, apatia, marcas no corpo, porte de armas e tantos outros sinais que podem indicar, por exemplo, envolvimento com drogas, exploração do trabalho infanto-juvenil e abuso sexual a escola pode oferecer um ambiente de acolhimento, responsabilidade e incentivo a aprendizagem e ao crescimento pessoal de todos os alunos.

CONSIDERAÇÕES

Em relação a todas essas questões aqui ressaltadas a partir do Curso de Aperfeiçoamento Educação Pobreza e Desigualdade Social e as contribuições dadas ao PPP da Escola EEF Rodrigues de Carvalho, pode-se concluir que é preciso que cada profissional da área de educação, cada pai ou responsável pelo(a) aluno(a), cada membro do conselho escolar tenham clareza de que o PPP só é legitimado se as ações propostas nele forem efetivamente vivenciadas no cotidiano escolar, inclusive aquelas que indicarem necessidade de reavaliação, o que não está dando certo

sempre pode ser corrigido, e o que tem apresentado bons resultados sempre merece ser objeto de partilha entre os colegas de profissão.

O importante é saber que podendo dar certo ou correndo o risco de algo não sair como o esperado, tudo deve ser sempre compartilhado, e assim o PPP se constitui um documento no qual se identifica a escola como uma instituição educacional democrática, solidária, que respeita e valoriza as diferenças e as especificidades no aprender de cada aluno, que estimula a presença e a participação dos pais e da comunidade em suas ações. A escola deve favorecer o acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento de habilidades e competências para o exercício da cidadania e inserção social de todos os cidadãos.

A prática do Curso de Aperfeiçoamento Educação Pobreza e Desigualdade Social muito contribuiu para a valorização de experiências individuais e coletivas de cada um de nós enquanto educadores formadores de opiniões, mantendo-nos motivados na aquisição de habilidades necessárias de aprendizagem significativa para as nossas vidas, não apenas restrita ao campo profissional mais também pessoal e humano.

Todas as atividades que realizei, mesmo sem ter o tempo que se fazia necessário para poder me dedicar um pouco mais, me proporcionaram uma aprendizagem de forma interativa, participativa e de fortalecimento de vínculos entre professores que passei a conhecer e ter contato a partir do curso. A ampliação do conhecimento acerca dos assuntos abordados me conduziu a refletir o quanto o nosso posicionamento frente a uma determinada situação, que para muitos pode passar despercebida, pode acarretar uma série de consequências futuras na vida do aluno. As nossas ações farão toda a diferença.

Sendo a escola um espaço de aprendizagem, é necessário organizar a prática pedagógica com a participação de todos os profissionais envolvidos no processo educativo, passando a manter todo o trabalho de ação pedagógica interligado e assim alunos, direção, professores, funcionários e comunidade, juntos, poderão participar de ideias e ações para melhorar a prática educativa a partir do Projeto Político-Pedagógico. Portanto, a

partir do Curso, vi o quanto é importante a formação permanente para cada um de nós enquanto educadores, que assumimos um compromisso com a educação. Se faz necessário rever e avaliar a nossa prática pedagógica e a nossa competência profissional, adequando-nos as inovações sempre que se fizer necessário.

E importante ressaltar que trabalho nessa escola como professora da Sala de Recurso Multifuncional AEE (Atendimento Educacional Especializado) a 08 anos, e tenho muito orgulho de exercer essa profissão e de poder hoje fazer parte do quadro de funcionários dessa escola na qual estudei da 1º até a 8º série, hoje seria do 1º ao 9º ano. Reconheço que a educação é de fundamental importância para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e menos excludente, mas para que isso venha realmente a ser vivenciado se faz necessário que, enquanto educadores, façamos a nossa parte e que as políticas públicas promovam mudanças nos âmbitos educacionais, sociais, históricos, econômicos e culturais. Para isso, precisamos dar a nossa contribuição na formação de cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres, assim, é importante que as questões de vida em sociedade façam parte da organização curricular, levando a ética ao centro de reflexão e do pleno exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. **Pobreza e Currículo**: uma complexa articulação. In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acessado em: 26.06.2018

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola**: espaços e tempos de reprodução e resistência da pobreza. In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018.

SILVA, Maria de Saete. Entrevista. In: MONROE, Camila. O acesso à escola melhorou. o desafio, agora, é a qualidade. **Revista Nova Escola**, 2011. Disponível em:ht-

[tps://novaescola.org.br/conteudo/2765/o-acesso-a-escola-melhorou-o-desafio-agora-e-a-qualidade](https://novaescola.org.br/conteudo/2765/o-acesso-a-escola-melhorou-o-desafio-agora-e-a-qualidade). Acessado em: 26.06.2018

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento:** Projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.

VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA: O SABER DO POVO POTIGUARA COMO FERRAMENTA NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

CRIZELMA FERREIRA DA SILVA
ferreiracrizelma@gmail.com

ADRIANA SANTOS DE LIMA
a.adrianalima@hotmail.com

JOEL ARAÚJO QUEIROZ
joel.queiroz@ccae.ufpb.br

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como temática a Valorização da Educação Indígena na Escola Estadual Indígena José Ferreira Padilha, localizada na Aldeia Vau, Município de Marcação-PB. Tendo sido delineada a partir de processo de desenvolvimento de aprendizagem em consonância com as atividades feitas com a comunidade escolar e todos os envolvidos.

Sendo assim, o principal objetivo é apresentar o saber do povo potiguara como ferramenta para a construção de políticas públicas, como também os relatos e suas vivências em meio a tantas experiências, como forma de valorização da cultura indígena. Também será levado em consideração o dia a dia deste povo, onde reconhecer a importância de sua denominação os ajuda a identificar suas lutas e conquistas. Mediante

esta construção de saberes que se fez refletir o modelo da atual Educação que foi implantada nas escolas indígenas há muito tempo atrás, que retrata a noção da Escola tradicional, um modelo completamente inverso da nossa realidade.

O artigo. 1º, da Lei n. 9.394/96, afirma:

[...] A educação abrange os processos formativos que se desenvolveu na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, na instituição de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL,1996, p. 1).

Assim, para Freire (2005) “educação não é uma via de mão única, há uma necessidade constante de os seres humanos realizarem trocas e com isso se educarem, sendo o mundo grande mediador, pois a educação não corre de forma isolada”.

Sabemos que existem diversas visões estereotipadas dos povos indígenas, que tem como intenção (objetiva ou subjetiva) nos enfraquecer, criando concepções que nos remetem a algo selvagem e/ou preguiçoso. Para isto, precisamos urgentemente mostrar e fazer todos compreenderem as especificidades, enquanto sujeitos que possuem uma historicidade, valores, sentimentos, desejos que lhes são próprios. Assim, se manifestou a indagação por um processo educacional específico e diferenciado, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional, dentro do contexto educacional, buscando construir um modelo de valorização das políticas públicas com o saber do povo Potiguara.

São percebidos em alguns discursos e práticas que a Escola deve ser única, e que ao mesmo tempo deve negligenciar os saberes tidos como ‘não científicos’ ou os saberes de classes ou até mesmo dos mais pobres. A partir disso, Freire, argumenta que a escola parece estar. [...] Contra as classes populares, contra as crianças chamadas de ‘pobres’, sem superar

os preconceitos de sua linguagem, sua cultura, os preconceitos contra o saber com que as crianças chegam a escola (FREIRE, 2005, p.127).

Este estudo caracterizou-se com uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, onde a pesquisa para o embasamento teórico contou com dados quantitativos. O caráter exploratório desta pesquisa caracteriza-se por trabalhar um universo de significações, motivos, aspirações, valores e crenças. “Esse conjunto de dados considerados qualitativos corresponde a um espaço mais profundo das relações, podendo reduzir os processos e os fenômenos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2004, p.28). Sabemos que a educação é um dever do Estado e também da família, por isso, que à garantia desse direito fundamental e de cidadania foi que se buscou ampliar e expandir, mediante a tantos desafios à participação de um currículo diferenciado nessa construção de políticas públicas.

A ESCOLA E OS SABERES DO POVO POTIGUARA

A Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental José Ferreira Padilha, está localizada dentro do território Potiguara, na Aldeia Vau, Município de Marcação-PB. A escola foi construída em um terreno doado pela própria comunidade, e é gerenciada pela 14ª regional de educação do governo do Estado da Paraíba. Na escola há um quantitativo de 218 alunos, entre o pré-escolar e a EJA. A clientela está dividida entre crianças, jovens e adultos. Uma vez que a escola tem um público muito diversificado, isso nos leva a dar uma atenção maior em relação ao ensino aprendizagem. Para fazer parte da administração da escola contamos com: 01 diretor, 01 secretário, 01 auxiliar de secretaria. O corpo docente é formado de 07 professores do ensino fundamental I, 02 professoras da EJA-ciclo I. Também temos professores por disciplina, para o fundamental II, contamos com o pessoal de apoio, além da participação do Cacique, o Srº. Jaime, que tem feito todos os esforços para que a escola se torna

ativa, e tem sido de grande ajuda para o desenvolvimento da escola, desde a sua estadualização até agora.



Frente da Escola nos dias atuais (2018)

Seguindo os pensamentos de GRUPIONE (2001), do ponto de vista educativo, de analisar e avaliar a forma de educar os indígenas, firmou-se no país, reflexões, argumentos e práticas específicas para mudar o quadro, de acordo com a legislação, coloca-se em pauta como forma de universalizar o ensino público com sistema diferencial aos povos indígenas.

A constituição dá ênfase a um novo modelo educativo, como um instrumento privilegiado aos interesses de um povo, permite a celebração de seus costumes étnicos e culturais. A cultura indígena da Paraíba é plural, material e imaterial, incorporada por diversos aspectos e contornos, sons, música, ritmos, rituais, culinárias, tecelagens, pinturas, gastronomia etc. Historicamente, a arte da pintura corporal, o uso de artefatos, de adornos, são costumes milenares presentes em diversas histórias do nosso povo. É importante ressaltar que todo o processo didático, metodológico e curricular são requisitos essenciais para o processo pedagógico nas escolas estaduais Indígenas, sendo acompanhado por uma comissão formada por representantes das comunidades indígenas.

A disciplina Etno-história nos dá a oportunidade de conhecer a fundo a história dos indígenas e também o local dos índios Potiguaras, os

acontecimentos históricos vividos pelo nosso povo, conhecer os direitos indígenas, políticos, sociais, educacionais e territoriais. Dessa forma recriamos nosso universo, conhecendo a história e identidade cultural dos potiguaras. Dentro desse conceito curricular conseguimos elementos importantes como nos organizar e formar características fundamentais a participação nos processos de lutas e conquistas dentro da escola, saúde, educação entre outros.



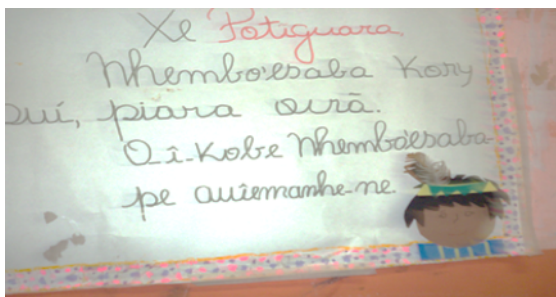
Material didático sobre os saberes dos povos potiguara.

A Arte e a Cultura têm um papel fundamental na Escola Indígena, onde retrata o espelho e a alma do indígena, pois traz dentro dessa disciplina a interculturalidade, onde traz de volta a nossa cultura, nosso modo de viver e dos nossos antepassados, resgatando o trabalho artesanal, a dança do *toré*, que tem um referencial espiritual, religioso, tradicional e cultural. A nova modalidade do ensino da educação escolar indígena nos dá a liberdade de ensinar o saber do nosso povo.



Trabalho dos alunos sobre a importância da dança do toré.

A Língua Tupi como disciplina é fundamental para o currículo dessa nova escola inovadora, o direito a língua bilíngue é o meio básico de organização da experiência e do conhecimento humano. A língua materna restaura a cultura e a história dos potiguaras, que historicamente foi subjugada para uma adaptação étnica e histórica.



Cartaz produzido durante aula com frases na língua Tupi

A adaptação do ensino bilíngue nas escolas indígenas tem sido uma forma de mostrar o quanto é importante resgatar o que foi levado do nosso povo, e como é importante renovar o conhecimento da sua própria língua.

Também é importante destacar a valorização entre as relações interdisciplinares, entendidas como necessárias para a compreensão das

disciplinas e suas especificidades. É extremamente importante reconhecer que os povos indígenas mantêm vivos as suas formas próprias de educação, e que isso é de grande importância para a construção do Projeto Político Pedagógico escolar. Em busca do melhorar o ensino-aprendizagem é que utilizamos também um conjunto de componentes curriculares, pautado por diretrizes nacional.

Componentes Curriculares nos níveis Pré-escolar, Ensino Fundamental I e a EJA na Aldeia Vau, Município de Marcação-PB

Áreas de conhecimento	Números de aulas por semana							
	Pré-escolar	Ensino fundamental I						EJA
		1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º Ano	
Língua Portuguesa	5	5	5	5	5	5	5	5
Matemática	5	5	5	5	5	5	5	5
Ciências	3	3	3	3	3	3	3	3
Geografia	3	3	3	3	3	3	3	3
História	3	3	3	3	3	3	3	3
Arte Cultura	2	2	2	2	2	2	2	2
Etno História	2	2	2	2	2	2	2	2
Tupi	2	2	2	2	2	2	2	2
Educação Física	2	2	2	2	2	2	2	2
Música	*****	****	****	****	*****	*****	****	***

Obs.: As séries do Ensino fundamental de 6º a 9º ano, serão implantadas conforme a demanda e necessidade da nossa comunidade, de acordo com ata e assinatura dos mesmos.

Todos que fazemos a escola Indígena temos voz e autonomia em buscar o que é melhor para o nosso povo, em razão disso, são feitas amplas discussões, nas quais priorizamos as metodologias que valorizem as formas adequadas de ensinar, de aprender e de avaliar, além de adotar uma concepção de conhecimento que enfatize a importância da vivência com o mundo a sua volta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que é a lei que preconiza a universalização da educação para todos, garantido o direito ao acesso, a permanência e ao sucesso dos alunos. No entanto, a realidade educacional contemporânea coloca a escola pública como palco da diversidade, pois ali se encontram alunos de diferentes grupos. A diferença entre os grupos é visível e o trabalho pedagógico precisa voltar-se à diferença, oportunizando o direito de educação para todos.

Vale destacar que o trabalho da diversidade está ligado à proposta de inclusão, que emerge como um grande desafio para educação, pois, pensar em inclusão pressupõe uma série de fatores, principalmente os que dizem respeito aos alunos. Assim, pensar em inclusão, não é só olhar para os alunos com necessidade especiais, mas sim, para todos aqueles alunos que estão nas salas de aula, e que estão sofrendo preconceitos e discriminações por pertencer a este ou aquele grupo social.

Sabemos que existem diversos grupos com seus mais variados costumes e diferenças, assim como dentro dos diversos grupos humanos existem uma ampla diversidade. Isso que chamamos de multiplicidade, o que não implica dizer que as pessoas de determinados grupos, por terem culturas e costumes diferentes das demais, sejam excluídas da sociedade.

Trabalhar com essa temática foi uma oportunidade de presenciar que o nosso aluno vem enfrentando, não é uma tarefa fácil, uma vez que não se resume apenas na garantia do direito de acesso à escola. É preciso que lhes sejam garantidas as condições de permanência e sucesso na escola, visto que muito tem se evadido por estas e outras questões.

É de extrema relevância que a escola, especialmente a pública, reconheça as diferenças, valorizando as especificidades e potencialidades de cada um, reconhecendo a importância do ser humano, lutando contra os estereótipos, as atitudes de preconceito e discriminação em relação aos que são considerados diferentes dentro da escola e que mais tem sofrido com isso, são as pessoas mais pobres. A postura mais comum é ver a

pobreza como carência e, conseqüentemente, os pobres como carentes. Por que ignorar, secundarizar a visão da pobreza como escassez material, privação das condições mais básicas para viver de forma justa e digna mediante a essa sociedade.

Contudo, sabemos que, ao invés disso, deve-se atentar para as privações materiais que impossibilitam uma vida digna e justa a esses sujeitos, dando oportunidade de criar seu próprio mundo e mostrando que são capazes de construir um universo de cultura, valores. Levando em consideração que os direitos garantidos pela constituição Federal de 1988 não se consagram de forma automática, isso também demanda nas relações sociais que ocorrem na família quanto nos grupos que passamos a permear, até chegar à escola. Neste caminho são muitas as experiências educacionais informais, carregadas de vivências, saberes e culturas aprendidas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Leis Diretrizes e Base da Educação Nacional** – Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Brasília. DF. 1996.
- EYNG, A. Projeto pedagógico: construção da identidade da escola, um desafio permanente. **Revista Educação em Movimento**, Curitiba, v.1,p.25-32.ja/abr. 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GRUPIONE, Luís Donizete Benzi (organização) **As Leis e a Educação Escolar Indígena: Programa PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS I**. Brasil Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental-2001
- MEMORIA E RESISTENCIA: **A Sabedoria dos Povos Indígenas**, Subsídios Educacionais, CIMI- ANE 2004.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Curso de Tupi para a escola do ensino fundamental** - Ministério da Educação, FNDE e secretaria da educação e cultura -2001.
- POTIGUARA, **Os Potiguaras pelos Potiguaras**. Serviço Gráfico / FUNAI: Baía da Traição-2005.
- SANTOS, Milton. **O espaço do Cidadão**. São Paulo, EDUSP, 2007.

POBREZA E CURRÍCULO UM DIÁLOGO POSSÍVEL? A CONTRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR

DALNES CRISTINE DE FREITAS GONDIM
d.nesgondim@gmail.com

ADRIANA SANTOS DE LIMA
a.adrianalima@hotmail.com

JOEL ARAÚJO QUEIROZ
joel.queiroz@ccae.ufpb.br

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como principal objetivo, discorrer sobre a relação entre pobreza e currículo em espaços escolares, e como os assistentes sociais, enquanto membros da equipe pedagógica inseridas no cotidiano escolar, podem contribuir na articulação deste diálogo.

A origem dessa pesquisa surgiu das indagações advindas da experiência como assistente social integrante de uma equipe pedagógica de uma escola pública municipal, e dos conhecimentos e questionamentos surgidos durante o processo de formação do Curso de Aperfeiçoamento em **Educação, Pobreza e Desigualdade Social**, realizado pelo Departamento de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, *Campus IV*, Mamanguape-PB. Sabe-se que as escolas públicas, em sua grande maioria, estão inseridas

em programas sociais como o Bolsa Família, que atende, desta forma, grande parte de seus alunos que vivem em situação de pobreza.

No Brasil, a efetivação da educação como direito de todos e todas, se dá com a promulgação da Constituição Federal cidadã de 1988, fruto da mobilização de movimentos sociais. Este mesmo amparo legal, normatiza ainda, que o gerenciamento do ensino fundamental passa a ser de responsabilidade de municípios. Estes, objetivando o cumprimento desta prerrogativa, passam a contar com profissionais de diversas especialidades, entre estes o profissional do serviço social, passando assim a contratar via concurso público, profissionais para atuarem nas escolas públicas.

Portanto, a aproximação do Serviço Social com a educação não é recente, segundo Neto (2002), o processo de reconceituação desta profissão já sinalizava a aproximação com a metodologia Freiriana da educação popular. Nessa perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo compreender e analisar as possibilidades de diálogo entre currículo e pobreza no espaço escolar através a intervenção dos assistentes sociais pertencentes a rede pública de ensino.

No aspecto metodológico, este trabalho foi formado através das seguintes etapas: pesquisa de cunho bibliográfico, tendo como base de leituras os materiais disponibilizados durante o curso de aperfeiçoamento, de modo que foram consultados autores que abordam a temática de forma crítica, como Marinal Yamamoto e José Paulo Neto. Buscando apresentar uma melhor compreensão das análises realizadas, estruturou-se o trabalho da seguinte forma, conforme apresentado a seguir.

A primeira parte faz referência a Pobreza e Desigualdade Social no Brasil a partir de um contexto construído enquanto desenvolvimento das contradições do modo de produção capitalista, que geram diversas expressões das questões sociais, sendo a pobreza uma dessas manifestações. A segunda parte foram abordados os desafios a serem enfrentados no âmbito escolar para a inserção do diálogo entre pobreza e currículo como mecanismos de desmistificar a visão moralizante que se tem e que se reproduz. A terceira parte traz a inserção do assistente social no

contexto escolar e suas contribuições na mediação do debate pobreza e desigualdades sociais.

Nas considerações finais, tercem-se análise acerca da temática pobreza e currículos, destacando as expressões moralizantes ainda presentes e as possibilidades para a inserção do tema à luz das teorias críticas, finalizando com a indicação de implementações de ações propositivas para minimização da perspectiva conservadora da pobreza.

POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL -BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A pobreza é um fenômeno histórico, social, econômico e político que tem como base o modo como uma determinada sociedade se organiza, neste particular a sociedade capitalista cuja ascensão se deu com a Revolução industrial.

Acerca dessa problemática, Netto (2007, p.5) fez a seguinte afirmativa:

Há poucos países, na América Latina e no mundo, que apresentam padrões de desigualdade social como os que se registram no Brasil, não foi por outra razão, aliás, que o maior historiador marxista vivo anotou que o meu país, “monumento de injustiça social”, é “candidato a campeão mundial de desigualdade econômica”, uma vez que, segundo dados da entrada dos anos 90 do século passado, “os 20% mais pobres da população dividiam entre si 2,5% da renda total da nação, enquanto os 20% mais ricos ficavam com quase dois terços dessa renda”.

Dessa forma, percebe-se que a produção capitalista se apropria de grande parte da riqueza socialmente produzida excluindo parcela significativa da população, que não tem as suas necessidades básicas atendidas em decorrência da má distribuição de renda. O que produz um

desequilíbrio, ou seja, uns mais abastados financeiramente em detrimento de outros, e isso envolve desde a falta de uma educação de qualidade, haja vista, que esta só tem quem pode pagar, bem como a escassez de oportunidade no mercado de trabalho, que por sua vez ocasiona um exército de reserva e beneficia o capital.

O Brasil não conseguiu estabelecer uma política de distribuição de renda de forma equânime, causando o empobrecimento de grande parte da população. Entretanto, a pobreza sempre foi vista como culpa do indivíduo, que não se esforça para ter uma posição social melhor, esquecendo-se que esse processo é fruto da desigualdade de oportunidade e de exploração dos que precisam vender sua força de trabalho ou buscar alternativas de sobrevivência em um Estado que prima o financeiro, e as políticas, seguem de formas compensatória.

Dentre as políticas compensatórias implementadas no Brasil, temos os programas sociais, sendo o mais conhecido o Programa Bolsa Família. No entanto, apesar de sua famigerada importância, a pobreza ainda é expressiva e traz consigo nos dias atuais a concepção moralizante, manifestada das mais diversas formas “Não quer trabalhar para não perder o bolsa família” ou “Esse menino(a) não quer nada, só vem para escolar por causa da bolsa família”.

Esta perspectiva moralizadora da pobreza vem sendo reproduzida há décadas, essa visão atinge todas as esferas sociais, inclusive a educação. A escola necessita aprofundar essa discussão por meio da perspectiva crítica, a pobreza enquanto produto de um sistema capitalista excludente. Entendo que, uma vez que o programa bolsa família é uma política pública gerenciada pelo Estado, deveria ser de competência também da escola introduzir no currículo a questão da pobreza e desigualdade social, visando combater essa concepção moralizante da pobreza.

Acreditamos que a educação, além de qualificar culturalmente e politicamente a população, também contribuirá para desmistificar a concepção moralista da pobreza ainda existente, contudo é preciso um

currículo que prime por uma construção crítica, que oportunize ao educando sujeito de direito e construtor de sua própria história.

Durante o percurso desta formação, no curso de Aperfeiçoamento **Educação, Pobreza e Desigualdade Social**, por meios dos textos analisados, especificamente àqueles relacionados a questão curricular, percebe-se o distanciamento ainda da temática pobreza no âmbito escolar nos currículos implementados nas escolas. Contudo, percebe-se também que essa possibilidade é viável e necessária para que todos os atores envolvidos no processo, professores e educandos, se percebam enquanto cidadão de direito em conhecer que sua condição de pobreza perpassa pelo modo de como a sociedade a qual é participante vem se organizando economicamente, como bem nos revela Antunes “A forma como a sociedade se organiza economicamente determina o modo de ser e de viver”.

Portanto, todo este processo de organização econômica precisa se fazer presente no currículo escolar, que passe a ser debatido via currículo real. Se faz necessário que os educadores e membros da equipe escolar tenham a compreensão deste processo, para assim melhor compreender a razão da chegada no espaço escolar de crianças em situação de pobreza ou pobreza extrema. De posse deste entendimento, passar a desmistificar a percepção de que a pobreza é culpa do indivíduo, que não se esforçaram para ter uma posição social melhor, e sim como consequência da desigualdade social decorrente do modo de organização.

O SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA

O Serviço Social é uma profissão regulamentada pela lei 8.669/93, é primordialmente um agente crítico transformador envolvidos nas lutas sociais para ampliação dos direitos universais e elaborações de estratégias ao combate direto as mais diversas expressões das desigualdades sociais.

Segundo Yamamoto (2007), o serviço social se apresentava como uma das alternativas às ações caritativas tradicionais, a partir de uma nova ‘racionalidade’ no enfrentamento da questão social. Neste contexto, a escola adentra no orbe do serviço social devido à necessidade de haver um profissional com requisitos para colaborar na dinâmica funcional das escolas, dificultada então pelas questões sociais, entre estas a pobreza.

Neste aspecto é relevante a presença do serviço social na educação, particularmente no espaço escolar, uma vez que se trata de uma profissão que tem como objeto de intervenção as questões sociais, como afirma Yamamoto (2001, p. 62)

O objeto de trabalho do assistente social é a questão social em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional.

O assistente social no espaço escolar não intervém diretamente em sala de aula, assim como os demais componentes da equipe pedagógica, mas, trabalha com o professor assessorando-o nos planejamentos e colaborando para que este, compreenda melhor as dificuldades do seu aluno, que trás para a sala de aula os reflexos dos conflitos gerados pela desigualdades sociais e histórias de vida. Dessa forma, pode contribuir com o professor para um caminho de diálogo para melhor compreender os motivos destas desigualdades.

São muitos os desafios que se põem na direção da inserção da temática pobreza e desigualdades social no contexto escolar, contudo, acreditamos, que o assistente social pode desmistificar a visão moralizante ainda presente as quais se manifestam nas mais diversas formas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou, ainda que brevemente, sinalizar as possibilidades de diálogo da temática pobreza com o currículo escolar via intervenção pedagógica do assistente social. É indiscutível a importância da visibilidade no currículo escolar da temática Pobreza e Desigualdade Social, desvelar, por meio do diálogo as razões das injustiças sociais tão vivas e pulsantes no espaço escolar se faz urgente. Conhecer as causas para assim melhor intervir no processo de aprendizagem destes atores inseridos no espaço escolar pode assegurar a estes a garantia de uma educação de qualidade, e tendo como resultado o acesso e permanência do educando.

A contribuição dos assistentes sociais é no sentido de realizar o acompanhamento das famílias por meio de uma construção coletiva, cujos mecanismos possibilitem o acesso e a permanência na escola, como afirma o CFESS (2012, p.43) “As estratégias institucionais de garantia da permanência na educação escolarizada construídas no interior da política de educacional não se traduzem em programas e projetos comuns a todos os níveis e modalidades”.

Por fim, para que tal perspectiva aconteça é preciso dar os primeiros passos, mesmo que de forma gradual e lenta, incidindo profissionalmente na tarefa de desmistificar toda forma de moralização das desigualdades sociais visando a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, de se reconhecerem como agentes transformadores de sua história.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, Senado, 1988.
- _____. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de assistente social e da outra providencias**.
- CFESS. Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Brasília; CFESS, 2014.
- DENTZ, M. V; SILVA, R. R. D. da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social, elementos para uma revisão Crítica. In: **Serviço Social e Sociedade**. n. 121, São Paulo, jan/mar, 2015.
- GOMES, M. F. L. **O Programa Bolsa família (PBF) e suas condicionalidades na educação: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca – João Pessoa**, 2017.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.
- LIMA, M. A. S; HUGO, V. Reflexões sobre desenho urbano para o bairro São José. **In: Revista Eletrônica Arqtextos**, n. 162.00, ano 14, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/14.162/4956>>. Acesso em: 12 ago. 2017.
- MARTINS, E. B. C. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político. In: **Serviço Social na Educação: Teoria e Prática**. Marcela Mary José da Silva (org.). Campinas, SP: Papel Social, 2012.
- NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. ed., São Paulo: Cortez, 2011.
- SILVA, T. T. F. da. Apontamentos sobre Serviço Social e Educação: um olhar a partir dos documentos legais existentes. In: **Serviço Social na Educação: Teoria e Prática**. Marcela Mary José da Silva (org.). Campinas, SP: Papel Social, 2012.

GESTÃO ESCOLAR: COMO SE RELACIONA COM A POBREZA E COM AS POLÍTICAS SOCIAIS

DAYANE RIBEIRO DA SILVA
dayane.ribeiro.10@gmail.com

ROSILENE SILVA DE MOURAES
rosilene.mouraes@gmail.com

FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS
francym@terra.com.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge no Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social, da Universidade Federal da Paraíba, *campus* V, unidade de Mamanguape-PB, e tem o objetivo de analisar a relação da gestão escolar com a pobreza e as políticas sociais, bem como entender como ela está presente no âmbito escolar. Neste contexto, desenvolveu-se uma reflexão acerca da definição sobre pobreza e de como ela é entendida pela escola. Segundo Arroyo (2018) a pobreza para muitos é entendida como algo referente ao estado em que o indivíduo se encontra, atrelando-se a não posse de bens necessários para sobreviver, mas ela não é somente isso, pois está ligada a vários aspectos, na qual, o mais primordial é a falta de Educação. O autor Mattei também afirma que:

A pobreza, sem dúvida alguma, é a mais perceptível forma de degradação da condição humana, uma vez que coloca claramente aos olhos de toda a sociedade um

conjunto imenso de pessoas desprovidas de bens, excluídas socialmente e privadas de cidadania. Desta forma, esse fenômeno apenas realça os resultados contraditórios do modo de organização econômica, social e política das sociedades contemporâneas (2017, p.25).

Diante disso, vale salientar a importância das políticas sociais que acontecem em âmbito escolar, no intuito de melhorar a situação econômica dos alunos e também para que eles tenham a garantia de um ensino e aprendizagem significativos. Destaco o Programa Bolsa Família que busca promover para as famílias o direito a educação, saúde e a melhoria da situação de vida.

Nessa perspectiva, foi realizada em um primeiro momento uma pesquisa bibliográfica buscando entender as especificidades dessa relação, tendo como referencial o livro “Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza”, da autora Leite (2018). No segundo momento foi realizada uma pesquisa de campo em uma escola municipal, localizada na zona rural de Cuité de Mamanguape-PB, para estabelecer o perfil geral da comunidade escolar sob o viés da tríade Educação, Pobreza e Desigualdade Social. O trabalho se fundamenta a luz de autores como Garcia (2017), Arroyo (2018), Freire (2014), Silva (2010), Oliveira e Duarte (2005), que trazem aspectos pertinentes à temática apresentada.

GESTÃO ESCOLAR: COMO SE RELACIONA COM A POBREZA E COM AS POLÍTICAS SOCIAIS

Diante da temática apresentada, é importante enfatizar que as desigualdades sociais e a pobreza são questões que norteiam o contexto educacional, já que está muito presente no cotidiano escolar, nisso, se faz necessário o reconhecimento dessa realidade, pois quando não há, o ensino e aprendizagem dos alunos não acontecem de forma significativa. Mateus e Jorge (2017) explicam que:

Nesse sentido, realizar um debate sobre a educação sem levar em conta as desigualdades sociais e a pobreza é ignorar um aspecto importante do contexto escolar que influenciará em todo o processo de ensino-aprendizagem e na busca pela cidadania. Os gestores educacionais, os docentes e discentes muitas vezes convivem com as desigualdades em suas escolas e sequer se dão conta dessa temática ou até mesmo fingem não saber (2017, p.152).

É preciso um comprometimento da escola para que todos tenham consciência sobre essa temática. Os gestores escolares são responsáveis por articularem essa problemática dentro da escola, para isso, é necessário haver um conhecimento da realidade de toda a comunidade escolar. Descrevem-se abaixo o questionário aplicado à gestão escolar, a fim de traçar o perfil geral da comunidade escolar e como a gestão trata o tema pobreza e as políticas sociais.

Quadro 1 – Perfil da comunidade escolar

Perguntas	Respostas
Quais são as condições sociais dos alunos?	Gestora: Eles não são muito carentes.
Como é a situação econômica dos alunos?	Gestora: São poucos de baixa renda, em torno de 50% dos alunos vivem em situação econômica desfavorável.
Dados de políticas de assistência social (por exemplo: número de beneficiados pelos programas bolsa família, de erradicação do trabalho infantil, entre outros).	Gestora: A escola tem muitos assistidos pelo programa bolsa família, possuindo uma média de 70 alunos beneficiados.
A evasão escolar.	Gestora: Não acontece muito, aconteceu um caso no ano passado, mas porque o aluno ia embora para outra cidade.
A frequência escolar	Gestora: Os alunos não faltam, são bastante presentes.

<p>O rendimento escolar.</p>	<p>Gestora: O rendimento vai por série, têm uns que estão com rendimento maior, outros menor. Só está mais fraquinha a turma do 3º ano, com problemas na leitura, eu pedi para o professor fazer todos os dias. Tinha aluno que não lia nem uma palavra, o professor propôs um incentivo para que os alunos melhorassem. Este professor ensina o 3º e o 4º ano em uma sala, aí os do quarto sabem ler. Juntei por que tinha poucos alunos, o professor fica mais em cima do 3ºano. Hoje, na direção, eu faço de tudo para não ter essa mistura de séries.</p>
<p>Houve mudança na condição de vida desses sujeitos depois de sua inclusão no programa bolsa família?</p>	<p>Gestora: O bolsa família ajudou muito, antes quando comecei a trabalhar fazia pena ver os alunos em condições tão humildes, hoje, os alunos vão mais arrumadinhos, levam dinheiro, merendam bem e ainda compram lanche. Depois da bolsa família muita coisa melhorou, os cadernos bem bonitos, e bolsas bonitas. Tem muitas mães que levam a criança na escola para não bloquearem a Bolsa Família. Eu fiz uma reunião e disse que isso é errado, pois devemos nos preocupar com a aprendizagem da criança. Tem uns pais que entendem isso, mais tem outros... Muitas crianças não tem acompanhamento em casa.</p>
<p>Como a atual conjuntura de cortes de programas sociais pelo governo federal está impactando as famílias beneficiárias desses programas?</p>	<p>Gestora: Não teve muitos cortes, agora muitas pessoas passaram a receber valores menores, mas a criança permanece na escola. O professor precisa conhecer tudo, a partir do diálogo com o aluno.</p>

Fonte: Dados organizado pela pesquisadora.

Vivemos hoje em meio a falsas interpretações da realidade dos sujeitos, os que vivem em situações de pobreza extrema, mesmo ela fazendo parte da historicidade da humanidade, muitos ainda não a compreendem bem. O que é mais preocupante é a compreensão equivocada que a escola tem sobre pobreza, associando-a como carência, percebe-se isso na fala da gestora. Diante disso, Souza e Berger explicitam:

Embora a pobreza faça parte da história da humanidade e a maior parte da população viva em condição de pobreza, a escola não a reconhece e não dialoga com a

situação vivenciada pelos milhares de crianças, jovens e adultos que chegam à escola trazendo consigo, trajetórias de luta pela sobrevivência, de uma vida marcada pela ausência de direitos (2017, p.76).

A gestora enfatiza primeiramente que na escola não tem muitos alunos carentes e se contradiz depois, além disso, é possível destacar através das observações que a escola dispõe de diferentes realidades que sinalizam possíveis desigualdades sociais.

É perceptível a influência social, cultural, histórica de cada aluno, no que diz respeito a sua condição. Nesse contexto, a escola ao invés de ser uma escola igual para todos, passa a reforçar as desigualdades referentes às condições de vida de cada aluno, pelo fato de não reconhecer a pobreza dentro da escola.

Essa porcentagem de 50% de alunos que vivem em situação de baixa renda a que a gestora faz referência é algo bem preocupante. Isso é resultante de um poder que só tende a implantar a idéia de que pobre não é sujeito, de que ele não tem direito, como coloca o autor Dagnino Apud Leite (2000, p. 82) que “[...] ser pobre significa não apenas privação econômica e material, mas também ser submetido a regras culturais que implicam uma completa falta de reconhecimento das pessoas pobres como sujeito, como portadores de direitos”.

Assim, a escola passa a ser aquela que exclui e não que inclui. Segundo Leite (2018), em contrapartida, se perpetuaram muitos movimentos na luta pela construção de uma escola igual para todos. No entanto, não basta discutir que a escola é igual para todos, é dever da escola como um todo colocar em prática essa concepção. Nessa perspectiva, o professor exerce um papel importante por conhecer a realidade do aluno e tentar incluí-lo na escola, para que ele se sinta também parte dela. Conforme afirmam Souza e Berger (2017):

Primeiramente, para que o sujeito pobre possa estar inserido no contexto escolar, de modo que possa contri-

buir, é imprescindível que a escola cumpra seu papel, que é formar para o exercício da cidadania. Ou seja, quando a escola percebe o seu aluno como sujeito construído social e historicamente, ela lhe possibilita o acesso a conhecimentos que expliquem esta condição, capacitando-o a perceber-se como sujeito capaz de sair da condição em que se encontra e, inclusive, contribuindo para seu próprio processo de formação escolar (2017, p.79).

Segundo a gestora, muitas pessoas que antes viviam em situações bem desfavoráveis passaram a ter uma melhoria em suas condições de vida, isso foi possível a partir do Programa Bolsa Família. Com isso, essas pessoas puderam ter acesso à educação. Logo, o Programa tem esse objetivo, de fazer com que todos tenham acesso à educação, uma vez que é através dela, que poderá romper as desigualdades sociais. Nas palavras de Silva (2010), o Programa Bolsa Família:

Propõe-se a proteger o grupo familiar, com atendimento de famílias extremamente pobres, com renda per capita mensal de até R\$ 70 com qualquer composição, e famílias pobres, com renda per capita mensal entre R\$ 70 a R\$ 140 desde que tenham gestantes, nutrizes, ou crianças e adolescentes entre 0 a 17 anos. As famílias extremamente pobres recebem um benefício básico de R\$ 68 podendo receber um benefício variável de mais R\$ 22 por cada filho de até 15 anos de idade, até três filhos. As famílias pobres recebem uma transferência monetária variável de até R\$ 66, ou seja, R\$ 22 mensais por cada filho de até 15 anos de idade, considerando no máximo três filhos. As famílias pobres e extremamente pobres, com adolescentes de 16 e 17 anos, recebem um adicional de R\$ 33 por até dois adolescentes, desde que continuem frequentando a escola. As famílias têm liberdade na aplicação do dinheiro recebido e podem permanecer no Programa, enquanto houver a manutenção dos critérios de elegibilidade e forem cumpridas as condicionalidades

de manutenção de crianças e adolescentes de 7 a 15 anos na escola; frequência regular de crianças de 0 a 6 anos aos postos de saúde e realização do pré-natal pelas mulheres gestantes (SILVA, 2010, p.159).

Sobre isto, é pertinente ressaltar que as políticas sociais propõem melhorias nas condições de vida do ser humano, mas o que falta é um comprometimento da escola e também do governo para fazer valer uma educação emancipatória, que permita aos alunos serem conhecedores de sua realidade e intervir junto a ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social, pude refletir sobre os aspectos que permeiam a pobreza, pois antes tinha uma visão equivocada, relacionando-a com a escassez de bens materiais. Desse modo, ficava alienada nessa ideia, que é reforçada pela mídia, em especial pela TV, que passa uma definição do ser pobre como aquele que não trabalha, que vive nessa situação pela sua própria vontade. Comecei a refletir de fato a partir do primeiro encontro do curso, da aula inaugural, com reflexões que se fortaleciam ainda mais com as atividades propostas e todo material cedido pelo curso.

Diante disso, consegui adquirir novos conhecimentos no que diz respeito a pensar na minha prática como futura pedagoga, pois percebi que é através da educação que o indivíduo consegue alcançar novas possibilidades, como uma formação crítica e consciente sobre a situação na qual está inserido e como intervir junto a sua realidade. Nesse sentido, a escola exerce um papel de extrema importância para o reconhecimento dos alunos sobre sua condição ou sobre seus aspectos históricos, sociais e culturais.

Nessa perspectiva, é importante que o gestor escolar, o coordenador pedagógico e os professores busquem não só uma formação contínua,

mas também procurem trabalhar essa temática na escola, no tocante a procurar entender melhor seus aspectos, pois percebi através da pesquisa na escola que a pobreza não é uma realidade bem compreendida. Dessa forma, a escola passa muitas vezes a excluir seu aluno ao invés de incluí-lo, o que contribui para a desigualdade social, visto que o aluno passa a não se sentir parte desse espaço de formação tão importante.

É interessante ressaltar que as políticas sociais buscam integrar esses indivíduos que se encontram em situações desfavoráveis a uma condição melhor, mas o que acontece são discrepâncias em sua execução, o que também influencia para a exclusão do indivíduo. Mesmo assim, o Programa Bolsa Família até permite uma melhoria na condição de vida do indivíduo, mas é preciso mais planejamento e empenho dos gestores escolares para garantir a permanência do aluno na escola.

Um importantíssimo aspecto, que sem dúvida levarei para minha atuação profissional, é a busca de melhorias na prática pedagógica diante dos aspectos referentes às desigualdades sociais e a pobreza, que estão intrinsecamente ligados ao contexto escolar e a promoção do processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Ao aluno é emergente ter a garantia de uma melhor condição de vida e compreender a situação e o contexto que está inserido, e o professor junto com a escola deve permitir esses saberes para favorecer a emancipação do sujeito, de modo que entenda bem a tríade educação, pobreza e desigualdade social.

Com isso, é necessário o compromisso de toda a comunidade escolar, sobretudo com o reconhecimento da pobreza e com o direito do aluno de ter conhecimento sobre ela, para que possa refletir quanto ao contexto em que se encontra inserido. Por fim, o Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social trouxe grandes contribuições para a minha formação, não apenas acadêmica, mas também humana, e assim tentarei ofertar ao meu aluno novas possibilidades de aprendizagem a partir de sua realidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Módulo introdutório: pobreza, desigualdades e Educação.** In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GARCIA, Adir Valdemar [et al.] (organizadores). **Formação em educação, pobreza e desigualdade social: propostas de intervenção no currículo escolar.**1. ed. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza.** In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018.

MATEUS, Ronaldo Juvêncio, JORGE, Janete Elenice. A pobreza, desigualdade sociais e a pedagogia do silenciamento; vivências e posturas. In: GARCIA, Adir Valdemar [et al.] (organizadores). **Formação em educação, pobreza e desigualdade social: propostas de intervenção no currículo escolar.**1. ed. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017.

MATTEI, Lauro. A pobreza e suas interfaces multidisciplinares. In: GARCIA, Adir Valdemar [et al.] (organizadores). **Formação em educação, pobreza e desigualdade social: propostas de intervenção no currículo escolar.**1. ed. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017.

OLIVEIRA, Andrade, DUARTE, Adriana. Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 279-301, jul./dez. 2005. Disponível em:<www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>. Acesso em 20 jun. 2018.

SILVA, Maeia Ozanira da silva. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 13, n. 02, p. 155-163, jul./dez. 2010. Disponível em:<www.scielo.br>. Acesso em: 20 jun. 2018.

A POBREZA E A ESCOLA INTEGRAL DE SOCIOEDUCAÇÃO: UM DESAFIO NA RECONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO

EDCLEIDE DE VASCONCELOS SILVA OLIVEIRA
edcleidevsoliveira@hotmail.com

KILMA CUNHA BARROS
kilmabarros67@gmail.com

CÉLIA REGINA TEIXEIRA
cel.teix54@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho explana a experiência vivenciada como Pedagoga do Centro Socioeducativo Edson Mota (CSE) em João Pessoa-PB, no tocante as dificuldades no desenvolvimento de aprendizagem e desafios encontrados pela escola para a ressocialização dos adolescentes na maioria empobrecidos que cumprirem medida socioeducativa e estudam na Escola Cidadão Integral Almirante Saldanha.

No ano de 2017 a E.E.E.F.M Almirante Saldanha passa a ser chamada de Escola Cidadão Integral de Socioeducação Almirante Saldanha. Ela em seu bojo traz um outro olhar para o ensino-aprendizagem destes adolescentes. Como a primeira escola integral de socioeducação trouxe uma inovadora forma de ensino. Para tanto algumas questões alinhavam essa forma inovadora de ensino. Existe de fato um projeto de aprendizagem para desenvolvimento da leitura e escrita dos adolescentes? Que metodologia está sendo aplicada para o desenvolvimento de aprendizagem destes

adolescentes para que eles não se sintam discriminados e possam retornar ao convívio de sua comunidade social e escolar e, com isso sejam reintegrados na escola regular?

Desse modo a desigualdade social já é um dos fatores fortes, que reflete muito nas condições sociais dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, a escola pública, que deveria ser igual para todos, acaba por reproduzir e reforçar as desigualdades econômicas, sociais e políticas presentes em nossa sociedade. Uma das maiores dificuldades destes adolescentes quanto a sua aprendizagem é por que não terem uma vivência escolar definida como desistentes, alto índice de reprovação, com um perfil de desmotivação dos próprios pais, muitos têm bastante tempo fora da escola, por morarem na rua ou serem rejeitados por seus familiares que não tem como sobreviverem. Esses adolescentes por muitas vezes excluídos das escolas por não terem um bom comportamento, acabam chegando na escola da unidade desmotivados a continuar sua vida escolar.

Nessa perspectiva se compreende que desigualdade social está entre as maiores causas da violência entre jovens no Brasil. Ela é o pano de fundo, em que vive a população mais atingida pela violência, segundo Luseni Aquino- Ipea - 2014 Brasília, (Agência Brasil - ABr). Diante desta afirmativa podemos perceber que a violência e a desigualdade social se interligam e muito refletem na baixa escolaridade dos nossos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, por conviverem por muitas vezes em território em que a violência é muito presente, levando-o até as práticas de ato inflacionários. Muitos adolescentes não estavam freqüentando a escola e por isso, chegam a escola com um *déficit* de aprendizagem. Sendo assim, me proponho a identificar quais são as metodologias implantadas na Escola Integral de Socioeducação Almirante Saldanha, que estão contribuindo para o desenvolvimento de aprendizagem destes adolescentes, para que eles possam ser inseridos em sua comunidade escolar de origem na perspectiva e ressignificação de suas vidas e relações sociais.

A ESCOLA

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Almirante Saldanha, que está localizada nas unidades de socioeducação da FUNDAC em João Pessoa, vinha desenvolvendo um ensino regular para estes adolescentes. Cumprindo assim o que está preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Capit. IV, Art. 53.1990 – A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Quando a escola estadual passa ser Escola Cidadão Integral de Socioeducação Almirante Saldanha, única escola integral de socioeducação da Paraíba. Confirmando assim o que está no SINASE – São requisitos específicos a comprovação da existência de estabelecimento educacional com instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência. Por se tratar de um novo modelo de escola pública implantado na Paraíba, com a proposta de organização e funcionamento em tempo único (integral), a modalidade de Círculos, que temos assim discriminado: círculo I (1º,2º e 3º ano), II (4º e 5º ano),III (6º e 7º ano), IV (8º e 9º ano), V (1º e 2º ano do médio) e VI (3º ano do médio). Na internação, a escolarização acontecerá no espaço das Unidades, embora se considere o que o parâmetro do SINASE afirma quando se deve estabelecer uma progressividade para a realização de atividades externas (SINASE, 2006). O tempo diário do período letivo, tem a duração diária de 9 horas e 30 minutos, com refeições incluídas (almoço e lanche).

Nesse espaço de tempo, além das disciplinas obrigatórias, os estudantes participam de atividades extracurriculares para enriquecer o currículo, como música, oficina de artes, práticas restaurativas e educação socioemocional, oficina de leitura, além das eletivas que são ofertadas pelos professores. Por isso, possui uma estrutura diferenciada, um currículo inovador e o tempo de permanência dos estudantes são de 8h, o objetivo é construindo uma formação autônoma, competente e solidária. Os jovens também são formados para o mundo do trabalho, com cursos

profissionalizantes que temos na unidade em parceria com o SENAI e a Secretaria de Educação (Curso de Eletricista, Confeiteiro, Mecânico de Motocicleta, Pintor de Obra), que também vem contribuindo na construção do projeto de vida destes adolescentes pobres.

Com menos de um ano na socioeducação, a escola de tempo integral ainda encontra desafios referente a evasão, a falta de documentação escolar dos socioeducando que estão na unidade. Todavia, enquanto esses documentos não chegam, os alunos assistem aulas como ouvinte nas séries que eles informam como as ideiais e certas. Após alguns dias é possível detectar que muitos possuem dificuldades porque muitos dizem a série que estudavam em outra escola, mais, pelo tempo que passaram fora de sala de aula, há o esquecimento, uma vez que não foi bem desenvolvida a sua aprendizagem, sendo assim, muitos chegam a unidade sem saber ler nem escrever. Assim, a escola atende através da modalidade EJA devido a distorção idade série dos alunos, que já chegam nas unidades com esse problema de evasão escolar de anos anteriores.

Mesmo, morando no entorno que a escola está instalada, é um esforço diário fazer esses alunos irem à escola, entretanto isso é um desafio que envolve uma parceria entre a escola e a unidade, pois é um processo de ensino-aprendizagem acompanhado de perto pelos processos jurídicos instalados. Neste contexto, também é desafio criar instrumentos de acompanhamento eficazes que alcancem inclusive os que ainda não estão matriculados, de forma que consigamos enxergar quantos alunos dos que residem na unidade estão frequentando a escola, quantos não mantém uma frequência regular e quais nunca vieram, pois apesar da obrigatoriedade que existe, na maioria dos casos, não se pode forçar fisicamente essa ida, deve ser um despertar para, o que exige um processo longo de diálogos com a equipe técnica — psicólogos, assistentes sociais e pedagogas —. Isso ocorre devido ao pouco tempo de funcionamento a escola que ainda não tem números que possam desenhar a realidade atual.

Quanto ao aspecto de envolvimento, devido à flexibilidade do currículo e as diversas atividades que são propostas o aproveitamento

dos alunos é positivo, com quase zero de reprovação, mas lembrando que isso é algo superficial e sem dados, pois existem muitos que não possuem documentos e não sabemos ao certo sua escolaridade. Mas, como a proposta é trabalhar a partir do interesse dos alunos, eles acabam demonstrando seus interesses e isso é imprescindível na elaboração das propostas pedagógicas da escola, o que produz um interesse maior e aumento na participação e, por consequência, no rendimento escolar dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitos os desafios, mais sabemos que esses não são barreiras para desistir desses adolescentes que por muitas vezes enxergam na escola uma motivação para a ressocialização.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja, ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nos envolvemos com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação, afirma Brandão, 1985, p.7). Com esta afirmação podemos dizer que a educação é a base de tudo, que a encontramos em todos os lugares, até mesmo para estes adolescentes que cumprem medida socioeducativa, por que a mistura da vida com a educação proporciona um período de ressocialização.

A educação é um processo que tem como uma de suas finalidades inserir os sujeitos no universo social e cultural, trabalhando, fundamentalmente, com conceitos e valores. Portanto, educar não significa apenas a transferência de conhecimento, mas, sobretudo se trata do reconhecimento das possibilidades de transformação pessoal e social que qualquer ser humano possui.

REFERÊNCIAS

AQUINO Luseni. **Desigualdade social, violência e jovens no Brasil**. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) Agência Brasil - ABr) Brasília, 13/7/2004
ECA – **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Capit. IV, Art. 53

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília: SDH/PR, 2012.

UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A POBREZA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS NA ESCOLA FRANCISCO PESSOA DE BRITO

EDILANE BATISTA FERREIRA
edilaneferreira792@gmail.com

ROSILENE SILVA DE MOURAES
rosilene.mouraes@gmail.com

FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS
francym@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Este artigo tem a finalidade de compreender como a política social de educação se relaciona com os espaços em situação de pobreza. O objetivo foi registrar e analisar de forma crítica essa relação. Teve por eixo central de investigação a compreensão da política social de educação em sentido amplo. Porém, focou especialmente o espaço escolar público como *locus* privilegiado para o entendimento desta pesquisa.

Desta forma, o foco desta pesquisa é a representação da pobreza e da desigualdade social na escola pública Francisco Pessoa de Brito na qual sou parte do corpo docente. Tal enfoque justifica-se na tentativa de visibilizar essa condição tão presente no território nacional e nas instituições escolares, mas ainda não problematizada o suficiente para romper com a discriminação e exclusão que provoca. Na literatura educacional, de forma recorrente, o aluno e suas condições objetivas e

subjetivas são responsabilizados pelo fracasso escolar. Já o professor e/ou gestor são vistos como atores capazes de, isoladamente, construir o sucesso ou perpetuar esse fracasso. Intenta-se com esta pesquisa colocar em cena a questão da pobreza como elemento importante a ser considerado na análise, formulação e implementação da política social de educação.

O objeto de análise deste trabalho recaiu sobre o contexto escolar estadual e público de ensino. Por sua vez, a preocupação repousa na recorrência do fracasso escolar da população em situação de pobreza e em como a escola considera essa diversidade, mais especificamente a dos alunos pobres, na organização de seu trabalho pedagógico. Visibilidades, invisibilidades, desigualdades, evasão e fracasso escolar são observados e questionam a universalização do direito à educação prevista na Constituição Federal (1988).

Como justificativa também é necessário enxergar como eu, enquanto pesquisadora, me relaciono com os temas educação, pobreza e desigualdade social. A temática da pobreza sempre esteve presente e é fundante na minha experiência familiar. De origem simples, sou a terceira filha de um casal de agricultores com quatro filhos, cujo pai hoje é falecido. Toda minha educação básica estudei em rede pública de ensino, considerando a condição socioeconômica dos meus pais, pois o pouco que tinham era para o sustento de todos na casa, principalmente para comprar a feira. Meus avós que moravam perto sempre ajudavam com o que podiam, também eram agricultores e apesar de muito trabalho na roça, pois morávamos em zona rural, nunca deixaram faltar o alimento, isto é, sempre trabalharam para o plantio e colheita em favor da alimentação da família. Embora tenha enfrentado muitos obstáculos e problemas financeiros durante minha formação, nunca me deixei desanimar, ao contrário, transformei minhas dificuldades em incentivos para vencer e alcançar meus objetivos. A interpretação com a qual pude conviver foi a da pobreza como fruto da dinâmica social e injusta que precisava ser superada.

Com a realização desta pesquisa, através do Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social, oferecido pela Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape-PB, pretendeu-se visibilizar a situação de pobreza e desigualdades sociais presentes na escola pública Francisco Pessoa de Brito e contribuir para a compreensão da relação que a escola e a política educacional estabelecem com a população carente que a frequenta, possibilitando a formulação e implantação de políticas públicas de aporte à escolarização em situação de empobrecimento.

O espaço escolar escolhido para análise foi minha unidade de trabalho, a Escola Estadual de Ensino Médio e Normal Francisco Pessoa de Brito, que é situada na Av. Olívio Maroja, S/N – Bairro São Sebastião, no Município de Araçagi-PB. A Instituição é mantida pelo Estado através da Secretaria de Educação. Abarca o Ensino Médio Regular com 269 alunos no turno da manhã, 256 no turno da tarde e 55 no turno da noite. O Ensino regular tem 65 alunos no turno da tarde e o Ensino Médio de Jovens e Adultos-EJA tem 102 alunos no turno da noite, totalizando 747 alunos atendidos. Segundo a gestora, a escola conta com 1 Diretora, 1 Secretária, 1 Técnico Administrativo, 14 funcionários de apoio, sendo os mesmos distribuídos por funções apresentadas posteriormente. No quadro do corpo docente, a escola conta com 31 profissionais, sendo 13 efetivos, e 18 contratados, somando um total de 55 servidores.

Nessa investigação a metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, com entrevistas a gestora e funcionários do espaço escolar, e pesquisa bibliográfica baseia-se nos estudos realizados pelos autores Antunes (2003), Leite (2018), Arroyo (2007), (2018), Freire (1996), dentre outros.

ESPAÇO DE RESISTÊNCIA A POBREZA E AS DESIGUALDES SOCIAIS

A escola, como qualquer outra instituição social, reflete as condições gerais de vida da comunidade em que está inserida. No entanto, é evidente também que fatores internos à própria escola condicionam a qualidade e a relevância dos resultados alcançados (ANTUNES, 2003, p.20).

Depois de anos incansáveis em busca de uma educação que se estendesse a todos os grupos de alunos, partindo do Ensino Médio, em 25 de julho 1986, sob a Direção do Professor Aderbal Pessoa de Brito, foi criada perante decreto de número 11.452, a Escola Estadual de Ensino Médio Francisco Pessoa de Brito. Atualmente a escola trabalha com a Educação Básica abrangendo as modalidades de Ensino Médio Regular, Médio de Jovens e Adultos-EJA e Ensino regular.

Convivendo com a realidade dos educandos desenvolvem-se ações pedagógicas buscando a interdisciplinaridade e interação educando-educador, priorizando um ensino-aprendizagem com maior eficácia na abordagem da *práxis* tão mencionada por Paulo Freire. Para Leite:

Isso exige que os(as) educadores(as) conheçam as experiências socioculturais de seus(suas) alunos(as) – a realidade, os territórios, as formas de entender o mundo, os valores – e estabeleçam relações entre o objeto de conhecimento escolar e essas vivências, tarefa bastante distinta da tradicional responsabilidade de apenas transmitir conteúdos, desconsiderando o sujeito que aprende (2018, p.25).

A escola encontra-se em uma comunidade que se caracteriza como classe média baixa, e se localiza no centro da cidade de Araçagi. Porém,

apesar de sua localidade, a escola atende uma clientela de moradores da zona rural, que se caracteriza a maior parte como de baixa renda. Sua localização está em uma comunidade que tem como principais setores da atividade econômica o comércio local, a renda oriunda dos funcionários públicos estaduais e municipais, aposentados ou do ramo da agricultura e da pecuária, prevalecendo a agricultura como a maior fonte de renda da cidade. O perfil socioeconômico é bem diversificado, porém a maior parte dos alunos encontra-se situada na renda mínima, depende de Programas Federais de auxílio como o Bolsa Escola e recebem ajuda na aquisição de materiais escolares.

As desigualdades e a pobreza na nossa região são muito presentes, reflete as condições sociais e econômicas da população. Vale ressaltar que a principal ocupação dos moradores é o ramo da agricultura e do comércio local, onde a maioria consegue sua renda mensal. Arroyo considera que:

Quando passamos a observar os processos sociais e políticos de produção da pobreza, somos obrigados(as) a nos indagar sobre que coletivos são submetidos a ela. Em nossa história, percebemos que os grupos que diferem da raça, da etnia, do gênero e da classe dominantes são os Outros, alijados do acesso a direitos básicos. Perpetuar a situação de pobreza desses coletivos tem sido, ao longo de nossa história social e política, a forma mais brutal de fazê-los permanecer nessa condição de inferiores, oprimidos, em desigualdade de acesso aos direitos sociais, políticos e econômicos (2018, p.17).

A cidade tem uma vasta extensão territorial dividida entre a zona urbana e rural. A maioria dos moradores da zona rural possui casa própria de alvenaria, algumas casas são de taipas, porém, são em número bem menor. Para se locomoverem até a cidade os moradores utilizam transporte próprio ou ônibus. Para se comunicar utilizam os meios de comunicação, como celular, internet e a rádio comunitária local.

EVASÃO ESCOLAR E RENDIMENTO ESCOLAR: PROBLEMAS E ENFRENTAMENTOS

Com relação à evasão escolar percebe-se que vem adquirindo espaço nas discussões e reflexões realizadas pelo Estado e pela sociedade civil, em particular, pelas organizações e movimentos relacionados à educação no âmbito da pesquisa científica e das políticas públicas. Na Escola Estadual de Ensino Médio Francisco Pessoa de Brito, apesar dos projetos que são trabalhados para combater esse problema, é notória a evasão dos educandos, uma vez que está ligada a vários aspectos, dentre eles, a desestruturação familiar, a ausência de políticas de governo, o desemprego, o analfabetismo, entre outras. E também a necessidade de trabalhar para auxiliar no sustento de suas famílias.

Segundo os dados pedagógicos da escola, a família foi apontada como um dos determinantes do fracasso escolar da criança, seja pelas suas condições de vida, seja por não acompanhar o aluno em suas atividades escolares. Segundo Leite (2018, p.26) “[...] na realidade, o que fracassa é esse sistema escolar que impõe um mesmo modelo de racionalidade, próprio dos grupos que estão no poder, e depois cobra de sujeitos tão diversos o mesmo rendimento”. Essas desigualdades sociais também presentes na sociedade brasileira, segundo Arroyo, são resultantes das “diferenças de classe”, e são elas que “marcam” o fracasso escolar nas camadas populares, por que:

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais (2018, p.21).

De forma geral, segundo a diretora e funcionários da escola, a evasão escolar é consequência da “desestruturação familiar”, dos problemas familiares como a pobreza e a necessidade dos filhos trabalharem para ajudar a família, e a ausência dos pais no acompanhamento dos estudos dos filhos, além das drogas e do desemprego. Em síntese, os fatores responsáveis pela evasão escolar na visão do diretor, coordenador pedagógico e dos funcionários encontram-se fora da escola. Ainda em concordância com Arroyo:

Podemos observar que a pedagogia e a docência tendem a considerar, sobretudo, supostas carências intelectuais e morais que os (as) estudantes pobres carregariam para as escolas. Essas são carências de conhecimentos, de valores, de hábitos de estudo de disciplina, de moralidade. Desse modo, reforça-se uma concepção moralista sobre os pobres que se encontra há muito tempo em nossa cultura política e pedagógica: a pobreza moral dos pobres produzindo a sua pobreza material (2018, p.8).

O rendimento escolar é uma conquista, e para conseguir é preciso o diálogo, a participação efetiva do aluno e, sobretudo, a construção de relações de proximidade e empatia com os estudantes. Muitos professores vivem dramas terríveis porque não conseguem atrair e construir sentido e significado para seu projeto pedagógico. Não são poucas as estratégias que implementam no sentido de fazer com que os alunos apresentem interesse e vontade de aprender os conteúdos que ministra e as atividades que realizam. Há casos em que os próprios alunos boicotam as aulas, constroem estratégias para driblá-las e apresentam-se desmotivados para as mesmas. Fica evidenciado que não basta ter um plano de aula bem estruturado, organizado e fundamentado.

Da mesma forma, fica revelado que o processo de ensinar e aprender supõe a construção de relações de proximidade, empatia e significado que vão além dos conteúdos estabelecidos pelo professor e de

suas estratégias didático-pedagógicas. A construção dessas relações tem a ver com a concepção e a prática docente no que se refere ao próprio processo de ensino-aprendizagem e ao modo como os professores veem os alunos, seu lugar e papel na ação pedagógica. Para a autora Leite:

Em primeiro lugar, ressalta-se que considerar os sujeitos no centro do processo educativo implica muito mais que colocar a formação de sujeitos críticos e participativos como um dos objetivos do Projeto Político Pedagógico da escola. Considerá-los no centro do processo educativo acarreta reorganizar tempos, espaços, agrupamentos, conteúdos escolares. Importa também em mudar o lugar de educandos (as) e educadores(as) na dinâmica do trabalho e, principalmente, em transformar a vida da escola, entendendo-a como espaço de cultura (2018, p. 21).

De acordo com Freire (1996, p. 21) o “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”, o aprender, nessa perspectiva dialógica, é mais que uma relação de saber; é relação de existência de vida; aprender é uma modificação estrutural não do comportamento, mas da convivência. O processo de ensino e aprendizagem decorre então de uma relação entre parceiros, em que todos ensinam e todos aprendem. Percebe-se que, atualmente, a Escola Estadual de Ensino Médio Francisco Pessoa de Brito enfrenta diversos problemas, assim como todas as outras escolas públicas do país, com relação à falta de disciplina dos alunos, a não participação dos pais na educação dos filhos, entre outros fatores.

Para Arroyo (2018, p.15) “[...] os percursos escolares trazem as marcas das trajetórias de vida, das condições sociais que lhes são dadas para produzir suas existências”. Embora a direção tente reverter essa situação através de projetos que proporcionem uma maior interação entre pais, alunos e escola, que conta com o apoio de todo corpo docente do centro educacional, visando um melhor rendimento escolar, infelizmente

o problema das desigualdades sociais, sobretudo, da pobreza, é refletido principalmente no ambiente educacional, pois é o local onde estão inseridos seres humanos de diferentes culturas, raças e classes, na maioria das vezes consideradas inferiores. Arroyo complementa:

A uma das políticas mais segregadoras que parte do pressuposto de que os seres humanos trazem incapacidades mentais de origem, de classe, raça, gênero, território, de deficiência física; que tudo que é povo é inferior e menos capaz até na inteligência. Esta cultura política marcou profundamente a cultura escolar e docente e a lógica curricular (2007, p. 34).

Reforçamos a ideia de que não haverá excelência no processo de ensino e aprendizagem se não houver uma busca permanente por uma excelência nas relações de convivência, no ambiente ou espaço de aprendizagem, entre professores e alunos. É no espaço da convivência onde se dá a proximidade e a empatia, que o ato de ensinar e aprender se efetivam, ganhando sentido e significado.

A infrequência é outro dos muitos problemas presentes no ambiente escolar, não restrito aos educandos, mas que envolve os demais atores – professores, direção da escola, coordenação, supervisão e secretaria – pela carência de alternativas que visem manter os alunos na escola. A legislação educacional brasileira defende a igualdade de condições para o acesso e permanência dos alunos na escola, além de tratar sobre o dever do Estado com a educação, ao determinar que esse dever seja efetivado mediante várias garantias de acessibilidade à escola. A Constituição brasileira de 1988 postula no artigo 205 que “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Portanto entende-se que a infrequência escolar será amenizada ou solucionada por meio da conscientização dos profissionais da educação,

assim como dos alunos e suas famílias, num posicionamento crítico quanto à gravidade e às consequências danosas à formação dos sujeitos. Uma ação conjunta, consciente e responsável de toda sociedade, possibilitará a efetividade do direito à educação, à igualdade social e combate à pobreza extrema, à construção de uma escola de qualidade e a um ensino que possibilite a formação dos educandos como cidadão e para o mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a relação entre educação, pobreza e desigualdade social não pode ocorrer dissociado das reflexões sobre a multideterminação que a conforma. Foi possível observar ao longo do Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social que diversos estudos apontam as dificuldades para uma compreensão aprofundada da relação entre a política educacional e a situação de pobreza, considerando essa relação multideterminada. A escola pública tornou-se um espaço importante de reflexão a respeito da própria ordem social, seu funcionamento, suas contradições, seus limites.

Uma nova forma de olhar para essas questões foi possível através do Curso de Aperfeiçoamento EPDS. Devemos lutar por uma educação universal. Da mesma forma, devemos continuar lutando pela garantia do direito à educação pública, gratuita e de qualidade para todos, em todos os níveis de ensino. Também não podemos discordar da necessidade de se rever a condicionalidade aqui tratada, visto que a educação, para além de um direito, já se constitui em uma obrigação. Essa educação qualificada à qual nos referimos implica um trabalho multidisciplinar, multiprofissional e intersetorial. Nesse sentido, há que se rever a forma como a escola pública está organizada, e que papel tem cumprido. É necessário repensar o currículo, estabelecer relações que efetivamente contribuam para que se possa compreender a realidade social em que vivemos.

Ao apresentar essa proposição, não entendemos que a universalização da educação e sua obrigatoriedade, mesmo com a garantia da qualidade desejada, possibilitem a erradicação da pobreza. Se a pobreza é, em si, uma medida, uma ordem social de classes, não se pode erradicá-la, visto que a desigualdade social está a colocar uma parcela da população nessa condição, independentemente do parâmetro adotado. Contudo, é fundamental que se exija aquilo que a própria ordem social, com base em seu corolário legal e político, diz ser capaz de realizar. Essa é a forma de confrontar essa ordem.

Tendo como base todas as análises feitas durante esta investigação e demais atividades propostas pelo Curso de Aperfeiçoamento EPDS, pode-se considerar que a educação é um poderoso instrumento no desenvolvimento de uma pessoa, ela se dá em todos os setores da sociedade, a criança em situação de pobreza tem na escola uma chance de mudar sua condição, visto que a desigualdade social, muitas vezes, se torna uma barreira para a educabilidade. Educação, palavra que pode ser entendida de forma a denominar atos feitos pelo ser humano, ou seja, segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2000, p. 251) a educação é o “[...] processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando a sua melhor integração individual e social”. Assim, a educação nada mais é do que um dos instrumentos mais poderosos para diminuir as desigualdades sociais.

Portanto, pode-se concluir que a temática que norteou o Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social provocou debates e reflexões fundamentais, sobretudo no que se refere aos processos de educação envolvendo sujeitos que vivenciam a experiência da pobreza ou da extrema pobreza. Neste espaço também foi possível discutir de forma crítica a questão da implementação de políticas educacionais e políticas sociais articuladas à educação (a exemplo do Programa Bolsa Família, com o sistema de condicionalidades à educação, à saúde e à assistência social). Enquanto profissionais engajados nas escolas abrem-se novos e significativos desafios que envolve para que a ampliação do

acesso à educação seja acompanhada de um grande esforço pela melhoria da qualidade da educação em termos materiais e humanos, para que as desigualdades sociais sejam reduzidas e uma vida digna e justa seja alcançada.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, IRANDÉ. **Aula de português: encontro e interação.** - São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Indagações sobre currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação básica, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf>>. Acessado em: 28/12/17.

ARROYO, MIGUEL GONZÁLEZ. **Módulo introdutório: pobreza, desigualdades e educação.** In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistência da pobreza.** In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

GARCIA, Adir Valdemar, et al. **Formação e pesquisa no âmbito da iniciativa educação, pobreza e desigualdade social**– 1. ed. – Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017. Disponível em: <<http://fliphtml5.com/wskm/fvcb/basic>>. Acessado em: 12/06/18.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 8°. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** - São Paulo: Parábola positivo, 2000.

A ESCOLA NO CONTEXTO DA TRÍADE EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

FERNANDA FIGUEIRÊDO DE CARVALHO BRITO
ffc.fernanda@yahoo.com.br

ROSILENE SILVA DE MOURAES
rosilene.mouraes@gmail.com

FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS
francym@terra.com.br

INTRODUÇÃO

A pesquisa discute a problemática da educabilidade relacionada com a pobreza e suas implicações na escola. A intenção é investigar como se dá a aprendizagem em meio às situações de desigualdades sociais e pobreza. A maioria desses sujeitos só tem acesso a livros ou a bens culturais através da escola, sendo por vezes, a oportunidade única de mudar a sua condição de vida. Corroborando com essas reflexões, Bourdieu e Passeron, ressaltam que:

A escola é o fruto da representação da legitimidade simbólica das democracias burguesas que, contrariamente ao feudalismo, enfatizam o papel da escola como mecanismo de reprodução social. Todo o sistema de ensino institucionalizado produz e reproduz um arbítrio cultural de que ele não é o produtor e cuja reprodução contribui para a reprodução das relações entre grupos ou classes (1990, p. 7).

Por vezes esses sujeitos chegam a escola encontram um espaço cheio de problemas, ocasionados pela falta de recursos, a não utilização dos recursos existentes por parte dos professores e a falta de infraestrutura, etc.

Portanto, este trabalho resulta de uma pesquisa bibliográfica e de cunho qualitativo que indaga: Quais são os impactos da situação de pobreza no processo de ensino e aprendizagem escolar e qual é o papel da escola? A pobreza e a escola estão intrinsecamente ligadas? As condições sociais interferem sobremaneira no processo de ensino aprendizagem? As desigualdades sociais transformam-se em desigualdades escolares, e vice-versa?

A ESCOLA NO CONTEXTO DA TRIÁDE EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

Quando o assunto é pobreza, é normal associarmos a palavra a vários significados: fome, miséria, necessidades, falta de recursos financeiros, mendicância, falta de escolaridade, enfim, se fazem inúmeras relações, sendo inclusive difícil definir com precisão esta palavra.

Assim, a definição de pobreza pode depender do contexto de cada sociedade, ou seja, pode ser relacionada com recursos materiais, políticos, sociais e produtivos. Mas podemos dizer sim que pobreza também está relacionanda com a falta de uma educação de qualidade. Existem diferenças educacionais gigantescas entre os indivíduos, pois o indivíduo que possui maior escolaridade possui um lugar de destaque no mercado de trabalho, que acarreta desigualdade de renda entre os sujeitos, que proporciona a permanência da pobreza.

Acontece assim um ciclo vicioso, por que a pobreza está intimamente ligada ao baixo nível de escolaridade. Reduzir a pobreza implica no acesso ao ensino de qualidade. De acordo com Gentili:

A maneira como a escola trata a pobreza constitui uma avaliação importante do êxito de um sistema educacio-

nal. Crianças vindas de famílias pobres são, em geral, as que têm menos êxito, se avaliadas através dos procedimentos convencionais de medida são as mais difíceis de serem ensinadas através dos métodos tradicionais. Elas são as que têm menos poder na escola, são as menos capazes de fazer valer suas reivindicações ou de insistir para que suas necessidades sejam satisfeitas, mas são, por outro lado, as que mais dependem da escola para obter sua educação (2005, p. 11).

Acrescenta-se a isso as colocações de Freitas:

Na escola, por exemplo, a existência em massa da ralé faz com que se nivele por baixo a qualidade do ensino. A crueldade da má-fé institucional está em garantir a permanência da ralé na escola, sem isso significar, contudo, sua inclusão efetiva no mundo escolar, pois sua condição social e a própria instituição impedem a construção de uma relação afetiva positiva com o conhecimento (2009, p. 301).

Nos inúmeros debates do Curso de Aperfeiçoamento EPDS percebeu-se que quando a pobreza é interpretada como fatalidade, ela não consegue ser entendida pelo próprio sujeito que vive, uma vez que se ignoram questões de ordem política, econômica e social que a envolve. Dessa forma é necessário que construamos o entendimento do contexto histórico de produção desse fenômeno, e que busquemos entender “os porquês” que aos mais pobres são negados os direitos sociais mais básicos, como alimentação, moradia e renda. Arroyo ainda nos faz refletir que:

[...] não dispor de uma devida atenção ao fenômeno da pobreza, como elemento capaz de comprometer as bases reais da vida humana, tem levado as nossas instituições e os nossos profissionais a desconsiderar as carências materiais que chegam às escolas e a se preocupar priorita-

riamente com as consequências morais e intelectuais da pobreza. A presença de milhões de crianças e adolescentes extremamente pobres nas escolas nos obriga a superar essas visões tão limitadas – a do pobre como imoral e não qualificado para o trabalho. Para compreender esses sujeitos, é necessário dar maior centralidade às condições sociais e materiais de suas vivências e sobrevivências como seres humanos. Os percursos escolares trazem as marcas das trajetórias de vida, das condições sociais que lhes são dadas para produzir suas existências (ARROYO, 2018a, p.15).

Da comunidade escolar (gestor, professor, equipe de apoio) espera-se uma postura crítica diante da tríade: educação, pobreza e desigualdade social. A escola de maneira geral necessita estar sintonizada para o fato de que na atualidade vivenciamos não somente as desigualdades econômicas, mas também desigualdades culturais, de gênero, social, entre outras. A pobreza, portanto, deve ser analisada como uma questão social e não moral, assim faz-se necessário compreendê-la numa perspectiva política, como um problema de Estado, exigindo dele políticas públicas capazes de transformar essa realidade.

A educação se dá em diferentes espaços e a escola é um dos quais as crianças pobres têm mais acesso, sendo esta a principal forma de educação. O fato é que a escola precisa encarar a pobreza como uma realidade e que o sistema educacional deve empenhar esforços no sentido de tornar a aprendizagem possível e adequada às reais necessidades dos alunos. Cabe mencionar uma fala muito interessante de Connell (1995, p.12), que diz “(a educação) não é uma panacéia para a pobreza”, porém, pode contribuir para formar indivíduos muito mais conscientes, capazes de ver possibilidades de transformação de suas realidades.

Na atualidade, compreendemos a educação como uma luz para o acesso a cidadania, entretanto, inúmeros alunos se encontram alijados dos processos de ensino e aprendizagem e em situação de vulnerabilidade. O

docente é uma força motriz necessária, pois, segundo Connell (1995, p. 35) “[...] se quisermos que haja uma mudança na educação das crianças em situação de pobreza, temos que ver os/as professores/as como força de trabalho da mudança”. O professor possui condições de avaliar a realidade e intervir pedagogicamente com intuito de contribuir da melhor maneira com a aprendizagem.

Desse modo, é necessário refletir cotidianamente e pedagogicamente sobre a realidade presente nas salas de aula das escolas públicas de todo país, local, onde se encontram crianças e adolescentes castigados pela pobreza, que necessitam compreender a escola como um ambiente de reflexão das suas respectivas cidadanias individuais e coletivas.

Comenta Miguel Arroyo (2018b): “[...] os nossos educandos nunca foram esquecidos nas propostas curriculares, mas a questão é: com que tipo de olhar eles foram e ainda são vistos”. Lino (2007, p. 11) nos faz lembrar que “[...] é preciso ter clareza sobre a concepção de educação que nos orienta. Há uma relação estreita entre o olhar e o trato pedagógico da diversidade e a concepção de educação que informa as práticas educativas”.

Assim, os professores devem e podem encontrar à sua disposição métodos de ação desafiadores e práticas pedagógicas emancipadoras. Sendo assim, a escola é um ambiente privilegiado para a formação e o desenvolvimento do ser humano em sua totalidade, e se faz preciso a conscientização para a formação deste. Uma escola justa e democrática tem o dever de formar um indivíduo crítico e consciente de sua realidade, apontando caminhos para que os mesmos possam intervir, modificar ou até superar as condições adversas, criando e recriando possibilidades de melhoria de seu estado físico, mental, social e econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma sociedade só é decente se suas instituições não *humiliam seus cidadãos* (Avishai Margalit, 1996).

Este trabalho teve como foco a educabilidade com reflexões sobre pobreza, a escola e a aprendizagem. Nos dias atuais a educação contemporânea deve ser analisada muito além ao ato de escolarização, com o objetivo de contribuir para a construção de uma formação em direitos inerentes a pessoa humana. Educar para os direitos humanos requer uma predisposição para a formação de uma cultura de diálogo, empoderamento, autonomia e a dignidade humana, com a obrigação de refletir nas relações educacionais, e extrapolando além dos muros das escolas e das comunidades. No mundo, sem dúvida, a educação é uma prioridade social, e as constantes ameaças a ela, principalmente quando falamos em Brasil, precisam ser problematizadas/questionadas pelos sujeitos, por meio de espaços de luta e participação social, sendo a escola um *locus* de afirmação da luta.

É imprescindível que a partir das reflexões do Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, possamos construir coletivamente possibilidades de atuação na política educacional e nas demais políticas públicas, com o intuito de garantir os direitos humanos bem como o acesso a uma vida digna através da promoção do conhecimento e da situação em que estes coletivos estão subjugados diariamente.

Também é muito importante que projetos e ideias possam emergir para fortalecer essas discussões, contribuindo para que nossas escolas transformem a maneira como enxergam os indivíduos empobrecidos, realizando um novo diálogo com a realidade e com o sistema político, social e econômico atual. Para tanto, os textos, os vídeos e as aulas do curso salientaram que, enquanto profissionais da educação, é necessário mudar

a postura frente à compressão dos discentes e coletivos empobrecidos. É preciso colocar um basta nos estereótipos da pobreza. É preciso transformar a vida das pessoas que fazem parte da escola, é preciso transformar a escola, organizando-as como ambientes de aprendizagem e experiências, construindo relações entre sujeitos ao mesmo tempo emocionais, sociais, culturais e históricos, ofertando a chance de emancipação, tornando-nos disseminadores dos processos de resistência e luta social.

Tendo como base as reflexões feitas neste trabalho, pode-se inferir que a educação é e sempre será um importante instrumento no desenvolvimento da pessoa. Ela se dá em todos os setores da sociedade e o sujeito em situação de pobreza tem na escola uma oportunidade de modificar sua condição de vida. A escola exerce seu papel de agente transformador na medida em que vê na realidade do sujeito o princípio da mudança, através de práticas educativas reflexivas acerca do círculo de vivência do mesmo. Todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem devem ter a consciência de que podem e devem mudar sua realidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, MIGUEL GONZÁLEZ. **Módulo introdutório:** pobreza, desigualdades e educação. In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018a.

_____. **Pobreza e Currículo:** uma complexa articulação. In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018b.

BITTAR, Eduardo C. B. (Org.). **Educação e metodologia para os Direitos Humanos.** São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2008. p. 285-298.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CONNEL, R. W. Pobreza e Educação. In: GENTILI, P. Pedagogia da Exclusão: Neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

FREITAS, Lorena. A instituição do fracasso: a educação da ralé. In: SOUZA, Jessé

(Org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2009. p. 281-304.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação**. IN: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

REFLEXÃO SOBRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS E SITUAÇÕES DE POBREZA NAS ESCOLAS PERIFÉRICAS

JAYNNE COSTA DE LIMA
jaynnelima@gmail.com

ANA ANGÉLICA MONTEIRO PEREIRA
angelica23psicologa@gmail.com

JOEL ARAÚJO QUEIROZ
joel.queiroz@ccae.ufpb.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado no curso de Aperfeiçoamento **Educação, Pobreza e Desigualdade Social**, desenvolvido na modalidade à distância (com alguns encontros presenciais) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB-CAMPUS IV), através da plataforma MOODLE PEX 2017. Apresento nesse trabalho os resultados de uma pesquisa de cunho qualitativo, realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Fernandes de Souza, localizada em Mamanguape-PB. Nesse sentido pude ampliar meus conhecimentos de uma forma prática, já que antes não tinha um olhar para a vivência escolar e as práticas educativas a partir de um contexto de pobreza.

A escola está situada na periferia da cidade de Mamanguape. Através das observações pude ver de perto os desafios encontrados naquela instituição de ensino, conhecer de forma mais aprofundada a

realidade daquele espaço, em que constatei que as condições são bastante preocupantes. Para a realização da pesquisa busquei entender o perfil dos sujeitos que compõem a escola, dos profissionais que ali atuam, das condições estruturais do ambiente para proporcionar um ensino aprendizagem de qualidade e as relações de desigualdades.

Foram realizados questionamentos para uma professora do 5º ano do fundamental através de entrevista e observações do ambiente educacional pesquisado. Foram utilizados como embasamento teórico Arroyo (2014), Libâneo (2013), Leite (2015), Garcia (2017), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996). Para compor os resultados, foram examinadas as respostas da entrevista e articuladas com as leituras dos referenciais teóricos supracitados, e assim foi elaborada a construção da análise da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Escolas das áreas periféricas continuam no processo de exclusão, pois não são assistidas e respeitadas como as demais escolas dos centros das cidades, “dentro de uma mesma cidade e amparadas pelas mesmas legislações e políticas, diferentes crianças e jovens não têm acesso aos mesmos direitos. E quando tem, como é o caso do acesso à escola, direito quase universalizado no país, isso se dá em condições bastante desiguais”. (LEITE, 2015. p. 14).

Sendo assim, Leite (2015) ainda afirma que:

Desse modo, as condições de vida das crianças e dos (as) jovens pobres no Brasil deixam à mostra as desigualdades sociais e a falta de concretização de direitos garantidos por lei, como viver com dignidade ou estudar em uma escola de qualidade (LEITE, 2015.p. 13).

Nessa perspectiva as desigualdades sociais ficam cada vez mais evidentes. Os sujeitos que moram nas periferias (considerada a margem da sociedade) são menos favorecidos, marcados pela falta de assistência, segurança, saneamento básico, moradia, alimentação, de oportunidades, de educação de qualidade. Sendo a educação um dos pilares para mudar a realidade em que vivem, no entanto, nem todos tem acesso, ou quando tem não é de qualidade. Portanto, esses sujeitos continuam a viver em estado de pobreza ou extrema pobreza, pois não são assegurados por seus direitos e políticas públicas.

A escola pesquisada quase não tem recursos para facilitar e efetivar o ensino aprendizagem das crianças, ela é colocada à margem, é necessário que as políticas públicas enxerguem essas situações e garantam os direitos de uma educação de qualidade de maneira igualitária e justa para todos. Existe falta de comprometimento do poder legislativo e executivo com a periferia, em que só chegam no ano de eleições fazendo promessas de mudanças, que nunca são cumpridas.

Na Constituição Federal de 1988, no Art. 205, primeiro dos dez artigos dedicados especificamente à educação nesta Carta Magna, nos apresenta que:

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2009^a, p.41).

O espaço escolar deve ser considerado o lugar da busca pela transformação e libertação, um lugar em que os sujeitos compartilhem valores, aprendam a respeitar, conheçam e aceitem as demais culturas, adquira o exercício da consciência crítica, base para a materialização de uma sociedade democrática.

Arruda (2017) nos certifica que:

[...] não é só obrigação de cada cidadão respeitar as diferenças e os direitos humanos de todas as pessoas, como é também dever do Estado desenvolver políticas públicas para que esses direitos se efetivem (ARRUDA, 2017. p. 41.).

Deve ser garantida à melhoria da qualidade do ensino público em todos os níveis, em que haja uma redução das desigualdades sociais no acesso e à permanência na educação pública, estabelecer compromisso com o pleno desenvolvimento dos sujeitos, como dever a ser assumido pelo Estado e pela família. De acordo com o Art. 3º inciso I da LDB, LEI Nº 9.394 “é direito a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Diante das questões de diversidade, LEITE (2015) apresenta questionamentos sobre a compreensão dessa diversidade e sobre o fracasso escolar. O sistema impõe conteúdos para que sejam efetivados, porém, é algo universal e não condizem com as diversas diferenças de Estados, regiões, culturas. Diante disso, LEITE (2015) nos afirma que “O que fracassa é esse sistema escolar que impõe um mesmo modelo de racionalidade, próprio dos grupos que estão no poder, e depois cobra de sujeitos tão diversos o mesmo rendimento” (LEITE, 2015. p.25.).

Portanto, os professores não podem separar sua prática do contexto social, no qual a escola está inserida. É necessário que eles conheçam os sujeitos diversificados que estão na sala de aula, sempre considerando sua realidade, para que assim promovam uma educação heterogênea, levando em consideração as singularidades dos seus educandos, pois seus desenvolvimentos ocorrem de maneira diversificada, e cada um vive em um contexto social diferente.

Pode se observar as diversas dificuldades que existem entre as escolas e as comunidades. Dentro dos muros das escolas nem sempre os sujeitos são analisados e considerados como diversificados e singulares e sim como seres únicos e que tenham desenvolvimentos iguais. Assim

conflitos de desigualdade sociais são bastante perceptíveis, visto que as escolas passam a fornecer as mesmas “oportunidades” sem ter consciência que não existe igualdade no cotidiano desses sujeitos.

Segundo Libâneo (2003):

Não é possível atuar com todos os alunos da mesma maneira. Trata-se de reconhecer que os resultados escolares dos alunos dependem da origem social, da situação pessoal e familiar, relação com os professores, tanto ou mais ainda do que inteligência (LIBÂNEO, 2003.p.42).

Nesse aspecto foi notável a percepção da professora sobre a existência de sujeitos diversificados em sua sala de aula e que ela leva em consideração essas diferenças para sua prática tendo consciência da existência e respeitando os conhecimentos prévios dos seus educandos.

Como podemos ver na resposta da professora da professora do 5º ano:

Como se vive em comunidade devemos considerar o conhecimento dele de mundo e o contexto que ele está inserido para de alguma forma tentar ajudar, muitas vezes problemas familiares que trazem para escola e isso pode se tornar um bloqueio para a aprendizagem. As necessidades como alimentação, maus tratos que sofrem em casa, alguns problemas como problema de visão, que os pais não detectam em casa e que se percebe na escola pelos professores e assim alertamos os pais de tais problemas, mas nem sempre eles se resolvem.

Conhecer seus alunos e de onde eles vem é de grande relevância para que os docentes desenvolvam metodologias que consigam atingir bons resultados no processo de ensino aprendizagem e assim ser proporcionada para eles uma aprendizagem significativa.

Segundo Arroyo (2014):

[...] reconhecer a pobreza e as desigualdades, fundamentalmente, significa levar em conta que a existência persistente dos pobres nas escolas brasileiras traz reflexões importantes para as práticas pedagógicas e para a gestão educacional”. Assim, é necessário não apenas saber que as escolas estão repletas de meninos e meninas pobres, mas, muito mais do que isso, é preciso também questionar quais exigências essas vivências da pobreza, da precariedade material extrema, demandam de nossas práticas (ARROYO, 2014, p.7).

Para que a atuação pedagógica seja eficaz e proporcione uma aprendizagem significativa para os educandos, os professores não podem separar sua prática do contexto social no qual a escola e o alunado estão inseridos. É necessário que eles conheçam os sujeitos diversificados que estão na sala de aula, sempre considerando a realidade, pois eles trazem consigo uma bagagem de conhecimentos que foram adquiridos durante toda sua vida.

O professor, como mediador do conhecimento, teria melhores condições de trabalhar os conteúdos escolares com o auxílio de recursos didáticos. Como podemos ver na fala da professora entrevistada abaixo:

Os principais desafios do cotidiano na escola é para os professores falta de recursos didáticos, as crianças especiais não contam com o auxílio de uma sala de AEE (atendimento educacional especializado), não tem impressora, uma biblioteca, uma sala de computação para os alunos terem acesso, e assim despertar o gosto ou interesse pela escola e sentirem-se motivados, a ler, pesquisar e as crianças especiais desenvolverem suas habilidades de acordo com suas necessidades.

Libâneo (2013) nos mostra que para desenvolver uma prática pedagógica significativa devem levar em consideração que:

O processo de ensino tem um aspecto externo (os conteúdos de ensino) e um aspecto interno (as condições mentais e físicas dos alunos para assimilação dos conteúdos) que se relacionam mutuamente: de um lado há a matéria a ser ensinada de forma assimilável pelo aluno; do outro, há um aluno a ser preparado para assimilar a matéria, partindo das disposições internas (LIBÂNEO 2013, p.177).

Portanto, os educadores devem estar cientes e preparados para os desafios que terão que superar e utilizar meios para que seja efetivada uma educação significativa para as crianças, e que estejam dispostos a lutar junto com eles pelo fim das desigualdades e melhorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer uma reflexão sobre a temática educação pobreza e desigualdade social foi de grande relevância tanto para o meu crescimento pessoal, quanto para minha formação acadêmica. Os materiais estudados me enriqueceram de novos conhecimentos. Proporcionou-me um olhar mais crítico e humanizado sobre essa realidade que está tão próxima. Após as reflexões sobre o papel da educação pude constatar que ela é uma grande aliada na superação dessa realidade de pobreza e conseqüentemente desigualdades.

Como futura profissional da área da educação espero saber lidar com os desafios encontrados ao longo de minha trajetória como educadora, e poder contribuir de forma significativa na vida dessas pessoas e que possam adquirir uma consciência crítica para lutar por seus direitos e ter uma melhor condição de vida.

A pesquisa contribuiu para aquisição de experiências no ambiente escolar e ter reflexão sobre a educação e as desigualdades sociais no contexto de pobreza na escola periférica e como acontecem as práticas

pedagógicas no ambiente nesse espaço. São perceptíveis as desigualdades sociais existentes no local em que a escola se situa, e como é difícil efetivar o processo de ensino aprendizagem diante essas situações.

A partir dos questionamentos realizados, pude conhecer e analisar as concepções da professora que leciona em uma escola situada na periferia, cujas condições da escola é difícil em termos de estrutura física, falta de assistência do poder legislativo e judiciário, recursos didáticos, questão de pobreza, ausência da relação família-escola, desigualdade social que estão evidenciadas de maneira bastante preocupante, e sua metodologia desenvolvida para articular de maneira contextualizada, os conteúdos do currículo e a realidade do entorno.

É necessário que todos os educadores desenvolvam o papel da reflexão sobre essas questões, o ambiente escolar é um espaço para a construção de conhecimento, como também para a formação do sujeito crítico e consciente da importância de sua atuação na sociedade, que bem mediados nessa construção, desenvolvam a curiosidade e se tornem sujeitos ativos autônomos, críticos e transformadores da sociedade vigente.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Pobreza, desigualdades e educação**. Curso de Aperfeiçoamento, Educação, Pobreza e Desigualdade Social. 2014. Disponível em <http://pex.uead.ufpb.br/course/view.php?id=697>. Acesso em 10 abr. 2018.

BRASIL 1996. Portal do Mec. **LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> Acesso em: 23 jun. 2018.

GARCIA Adir Valdemar; TORRI Danielle; CERNY Roseli Zen; OLIVEIRA, Silvia Maria de. Coleção Educação, Pobreza e Desigualdade Social. In: **Reflexões sobre a pobreza: educação e assistência**. 1 ed. V. 2. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017. (Relação entre Educação e Pobreza no Brasil: algumas notas). (p.23-63).

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza**. Curso de Aperfeiçoamento, Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Disponível em <http://pex.uead.ufpb.br/course/view.php?id=697>. Acesso em 25.fev. 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

O CURRÍCULO ESCOLAR: UM ESPAÇO PARA REPENSAR A POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL

JAILZA MARIA GOMES DA SILVA
jailzamgomes@gmail.com

ROSILENE SILVA DE MOURAES
rosilene.mouraes@gmail.com

FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS
francym@terra.com.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi construído no Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social, da Universidade Federal da Paraíba, *Campus IV*, unidade de Mamanguape-PB. Concordo com César Coll (1999, p. 32) quando diz que “[...] o currículo é um instrumento que deve levar em conta as diversas possibilidades de aprendizagem não só no que concerne à seleção de metas e conteúdos, mas também na maneira de planejar atividades”. A vontade de destacar o currículo como objeto de estudo surgiu ainda da necessidade de confrontar a teoria das propostas curriculares existentes nas escolas com a realidade dos alunos pobres que as frequentam.

Os currículos e as práticas escolares tendem a ficar cada vez mais distantes da realidade da situação de pobreza encontrada nas escolas brasileiras. É sabido e afirmado por Lima que:

Os seres humanos vão à escola com vários objetivos, mas a existência da escola cumpre um objetivo antropológico muito importante: garantir a continuidade da espécie, socializando para as novas gerações as aquisições e invenções resultantes do desenvolvimento cultural da humanidade (2007, p. 17).

Durante o período do Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social surgiram vários questionamentos a respeito dessa temática no âmbito escolar, até então tudo parecia normal e rotineiro. Sob um segundo olhar percebe-se o quanto a escola está alheia aos problemas que envolvem a situação de pobreza dos sujeitos que a compõem e mais ainda quando se observa a proposta curricular vigente.

Cada vez mais se observa que não basta simplesmente construir escolas, é preciso atenção, cuidados com os alunos, com suas origens e seus saberes. Nessa perspectiva, a escola que tem a possibilidade de construir o seu currículo deve levar em conta as necessidades de aprendizagem dos alunos, ou seja, um currículo voltado para a formação humana que introduz sempre novos conhecimentos que servirão para o crescimento pessoal e intelectual dos alunos.

Inserido nesse novo paradigma, o currículo também deve ser flexível, o que abrange uma proposta de conteúdos a partir da realidade da instituição e da sua comunidade, e numa visão mais específica do aluno, de forma a possibilitar que o educando busque direção própria. Um currículo completo e elaborado coletivamente é indispensável em redes que fazem questão de garantir o avanço dos alunos, independente da classe social a que pertençam. Desse modo, ratifica-se o pensamento de Freire (2001, p. 8): “[...] o homem é um ser de relações que estando no mundo é capaz de ir além, de projetar-se, de discernir, de conhecer [...] e de perceber a dimensão temporal da existência como ser histórico e criador de cultura”. É com essa perspectiva que o currículo escolar deve ser contruído, pensando na formação do indivíduo que busca o conhecimento e quando o adquire transforma-se em um ser consciente do

seu papel na sociedade, do seu potencial, da sua capacidade de mudar, de sair da situação de pobreza que se encontra e procurar novos caminhos.

Assim, partimos para o objetivo que norteia essa pesquisa bibliográfica, a saber: refletir sobre o currículo escolar envolvendo as questões da pobreza e da desigualdade social com a intenção de contribuir, em momento oportuno, com a comunidade escolar da escola Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio John Kennedy, localizada na cidade de Guarabira-PB. Leciono há quase dez anos na escola e pretendo contribuir com a (re)formulação de seu currículo, apontando a necessidade de pensar a pobreza e a desigualdade social tão presente em nosso contexto, para enxergar melhor o processo de ensino e aprendizagem na realidade dos alunos em situação de pobreza. A referida escola tem um número de 585 (quinhentos e oitenta e cinco) alunos matriculados no Ensino Fundamental, Médio e EJA (Educação de Jovens e adultos), oriundos dos bairros periféricos da cidade e da zona rural.

Para fundamentar esta pesquisa procurei trazer as contribuições de teóricos que abordam a temática em discussão, como: Arroyo (2018), Gadotti (2007), Moreira (1999), entre outros.

O CURRÍCULO ESCOLAR: UM ESPAÇO PARA A DISCUSSÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE SOCIAL

Esse trabalho fundamenta-se nas concepções de currículo escolar e a construção do conhecimento na perspectiva da inclusão social e da diminuição da desigualdade no direito de aprender. Sabe-se que o currículo constitui o elemento nuclear do processo pedagógico, pois é ele que viabiliza o processo de ensino e aprendizagem. Sua projeção define o ensinar, para que ensinar, como ensinar e as formas de avaliação, em estreita colaboração com a didática. Essa perspectiva curricular vem de encontro à afirmação de Arroyo:

Construir currículos que garantam o direito dos(as) alunos(as) pobres a entenderem sua condição de pobreza não é tarefa simples, uma vez que os conhecimentos dos currículos continuam cultuando um conhecimento abstrato e conceitual que ignora, sobretudo, os sujeitos sociais e suas experiências. Relacionar currículo e pobreza exigirá aproximar os conhecimentos daquele com as experiências sociais da pobreza, com os sujeitos individuais e coletivos que as vivenciam; demandará colocar em diálogo suas indagações sobre a pobreza, suas causas, sua produção histórica com as indagações históricas que os conhecimentos dos currículos condensam (2018, p.20).

Nesse sentido, a ressignificação do currículo seria uma construção que objetiva uma educação de qualidade com foco na emancipação dos sujeitos sociais e, para garantir educação com qualidade e igualdade social, é preciso que todos/as, indistintamente, a ela tenham acesso. Isso só é possível por meio de políticas públicas, materializadas em programas e ações articuladas, com controle social, ou seja, que tenham o acompanhamento e a avaliação da sociedade, de modo que os processos de organização e gestão dos sistemas e das instituições educativas sejam constantemente melhorados. Portanto, a qualidade da escola é condição essencial de inclusão e democratização das oportunidades no Brasil, e o desafio de oferecer uma educação de qualidade para inserção do aluno no desenvolvimento do seu país e a consolidação da sua cidadania é tarefa de todos.

A aplicação de conhecimentos está relacionada às necessidades das organizações no atual mercado global, em que o valor dos recursos humanos é multiplicado em relação ao seu grau de conhecimento, esse dispõe de um papel ativo que possibilita a sua valorização pessoal e profissional perante a sua organização. Portanto, o currículo é a expressão dinâmica do conceito que a escola e o sistema de ensino têm sobre o desenvolvimento dos seus alunos e que se propõe a realizar com e para

eles. Com isso, pode-se afirmar que qualquer orientação que se apresente a respeito do currículo, não pode chegar à equipe docente como prescrição quanto ao trabalho a ser feito.

A construção do Projeto Pedagógico, do currículo da escola devem ser objeto de ampla discussão para que suas propostas se aproximem sempre mais do currículo real, que se efetiva no interior da escola, fora dela e de cada sala de aula. Sob essa ótica é importante ressaltar que a sociedade do século XXI, e em especial a brasileira, precisa buscar uma educação que vise formar para a autonomia, devendo fomentar nos educandos “[...] a curiosidade e a criticidade”, considerando que um educador que busca despertar esses aspectos em seus educandos não pode basear-se apenas na memorização mecânica. Na visão de Gadotti (2007):

Educar para um outro mundo possível é fazer da educação, tanto formal, quanto não formal, um espaço de formação crítica e não apenas de formação de mão-de-obra para o mercado; é inventar novos espaços de formação alternativos ao sistema formal de educação e negar a sua forma hierarquizada e sua estrutura de mando e subordinação; é educar para articular as diferentes rebeldias que negam hoje as relações sociais capitalistas; é educar para mudar radicalmente nossa maneira de produzir e de reproduzir nossa existência no planeta, portanto uma educação para a sustentabilidade (2007. p. 23).

Diante desse aspecto entende-se que a mudança na forma de educar pode partir de um currículo que contemple as diferenças sociais sem excluir aqueles que vivem na pobreza, sabendo-se que esse estado de pobreza pode ser superado não com assistencialismo, mas com políticas públicas voltadas para uma educação de qualidade. De acordo com Arroyo:

Os currículos escolares são escassos de experiências e significados sociais. Sabemos como os conhecimentos das disciplinas são falhos na capacidade de motivação

dos alunos e até dos docentes. Trazer as experiências e indagações que os (as) alunos (as) vivenciam para os conhecimentos dos currículos não será uma forma de trabalharmos com conhecimentos ricos em motivação? Os currículos serão mais ricos em conhecimentos quanto mais incorporarem as indagações enraizadas nas experiências humanas mais radicais de educandos (as) e educadores (as). Não seriam esses os conhecimentos devidos a que têm direito as vítimas de experiências-vivências sociais tão desestruturantes como a pobreza? (2018, p.21).

Esse questionamento leva-nos a refletir sobre as práticas pedagógicas vivenciadas nas escolas públicas brasileiras que recebem crianças, adolescentes em situação de pobreza ou extrema pobreza. Numa abordagem educacional voltada para a diversidade humana, o currículo escolar deve conter possibilidades que conduzam ao ideal da igualdade de oportunidade e traduzir a importância dos novos meios de acesso, seleção, tratamento e uso da informação para fins pessoal e socialmente úteis, o que reforça a necessidade de adaptar ao currículo da escola às necessidades dos alunos inseridos numa realidade de exclusão social. Nesse sentido, é interessante ressaltar o que diz Moreira:

O currículo há muito tempo deixou de ser apenas área meramente técnica, voltada para questões relativas a procedimentos, técnicas, métodos. Já se pode falar agora em uma tradição crítica de currículo, guiadas por questões sociológicas, políticas, epistemológicas. Embora questões relativas ao 'como' do currículo continuem importantes, elas só adquirem sentido dentro de uma perspectiva que as considere em relação que perguntem pelo 'por que' das formas de organização do conhecimento escolar. O Currículo não é elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O Currículo está implicado em relações de poder, o cur-

riculo transmite visões sociais particulares. O Currículo não é um elemento transcendente e atemporal - ele tem uma história, vinculada as formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (1999. p. 7).

Por outro lado, a escola ainda conta com o currículo oculto que também é importante no que diz respeito às relações humanas dentro e fora da escola, pois representa tudo o que os alunos aprendem pela convivência e espontaneidade e em meio a várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepção, que vigoram no meio social e escolar e não está prescrito, não aparece no planejamento, mas se consolida num importante fator de relacionamento entre os sujeitos envolvidos no processo educativo. Partindo desse pressuposto, observa-se que um currículo para ser eficaz precisa ser construído com a participação de todos os atores do processo educativo. De nada adianta importá-lo de outra rede ou realidade diferente da qual se destina. O percurso de elaboração é longo e demorado, está longe de ser simples e deve ter como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394, de 20/12/96.

A educação de uma maneira geral é um processo constituinte da experiência humana, por isso se faz presente em toda e qualquer sociedade. A escolarização, em específico, é um dos recortes do processo educativo mais amplo. Durante toda a nossa vida realizamos aprendizagens de natureza diferentes. Nesse processo, marcado pela interação contínua entre o ser e o meio, no contexto das relações sociais, é que construímos nosso conhecimento, valores, representações e identidade. Como afirma Arroyo:

Na cultura pedagógica e curricular vigente, o caminho escolar teria como ideal apropriar-se do conhecimento, da ciência e das tecnologias; reconstruir outros espaços, outros tempos e outras formas de pensar e de trabalhar, com valores de esforço, superação e empreendedorismo.

Logo, esses currículos não dialogam com os (as) pobres ou com a pobreza, nem para entendê-la nem para que os (as) pobres compreendam sua própria condição. Os currículos têm ignorado a pobreza e os (as) pobres como coletivos, e isso resulta exatamente no oposto do que se promete, pois contribui para manter os indivíduos atolados em formas de viver distantes (2018, p. 12).

Dessa forma, entende-se que elaborar currículos demanda uma nova postura por parte da comunidade escolar, uma vez que o currículo deve ser centrado no aluno e orientado para sua autonomia e crescimento, libertação e desenvolvimento pessoal, fornecendo meios para o indivíduo descobrir coisas por si próprio. Voltado para a reconstrução social, possibilita um ajustamento entre o indivíduo e a sociedade, evoluindo com relação ao currículo como racionalismo acadêmico, que apresenta uma visão mais tradicionalista, com ênfase ainda centrada nas disciplinas.

De certo modo, os tipos de currículos existentes não atendem as necessidades reais da grande maioria dos alunos da escola pública que vivem à margem da sociedade. Por isso, faz-se necessário que o currículo e os processos de aprendizagem numa escola busquem atender às necessidades dos alunos em consonância com as exigências sociais e educacionais contemporâneas de forma igualitária, observando os aspectos cognitivos a partir de uma análise da realidade do território onde a escola está inserida. A partir deste olhar, os conteúdos que estão sendo ensinados, na formação das competências de pensamento, na capacidade de aplicação dos conceitos aprendidos na vida prática e nos aspectos operativos, que implicam no desenvolvimento e procedimentos de valores, atitudes e hábitos morais, passam a ter significado na vida do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para mim como profissional da área de educação foi de fundamental importância participar do Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, visto que a formação continuada se faz por meio do estudo, da reflexão, da discussão e da confrontação das experiências que adquirimos ao longo da jornada de trabalho.

O trabalho em sala de aula das escolas públicas está diretamente ligado a situações de pobreza e desigualdade social, por isso, a temática abordada no curso sinalizou caminhos que me levaram a perceber o quanto a escola e o currículo estão distantes de alcançar a igualdade de oportunidades para todos. Nesse contexto de observação, vi que é um desafio para o professor tentar incorporar temas referentes a pobreza nos currículos da Educação Básica. Portanto, após constatar que a pobreza e suas vivências estão ausentes tanto nos currículos da Educação Básica, quanto nos de formação de seus profissionais, torna-se urgente uma reflexão sobre a pobreza no âmbito escolar.

O aspecto relevante desse Curso é a descoberta de certas ações dentro da escola que cada vez mais exclui o aluno que já traz de sua vida a carga negativa da exclusão social e da pobreza, ou seja, trata-se de despertar para uma realidade que as escolas públicas, de certo modo, tentam ocultar.

Tendo consolidado uma experiência de 30 anos em sala de aula, passando por várias modalidades de ensino como professora, acredito que a educação pode transformar as pessoas, junto a isso, a formação continuada para professores contribui muito para aumentar o nível de competência, a motivação e o nosso estatuto social. Dada a importância da pesquisa na melhoria da nossa prática em sala de aula diante da diversidade de problemas existentes no âmbito escolar, é urgente que as universidades públicas tenham esse olhar voltado para a formação contínua de professores contemplando temas de urgência social, a exemplo deste que está sendo abordado neste trabalho.

Nós professores somos portadores de percepções, de significados, de esquemas de ação já consolidados em decorrência da nossa formação, da cultura profissional e dos colegas. Somando-se a isso, a formação continuada reaviva a vida profissional em qualquer área e para o professor torna-se indispensável. A motivação leva-nos à pesquisa, ao estudo, a compreender melhor algumas características sociais e culturais dos alunos que frequentam a escola. Boa parte provém de contextos sociais empobrecidos e podem levar o professor à baixa autoestima, à insegurança para exercer sua liderança na classe, com isso, surge a necessidade de estarmos preparados para enfrentar problemas para além do contexto escolar.

A oportunidade de participar de um curso de aperfeiçoamento com este nível reacendeu em mim a esperança de que eu, como profissional da educação, posso sensibilizar o coletivo que compõe o processo educativo da escola em que trabalho, no sentido de mostrar a necessidade de um trabalho de inclusão da pobreza e da desigualdade social no currículo escolar a partir da realidade local, uma vez que a ligação entre a escola e a comunidade constitui um dos principais meios de fazer com que o ensino se desenvolva em simbiose com o meio em que a escola está inserida. O acervo teórico e metodológico oferecido pelo referido Curso, contribuiu muito para provocar em nós professores a reflexão, sobretudo no que se refere aos processos de educação envolvendo sujeitos que vivenciam a pobreza ou a extrema pobreza. Além disso, abriu um leque de possibilidades de acesso aos recursos didáticos necessários para a realização das atividades.

Um diferencial muito importante no referido curso foi o acompanhamento e a assistência dispensada aos cursistas pelos tutores e professores; o incentivo, a motivação para o estudo e a realização das tarefas foram ferramentas importantes para chegarmos a conclusão dos trabalhos e finalização do curso, uma vez que a correria do dia a dia limita a nossa disponibilidade de tempo para o estudo e a pesquisa.

As atividades propostas nesse curso me deram a oportunidade de refletir sobre as práticas pedagógicas que utilizo na sala de aula e se essas práticas estão realmente focadas no desenvolvimento global do aluno em situação de pobreza. Partindo da reflexão para ação, faz-se necessário que nós professores estejamos mais associados às decisões relacionadas com a educação, a exemplo da elaboração do currículo escolar que deveria fazer-se com a participação de professores em exercício, pois, para podermos fazer um bom trabalho, não basta ser apenas um profissional qualificado, mas também beneficiar-se de apoios suficientes, o que supõe, além de meios de trabalho e dos meios para um ensino adequado, a participação efetiva nos programas que envolvem o processo de ensino e aprendizagem.

Necessitamos de instrumentos necessários para podermos desempenhar melhor as várias funções que a profissão nos impõe. Em contrapartida, os alunos e a sociedade no seu conjunto têm o direito de esperar de nós o cumprimento da nossa missão com dedicação e a responsabilidade que nos cabe. Todas as orientações de estudos propostas pelo Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social serviram como objeto de estudo, diálogo e discussão, nos dando a oportunidade para ressignificar a nossa prática em sala de aula. Enfim, posso afirmar que as atividades propostas pelo Curso contribuíram consideravelmente para a minha vida profissional e certamente para todos que tiveram a oportunidade de participar deste Curso.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. **Pobreza e Currículo**: uma complexa articulação. In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

COLL, Cesar. **Psicologia e Currículo**: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. São Paulo: Editora Ática, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. - São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

LIMA, Elvira Souza. Indagações sobre currículo e desenvolvimento humano. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag1.pdf>>. Acessado em 30.06.2018

MOREIRA, B. F. Antonio (org.). **Currículo: políticas e práticas**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

ESTRUTURA E INFRAESTRUTURA: ELEMENTOS COADJUVANTES NA APRENDIZAGEM

JOÃO BATISTA CONDADO DE MATOS
condadopb@gmail.com

RAQUEL ARAÚJO DE OLIVEIRA
quelaraujo17@hotmail.com

JOSEVAL DOS REIS MIRANDA
josevalmiranda@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A palavra grega *ethos* serve para designar a morada dos homens, conceituar o ambiente em que esses seres viviam e se protegiam das adversidades oriundas do cotidiano. Indicava o local em que utilizavam para abrigo como forma de livrar-se dos animais.

Contudo, esse conceito foi ampliando durante evolução da sociedade e passou a indicar um conjunto de produtos culturais identificadores de um grupo, ampliando, pois, a ideia de que *ethos* servia de abrigo ou lugar de proteção.

Em qualquer assepsia que tenha sido usado o vocábulo grego, quer seja literal ou figurado, foi associado à casa do homem a qual precisa ser preservada e, antes de tudo, apresentar-se conveniente ao uso de que se faz dela. No entanto, são as mais diversas “casas” que o ser humano utiliza durante a vida e uma delas é a escola, o abrigo que lhe dará acesso ao conhecimento e a algumas experiências de vida. Evidentemente, é um

lugar diferente dos que se costuma viver mais frequentemente, embora seja o ambiente das primeiras relações interpessoais e de convivência coletiva, exigindo, portanto, o mesmo cuidado que se tem com a casa em que se mora.

O espaço escolar — como espaço público em que crianças, jovens e, atualmente, muitos adultos passam grande parte de suas vidas, principalmente com a implantação da escola integral, prevista com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — exige cuidado e respeito com esse patrimônio. A estrutura física da escola assim como sua organização, manutenção e segurança releva muito da vida que se desenvolve nela. Aquele *ethos* (abrigo), muitas vezes, será determinante no ensino e na aprendizagem desses seres que a frequentam. O Poder Público não tem pensado com respeito e cuidado nesse espaço.

O trabalho educativo não se limita à sala de aula, mas, se esse espaço for acolhedor e organizado, poderá contribuir para tornar mais prazeroso o trabalho que é feito nesse ambiente. Isso não deve ficar restrito às Secretarias de Educação, mas ser uma preocupação de todos os sujeitos envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem, desde os professores, a gestão até a comunidade em geral.

Refletir sobre a estrutura das escolas que abrigam crianças, jovens e adultos que vivem na pobreza em meio às desigualdades sociais será o papel desse trabalho, tomando como base algumas considerações teóricas como Lúcia Helena A. Leite, Paulo Freire, Natália Sátyro, Sergei Soares e outros. Para isso, far-se-á uma revisão de literatura sobre tema e será apresentado um breve relato de experiência vivida na Escola Municipal Duarte da Silveira a partir do olhar emanado durante a execução do Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

A ESCOLA

A Escola Municipal Duarte da Silveira fica localizada na Rua Marileta Araújo do Nascimento, 265, Bairro Costa e Silva no município de João Pessoa (PB). É uma escola de Ensino Fundamental e oferece no turno da noite a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Serve ao bairro e as comunidades em torno da escola como Gauchinha I e II, Comunidade Taipa e Jardim Sepol, além dos bairros Ernani Satyro, Funcionários III e IV.

Possui uma área pequena, pois fora construída a partir de um projeto “Mutirão” em que o governo estadual criou na década de oitenta com finalidade de ampliação da oferta de salas de aulas para as comunidades carentes. Construíram-se, por conseguinte, um galpão e nela a divisão fora feita com quatro salas de aula, banheiros, cozinha direção/secretaria.

Com o passar do tempo, o prédio foi repassado para o poder municipal que a ampliou, construindo mais três salas de aula, refeitório/cozinha, direção, secretaria, sala das especialistas pedagógicas, laboratório de informática, laboratório de ciências, biblioteca e duas salas, sendo uma para dança e outra para vídeo.

Oferece atualmente o ensino fundamental séries finais, do quinto ao novo ano nos turnos manhã e tarde e à noite a EJA. A escola apresenta um quadro de professores muito bem qualificado com Especialização e Mestrado. O Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB) tem apresentado desempenho negativo nos últimos anos. Em 2007, o IDEB fora de 4,2, já em 2015, caiu para 3,6, dados do Portal Qedu.

Os dados são preocupantes para uma escola que apresenta uma estrutura acima da média das demais que compõem o sistema público de ensino, porém mais inquietante é a nota da proficiência em Matemática e Português para o nono ano em 2015, esta foi respectivamente de 9% e 30%. Certamente esse desempenho tem várias causas, mas uma delas é a infraestrutura que o ambiente escolar tem vivido nos últimos cinco anos.

A INFRAESTRUTURA E ÍNDICE DE DESEMPENHO

Sabe-se que a estrutura assim como a infraestrutura das escolas públicas no Brasil é imprópria para receber os aprendizes, salvo em poucos casos e isolados caos em que esse problema quase não existe ou inexistente. Contudo, sabemos da importância desses itens para a qualidade na Educação. Ratifica-se o que Davis afirma sobre esse tema

O espaço escolar não é apenas um continente, um recipiente que abriga alunos, livros, professores, um local em que se realizam atividades de aprendizagem. Mas é também um conteúdo, ele mesmo educativo. Escola é mais do que 4 paredes, é clima, espírito de trabalho, produção de aprendizagem, relações sociais de formação de pessoas. O espaço tem que gerar ideias, sentimentos, movimentos no sentido da busca do conhecimento, tem que despertar interesse em aprender, além de ser algo alegre, agradável e confortável, tem que ser pedagógico. O aluno aprende dele lições sobre a relação entre corpo e a mente, o movimento e o pensamento, o silêncio e o barulho do trabalho que constroem conhecimento (1993, p.53).

Esse conceito de que o espaço escolar vai além das pedras e dos móveis é bastante preocupante, pois os governantes não têm essa visão e limitam-se tão somente a construir e não oferecer meios para que os espaços funcionem com o mínimo de serviços. Parece que a escola pública precisa ser “feia” e desinteressante para os aprendizes que a utilizam. São prédios malconservados ou até abandonados pelo poder público. A Escola Municipal Duarte da Silveira embora apresente uma razoável estrutura física, tem sofrido com reformas intermináveis. Desde 2014, passa por uma reforma que vem se tornando elemento determinante no ensino aprendizagem dos sujeitos que a frequentam.

Os baixos índices de desempenho nas avaliações nacionais podem ser decorrentes de diversos fatores dentre eles o horário encurtado das

aulas para atender a uma reforma que fora feita concomitante com as atividades pedagógicas, justificando-se o não prejuízo dos aprendizes. Assim, eles já foram prejudicados em todos os sentidos.

A reforma “acabou” em novembro de 2017, a escola foi reinaugurada às pressas para atender o interesse público e político da gestão municipal. Foram colocados ares-condicionados em todas as salas, porém até junho de 2018 não funcionava nenhum deles porque a rede elétrica não suportava os equipamentos.

Problemas estruturais de rede de água, da rede de energia, de espaço para as crianças durante o intervalo entre outros implicam nos resultados de aprendizagem e desenvolvimento humano. Concorde-se com Moran quando afirma que o espaço escolar deve proporcionar bem-estar nos sujeitos que a frequentam. A escola deve ser:

Uma organização inovadora, aberta, dinâmica, com um projeto pedagógico coerente, alerta, participativo; com infraestrutura adequada, atualizada, confortável; com tecnologias acessíveis, rápidas e renovadas. Uma organização que congregue docentes bem preparados intelectual, emocional, comunicacional e eticamente; bem remunerados, motivados e com boas condições profissionais, onde haja circunstâncias favoráveis a uma relação efetiva com alunos que facilite conhece-los acompanha-los, orientá-los (2000, p. 14).

A escola possui, na teoria, equipamentos tecnológicos e acesso à rede mundial de computadores, porém esses itens não funcionam. Os laboratórios, assim como a biblioteca, estão fechados desde a inauguração, só abriram para a imprensa registrar a existência e depois voltou a ser fechado. Não se pode ter qualidade de ensino e desempenho na aprendizagem quando escolas privadas têm acesso à tecnologia e as escolas públicas se as possuem não funcionam. Precisa-se, pois, de atitudes que possam mudar esse panorama.

A INTERVENÇÃO

A estrutura e a infraestrutura das escolas públicas são precárias em grande parte do país, às vezes a estrutura é até de boa qualidade, mas a infraestrutura não é mantida ou oferecida para a comunidade utilizá-la. Escolas têm equipamentos e mobiliário, porém ficam inacessíveis para os interlocutores desse ambiente. A partir do quadro, algumas atividades interventivas foram colocadas em prática. Evidentemente outras intervenções poderiam ter sido sugeridas e, talvez, implementadas, já que o curso de aperfeiçoamento despertou muitas ideias que *a posteriori* poderão ser implantadas, visto que muitas vezes a gestão escolar não vê como um gesto de colaboração, mas de ingerência provocativa.

Sabendo-se que a comunidade escolar é formada, em sua maioria, por sujeitos em diversos níveis de vulnerabilidade social e que os responsáveis pelas crianças e adolescentes nem sempre possuem consciência de seus direitos e deveres. Houve uma conversa com os aprendizes para que eles identificassem os problemas estruturais, mesmo após a reforma, que a escola ainda apresentava. Essa atividade fora proposta para os aprendizes de sexto ano.

Dois itens foram mais marcantes: o funcionamento dos ar-condicionados e a rede hidráulica estourada e jorrando água sem controle. Aproveitou-se a Semana do Meio Ambiente proposta pela Secretaria de Educação do Município, para uma conscientização dos aprendizes a respeito dos direitos de se ter uma escola de qualidade e com os equipamentos servindo a todos.

Houve três rodas de conversa com o tema Meio Ambiente e como esse assunto está ligado à vida educacional. O desperdício de água foi um dos itens preocupantes e solicitou-se, para isso, algumas sugestões da família, nem todos os aprendizes participaram da tarefa de casa, mas na hora da roda de conversa, todos entrevistaram e fizeram as mais colaborativas sugestões que foram encaminhadas à gestão, porém justificaram que já

foram enviados diversos ofícios à Secretária de Educação e nada fora resolvido.

O caso dos ares-condicionados é muito mais grave, pois a escola fica em uma região quente, com o clima tropical semiárido o que prejudica muito a aprendizagem, principalmente no turno da tarde, pois as turmas são numerosas e compostas de adolescentes adolecentes. Isso dificulta o bom desempenho de aprendizes e professores nas atividades educativas. Sugeriu-se que os sujeitos prejudicados questionassem a gestão por só uma sala receber o ar refrigerado sem a vedação adequada para tal, gerando desperdício de energia e prejudicando o meio Ambiente.

Os aprendizes assim o fizeram e mais uma vez a resposta não foi a adequada, já que dependia de uma ação mais efetiva da Secretaria. Dessas rodas de conversa não saíram respostas e intervenções efetivas da gestão, mas produziram gestos e propostas de soluções para os problemas e serviram também para envolver a família nos entraves que a escola possui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades que foram postas em prática durante o curso serviram para perceber gestos que antes não eram trabalhados em sala. Ter um olhar diferenciado a partir da tríade Educação-Pobreza-Desigualdade possibilitou um replanejamento de diversas tarefas na condução desses pontos.

A experiência que havia, enquanto profissional, era de quinze anos de escola particular, uma realidade muito adversa da encontrada na escola pública. Naquela a maioria dos itens da infraestrutura funcionam, os serviços oferecidos são cumpridos e efetuados ao passo que nesta escola há um grande descaso para com a comunidade que a compõe, em relação à estrutura e à infraestrutura.

Isso prejudica bastante o aprendizado dos sujeitos envolvidos, não há como ter concentração nas aulas com um calor insuportável na

sala. Ademais, tem-se sujeito em formação, esses seres são adolescentes com todas as características inerentes à idade. É preciso que o Poder Público tenha uma sensibilidade maior nesse ponto, não só construindo prédios, mas oferecendo uma infraestrutura que funcione no que emerge da realidade de cada escola.

Certamente as atividades propostas foram incipientes para os problemas apresentados, contudo se tornaram relevantes à medida que antes não havia nem um gesto de conscientização desses sujeitos. Algumas sugestões serão propostas no início do próximo ano para que sejam registradas no Projeto Político Pedagógico da escola. Meios que garantam a manutenção dos equipamentos ofertados a esses sujeitos. Entende-se, pois, que é preciso muita determinação e capacitação contínua para que as adversidades sejam construídas de forma equânime, principalmente para esse público específico.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Claudia Oliveira. **Psicologia na educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

MORAN, José Manuel Masetto. **Novas tecnologias e mediação pedagógicas**. São Paulo: Papirus editora, 2000.

PORTAL Qedu. <http://www.qedu.org.br>. Acesso em 25/06/2018, às 08h07min.

A POBREZA, O PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO: TRABALHOS EXECUTADOS EM BAYEUX-PB

JOSÉ FERNANDO RODRIGUES DE OLIVEIRA JÚNIOR
fjunior.pb@globomail.com

WAGNER MARREIRA FREIRE
freirewag@hotmail.com

CÉLIA REGINA TEIXEIRA
cel.teix54@gmail.com

INTRODUÇÃO

O PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO – PNME foi instituído pela portaria Mec nº 1144 de 10 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2016, é uma estratégia do governo federal que tem por objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental básico, através da ampliação da jornada escolar do público infantil (crianças e adolescentes), mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno escolar. O programa foi implementado através da realização do acompanhamento pedagógico em língua portuguesa e matemática e do aprimoramento de atividades no campo das artes, esporte, lazer e cultura, procurando sempre a melhoria do desempenho educacional dos alunos.

Como estratégia educativa, este programa possibilita a ampliação dos tempos e espaços escolares, além das oportunidades educacionais, no que diz respeito ao acompanhamento pedagógico das crianças e

adolescentes, visando combater o fracasso e o abandono escolar. Desta forma, o Novo Mais Educação é uma estratégia de fórum pedagógico que verdadeiramente conduz a escola a se autoavaliar. Representa, de fato, uma rica chance de pensar no processo de alfabetização e letramento de crianças e adolescentes, nos processos avaliativos, nas taxas de evasão e reprovação, ou seja, de pensar nos seus resultados com base nos indicadores educacionais.

É importante, com isso, proporcionar momentos para reunir a comunidade escolar e seus segmentos através das assembleias, com o objetivo de que compreendam os objetivos do programa e do seu funcionamento. Esse momento assertivo a direção da escola e a coordenação do programa devem esclarecer todas as dúvidas da comunidade. No caso dos professores, é relevante que compreendam a grande participação deles para contribuir para o sucesso do programa. É sempre importante haver um *feedback* ao articulador do programa sobre o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos inscritos. Os estudantes devem ser desafiados a participar das atividades e tomar para si a responsabilidade de cumprir com todas as tarefas no tempo solicitado.

Nesse contexto é relevante mencionar que a matemática tem sido um obstáculo histórico para muitos alunos na escola, mais ao usar estratégias inovadoras de trabalho no Programa Novo Mais Educação com materiais concretos de trabalho apropriados, o trabalho de matemática nas oficinas pedagógicas vai deixando os estudantes mais interessados, satisfeitos e felizes em aprenderem o conteúdo de forma lúdica, utilizando brincadeiras e jogos, desenho e pintura.

O Programa Novo Mais Educação surge como uma alternativa inovadora e dinâmica para promover a aprendizagem dos alunos de uma forma melhor e mais atraente que possibilita fazer com que o público discente possa perceber que essa forma de aprendizado dos estudantes vai acontecer de uma forma mais natural e saudável, diferentemente da situação tradicional de sala de aula, quando o professor usa o famoso

quadro negro e o giz e passa um número elevado de tarefas teóricas, deixando os alunos cansativos, chateados e desanimados.

O Programa Novo Mais Educação engloba conceitos advindos da educação integral, o molde é a educação que considera os alunos e suas peculiaridades. Ela pressupõe as especificidades do ser humano por inteiro em todas as dimensões.

Antes de falarmos sobre educação integral e os principais projetos no contexto brasileiro, definiremos o que vem a ser educação integral. A palavra educação significa processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano. Já a palavra integral significa inteiro, completo, total sem diminuições e nem restrições.

Sendo assim, em princípio, o termo significa defender uma educação completa, que pense no ser humano por inteiro em todas as dimensões. Não só em tempo, mas principalmente em qualidade, unindo quantidade e qualidade. Precisa-se pensar em educação que construa valores, cidadania, ética e justiça social, independente de suas condições sociais.

A educação no Brasil passou por grandes transformações nas últimas décadas. Pesquisadores se inspiram em iniciativas pedagógicas por todo o país sob a perspectiva de novos tempos de educação, de acordo com a realidade social brasileira. Assim, surge o pensamento de educação integral. A educação integral tem suas origens históricas em educadores como: Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire.

A educação integral supõe o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Dessa forma, a educação passaria a ser uma ampliação e desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem, com ideias democráticas e socializadoras, cujo objetivo é de reconstruir bases sociais para o desenvolvimento democrático do indivíduo. Para Anísio Teixeira as características da Educação Integral são:

Haverá escolas nucleares e parques escolares sendo obrigadas a criança a frequentar regularmente as duas insta-

lações. O sistema escolar para isso funcionará em dois turnos para cada criança. No primeiro turno, a criança receberá um prédio econômico e adequado, o ensino propriamente dito, no segundo, receberá um parque escola aparelhado e desenvolvido a sua educação propriamente social, a educação física, a educação musical, a educação sanitária, a assistência alimentar e o uso da leitura em bibliotecas infantis e juvenis (TEIXEIRA, 1997, p. 243).

Na perspectiva de uma educação integral surge o PNME (Programa Novo Mais Educação), criado pelo Governo Federal em 2007, através da Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7083 de 27 de janeiro de 2010, integrando as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) cujo objetivo é a ampliação da jornada escolar como oportunidade educativa e a organização curricular integrando as atividades ao Projeto Político Pedagógico das redes de ensino e escolas participantes. Assim, a escola passaria a ser um ambiente integral em tempo, espaço e educação, onde os alunos em seu contra turno escolar, teriam maior acesso e permanência na escola, mobilizando-os para melhoria do desempenho educacional. Porém, para entrarmos numa realidade de educação integral, temos que olhar todos os setores da educação envolventes.

Com base nisso, temos a necessidade de que se articule o direito ao conhecimento, às ciências e tecnologias como o direito às culturas, aos valores, ao universo simbólico, ao corpo e suas linguagens, expressões, ritmos, vivências, emoções, memórias e identidades diversas (ARROYO, 2012). Não é uma tarefa fácil.

No entanto, abarcar a integração das disciplinas dentro do currículo escolar em seu projeto político pedagógico é um dos princípios focais para que a política transcorra de forma qualitativa e significativa, ou seja, deve-se abraçar a realidade da educação integral com um planejamento que alcance os dois turnos integralmente com o apoio da gestão para desenvolvimento das atividades didáticas dos docentes.

O CONHECIMENTO DA MATEMÁTICA

A matemática é uma ciência pertencente ao campo das ciências exatas e da natureza. No campo escolar, é uma disciplina muito temida pelos alunos, muito difícil de ser aprendida, assimilada, compreendida por parte do público discente. Diferentemente da matemática pura, temos a matemática financeira também que é ensinada nas escolas.

São ramos de estudo que sempre vão existir na grade curricular das escolas e dos alunos que precisam estar cientes em relação a isso, ou seja, procurar estudar e aprender, tanto na sala de aula tradicional, como também, nas oficinas pedagógicas de trabalho do Programa Novo Mais Educação nas unidades escolares. O trabalho nas oficinas é bastante sério, pois os alunos vão observar o uso de materiais concretos específicos na prática. Ao observar o mundo que nos cerca, percebemos que é difícil encontrar uma situação que não esteja direta ou indiretamente relacionada com os números. Na situação sobre os números, eles são empregados para contar, medir, codificar e ordenar. De acordo com o que verificamos nos dias de hoje, temos o seguinte: “Número é o resultado da comparação de uma grandeza com uma unidade” (GOÊS, 2001, p. 13). Hoje, contamos e registramos quaisquer quantidades com símbolos e regras bem estabelecidas, mas isso nem sempre foi assim. Nos tempos mais antigos, a humanidade utilizou-se de muitas formas para registrar quantidades. Existe também um termo bem popular e bastante usado nos ambientes escolares e de pesquisa, este termo é a palavra algarismo. Com relação a isso, temos: “Algarismo são os símbolos usados que representam os números” (GOÊS, 2001, p. 14).

A arqueologia é a ciência que estuda os costumes e a cultura de povos antigos através de vestígios (artefatos, monumentos, fósseis) que eles deixaram. Em muitas escavações arqueológicas, foram encontradas marcas em paredes de cavernas, em ossos de animais e em gavetas, que sugerem formas primitivas de contagem. Não se esquecendo de mencionar também, temos a palavra numeral no ambiente de trabalho da matemática. Referente

ao numeral, temos que ver o seguinte: “Numeral é toda representação de um número, seja ela escrita, falada ou indicada” (VIRTUOS, 2001, p.17). Com certeza, podemos dizer que a ideia de número acompanha a humanidade desde a antiguidade.

Todos nós fazemos uso desta ciência diariamente, mesmo sem perceber. Em uma compra, por exemplo, em um supermercado, ao efetuar o pagamento e receber o troco, é necessário cálculo matemático. Até para utilizar corretamente uma máquina de calcular é necessário o uso adequado desta ciência exata em nossa vida. A matemática não é apenas um conjunto de regras para serem decoradas. O importante é a necessidade de compreender conceitos e fundamentos, entendendo o que está por trás de cada regra. Desta forma, poderemos usar os conceitos aprendidos em situações novas diariamente, seja no seu trabalho, em casa, em concursos, ou mesmo para obter empregos no setor particular. Não se pode aprender matemática somente com textos e definições. É fundamental praticar o que foi ensinado. É preciso gastar lápis e papel resolvendo as questões várias vezes sem olhar as respostas e, se possível, buscar outras fontes de exercício relacionadas com o mesmo assunto. Assim, o aluno ganha confiança e estará apto a passar para os próximos assuntos. Portanto, praticar é essencial. Vamos ver o que quer dizer a palavra calcular, de acordo com Virtuos: “Calcular é realizar uma operação (adição, subtração, multiplicação, divisão ou potenciação), visando obter um resultado” (VIRTUOS, 2011, p. 26).

A palavra matemática deriva da palavra grega *mathike* que significa ensinamentos. A matemática é uma ciência formal que se baseia em teoremas para chegar a conclusões teóricas e práticas. É um sistema formal de pensamento para reconhecer, classificar e explorar padrões. A ludicidade na matemática com jogos são grandes aliados no ensino da matemática, pois permitem que os alunos pratiquem os conteúdos de forma interativa, além de proporcionar o desenvolvimento do raciocínio. Os jogos na educação procuram introduzir uma linguagem matemática não formal para os jogadores, que aos poucos incorporam conceitos matemáticos

formais ao desenvolver a capacidade de lidar com informações e ao criar significados culturais para os conceitos e estudo de novos conteúdos. Esta ciência busca no jogo, a ludicidade das soluções, construindo conceitos para as soluções-problema vividos no dia-a-dia. A palavra jogo, do latim *joco*, significa etimologicamente gracejo e zombaria, sendo empregada no lugar de ludus, que representa brinquedo, jogo, divertimento e passatempo.

No decorrer da minha atividade de trabalho, visitei um local pobre que chamou muito a minha atenção, a exemplo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Joaquim De Brito, em Bayeux-PB, e pude constatar que a escola está localizada no bairro do Rio do Meio, área muito simples e humilde, onde moram muitas crianças pobres de condição social precária. Crianças que precisam muito de instrução escolar, de educação social e também de muita atenção por parte do poder público de uma forma mais efetiva, através da ação de políticas públicas e econômicas. Sobre este assunto de políticas econômicas, Sandroni destaca: “[...] política econômica: conjunto de medidas tomadas pelo governo de um país com o objetivo de atuar e influir sobre os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços” (1994, p. 275).

O próprio bairro precisa de um olhar especial por parte do poder público e a referida escola necessita inclusive de melhorias em sua infraestrutura, isto é, quadra esburacada e descoberta, chão com buracos, teto precisando de reformulação, salas de aula com pouca ventilação. A instituição escolar não dispõe de muitos recursos públicos para resolver todos esses problemas imediatamente, o que caracteriza um estado de pobreza e de necessidade financeira. As crianças que moram no bairro e que frequentam a escola são caracterizadas como crianças pobres e necessitadas, precisam ser alimentadas e bem assistidas por parte da escola. As crianças para aprenderem conteúdos como Português e Matemática utilizam livros fornecidos pelo poder público municipal, quando são enviados no início do período letivo. Os professores usam da criatividade para os alunos aprenderem os conteúdos através do uso de materiais

concretos utilizados para criação de jogos didáticos para as disciplinas de português e Matemática.

Quadro 01 — Análise do Desempenho dos Alunos de Matemática do Programa Novo Mais Educação — Ano de 2017

ASPECTOS	Ruim	Regular	Bom	Excelente	TOTAL
Comportamento	00	08	18	18	40
Jogos Matemáticos	00	10	15	15	40
Atividades Impressas	00	09	16	15	40

Fonte: Dados Primários coletados pelo pesquisador

O que chama a minha atenção nos números apresentados no quadro acima, é que, muitas pessoas apresentaram um comportamento bom e excelente no trabalho de oficina de matemática, isso significa que eles levaram o trabalho a sério, prestaram bastante atenção ao que o professor estava explicando e ministrando e conseguiram com isso, fazer com que o trabalho fosse acontecendo até o final, ao contrário de uma minoria de alunos, que mantiveram um comportamento regular, em alguns momentos, bagunçaram e fizeram barulho, mas não foi nada que atrapalhasse por muito tempo, o andamento do trabalho proposto.

No que diz respeito ao desempenho em trabalhar com jogos, muitos alunos tiveram um desempenho bom e excelente, eles aprenderam muito rápido e conseguiram executar um desempenho muito satisfatório, um trabalho feito de forma lúdica desperta nos alunos o desejo de aprender muito rápido, diferentemente daquele trabalho tradicional e chato de sala de aula, apenas com apagador, giz e quadro negro. O quadro acima mostra o resultado alcançado para cada aspecto mostrado. Os jogos apresentados foram importantíssimos para o aprendizado criativo dos adolescentes, pois os mesmos se sentiram mais à vontade para aprenderem os conteúdos de matemática de forma criativa e dinâmica. Os jogos oferecidos transmitiam conhecimentos sobre as quatro operações,

raciocínio lógico básico, geometria básica e muitos outros assuntos importantes para os mesmos. O domínio tradicional fazia com que os estudantes conhecessem as quantidades, a loto numérica da mesma forma, para conhecer os números e isso, eles faziam de forma bem divertida, num clima bastante atraente e motivador.

No tocante às atividades impressas, trabalhamos com atividades envolvendo pinturas, desenhos e cálculo sobre as quatro operações. Vimos atividades sobre desenho com figuras geométricas para aplicar na oficina pedagógica de matemática. Nas atividades envolvendo estes recursos, muitos estudantes levaram a sério este tipo de trabalho e isso reflete nos números apresentados no quadro anterior, em que houve uma reciprocidade muito boa por parte deles (os alunos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi feito no intuito de buscar alcançar os objetivos no campo da pesquisa no Programa Novo Mais Educação na cidade de Bayeux do Estado da Paraíba. Com relação ao trabalho feito com a matemática dentro das condições estabelecidas por este Programa Federal de Ensino, buscou-se o trabalho realizado com jogos matemáticos variados, a fim de tornar os alunos mais motivados, levando em consideração à questão comportamental, o trabalho com estes jogos foi importante porque o público discente foi observado no tocante à realização das tarefas passo-a-passo para ver a concretização da aprendizagem e no que diz respeito às tarefas impressas, foi monitorado o trabalho deles no campo da pintura, do desenho e do cálculo básico através do raciocínio lógico básico infantil.

Os resultados estão nas planilhas e nos gráficos, a fim de melhor visulaizar as informações apresentadas de forma transparente, ao alcance de todas as pessoas interessadas também em trabalhar posteriormente nesse campo de pesquisa também.

Foi um trabalho tanto como professor pesquisador, como para os alunos, pois a maioria conseguiu se enquadrar dentro das condições estabelecidas nesse trabalho de pesquisa e às realizações alcançadas. Recomendo que docentes interessados e dispostos em prosseguir e ampliar, ainda mais, este tema trabalhado no campo dessa pesquisa é de importância, a fim de termos sempre resultados surpreendentes para que a educação escolar sempre seja uma ferramenta usada para fins proveitosos e desejosos e, assim colocarmos em prática o ensino com jogos.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **O Direito a Tempos-Espaços de um justo e digno viver**. In. Moli. J. Caminhos da Educação Integral no Brasil: Direito a outros tempos e Espaços Educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.
- BRASIL, Ministério da Educação. Programa Novo Mais Educação. Passo a passo por Maria Eliane Santos, et al. Brasília: MEC. Secad. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseduacao.pdf>. Acesso em 25 de Abril de 2018.
- CURY, Augusto. **Sucesso: Quem vence sem riscos triunfa sem glória**. São Paulo: Editora Sextante, 2017.
- SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. 2 ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.
- SILVA, Airtón Marques. **Metodologia do Trabalho Científico**. Fortaleza, 2000.
- TEIXEIRA, A. **Educação para a Democracia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- VIRTUOS, **Dicionário Ilustrado Só Matemática**. Porto Alegre: Virtuous, 2011.
- ZRUEL, Bem. **Eu vou te ensinar a ser rico: três passos simples para quitar as dívidas em doze meses e construir a sua liberdade financeira**. 3. ed. São Paulo: Editora Gente, 2016.

ATLETISMO COM MATERIAIS RECICLÁVEIS: É POSSÍVEL A PRÁTICA ESPORTIVA EM ESCOLAS INSERIDAS EM SITUAÇÕES DE POBREZA?

MARIA GERCICA MAGNA SILVA
m.gercica@hotmail.com

MARIA DE FÁTIMA MACEDO DOS SANTOS
fatima.macedo79@hotmail.com

JOEL ARAÚJO QUEIROZ
joel.queroz@ccae.ufpb.br

INTRODUÇÃO

Sabemos que a educação vem passando por grandes mudanças e adaptações no Brasil, apesar de ainda haver grande necessidade de melhoria. Nesse sentido, Becker (2007), afirma que a educação no Brasil teve avanços, no entanto, ainda há grandes obstáculos a serem superados até que se consiga uma educação de qualidade e equidade para todos e todas.

Significativas parcelas da sociedade brasileira começaram a ter acesso a direitos universais e, portanto, contato efetivo com o ambiente educacional apenas nas últimas décadas do século passado. No nosso país, a pobreza é um dos fatores que dificulta o acesso à educação, estando deveras associado ao fracasso escolar. Nesse sentido, Castro (2009) esclarece que apesar dos avanços na educação, as desigualdades sociais influenciam diretamente as desigualdades educacionais.

Segundo Silva (2010), a pobreza é o resultado das relações que reproduzem e produzem desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais. Ainda que muitos dos indivíduos pertencentes as classes sociais menos abastadas tenham de fato acesso à escola, por muitas vezes esse acesso se dá de forma precária.

Por mais que a pobreza extrema tenha diminuído no Brasil, o índice ainda é grande e esse fator influencia diretamente o aprendizado, pois numa sociedade e/ou comunidade em que os índices de pobreza e desigualdade se manifestam de forma mais clara, fica mais evidente a dificuldade ao acesso e permanência à educação, pois por muitas vezes o aluno se vê na necessidade de trabalhar e com isso vem o afastamento da escola.

Nesse cenário, é justamente a forma precária, seja do material disponibilizado pelo governo para o ensino, seja das instalações insatisfatórias das escolas, que requer das unidades pedagógicas maior empenho em desenvolver atividades alternativas e de baixo custo para se efetivar as atividades escolares. Destarte, empregar instrumentos reciclados para realizar a prática de esportes pode ser um caminho viável.

Os conteúdos da Educação Física escolar têm um papel importante na formação do aluno, sendo considerados não apenas uma prática esportiva, mas uma ciência baseada no eixo educativo de forma integral (CRISORIO, 2008). Tal importância exige dessa área de atuação novas metodologias e práticas pedagógicas que satisfaçam as necessidades dos alunos em sua vida dentro e fora do ambiente escolar.

Baseando-se nessas perspectivas, a Educação Física dentro da escola tem por enfoque o desenvolvimento da cultura corporal, baseada em temas que envolvem esportes, jogos, expressões rítmicas, entre outros, numa dimensão social. Por sua vez, tais temas contribuem para o desenvolvimento das capacidades físicas e psíquicas, desempenhando desse modo uma melhor compreensão, explicação e atuação dos alunos na realidade do contexto social em que vivem, estimulando a autonomia, criatividade e o pensamento crítico diante dos problemas sociais (NASCIMENTO, 2010).

Nesse aspecto, cabe ao professor de Educação Física selecionar os conteúdos a serem trabalhados, a partir dos parâmetros curriculares e da necessidade do alunado, de acordo com a realidade ao qual está inserido. Além disso, a proposta dos conteúdos deve estar baseada na problematização desses alunos, a partir do momento em que eles vivenciam seus corpos nas aulas e desenvolvam sua afetividade interpessoal (MIRANDA, 2012). É interessante entender também que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a prática esportiva se constitui um direito a essa população, com objetivo central de desenvolvimento pessoal e social.

Diante disso, um dos conteúdos possíveis de serem abordados nas aulas de Educação Física é o ensino do atletismo, pois se trata de um esporte baseado nos movimentos naturais do indivíduo, além de poder adequar-se aos planos curriculares do ensino fundamental e ser executado de acordo com os limites e capacidades de cada um (NASCIMENTO, 2010). Apesar disso, apesar dos benefícios da prática do atletismo na escola, ele ainda é pouco difundido nesse espaço. De acordo com Marques e Iora (2009), essa prática é limitada devido à falta de espaços físicos, materiais adequados, motivação, criatividade dos professores, além de formação continuada, que poderia trazer novas formas de desenvolver as aulas de acordo com a realidade e necessidade de casa escola.

Partindo da pouca difusão e das limitações dessa prática, surgiu a necessidade da criatividade e inovação para a execução desse esporte. Considerando que o atletismo possui materiais sofisticados, de alto custo e de difícil acesso na escola, entendeu-se a necessidade e a importância da criação e construção de materiais adaptados a realidade do espaço escolar e do corpo discente. De acordo com Matthiesen (2007), o atletismo oferece muitas possibilidades aos alunos e a falta de espaço ou de materiais adequados não deve ser justificativa para não adotar esse conteúdo nas aulas de Educação Física, pois basta que o professor adapte o conteúdo a realidade dos alunos, o que pode incluir a confecção e elaboração de materiais alternativos. A fabricação do material utilizado na prática do

atletismo surgiu como estratégia para uma maior relação entre o processo de ensino – aprendizagem (NETTO; PIMENTEL, 2008). Essa prática também teve a proposta de englobar o tema transversal “meio ambiente” aos conteúdos ensinados (BRASIL, 1998), possibilitando um trabalho paralelo com o atletismo nas aulas de Educação Física escolar.

Diante do exposto, pode-se perceber que o atletismo ainda é uma atividade pouco desenvolvida nas aulas práticas de Educação Física no âmbito escolar. Principalmente devido à ausência de espaços físicos adequados, mas também por falta de materiais apropriados para sua prática. Por outro lado, percebe-se também o quanto essa atividade tem potencial para contribuir nos desenvolvimentos motores básicos dos alunos (correr, saltar, lançar e arremessar). Nesse ínterim, o presente trabalho visa apresentar as dificuldades da implementação de práticas educativas inovadoras no âmbito escolar, como a utilização de materiais recicláveis, produzidos pelos próprios alunos, que são fundamentais nos dias atuais, por sua importância no trabalho lúdico e também de preservação da natureza.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Tendo por base todo o embasamento teórico até aqui exposto e o direito da criança e do adolescente a prática esportiva, deu-se início a esse projeto. A primeira ação prática foi a aula de campo, que consistiu na caminhada pelo bairro, com a coleta de materiais recicláveis para a construção dos implementos do atletismo. Essa caminhada ocorreu em horário de aula, pelas ruas do bairro em que residem os estudantes, onde os alunos recolheram os materiais e por seguinte separaram os que seriam usados na construção dos implementos.

Houve a exposição e discussão dos conteúdos teóricos do atletismo, contendo a história e evolução do atletismo, história dos jogos olímpicos e regras das modalidades, corridas, saltos, lançamentos e arremessos. Foram

apresentadas imagens das modalidades, sendo que primeiramente foram expostas imagens das práticas do atletismo dos antigos jogos olímpicos e posteriormente imagens das práticas do atletismo nos dias atuais, para que assim os alunos pudessem visualizar a evolução nas práticas e nos implementos do atletismo. Foram apresentados vídeos específicos de cada modalidade, especificando o passo-a-passo para a prática das mesmas, com o uso de seus implementos.

Foram desenvolvidas as oficinas de construção dos implementos barreira e dardo. Para a construção da barreira os alunos utilizaram garrafas *pet*, fita adesiva e areia; para a construção do dardo, foram utilizados cabos de vassoura, pedaços de cano hidráulico e garrafas *pet*. Posteriormente, foram desenvolvidas as oficinas e construção do peso, martelo e disco. Para a construção do peso foram utilizados pedaços de tecidos velhos, fita adesiva e areia; para a construção do martelo foram utilizados pedaços de tecidos velhos, fita adesiva, sacola plástica e areia; e por fim para a construção do disco foram utilizados papelão, fita adesiva e uma pedra. Os alunos se dividiram em grupos, em que cada grupo construiu seus implementos e os alunos que apresentavam maior desenvoltura auxiliavam os alunos que apresentavam menos habilidade. Entre as oficinas de construção, a que os alunos apresentaram maior dificuldade foi a de construção da barreira, havendo assim, a necessidade de uma maior intervenção da professora.

Nas oficinas práticas a metodologia foi do fácil para o difícil e os alunos que apresentavam maior habilidade auxiliavam os alunos que apresentaram maior dificuldade. Nas oficinas ainda foram montados circuitos onde foram divididos grupos em que os alunos se revezavam entre si para que todos pudessem ter a oportunidade da prática.

A finalização dessas práticas ocorreu com a culminância, realizada com todas as turmas, no horário da manhã. Foram apresentados vídeos demonstrativos sobre os implementos e como era a sua utilização. Posteriormente, os alunos dos 7º anos que já haviam adquirido conhecimento quanto às práticas, foram orientados a auxiliar os alunos

dos 6º, 8º e 9º anos, sendo necessárias poucas intervenções da professora. A culminância também contou com a presença da equipe de professores da escola, além da equipe pedagógica e de funcionários da direção. Por fim foi servido um lanche para todos os presentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão do atletismo no ambiente escolar não deve ser negligenciada pelos professores, pois sua prática tem papel fundamental no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos gestos motores e capacidades físicas dos alunos, além de sua contribuição nas relações sociais no espaço institucional que podem ir além desse local. As dificuldades relacionadas à falta de material e espaço podem ser solucionadas pelo papel lúdico da construção desses materiais. Além disso, outras questões podem ser trabalhadas como a reciclagem de resíduos sólidos, o que contribuiria para a educação em saúde e minimização de possíveis doenças transmitidas pelo mosquito da dengue, como é o caso da proposta desse projeto.

A associação do conteúdo esporte ao conteúdo meio ambiente auxilia na formação de alunos mais conscientes e transformadores dos problemas sociais que ultimamente estamos enfrentando no nosso estado, se agravando também como um problema nacional. Diante disso, é fundamental esclarecer que as escolas podem e devem se empenhar em oferecer uma grande variedade de atividades referentes ao atletismo (Pieri & Huber, 2013), fazendo com que esse esporte se torne uma prática corporal, cultural e de importância social e pessoal. São nessas premissas que esse projeto pedagógico está alicerçado.

Por esse ângulo, o projeto de implementação e confecção de instrumentos acessíveis de atletismo bem como o Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social possibilitaram um maior conhecimento das dificuldades enfrentadas pelos profissionais de ensino ao

lidar com a relação pobreza e educação. Depreende-se que esses necessitam de uma formação docente voltada para a identificação e compreensão da situação social dos alunos.

Nesse sentido, o curso foi responsável por uma maior sensibilização dos profissionais da educação, atribuindo um olhar “reeducado” e despidido de preconceitos para as vivências de crianças e jovens que se encontram em situação de pobreza e pobreza extrema.

O projeto desenvolvido com materiais reciclados, também possibilitou desmitificar a visão difundida de que o aluno é o único responsável pelo fracasso em seu desempenho escolar. O professor é um suporte essencial para construção do sucesso bem como do fracasso do educando. Buscar meios alternativos para proporcionar aos alunos de baixa renda o acesso a esportes tidos pelo senso comum como “elitizados”, é, portanto, função essencial do educador. O baixo grau de desenvolvimento social dos alunos necessita, de outro modo, ser visto pelos docentes como uma oportunidade de comprovar que é possível atingir patamares de ensino menos díspares aos de quem tem nível socioeconômico mais elevado, utilizando-se da criatividade e de meios acessíveis e de baixo custo.

Corroborando com esse entendimento, tem-se o desempenho dos alunos participantes do projeto, que mesmo usufruindo dos implementos barreira, dardo, disco, martelo e peso confeccionados por meio da reciclagem, obtiveram bons resultados ao final do projeto.

Por fim, todo o processo de aprendizado desenvolvido no Curso de Aperfeiçoamento em **Educação, Pobreza e Desigualdade Social** possibilitou compreender que o Brasil não é um país pobre, mas sim, um país com muitos pobres, haja vista que está entre as 10 maiores potências mundiais, tendo, contudo, sua riqueza muito mal distribuída.

De outro modo, não se deve esquecer que o governo implementou várias políticas ao longo das últimas décadas visando dirimir as desigualdades sociais bem como promover maior acesso de pessoas mais pobres no ambiente escolar. Contudo, não basta que se proporcione acesso à educação se essa muitas vezes se dá de forma precária. É fundamental

proporcionar condições dignas para que toda a comunidade escolar possa difundir conhecimento. Não se deve esquecer que o público que frequenta unidades escolares em situações deficientes é na maior parte das vezes constituído de pessoas pobres, que encontra na escola um ambiente de fuga e esperança frente a realidade que vive. É, portanto, primordial gerar meios que incentivem e desenvolvam de modo satisfatório a capacidade do educando.

REFERÊNCIAS

- BECKER, F. R. **Educação Infantil no Brasil: A perspectiva do acesso e do financiamento.** Revista Iberoamericana de Educación. N.º 47 (2008), pp. 141-155
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente.** Câmara dos deputados, lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dou de 16/07/1990 – eca. Brasília, DF.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / secretaria de educação fundamental.** – Secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CASRO, J. A. **Evolução e desigualdade da educação brasileira.** Revista Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 673-697, out. 2009
- CRISORIO, R. **Os fundamentos pedagógicos e didáticos da educação física escolar: pilares de uma unidade ou escombros de uma fragmentação?** Revista pensar a prática, v.11, n.12008.
- MARQUES, C. L. S.; IORA, J. A. **Atletismo escolar: possibilidades e estratégias de objetivo, conteúdo e método em aulas de educação física.** Revista movimento, v. 15, n. 02, p. 103-118, 2009.
- MATHIESEN, S. Q. **Atletismo: teoria e prática.** São Paulo: Guanabara Koogan, 2007.
- MIRANDA, C. F. **O corpo das crianças nas aulas de atletismo na escola.** Caderno cedes. V.32, n.87, p. 177-185, 2012.
- NASCIMENTO, M. **Contribuições da inclusão do atletismo no currículo escolar do ensino fundamental.** Agora: revista de divulgação científica, v. 17, n. 2, 2010.
- NETTO, R. S.; PIMENTEL, G. G. A. **O ensino do atletismo nas aulas de educação física.** 2008. Orientação de outra natureza - secretaria de estado da educação do paraná - núcleo regional de educação Maringá, Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná.

PIERI, A. ; HUBER, M. P. **A utilização do atletismo na educação física escolar como base para o desenvolvimento motor.** Efdeportes.com, revista digital. Buenos aires, nº 178, 2013.

Silva, M. O. POBREZA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E FORMAS DE SEU ENFRENTAMENTO. **REVISTA SERV. SOC. SOC., SÃO PAULO, N. 110, P. 288-322, ABR./JUN. 2012.**

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: ESPAÇOS E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

MARIA GORETE VICENTE DOS SANTOS
maria.goretebraz@hotmail.com

WELLINGTON PEDRO DA SILVA
pedro34cdc@gmail.com

FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS
francym@terra.com.br

INTRODUÇÃO

A sociedade convive com a pobreza durante anos, ela foi algo sempre existente dentro do meio social, trazendo consigo a chamada desigualdade social. A mesma está presente em vários espaços sociais, incluindo o meio educacional, mais especificamente nas instituições de ensino como: escolas e creches. “É necessário reconhecer que a pobreza existe que ela está aí.” (ARROYO, 2013). E que a mesma atinge uma grande parcela de indivíduos, segundo o censo escolar de 2013. Milhões de crianças e jovens pobres estão dentro do sistema educacional de ensino. Sendo mais exato são 17 milhões de crianças e adolescentes que participam do programa social do governo, o bolsa família.

A construção do processo educacional de um indivíduo necessita depende de, por exemplo: o meio em que vive, o espaço educativo em que foram inseridos, os profissionais de ensino e suas formações entre

outros pontos que são de grande influência na construção e na formação do alunado.

O espaço educativo em que o indivíduo foi colocado tem grande influência nas questões educacionais. Segundo Galardin (2008):

A qualidade e a organização do espaço e do tempo dentro do cenário educacional pode estimular a investigação, incentivar o desenvolvimento das capacidades de cada criança, ajudar a manter a concentração, fazê-la sentir-se parte integrante do ambiente e dar-lhe uma sensação de bem-estar (GALARDIN, 2008, p. 118).

Diante desta afirmação é clara a importância do espaço escolar no processo educativo do aluno e como o mesmo contribui na formação deste indivíduo. É necessário um olhar mais crítico a respeito desta temática como também é urgente que as instituições de ensino organizem seus espaços, possibilitando aos seus alunos um ambiente de saberes que favoreçam o autoconhecimento, a autonomia e o desenvolvimento de habilidades afetivas, culturais, sociais e cognitivas.

Este trabalho tende a contribuir para a discussão sobre a importância do espaço físico e sua influência na formação do aluno, como também a necessidade de pensarmos em espaços escolares melhores, para que assim atendam melhor seus alunos, contribuindo de forma significativa para a formação de cada um.

A pesquisa a campo foi efetivada em uma abordagem qualitativa e quantitativa em uma creche localizada na zona rural do município de Araçagi-PB, através de observações realizadas na instituição citada no texto acima, dando ênfase ao seu espaço físico. Os resultados obtidos e analisados possibilitam uma interpretação crítica sobre o tema em questão, propiciando uma reflexão que venha a contribuir de forma positiva nas questões do espaço físico e suas contribuições no processo educacional e na formação do indivíduo.

O objetivo geral foi analisar o espaço físico de uma instituição de ensino e suas influências no processo de aprendizado dos alunos. Foram tomados como suporte para esse trabalho os postulados de GALARDIN E GIOVANNI (2008), ARROYO (2018), SOUZA (2007), BELTRAME (2009). Também tive como base leituras de textos, livros e vídeos disponibilizados pelo Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade social.

OS ASPECTOS FÍSICOS E SUAS INFLUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DO ALUNADO

Analisar o ambiente que foi destinado para a criação de um espaço escolar é um fator de grande importância para que se possa entender sua relação com o processo de aprendizado. Uma instituição de ensino que possua uma estrutura física inadequada pode criar o alunado em um quadro mental de abandono.

O espaço escolar não é apenas um lugar que recebe alunos, são nestes ambientes em que os mesmos desenvolveram suas capacidades e que terão seu processo de formação. De acordo com Davis (1993):

[...] O espaço escolar não é apenas um continente, um recipiente que abriga alunos, livros, professores, um local em que se realizam atividades de aprendizagem. Mas é também um conteúdo, ele mesmo educativo. Escola é mais do que 4 paredes, é clima, espírito de trabalho, produção de aprendizagem, relações sociais de formação de pessoas. O espaço tem que gerar idéias, sentimentos, movimentos no sentido da busca do conhecimento, tem que despertar interesse em aprender, além de ser algo alegre, aprazível e confortável, tem que ser pedagógico. O aluno aprende dele lições sobre a relação entre corpo e a mente, o movimento e o pensamento, o silêncio e o

barulho do trabalho que constroem conhecimento. (DAVIS, 1993, p.53)

Diante de tal afirmação vemos a importância da estrutura escolar na formação dos sujeitos, como também a sua influência na construção de conhecimento desses alunos. No desenvolvimento de cada indivíduo que está inserido dentro das instituições de ensino, essa estrutura física tem sua parcela de colaboração no crescimento cognitivo do alunado.

Um estudo feito pelo Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) mostra que alunos que estudam em ambientes bem estruturados fisicamente tem um desempenho superior ao dos alunos que estudam em ambientes não adequados. Diante desses dados percebemos a importância de ser ter uma boa infra-estrutura nas instituições de ensino para que assim os alunos que ali frequentam tenham melhores condições de desenvolverem suas capacidades, favorecendo com isso resultados positivos em seu processo de ensino aprendizagem. Isso contribuirá na aprendizagem do aluno, possibilitando o seu envolvimento como também seu interesse pelo ensino.

Os espaços criados para desenvolver atividades educacionais como as escolas, as creches, entre outros, muitas vezes não são pensadas com o intuito de colaborar efetivamente na formação do aluno. Isso acarreta um grande problema na formação dos alunos. Para Beltrame et al (2009) “Quanto melhor as condições de conforto térmico nos ambientes de uma edificação, melhor será o desenvolvimento de quem os ocupa, e o aproveitamento didático dos alunos em sala de aula, por isso é necessário a análise e a avaliação do ambiente”.

Em muitos casos a estrutura física varia muito de uma instituição de ensino para outra, como por exemplo, as escolas localizadas na zona urbana, em sua grande maioria, são bem organizadas estruturalmente com relação as escolas da zona rural, que muitas vezes são caracterizadas como ambientes improvisados, antigos prédios ou até mesmo antigas moradias. Os autores como Soares, Razo e Fariñas (2006) incluem os

espaços escolares como fator importante para explicar os baixos resultados da educação na área rural.

A REALIDADE DO ESPAÇO FÍSICO DE UM AMBIENTE EDUCACIONAL

Muitas vezes os ambientes educacionais são “qualquer” espaços escolhidos pelos responsáveis ou autoridades de um determinado município, funcionando muitas vezes em antigas residências, como é caso da creche Tia Célia, localizada na zona rural do município de Araçagi-PB. A mesma funciona com 38 crianças entre 1 ano e 9 meses a 3 anos de idade. A creche funciona em uma antiga residência do município, por fora as paredes são apenas emboçadas, não tem muros, as paredes por fora não são pintadas deixando o ambiente com o aspecto de velho, mal cuidado, nem o próprio nome da instituição está na parede. Mesmo assim, a gestora me informou o nome da creche e me disse que esta funciona como um anexo da creche matriz que se localizava na cidade de Araçagi.

Ao entrar nesta instituição pude perceber que não houve nenhuma mudança física na casa para um espaço que funcionasse como uma creche. Nela, havia uma sala onde ficavam as mesinhas, carteiras e uma mesa com uma TV. Há um corredor com 2 quartos, o primeiro servia como diretoria; espaço onde as educadoras guardavam os materiais didáticos entre outros, e o segundo, servia de dormitório com três colchonetes expostos no chão e uma mesa onde as crianças deixavam suas mochilas e alguns materiais. Logo mais vinha um banheiro bem apertado, nele eram realizados os banhos das crianças e também suas necessidades fisiológicas. Por fim, vinha uma segunda sala onde era o refeitório com mesinhas e cadeiras para as crianças, e ao lado, a cozinha com uma pia, geladeira, fogão e armário. Em todos os espaços físicos daquela creche era nítido o pouquíssimo espaço para a recreação das crianças, como também os demais espaços eram muito limitados, fazendo com que as

crianças se sentissem presas e as educadoras sem muito estímulo para trabalhar. Como a creche não tinha muros, as crianças tinham apenas o ambiente interno da creche para a realização de suas atividades, e como já foi apresentado anteriormente, este espaço interno era muito apertado, pequeno e limitado, ocasionando um estresse entre as crianças e conseqüentemente limitando suas capacidades, implicando diretamente em seu processo de ensino e aprendizagem.

Muitas crianças que ali frequentavam vinham de família pobre, na qual o sustento era retirado exclusivamente da agricultura ou do programa do governo, o Bolsa Família. Para os pais, aquele espaço da creche era ótimo, eles não tinham o conhecimento devido, nem sabiam como buscar melhorias para aquele ambiente que nada mais era do que um direito de seus filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido trabalho buscou investigar e analisar as estruturas físicas de uma instituição de ensino mais especificamente, a creche Tia Célia anexo I, e seus impactos no desenvolvimento educacional do aluno. Através dos dados obtidos com esta pesquisa, mostrou-se que existem alguns fatores relevantes que influenciam a formação do indivíduo. Conhecer estes fatores nos leva a crer que esse seja uns dos primeiros passos na busca de melhorias dentro das instituições de ensino.

De acordo com a pesquisa efetuada, podemos perceber que a falta de infraestrutura em uma instituição educativa influencia de maneira muito significativa no processo de desenvolvimento do aluno, como também em sua formação. Desse modo, o aluno muitas vezes é prejudicado em seu desenvolvimento devido à falta de recursos, espaços físicos e estruturais, o que torna o processo de ensino aprendizagem muitas vezes tradicional, desinteressante e enfadonho. E como consequência desses fatores, vem a evasão escolar.

Pensar e planejar esses espaços são de suma importância para a melhoria do ensino, pois são nestes ambientes que o alunado desenvolve suas habilidades cognitivas compartilhando e interagindo com o meio. É necessário refletirmos e debatemos a este respeito, é necessário que haja uma mudança dentro dos aspectos físicos e estruturais dessas instituições para que se atinja a melhoria do ensino que serão futuros cidadãos atuantes dentro desta sociedade. Desta forma, a referida pesquisa serve de arcabouço para que os responsáveis, autoridades, educadores entre outros, possam refletir, analisar e repensar sobre as estruturas físicas dessas instituições e sua importância como ambientes de conhecimento de desenvolvimento e de construção na vida do alunado.

Esta pesquisa, efetivada através do Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, veio a colaborar muito para meu fazer docente, dando-me uma nova visão sobre as questões fundamentais entre a educação, pobreza e desigualdade social. As leituras, os debates, os vídeos disponibilizados foram muito importantes para a descoberta de novos conhecimentos, nos aprimorando como profissional de ensino, mas também como ser humano atuante na sociedade. Foram meses muito produtivos e enriquecedores.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, MIGUEL GONZÁLEZ. **Módulo introdutório:** pobreza, desigualdades e educação. In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018.
- BELTRAME, M. B., MOURA, G. R. S. **Edificações escolares:** infra-estrutura necessária ao processo de Ensino e aprendizagem escolar. In: Revista eletrônica “Revista Travessias”, v. 3, n. 2, 2009. Disponível em: Acesso em: 26 jun. 2018.
- DAVIS, Claudia. Oliveira. **Psicologia na educação.** São Paulo: Cortez, 1993.
- GALADIN. Disponível em: <<https://a+importancia+da+organizaçã+do+espaço+para+atender+o+aluno&oq=a+importancia+da+organizaçã+do+espaço+para+atender+o+aluno.>> Acessado em: 25 jun. 2018.
- SOARES, S.;RAZO, R.;FARIÑAS M...Perfil estatístico da educação rural: origem socioeconômico desfavorecidos, insumos escolares deficientes e resultados inaceitáveis . In: BOF, Alvana Maria (Org). **A educação no Brasil rural Brasília:** instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, P. 47-68, 2006.
- SOUZA, S.E. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar.** Arq Mudi. v.7, n.11, p. 110-114, 2007.

POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: AS BARREIRAS ENCONTRADAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA ESCOLA VALDEVINO RIBEIRO DA SILVA

MARIA JOSÉ VITÓRIA DA SILVA
vitoriatrajano644@gmail.com

WELLINGTON PEDRO DA SILVA
pedro34cdc@gmail.com

FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS
francym@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Sabemos que o fenômeno da pobreza e desigualdade social são presentes na sociedade brasileira e que a classe que mais sofre com essa realidade são as pessoas menos favorecidas, que se encontram limitadas a viver uma vida indigna, tendo seus direitos básicos negados por um país injusto e desigual. A educação escolar é o meio pelo qual o ser humano consegue construir sua base inicial e alcançar uma vida profissional estável, porém, foi visto durante o curso que na atualidade nem todas as pessoas tem assegurado esse direito básico que deveria ser de todos, sem distinção de classe. A diferença imposta pela sociedade está na desigualdade do processo de aprendizagem, uma vez que algumas escolas públicas não possuem recursos apropriados para desenvolver um ensino qualificado

e menos ainda estrutura física que proporcione ao estudante uma estadia mais agradável por falta do apoio de políticas públicas voltadas para o meio educativo.

Com esse pensamento, o presente texto tem como objetivo apresentar algumas descrições da Escola Municipal de Ensino Fundamental Valdevino Ribeiro da Silva, situada na cidade de Curral de Cima- PB. A mesma encontra-se em perfeito estado de funcionamento, sempre em busca de melhoria para o bem-estar do seu alunado. Seu corpo docente possui mais de 10 professores na Educação Infantil, nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, além dos secretários e coordenadores. A atual gestora é a senhora Maria José Caxias da Silva, graduada em Pedagogia e História e especializada em Gestão Educacional que foi a pessoa entrevistada na pesquisa.

A pesquisa, de modo geral, mostra a realidade das dificuldades enfrentadas pelos alunos da referida instituição em relação à educação escolar, como também algumas informações que foi possível obter do espaço externo e interno da escola, questões como condições sociais e econômicas do alunado, evasão escolar, frequência e rendimento escolar, como a inclusão dos programas sociais ajudaram a melhorar a condição de vida das pessoas e como a falta desse apoio afetam as famílias de baixa renda que tem esses programas como meio de sobrevivência. Para uma melhor construção, nos apoiamos em alguns teóricos para o desenvolvimento da pesquisa. Além do mais, apresentamos também uma reflexão sobre a definição de educação, pobreza e desigualdade social, relacionando-a com a experiência que adquirimos no decorrer do curso.

OS DADOS DA ESCOLA

Segundo os dados fornecidos pela atual gestão da escola, podemos destacar que as condições sociais dos alunos matriculados na mencionada instituição são de pessoas jovens que residem na zona rural. Muitos

deles não compreendem o valor da educação em suas vidas, não tem família estruturada e, portanto, não recebem incentivo para progredir nos estudos. Segundo Brandão (1983, p. 20) “[...] o fator mais importante para compreender os determinantes do rendimento escolar é a família do aluno, sendo que, quanto mais elevado o nível da escolaridade da mãe, mais tempo a criança permanece na escola e maior é o seu rendimento”.

Esses aspectos são fatores que não ajudam no processo educativo, pois a falta de recursos ainda é uma questão muito presente na nossa contemporaneidade, e que afeta várias pessoas de renda baixa. As condições econômicas das famílias encontradas na escola são marcadas pela condição de pobreza, dependem do salário mínimo, do programa bolsa família ou da agricultura. Já os dados de políticas de assistência social, como o número dos beneficiados pelos programas bolsa família, de erradicação do trabalho infantil, entre outros, não foi possível acessá-los, visto que a escola não possui documentos para comprovar esses números. Porém, a gestora afirmou que a maioria dos alunos matriculados são beneficiários do programa bolsa família, que é um dos motivos pelos quais vão à escola.

Com relação a evasão escolar, conforme a gestora disse, infelizmente o índice ainda se encontra bastante elevado, uma vez que muitos jovens desistem de estudar devido ao desinteresse, gravidez na adolescência, trabalho infantil, entre outros aspectos. Diante disso, vemos que existem diversos problemas que levam ao caminho da evasão escolar, ambos causados pela falta de conhecimento, informação, educação e, o principal, a condição social de algumas famílias carentes encontradas no município. Para Queiroz:

A evasão escolar é uma questão que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro, assim como as questões do analfabetismo e da não valorização dos profissionais da educação expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho (2010, p. 2).

Desse modo, a frequência escolar também é um ponto importante a ser relatado. Muitos discentes que mantem a frequência em dia é por gostar de estudar, porém, também existem os que vêm à força, ou seja, apenas frequentam a escola com o objetivo de não perder o programa bolsa família. Mesmo diante de tanta dificuldade, o rendimento escolar no ano de 2017 foi superior aos últimos 3 anos.

No que se refere as mudanças na condição de vida desses sujeitos após sua inclusão no programa, existe mudança apenas para aqueles que gostam de estudar, já que, quem não tem interesse, vem forçado e não vê a educação como uma porta para crescer na vida profissional e pessoal, um caminho para tornar-se um cidadão de bem e com todos seus direitos assegurados.

Destacamos também que os cortes desses programas federais ainda atingem muito as famílias beneficiárias, pois a maioria delas sobrevivem através dessa renda, e supostamente com esse corte várias famílias se desestabilizam, causando sofrimento que certamente refletirá no processo educativo do aluno, uma vez que a maioria frequentam a escola em busca de manter a bolsa. Sendo assim, ressaltamos que o benefício do programa bolsa família ainda é muito importante, não apenas na referida cidade, mas na sociedade, pois muitas pessoas sofrem com a falta de recursos para sobreviverem e terem uma vida digna. Moraes aponta que:

Direitos Sociais são direitos fundamentais do homem, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria das condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social, e são consagrados como fundamentos do Estado democrático, pelo art. 1º, IV, da Constituição Federal. (MORAES, 2002, p. 202).

E para sanar como essa desigualdade social que está na sociedade, é preciso o reconhecimento daqueles profissionais que atuam nas áreas da

saúde e educação, ambos não podem fechar os olhos diante da pobreza material, pois a garantia das necessidades básicas é fundamental para sustentabilidade dos seres humanos.

Portanto, é fundamental uma visão além dos muros escolares para tratar da questão da desigualdade social entre os alunos, é preciso mudar o caminho que a educação brasileira vem trilhando e procurar métodos que proporcionem sua melhoria e, principalmente, o bem-estar do alunado. Depende de nós educadores buscar uma forma de ajudar a transformar essa sociedade injusta em uma sociedade mais justa e igualitária, onde a educação e a saúde estejam em primeiro lugar e a condição social seja igual para todos, sem haver discriminação, pois tudo isso contribuirá para uma educação mais inovadora e significativa para com todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que estudei ao longo do Curso de Aperfeiçoamento, Educação, Pobreza e Desigualdade Social, pude perceber que o problema da pobreza está muito presente na sociedade brasileira e nas escolas, apesar de todas as mudanças que ocorreram para a melhora das relações educacionais. Pude também ter um olhar mais sensível para esta dura realidade que ainda percorre a humanidade, pois a pobreza não só assola as pessoas de baixa renda, como tudo a sua volta, relacionando-se com a desigualdade social, limitando as pessoas a viverem inferiorizadas, com direitos básicos negados, como o direito a saúde, alimentação, moradia e, principalmente, a educação, fator primordial para uma sociedade igualitária. Durante a jornada do curso foi possível vivenciar discussões enriquecedoras sobre esta temática, conhecer a fundo uma realidade que é bem presente na contemporaneidade, como também aperfeiçoar minha visão como educadora, trocar e adquirir conhecimentos que foram e são fundamentais para qualquer pessoa que atua no campo docente. Foi através desse contato que aprofundei meu conhecimento acerca da diversidade

existente na sociedade e, entender que depende de nós seres humanos/professores colaborar ou até mesmo modificar o mundo.

Foi possível também reviver momentos de minha trajetória educacional marcada pela pobreza que me tornaram a pessoa que sou hoje.

A necessidade de ver o mundo com um olhar diferente no âmbito escolar é essencial, pois é a partir da escola que adquiri conhecimentos e aprendizados que foram os alicerces para o meu crescimento profissional e educacional, que contribuíram e contribuirão para um futuro promissor.

Acredito que refletir a respeito da educação e sua relação com os aspectos da pobreza e desigualdade social é primordial, pois a educação é o meio através do qual os hábitos, costumes e valores de comunidade são transferidos de uma geração para a geração subsequente.

A pobreza, de acordo com o que visualizei nos estudos promovidos, pode ter variadas definições, de modo geral, é a falta daquilo que é necessário à subsistência de um indivíduo. A desigualdade social é tudo aquilo que contribui para a escassez de uma educação básica de qualidade, insuficiência de oportunidades de emprego, falta de estímulos para o consumo de bens culturais e, principalmente, ausência de direitos igualitários. A mesma está associada à má distribuição de renda e a falta de investimentos em políticas sociais.

O referido curso trouxe diversos benefícios para meu processo educativo, pois além de proporcionar conhecimentos aos quais não tinha acesso e que levarei por toda minha vida, me deu a oportunidade de conhecer o quanto essa realidade de pobreza e desigualdade social afeta a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 2002 p. 202.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar**. 2010 p. 02.

BRANDÃO, Zaia *et al.* **O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil**. In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 64, nº 147, maio/agosto 1983, p. 20.

AS AÇÕES DO CRAS E SEUS IMPACTOS FRENTE À POPULAÇÃO CARENTE DA CIDADE DE JACARAÚ-PB

MARCKLEIDE SILVA DE LIMA COSTA
Profmarck.lima@gmail.com

MARCKLENE SILVA DE LIMA
Marc_lene@hotmail.com

JOSEVAL DOS REIS MIRANDA
josevalmiranda@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como objetivo principal propor informações e resultados, referente a intervenção social frente a pobreza, acerca do CRAS (Centro de Referência e Assistência Social) da cidade de Jacaraú. O CRAS tem como objetivo identificar as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, priorizando as que são usuárias do programa federal Bolsa Família, dando assim assistência social promovendo trabalhos sociassistenciais realizados através dos programas PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família) e SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos).

Propondo assim uma nova visão sobre as intervenções assistenciais as famílias que se encontram em riscos sociais, os déficit que elas apresentam e os resultados positivos adquiridos através dos projetos sociais ofertados pelos programas do CRAS. Tranformando-o em um

espaço educacional e reflexivo e intermediador de superação a pobreza, referente às problemáticas municipais encontradas.

Tendo como problemática analisar quais as ações do CRAS e seus impactos frente à população carente da cidade de Jacaraú. Portanto é de extrema importância conhecer a realidade do município, quais as áreas que sofrem com a pobreza, quais os meios que devem ser trilhados e quais as ações do governo para alcançar as pessoas carentes, tendo como objetivo tira-las dessas zonas de risco social.

Para isso fizemos uma pesquisa-ação que cujo estudo é voltado a solucionar algum problema que será discutido durante o trabalho, trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório que se caracteriza por identificar melhor um fato ou fenômeno e solicitar assim um problema ou hipótese, realizada então por abordagem qualitativa. Realizada através de um estudo de caso que propõe analisar determinada feição de uma população, ambiente ou indivíduo.

AÇÕES DO CRAS: UMA INVESTIGAÇÃO

Este trabalho tem como objetivo identificar as ações do CRAS e seus impactos frente à população carente de Jacaraú. O CRAS vem como mediador entre famílias e direitos de cidadania ofertando várias oficinas para grupos bem mistificados entre crianças, adolescentes, jovens, adultos, gestantes e idosos, proporcionando melhor qualidade de vida aos usuários, através do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família) e SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos).

Esta pesquisa foi realizada no CRAS (Centro de Referência de assistência Social) no mês de dezembro de 2017, situado na Rua Presidente João Pessoa s/n, centro, Jacaraú-PB, administrado pela Secretaria da Assistência Social.

O CRAS traz a população o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família) que atende as famílias em todo o seu

aspecto com psicólogo semanal, assistência da equipe da Secretaria de Assistência Social, tendo também nele os Benefícios Eventuais que contribuem com as doações de sextas básicas, alugueis sociais, enchovais e auxílios funerais, composta por uma equipe técnica de duas assistentes sociais, uma psicóloga, uma coordenadora e uma recepcionista.

O CRAS então se torna uma unidade da rede socioassistencial de proteção social básica diferenciada das demais, pois além da oferta de serviços e ações, possui as funções exclusivas de oferta pública do trabalho social com famílias através do PAIF e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica (MDS 2009). Com o intuito de que a família inteira venha ser acompanhada e prestada a assistência devida a cada necessidade ali encontrada.

Devido à insuficiência de espaço para as demais atividades e pensando no bem estar e na melhor forma de atender as famílias e usuários, também ofertada pelo CRAS, o SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) esse direcionado a outro prédio situado na Rua Augusto Luna s/n.

O SCFV vem com o objetivo de socializar e promover uma vivência em um espaço social contruindo assim laços com as famílias, ofertando a elas diversas oficinas que varia entre horários e públicos específico, proporcionando assim, atendimento aos Grupos de Idosos, aulas de educação física, crochê, bordado e capoeira; Grupos de mulheres, aulas de zumba, biscuit, crochê, artesanato, capoeira e Muay Thai; Grupos de gestantes com palestras sobre a gravidez, a importância do Pré-Natal e a entrega de enchovais; Grupos de adolescentes e jovens, aulas de capoeira, Muay Thai , biscuit, aula de dança, violão e teoria musical; Grupo de Crianças, com aulas de biscuit, artesanato, reciclagem, aula de dança, capoeira, Muay Thai e flauta.

Uma vez que o objetivo do CRAS é, portanto, a prevenção de pessoas em situações de vulnerabilidade e risco sociais, promovendo assim um fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, ampliando também o acesso aos direitos dos cidadãos (MDS, 2009). Sendo assim,

esse vínculo tem sido alcançado aos longos dos dias, proporcionando melhor condição de vida de superação e reintegração desses cidadãos a sociedade, tirando crianças, jovens, idosos e mulheres da mesmice da sobrevivência, abrindo novos caminhos a serem trilhados, com novas culturas, novos pensamento, fazendo desses grupos seres pensantes e conhecedores de seus direitos de cidadania mais que isso devolveram a eles a credibilidade e progresso pessoal, tornando-os donos de seus próprios negócios e sustento, tutores e ajudantes de oficinas artesanais entre outros.

Foi-se dado condição e esperança para saírem da miserabilidade, e um bom público tem sido alcançados e reingressados a comunidade. Um indivíduo se torna mais livre à medida que aumenta o leque de opções entre as quais pode escolher, ou seja, um sujeito tem autonomia quando é capaz de ver a si e aos outros como titulares de direitos e possuidores de deveres. Dessa forma é possível ver esperança frente à pobreza.

No entanto ao longo da pesquisa outro ponto é visto, após o acesso aos diários de presença e fichas de inscrições é notória uma grande quantidade de inscritos e uma quantidade ainda maior de desistentes que se torna um percentual maior do que a quantidade de integrantes frequentes, portanto é perceptível uma evasão brusca, uma desistência sem justificativas, “sem motivos”.

Os profissionais muitas das vezes não estão preparados, capacitado para receber e dar assistência devida a essas pessoas que por um contexto histórico e social vem sendo escanteadas. No cotidiano do fazer profissional, muitas vezes, os técnicos do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social atuam como meros executores de “tarefas”, seguidores “fiéis” de dispositivos legais e normas técnicas, as quais, nem sempre, são transformadoras e emancipatórias.

Assim, o próprio técnico ou profissional não promove, em sua prática, as condições para que as pessoas pobres e em situação de extrema pobreza e reconheçam como tais, bem como é incapaz de fazê-los reconhecer que sua “condição histórica de pobreza é produzida pelo

padrão político de poder-dominância-subalternização” (ARROYO, 2015, p. 16).

Essa realidade é mesma que ocorre no CRAS de Jacaráu em virtude de que não basta apenas conhecer os fatores sociais, as causas e as problemáticas que levam a pobreza ou conhecer e dar assistência a eles, mas ocasionar uma intervenção que proporcione ao indivíduo reconhecimento de sua condição e sua necessidade extrema de sair da mesma, dar sustentabilidade intervir para que essa evasão não venha ocorrer, descobrir o porquê dela e solucioná-la a fim de alcançar o objetivo principal que é retirar esse ser da miserabilidade.

Identifica-se então outro grupo, que são daqueles que não são assistencializados pelos programas, aqueles que não conhecem a função CRAS, nem o CRAS o reconhecem como pessoas que necessitam de uma assistência, são aqueles que ainda sentem a dor da fome, da falta de moradia digna, da falta de assistência familiar, aqueles que ainda sofrem com o trabalho infantil, com os maus tratos aqueles que ainda se enchem na vizinhança perambulando como derrotados, aqueles que moram na zona rural, nas periferias. Vemos uma deficiência no Plano Municipal de Assistência Social, plano esse que o segundo o MDS (2009) “[...] planejamento consiste em uma estratégia de ação que estabeleça metas, procedimentos e métodos, compatibilizando necessidades e demandas com recursos e tempo disponíveis, de forma a possibilitar a organização do Sistema Único de Assistência Social no município”.

No entanto isso deva ter sido feito com deficiência apesar de ter ciência de que “O desafio é conhecer a realidade do município e nela esta atuando, com a priorização das situações de maior vulnerabilidade” (MDS 2009). Portanto quando esse plano não acontece com veracidade do município, acontece essa realidade triste de que apesar de poucos recursos, de existir um órgão público para tais problemáticas, os que sofrem as consequências da pobreza não tem sido alcançados com prioridade.

Como resultado, a pesquisa mostra três pontos, primeiro os dos grupos alcançados, aqueles que saíram da sua zona de pobreza e

vulnerabilidade, aqueles assistidos e reintegrados a comunidade, o qual é o objetivo geral do CRAS. Teve o segundo grupo que por ventura não continuaram, esses por vezes fazem as inscrições e desistem. E terceiro e último foi o grupo que não são assistidos pelo programa, e que passam despercebidos e ignorados por muitos, mostrando uma problemática no Plano Municipal de Assistência Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da pesquisa possibilitou uma análise de pontos distintos de um único Centro de Assistência Social, dessa forma é possível ter uma reflexão acerca dos beneficiados pelo CRAS, que porventura alcançam um lugar na sociedade e saem da miserabilidade, na contrapartida é notório a deficiência do órgão quanto a sociedade que rodeia o município. Voltando o olhar para aqueles que pararam no caminho e para aqueles que simplesmente não conhecem o programa.

De modo geral, a equipe presente mostra motivação, comprometimento e interesse frente às problemáticas enfrentadas, mas ainda possuem uma deficiência quanto à parte organizacional, quanto aos públicos alvos e quanto à divulgação dos recursos oferecidos. Como resultado, realmente o CRAS traz benefícios frente à pobreza, alcança soluções através de seus programas de intervenção social de apoio a família e fortalecimento de vínculo, aonde pessoas vem sendo reintegradas a sociedade.

O curso proporcionou uma reflexão a mais no sentido de pobreza, das intervenções, dos meios que ao longo dos anos têm sido trilhados para que a pobreza venha ser superada, das dificuldades nas aplicações dos planos educacionais, sociais e culturais, nas intervenções das políticas quanto aos seus resultados. Também foi construído um progresso frente à intervenção da educação que veio como mediadora frente à pobreza, porém por muitas vezes escassa e necessitada de muitos recursos, a

educação e a informação veio como norteadoras e levaram milhares de pessoas a saírem da pobreza.

Comumente a pesquisa é possível problematizar e também propor soluções. Capacitar os profissionais quanto ao público que irão atuar fazer o uso da divulgação nas áreas de risco sociais, sítios e periferias os programas que o município tem para ofertar, planejar o plano municipal de assistência social juntamente com outras secretarias a fim de conhecer realmente a realidade do município e intervir meio a elas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, MIGUEL G. Pobreza, Desigualdades e Educação. Módulo Introdutório. In: **Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social**, 2015.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009 Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/.../orientacoes_Cras.pdf Acessado em: 25 de junho de 2018.

SCALCON, Daiane Tressoldi; MARCHI, Marcio. **O programa bolsa família, a educação e a superação da pobreza**: relato de experiências e proposta de intervenção. IN: GARCIA, Adir Valdemar (org). **Formação em educação, pobreza e desigualdade social** [Recurso eletrônico on-line]; propostas de intervenção em direitos humanos e cidadania . 1. ed. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017. 335 p. (Educação, Pobreza e Desigualdade Social; V.4)

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE ESCOLAR

MARIA ANA BARBOSA DA SILVA
mariabarbosa91228176@gmail.com

JOCÉLIO COUTINHO DE OLIVEIRA
jocelio@ccaef.ufpb.br

JOSEVAL DOS REIS MIRANDA
josevalmiranda@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Educação, Pobreza e Desigualdade social tem como objetivo refletir sobre a realidade social dos educandos em escolas públicas do Município de Mamanguape-PB no que diz respeito à relação educação e pobreza. Como objetivos específicos, procuraremos compreender a relação da educação formal, com a pobreza e com a desigualdade social, além de refletir sobre a função da escola em comunidades socialmente vulneráveis.

Os apontamentos aqui apresentados tratarão da realidade de escolas onde estagiei como graduanda do curso de Pedagogia e, também, onde apliquei atividades deste curso de aprofundamento.

Os estágios foram realizados em diversas escolas, com realidades diferentes, porém, há uma realidade igual na maioria das instituições, que é falta de estrutura física e condições favoráveis para promover o processo de ensino e aprendizagem. As vivências dos estágios possibilitaram vivenciar

a realidade daquela comunidade escolar e de cada aluno, promovendo uma reflexão no que diz respeito a criar condições para um ensino de qualidade. Isso estende-se a um espaço escolar de qualidade e favorável a materiais didáticos e lúdicos que auxiliem o processo de aprender.

Nesse sentido, o processo de ensino e aprendizagem está correlacionado às condições físicas da escola, do aluno e do professor. Nessa perspectiva, a pobreza retratada nas escolas pelos alunos, influi de forma significativa na aprendizagem.

Este trabalho se justifica pelo fato de que é preciso avaliar a maneira como se trata a pobreza na escola, pois os alunos que vivem essa realidade têm provavelmente menos êxito. Nessa perspectiva, é necessária uma mudança de conteúdo, considerando a realidade do aluno, promovendo sua participação, sendo o professor o mediador nesse processo, incentivando o aluno compreender o mundo que o cerca, utilizando a educação como caminho para obter novas oportunidades.

Vale destacar que a pobreza é um condicionante que dificulta a aprendizagem, mas existem outras vertentes que dificultam esse processo, sendo necessário um viés de comprometimento por parte de toda a sociedade para combater tal realidade dessa desigualdade social que atinge as escolas.

Portanto, a educação e a escola exercem um papel fundamental no enfrentamento das condições que produzem e reproduzem a pobreza. Nesse sentido, é necessário superar essa estatística de relacionar pessoas pobres apenas aos números, mas criar condições favoráveis que estimulem e promovam a aquisição de novos conhecimentos.

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NA COMUNIDADE E NA ESCOLA

Segundo (SEM, 2000 *apud* ALBERNAZ e GUROVITZ, 2002), “a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido”. Dessa forma, a pobreza pode ser compreendida como a falta de acesso a serviços de saúde, educação e moradia dignos. De acordo com Arroyo (2013) as causas da pobreza podem ser econômicas, políticas e sociais. Conhecer essas causas é essencial para o combate a uma visão moralizadora da pobreza. Para esse autor, a pobreza também pode ser motivada por raízes históricas:

[...] a caracterização dos (as) pobres como inferior em moralidade, cultura e civilização tem sido uma justificativa histórica para hierarquizar etnias, raças, locais de origem e desse modo, alocá-los (as) nas posições mais baixas da ordem social, econômica, política e cultural (ARROYO, 2013, p. 13).

Essa constatação é muito séria e atinge os alunos das escolas públicas do Brasil. Portanto, diante da pobreza que tem nas escolas, essas instituições tem a função de receber bem os alunos e incentivá-los a acabar com esse ciclo de pobreza por meio de uma escola atuante. Nesse sentido, a LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, afirma no artigo 2º que a educação é dever da família, mas também do Estado, e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Dessa maneira, o sistema educacional brasileiro prever que todos os alunos recebam educação de qualidade, mas isso não acontece sempre, pois várias vezes, o Estado não consegue alcançar os objetivos conforme a LDBEN. De fato, as questões, atividades, debates e vídeos retratados, no curso EPDS possibilitaram uma reflexão e um novo olhar sobre as questões

de pobreza e desigualdade, promovendo, assim, que o professor tenha um apoio de toda a comunidade escolar que vise enfrentar as questões que produzem situações de pobreza.

Podemos dizer que a educação é um processo contínuo de formação e ensino pelo qual o indivíduo possa se integrar na sociedade, mas a educação vai além desse conceito técnico. É necessário compreender a realidade que o aluno está inserido para que ocorra o processo de educação. A educação formal ocorre na escola, mas a educação de valores é um processo que ocorre no seio familiar e segundo suas experiências e vivências. A escola deve assumir seu papel na educação formal, buscando formar cidadãos pensantes e críticos, possibilitando novas maneiras de refletir sobre o mundo que os cercam.

Podemos dizer também que a escola deve exercer o papel de adaptar e ajustar os alunos à sociedade, segundo suas características, habilidades e aptidões. Nesse sentido o centro de referência de assistência social (CRAS) é o responsável por dar assistência às famílias carentes, que precisam de auxílio social, pois vivem em condições vulneráveis.

Atualmente, são beneficiadas 6.119 famílias pelo Programa Bolsa Família, no município de Mamanguape, ressaltando que esse número pode diminuir ou aumentar, pois, todo mês algumas famílias são bloqueadas, canceladas ou aprovadas pelo programa.

O CRAS tem assistentes sociais e agentes da prefeitura que colaboram para o atendimento e assistência a todos que procuram o órgão. Esse está localizado no centro da cidade, zona urbana. O lugar tem condições de estrutura física para atendimento, funciona de 08h as 15h, de segunda a sexta-feira. Os beneficiados tiveram maiores condições, após serem incluídos no programa, pois o benefício promoveu a compra de alimentos e material escolar, entre outros. As famílias beneficiadas recebem determinado valor, mensalmente, promovendo a compra de utensílios para a subsistência e melhores condições de vida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer das vivências dos estágios e do curso de aperfeiçoamento em educação, pobreza e desigualdade social, pude presenciar inúmeros argumentos e situações que retratam pobreza e desigualdades sociais no contexto educacional.

Nas escolas em que realizei o estágio, a desigualdade social é nítida entre os alunos. Percebi que tal realidade dificulta a aprendizagem, ressaltando que algumas escolas não possuem estrutura física adequada para comportar todos os alunos que são matriculados, ocasionando salas lotadas, dificultando que o professor exerça sua prática pedagógica de forma que venha atender às necessidades do alunado. Proponho criar oficinas pedagógicas e atividades educativas que envolva toda a comunidade escolar, trabalhando essa temática, favorecendo a reflexão do quanto educar é relevante para formar uma sociedade pensante e crítica.

Pude compreender, no decorrer da participação nas atividades propostas pelo curso EPDS, que relacionar educação, pobreza e desigualdade social está ligado ao fator de que pessoas em situações de pobreza vivenciam o fracasso escolar pela realidade que estão inseridas, ocasionando também uma desigualdade não apenas no contexto social, mas também no contexto educacional.

Dessa forma, foi possível reconhecer, nas escolas observadas, que tais instituições não incluem de maneira significativa as crianças ou pessoas, resultando em poucas chances de acesso à educação de qualidade e que atendam às necessidades daquele aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as atividades realizadas no curso de aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social podemos compreender tais questões norteadoras que serviram de suporte para reflexão e execução do curso. O curso de aperfeiçoamento promove atividades ativas e reflexivas,

possibilitando ao aluno cursista repensar a realidade que está inserida, além de um novo olhar sobre o profissional que deseja ser.

Em relação, à atuação na área da Educação, acredito que, como futura pedagoga e formadora de opinião, o curso possibilitou que devo trabalhar pedagogicamente essa temática nas escolas, seja na sala de aula ou com meus colegas de trabalho. A desigualdade social é encarada como algo natural, salientando que existe desigualdade no ensino superior, como exemplo, alunos de escolas públicas disputam vagas com alunos de escolas privadas, ressaltando que o ensino ofertado aos alunos de escolas privadas tem sido mais qualificado.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Módulo Introdutório – Pobreza, Desigualdades e Educação**. Brasília, SECADI, 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE EDUCACIONAL

MÁRIO MATIAS MATACAJÁ FILHO
matiasmaracaja@gmail.com

KILMA CUNHA BARROS
kilmabarros67@gmail.com

CÉLIA REGINA TEIXEIRA
cel.teix54@gmail.com

INTRODUÇÃO

Com a respectiva reflexão, procuramos pensar sobre a relação existente entre a escola e a comunidade, abordando os diversos aspectos que favorecem a uma maior interação entre os sujeitos que os compõem, levando em consideração o território na qual estão inseridos. A partir da análise do tema escola e território, buscamos evidenciar alguns fatores que permeiam esse processo, como: currículo escolar, cultura escolar, projetos sociais, identidades, território/comunidade, diversidade social e exclusão. Partindo desse enfoque, a presente reflexão configura-se dividida em duas partes, sendo a primeira voltada para a escola e o território em que ela se encontra inserida, enquanto que a segunda parte está voltada para uma análise mais crítica do contexto em que essas mesmas partes dialogam.

Para melhor compreendermos esse processo, faremos uma abordagem mais abrangente sobre as relações de poder na sociedade e como as mesmas afetam a instituição escolar e a comunidade em torno da qual a

ela se encontra. Discutiremos sobre como o modelo econômico capitalista e suas nuances, influenciam de forma considerável nas metodologias e práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição escolar – especificamente na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) – tornando-a alvo de disputa para os grupos que estão no poder. Sem perdermos de vista o viés mais geral, refletimos também sobre os processos e práticas que reforçam a pobreza e desencadeiam medidas excludentes numa sociedade já bastante marcada por desigualdades sociais.

Essas reflexões surgiram como uma tentativa de demonstrar que as normas vigentes da sociedade atual procuram impor limites no processo de formação do cidadão, com o intuito de adequá-lo a uma estrutura que subjuga e oprime as classes menos favorecidas, além de evidenciar a defasagem curricular, a ausência de políticas públicas eficazes e o não oferecimento de cursos de formação continuada para os docentes.

Para fundamentar este trabalho autores como Libâneo (2003), Arroyo (2005, 2006), Freire (1996, 2005) e Pinto (1993) serviram para reflexão. A partir da análise teórica e a relação entre os autores já citados, para melhor desenvolver esta atividade e coletar informações, visitamos uma escola pública localizada na zona urbana do município de Juazeirinho-PB. A mesma atende alunos do ensino regular (Ensino Infantil e Fundamental) e na modalidade EJA, funcionando nos três turnos.

Tendo em vista a quantidade de alunos e o tempo disponível para a realização da atividade, delimitamos nossa pesquisa aos alunos que se encontram matriculados na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA) dessa mesma escola, analisando critérios referentes as suas condições econômicas e sociais.

Para melhor pontuar os dados, utilizamos conversas informais com alguns alunos – abordando sobre as experiências e realidade vivenciada –, bem como também, fizemos uso de um questionário organizado e proposto pelos tutores do curso, na qual tornou-se possível coletar e analisar as informações obtidas, traçando o perfil humano, econômico e social dos alunos.

A pesquisa nos possibilitou um maior aprofundamento sobre a realidade estudada, bem como conhecimentos necessários para futuras abordagens, haja vista que os elementos apresentados não encerram o debate sobre a temática em questão. Portanto, evidenciamos que o sujeito precisa estar apto a conduzir as diversas mudanças da atual sociedade, destacando-se o espaço escolar como ambiente privilegiado para a construção do conhecimento que possibilite o exercício da cidadania. Nessa perspectiva, revela-se a urgência em promover reformas educacionais que possibilitem a formação de um sujeito crítico e reflexivo, capaz de promover mudanças na sociedade onde vive.

DESCRIÇÃO DA ESCOLA E TERRITÓRIO

A escola em análise (que para preservarmos sua imagem a denominaremos de “Escola X”), funciona na zona urbana do município de Juazeirinho-PB, atendendo alunos da zona urbana e rural, tanto no ensino regular quanto na modalidade EJA. É a maior escola do município, tendo aproximadamente 1.500 alunos, sendo a maioria deles residentes na zona rural do município que, para chegar até a escola, fazem uso do transporte escolar.

Embora tenha sido construída na década de 1970, sua estrutura física sofreu poucas alterações desde sua conclusão, com exceção de um auditório e mais oito salas que foram finalizadas nos últimos sete anos, totalizando dezoito salas de aula. A maioria das “reformas” se dão de maneira paliativas, como: pintar paredes, consertar portas e trocar lâmpadas. Desse total de salas de aula, a modalidade EJA – que funciona apenas no período na noite –, ocupa dez salas, sendo três delas para as Séries Iniciais e as outras sete para o Ensino Fundamental.

Ao coletarmos os dados referentes aos alunos que compõem a modalidade Educação de Jovens e Adultos da escola em análise – dados esses, obtidos na Secretaria Municipal de Educação do Município de

Juazeirinho-PB –, observamos os seguintes índices: no segundo semestre do ano de 2017, a EJA tinha um total de 316 alunos matriculados, dos quais 97 eram assistidos pelo Programa Bolsa Família. Já os dados de 2018 – referentes ao início do semestre letivo – mostram que, de um total de 309 alunos matriculados na EJA (sendo 266 no Ensino Fundamental e 43 nas Séries Iniciais), 84 alunos são beneficiados pelo Programa Bolsa Família.

Para se entender a problemática educacional do Município de Juazeirinho, necessário se faz referenciar o contexto político, econômico e social em que está inserida. Sabemos que esse cenário se encontra presente em todo país e não apenas no município em questão, pois quando nos deparamos com a atual situação educacional do Brasil, não demoramos a perceber que ela está em crise e necessita de mudanças significativas que venham dar-lhe uma nova configuração.

Vale ressaltar que, apesar da crise econômica e social, a problemática vivenciada pela maioria dos municípios encontra-se na má administração dos recursos públicos, na qual os repasses do governo Federal e Estadual não são utilizados de forma correta.

Numa conjuntura mais ampla, o governo brasileiro vinha tentando ajustar suas políticas econômicas e educacionais, na busca de modernizar o país e inseri-lo no mundo globalizado. Entre os diversos mecanismos adotados, podemos destacar os programas de assistência financeira à família – como, por exemplo, o Programa Nacional do Bolsa Escola. Essa proposta, regulamentada pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, trouxe bons resultados.

Embora mudanças educacionais venham ocorrendo no cenário nacional, elas acabam não se efetivando e isso se explica pelo fato de que as normas que orientam o modelo educacional estarem submetidas a decisões de ordem política, econômica e social, que selecionam o que deve ser seguido, sempre de acordo com os interesses das classes mais favorecidas. Estas relações de poder fortalecem os grupos dominantes e colocam à margem todo o seguimento das classes menos favorecidas.

Quando voltamos nosso olhar para a Educação de Jovens e Adultos da escola abordada, a mesma apresenta, em sua grande maioria, alunos advindos da zona rural, com experiências, vivências e saberes que devem ser usados para estabelecer uma ponte de construção com os conteúdos presentes no currículo escolar.

Os docentes que lecionam na modalidade EJA da escola em análise, são funcionários efetivos e foram aprovados no último concurso realizado pelo Município de Juazeirinho-PB, no ano de 2014. Embora todos já possuam uma pós-graduação voltada para a área educacional específica, notamos que a escola precisa promover cursos de aperfeiçoamento e formação continuada para os docentes, que atendam as especificidades da modalidade em que atuam, possibilitando assim, os meios necessários para impulsionar as mudanças desejadas. Ao abordar sobre o processo de formação do educador e a relação dele com os alunos, Arroyo (2006, p. 20-21), demonstra que:

[...] aproveitar os professores de 1ª a 4ª, e de 5ª a 8ª, dando a eles certa “reciclagem” [...] continuemos formando o que já está sendo formado: um professor generalista que poderá dar aula no diurno, a crianças e adolescentes, e no noturno, a jovens e adultos. Agora, se caminharmos no sentido de que se reconheça as especificidades da educação de jovens e adultos, aí sim teremos de ter um perfil específico do educador da EJA e, conseqüentemente, uma política específica para a formação desses educadores.

Ressaltamos também, a necessidade de reformulação do currículo, pois ao observarmos a elaboração do currículo escolar e os conteúdos programáticos, somos levados a considerar uma série de conflitos que os permeiam, uma vez que esses mesmos conteúdos são selecionados de forma descontextualizada e são exclusivamente voltados para atingir os interesses dos grupos que estão no poder. Esse conhecimento direcionado

para atender as demandas dos grupos dominantes, torna o cidadão um sujeito alienado e incapaz de refletir e transformar o meio em que vive.

A escola necessita então, tornar-se num espaço cada vez mais desejável para o aluno em prol de um trabalho coletivo que garanta a formação de um sujeito apto a refletir de maneira crítica e construtiva, pois enquanto instituição de ensino, a escola deve motivar a participação dos diversos grupos sociais em seu meio.

Dessa forma, ressaltamos a urgência em se adotar políticas públicas que garantam avanços eficazes. Uma das melhores ferramentas para se atingir tamanho objetivo, está em adotar práticas pedagógicas que atendam as expectativas e particularidades dos educandos, tomando por base seus saberes prévios. Somente assim, poderemos estabelecer um elo entre o que é ensinado e o que é vivido pelo aluno, tornando-o conhecedor dos problemas que o envolvem e, conseqüentemente, aparelhado para resolvê-los.

Juazeirinho é um pequeno município localizado no interior da Paraíba, situado à 200 km da capital do Estado. Por fazer parte de uma região de clima semiárido, registra poucas chuvas e atravessa longos períodos de estiagem, acarretando uma influência negativa principalmente em suas atividades econômicas.

De acordo com o Censo Demográfico realizado em 2010, o município apresenta uma população de dezesseis mil, setecentos e setenta e seis pessoas (16.776). Desse contingente, nove mil, cento e vinte e quatro pessoas (9.124) residem na zona urbana, enquanto que sete mil, seiscentos e cinquenta e duas pessoas (7.652) residem na zona rural. Esses dados são facilmente entendidos, quando compreendemos que o suporte econômico do município tem suas bases na agricultura, pecuária e extração de minérios. A densidade populacional é de 35,88 hab/km².

Analisando os dados do IBGE referentes ao critério Educação – levando em consideração a taxa de escolarização para pessoas de 6 a 14 anos –, o município de Juazeirinho se encontra na posição 83º de 223º (no ranking dos municípios do Estado da Paraíba) e na posição 2411º

(no ranking dos municípios do país). Utilizando o critério Educação – Matrículas no Ensino Fundamental –, para comparar a situação do Estado da Paraíba com os outros Estados do Brasil, o mesmo se encontra na 14ª posição. (Portal IBGE – Censo Demográfico 2010).

Considerando todo esse contexto social e analisando os dados do IBGE referentes à Educação (Censo realizado em 2010), o município de Juazeirinho apresenta dificuldades que refletem os problemas enfrentados pelo Estado da Paraíba. A estes dados somam-se problemas, como: evasão escolar, distorção idade/série, repetência e inadequação curricular. Esses fatores ocasionam mudanças e fortalecem ainda mais um processo de exclusão, que inseridos no contexto da Educação de Jovens e Adultos, descrevem o quanto distante encontra-se uma política pública capaz de proporcionar avanços significativos. Muitas vezes, a imagem de exclusão é reforçada pelo próprio sistema de ensino que é precário e ineficiente, fruto da ausência ou de ações de políticas inadequadas.

Assim sendo, um dos maiores desafios atuais a enfrentar, refere-se à questão da exclusão social, uma vez que ela impossibilita colocar em prática a real efetivação dos direitos constitucionais e promove relações contraditórias numa sociedade já bastante marcada pelas desigualdades. Para Libâneo (2003, p. 31), há duas razões muito importantes para se estabelecer as relações entre o sistema de ensino e as escolas, pois:

De um lado, as políticas educacionais e as diretrizes organizacionais e curriculares são portadoras de intencionalidades, ideias, valores, atitudes e práticas que vão influenciar as escolas e seus profissionais na configuração das práticas formativas dos alunos, determinando um tipo de sujeito a ser educado. De outro, os profissionais das escolas podem aderir ou resistir a tais políticas e diretrizes do sistema escolar, ou então dialogar com elas e formular, coletivamente, práticas formativas e inovadoras em razão de outro tipo de sujeito a ser educado.

Com isso, percebemos que as escolas são parte de um sistema público regido por normas que acabam por orientar toda a educação nacional, uma vez que a educação, segundo a Constituição Brasileira, é direito de todos. Nesse sentido, o Estado e seus meios institucionais devem promover e garantir tal direito. No quesito “Território e Ambiente”, os dados do mesmo Censo demonstram os seguintes índices quanto ao município de Juazeirinho:

Apresenta 57.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 79.3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 2.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 25 de 223, 179 de 223 e 122 de 223, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1920 de 5570, 2452 de 5570 e 4014 de 5570, respectivamente (Portal do IBGE – Censo Demográfico 2010).

Vemos então, que nem toda a população dispõe de infraestrutura adequada no que se refere a esgotos e saneamento das águas, em que estas geralmente correm para as vias públicas e para o açude da cidade. Quanto ao fornecimento de água do município, o sistema está a cargo da Cagepa, em que as águas advêm do açude de Boqueirão, águas estas, que chegam em média de uma a duas vezes por semana.

Embora o município conte com vários açudes, principalmente na zona rural, os mesmos se apresentam cheios apenas nos períodos prolongados de chuvas. Mas, mesmo assim, devido à falta de tratamento básico das águas desses açudes (que poderiam abastecer a cidade quando cheios), as mesmas são usadas para os gastos com a agricultura e pecuária.

Entretanto, a água potável usada para beber, consumida pela população, é abastecida pelos carros pipa – trazendo água proveniente

de outros municípios – e água mineral engarrafada. Mais recentemente, o governo municipal e estadual vem investindo na instalação de poços artesanais que possam suprir as maiores necessidades em tempos de carência.

As condições climáticas acabam não permitindo um maior desenvolvimento no tocante aos quesitos da agricultura e pecuária, ocasionando uma queda bastante significativa no comércio. Dessa forma, a economia do município fica cada vez mais atrelada à cidade de Campina Grande, o que acarreta um atraso em seu desenvolvimento.

Por residirem num município pequeno e localizado no interior do Estado, a maioria desses alunos, especificamente os da EJA, já são marcados por processos de exclusão vivenciados no seu meio social. Alguns já crescem em meio as dificuldades, entre elas, morar longe da escola e depender de transporte para que os conduzam até lá. Nessa jornada diária, enfrentam quilômetros de estrada poeirenta, que os acaba deixando ainda mais cansados. Na imagem abaixo, procuramos demonstrar a dura realidade que muitos alunos enfrentam e perceber um pouco desse cenário presente em vários municípios.

Transporte Escolar – Conduzindo Alunos



(Foto: Acervo do Cursista – Cidade de Juazeirinho-PB)

Muitos são levados a acreditar na ideia de enxergar apenas duas possibilidades para continuarem morando no interior: tornar-se comerciante ou funcionário da prefeitura – serviços esses que, de acordo com muitos, não requer maiores estudos. O próprio ambiente escolar também acaba reforçando e reproduzindo esse processo de exclusão, uma vez que as práticas pedagógicas tradicionais e um currículo inadequado não estabelecem vínculos com a realidade, impossibilitando um maior conhecimento sobre o meio social.

Sobre a organização do currículo, Arroyo (2006, p. 31), afirma que:

A EJA tem de fazer um currículo sério de conhecimento e tem de capacitar seus educadores no domínio desses conhecimentos vivos, que são os conhecimentos do trabalho, da história, da segregação, da exclusão, da experiência, da cultura e da natureza. Todos esses são os conhecimentos coletivos que eles aprendem em suas lutas coletivas, os saberes coletivos, de direitos e que na EJA têm de aprender a ressignificar e a organizar à luz do conhecimento histórico.

Nessa perspectiva, o currículo configura-se como o artefato possuidor das normas que vão orientar todo o processo de ensino-aprendizagem, distinguindo-se as práticas e metodologias educacionais. Quanto a essas últimas, Pinto (1993, p.113), destaca que compete ao professor:

[...] além de incrementar seus conhecimentos e atualizá-los, esforçar-se por praticar os métodos mais adequados em seu ensino, proceder a uma análise de sua própria realidade pessoal como educador, examinar com autoconsciência crítica sua conduta e seu desempenho, com a intenção de ver se está cumprindo aquilo que sua consciência crítica da realidade nacional lhe assinala como sua correta atividade.

Tomando por base a exposição desses fatores, somos aguçados a considerar a importância do currículo para nortear as ações relacionadas ao contexto escolar em que o mesmo deve adequar-se, a fim de atender às especificidades de cada modalidade de ensino; cabendo, portanto, ao professor colocá-lo em ação.

Ao desconsiderar o conhecimento e saberes que esses alunos possuem, muitos migram para as grandes cidades e capitais em busca de uma melhor qualidade de vida. Na maioria das vezes deixam a cidade com os estudos incompletos ou sem nenhum estudo. Dos alunos que residem na zona rural, todos dedicam-se às atividades relacionadas ao campo, ajudando seus pais nas tarefas cotidianas. No caso específico dos alunos da EJA, essa realidade acentua-se, haja vista alguns desses estudantes serem pais, o que lhes exige maiores responsabilidades e obrigações.

Isso evidencia-se na imensa quantidade de alunas que lotam as salas de aula, uma vez que a manutenção financeira do lar recai geralmente sobre os homens, os deixando impossibilitados de retomarem os estudos pela falta de tempo e/ou cansaço. Além desse fator, há um outro determinante: muitos abandonam os estudos pela dificuldade em aprender o conteúdo escolar, apontando assim, não apenas conteúdos descontextualizados de suas realidades, como também, a necessidade de promover uma formação docente que garanta a articulação entre os conhecimentos sistematizados e os saberes advindos do cotidiano, pois de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais – Parecer CNE/CEB nº 11/2000 –, fica estabelecido que:

Com maior razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. [...] E esta adequação tem como finalidade, dado o acesso à EJA, a permanência na escola via ensino com conteúdos trabalhados de modo diferenciado com métodos e tempos intencionados ao perfil deste estudan-

te. Também o tratamento didático dos conteúdos e das práticas não pode se ausentar nem da especificidade da EJA e nem do caráter multidisciplinar e interdisciplinar dos componentes curriculares (BRASIL, 2000a, p. 56, 58).

Nesse sentido, a formação adequada do docente para atuar na modalidade de ensino EJA, apresenta-se como um dos principais pilares para a utilização de práticas pedagógicas articuladas com a realidade em que os alunos estão inseridos. Por isso, Arroyo (2005, p. 21), nos alerta para a necessidade de revermos e reconfigurarmos a formação dos envolvidos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois é emergente “[...] a constituição de um corpo de profissionais educadores(as) formados(as) com competências específicas para dar conta das especificidades do direito à educação na juventude e na vida adulta”.

Nesse sentido, vê-se que não basta apenas uma formação específica para jovens e adultos, mas também que o docente atue de forma a mediar os conteúdos com a realidade social de seus alunos, trabalhando a interdisciplinaridade e levando em consideração as especificidades de sua disciplina. No que se refere à faixa etária, a EJA se destaca pela sua diversidade, com idades que variam entre 16 e 70 anos. Essa heterogeneidade reflete também, a variedade de experiências, vivências e saberes que estão presentes fora da sala de aula, demonstrando assim, a construção de um conhecimento pautado na inclusão e na diversidade social, que escuta as vozes desses alunos.

CONSIDERAÇÕES

Com os resultados obtidos, somos levados a considerar que eles não encerram o debate sobre o tema, nem servem de modelo para se chegar a uma conclusão definitiva, uma vez que futuras pesquisas podem utilizar da temática para aprofundar o conhecimento.

Ressaltamos, ainda, que não podemos aferir sobre a qualidade do ensino ofertado pela escola pesquisada, especificamente na modalidade de jovens e adultos EJA, haja vista não ser a finalidade do estudo em questão.

Destacamos, também, que com a análise dos dados, não podemos afirmar sobre a qualidade de ensino público proporcionado em nosso país; mas, sim, podemos aproveitar a análise dos dados para refletirmos sobre o contexto atual e analisarmos a relação existente entre comunidade e escola.

A partir da reflexão e análise sobre a temática abordada, conseguimos perceber claramente a forte relação entre escola e a comunidade que se encontra em seu entorno. Partindo do pressuposto que as relações de poder existentes na sociedade configuram a forma como a mesma se desenvolve, tornando-se possível estabelecer o diálogo, muitas vezes contraditório, que permeia a instituição escolar e o território na qual ela está situada.

A escola e os que a compõem apresentam-se como referencial de extrema importância para possibilitar ao cidadão a capacidade de conhecer os problemas que o afligem, despertando nele a consciência crítica para buscar soluções relacionadas ao meio onde encontra-se inserido ou reside. Nesse sentido, a instituição escolar precisa repensar seu papel e adotar práticas interdisciplinares e inclusivas direcionadas a garantir não apenas um aumento nos índices quantitativos, mas que elevem a qualidade de ensino ofertado e garantam o acesso educacional a todos.

Salientamos também, cursos de formação continuada e aperfeiçoamento para os docentes, além de uma reestruturação curricular. Estas ferramentas são de fundamental importância para nortear as ações relacionadas ao contexto escolar, atendendo as especificidades de cada modalidade de ensino, garantindo assim, que as medidas sejam executadas de modo que alcancem todos os envolvidos no processo educacional. Se quisermos promover as mudanças necessárias, devemos partir do pressuposto de que elas só serão efetivadas a partir do momento em que os sujeitos presentes nos diversos espaços sociais, passarem a compreender

que são construtores do conhecimento e de sua própria história, lançando os alicerces para se estabelecer em uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim sendo, defendemos que para se construir pensamentos críticos e não consciências ingênuas, devemos juntar esforços para tornar a educação irrestrita e, portanto, acabar com o controle dos grupos hegemônicos sobre quais e como ensinar esses conteúdos as camadas populares.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio. **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO/, 2006. Disponível em: http://forumaja.org.br/un/files/Formacao_de_educadores_de_jovens_e_adultos_.pdf.

_____. **Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: Diálogos na Educação de Jovens e Adultos Leôncio Soares; Maria Amélia Gomes de Castro Giovanetti; Nilma Lino Gomes (org). Belo Horizonte: Autentica 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000^a. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf

BRASIL, **Lei Nº 10.219**, de 11 de abril de 2001.

IBGE – Portal do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra (Orgs) **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre a educação de adultos**. Introdução e entrevista de Dermeval Saviani e Betty Antunes de Oliveira. 8^a ed. São Paulo: Cortez, 1993. Disponível em: <https://nacepteca.files.wordpress.com/2014/11/sete-lic3a-7c3b5es-sobre-58.pdf>

A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES PREVENTIVAS ODONTOLÓGICAS NUM AMBIENTE ESCOLAR

MARIA SUELY URQUIZA CAVALCANTE
urquizasuely@gmail.com

ANOAN RODRIGUES DA SILVA
anoanrodrigues@live.com

MARIA VALDENICE RESENDE SOARES
maria.valdenice@ccae.ufpb.br

INTRODUÇÃO

Apesar de sua instituição ter ocorrido em 2007, de acordo com a portaria nº - 3.146, de 17 de dezembro de 2009, foi implantando junto as entidades educacionais públicas um programa proposto pelo governo federal intitulado “Programa Saúde na escola” – (PSE). O qual tem em suas bases fundamentais a integração e articulação permanente da educação e saúde em prol da melhoria e a qualidade de vida da população brasileira.

O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. O público beneficiário do PSE são os estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Essas ações devem ser administradas pelos municípios através do programa saúde da família que deverá dar suporte, acompanhamento e mapeamento da situação real da saúde da comunidade escolar. Ações preventivas deverão ser realizadas periodicamente nas escolas com profissionais de várias áreas tais como dentistas, nutricionistas, assistentes sociais e médicos quando necessário. Como trabalho preventivo, a equipe pedagógica deve trabalhar assuntos correlacionados como higiene, saúde, drogas, tabagismo, DSTs entre outras temáticas que deverão ser inseridas juntos ao Projeto Político Pedagógico¹ (PPP) para organização das diretrizes de ações educativas.

O trabalho do PSE é uma extensão da sociedade necessitando de parcerias para melhor aprendizado. O **livro Escola: Espaços e Tempo**, por exemplo; temos uma pergunta pertinente, *é possível abrir a escola para o local ao qual pertence?* Essa tem sido uma das grandes lutas dos movimentos, abri-la para a vida. (p. 28), assim o programa saúde na escola, passa a ser um importante aliado para romper muros e abrir novos horizontes. Na perspectiva de Santos 2005: “O território não é apenas natureza, pois pressupõe também o sentimento de pertença de identidade” (p. 28).

E nessa construção indenitária, acreditamos que ações educativas em âmbito escolar podem contribuir de forma significativa nesse processo de construção e conquista do “eu” próprio. Uma vez que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social tende a não desenvolver e valorizar boas práticas alusivas à saúde física e mental. O que se desenvolvida paulatinamente poderá estimular uma nova perspectiva de vida social e familiar.

A partir de todo envolvimento com as orientações previstas no PSE foi desenvolvido atividades sócio educativas preventivas, a partir

1 O nome se refere aos planos de ações futuros que a escola pretende executar quanto às situações apresentadas (seja em curto, médio ou longo prazo), as diretrizes políticas (partindo do princípio que o ambiente forma cidadãos conscientes de suas responsabilidades) e finaliza com a parte acadêmica e quais serão os recursos necessários para suprir essa demanda.

de ações planejadas previamente sob orientação da equipe pedagógica da área, em consonância com a equipe multifuncional do projeto, na jurisdição da Prefeitura Municipal de Cabedelo-PB.

Podemos assim pensar numa pesquisa-ação², onde a partir da observação das demandas pudemos desenvolver as atividades e ações de forma significativa, obtendo resultados almejados. Para os autores (KEMMIS e MC TAGGART,1988) o pensar sobre a metodologia aplicada é:

Pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas acontecem. A abordagem é de uma pesquisa-ação apenas quando ela é colaborativa. (KEMMIS e MC TAGGART,1988, *apud* Elia e Sampaio, 2001, p.248).

Seguindo essa linha de pensamento, pudemos observar as necessidades, planejar e atuar em campo a fim de conseguir os resultados almejados. Os quais iremos descrever neste artigo, com o intuito de expor todos os objetivos alcançados a partir da vivência com os educados e equipe docente da instituição.

COMPREENDENDO MAIS O PSE E A VIVÊNCIA COM OS DISCENTES

Já adentramos na temática no ponto anterior, a fim de nortear a todos sobre o que seria o PSE e suas ações. No entanto, para contemplar o programa saúde na escola, é preciso a escola estar inserida na área

2 A pesquisa-ação supõe uma forma de **ação** planejada de caráter social, educacional, técnico entre outros. A sua utilização como forma metodológica possibilita aos participantes condições de investigar sua própria prática de uma forma crítica e reflexiva.

de abrangência na estratégia saúde na família (E.S.F) e suas atividades preventivas e de promoção a saúde no contexto do plano político pedagógico da escola. Assim as ações preventivas de saúde bucal são incluídas e pactuadas entre as Secretarias de Saúde e de Educação.

Levando em consideração o contexto escolar e social dos educandos, tornando a equipe saúde bucal mais próxima do território e como consequência uma melhor atuação das atividades a serem exercidas no âmbito escolar. Várias ações são pactuadas com o município e o Ministério da Saúde entre elas podemos destacar consideravelmente a:

Ação coletiva de exame bucal com fins epidemiológicos: essa ação configura como identificar os principais sinais e sintomas das afecções bucais dos escolares, que são cadastrados na escola, com base nessa ação é possível planejar as ações de promoção de saúde bucal. “No BRASIL QUASE 27% das crianças de 18 a 36 e 60% das crianças de 5 anos já 1 dente decíduo com experiência de cárie, quase 70% das crianças de 12 anos e 90 % dos adolescentes de 15 a 19 anos apresenta pelo menos 1 dente com exposição de cárie. Com o avançar da idade a situação piora (Brasil-2003). Caderno nº 07 Cap. 4.1.1 (cárie dentária) bvms.gov.br/saudebucal/.

Nesta perspectiva, em consonância com a equipe pedagógica escolar foram propostas ações de cunha prático e instrutivo em sala de aula a partir de palestras, rodas de conversas, apresentações gerais de matérias informativos e ações preventivas tais como: 1. Ação coletiva de escovação supervisionadas; 2. Ação coletiva de bochecho fluorados – ação de aplicação tópica de flúor gel; 3. Ação de promoção em saúde bucal (Palestras educativas, auto exame bucal...etc); e 4. Entrega de escovas e dentifrícios.

Assim, essa união entre escola e rede básica de atenção de saúde é relevante para a execução do programa saúde da família. Pois a escola

é um espaço privilegiado para as práticas de promoção, prevenção de saúde, assim como, uma forma de sociabilidade e de cultura de paz. O que os fazem pensar constantemente sobre como desenvolver atividades significativas nesses grupos a fim das ações serem absorvidas com sucesso.

No entanto, para a realização das ações preventivas odontológicas no âmbito escolar, faz-se necessário a compreensão de certas afecções dentárias, bastante comum ainda nos dias atuais. Como por exemplo; a cárie uma doença milenar que está também ligada aos fatores sócio econômicos além do fator biológico, ou seja, presença e hospedeiro (dente), do microrganismo (bactéria) e do substrato (dieta).

Vários estudos epidemiológicos já foram realizados com o intuito de mostrar que a incidência de carie no Brasil ainda é alta. Considera-se hoje que estágios iniciais do processo cariioso podem ser paralisados por ações de promoção e prevenção a saúde bucal. Atualmente, se vê nas ações preventivas em odontologia uma maneira eficaz de limitar ou mesmo reduzir as recidivas de lesões cariosas nas restaurações já realizadas na cavidade oral.

Além da cárie dentária, outra patologia muito comum são as doenças gengivais. As quais também passam a ser preocupantes devido a presença da placa bacteriana, que é uma película incolor que se forma na superfície do dente sendo constituída por bactérias. Uma das causas para a formação da cárie e gengivite, esta última uma inflamação na gengiva caracterizada pelo acúmulo de placa bacteriana que provocam irritação na mucosa da gengiva em consequência sangramento no ato ou não de escovar os dentes. As doenças gengivais e seus principais fatores de risco são: as funções socioeconômicas, diabetes, fumo, ausência de controle de placa bacteriana, imunodepressão e stress.

VIVÊNCIA EDUCACIONAL: AÇÃO E CONSTRUÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR

O espaço de vivência e atuação escolhido é a Escola Municipal Maria José de Miranda Burity, localizada na Av. Carolina Cardoso. Com registro do INEP (25091743), onde a mesma faz parte da área de abrangência da Unidade Saúde da Família Leonor Viana. Sendo situada no bairro do Poço, município de Cabedelo-PB.

A referida instituição escolar encontra-se inserida no programa saúde da escola (P.S.E). A mesma é composta por vários profissionais, entre eles o gestor Eduardo Robson Pereira, tendo como articulador da educação José Janílson de Farias. Atualmente existem duzentos e quarenta e dois (242) alunos do turno da manhã, e cento e noventa e quatro (194) alunos no turno da tarde. Com faixa etária dos educandos em variável de 6 anos a 16 e 17 anos, ou seja, atinge um público alvo de crianças menores de 11 anos e de adolescente de 12, 16 e 17 anos. A instituição além de estar inserida no ensino regular, também desenvolve a EJA noturna, Educação de Jovens e Adultos. A qual neste primeiro momento não foi contemplado nas ações desenvolvidas. Objetivadas assim para outra ocasião.

No período de setembro a novembro do ano de 2017, foram realizadas ações coletivas de exame bucal com a finalidade epidemiológica, com o intuito de identificar as demandas no contexto geral, e saber de forma mais efetiva como está a saúde bucal desses escolares. Para isso, utilizamos a classificação e codificação de risco à carie. Essa classificação baseia-se na Secretaria Estadual de São Paulo - SP, entretanto, no município de Cabedelo-PB, ela foi simplificada para melhor execução.

Entretanto, devemos ressaltar que a metodologia aplicada para tal classificação foi utilizando: espátulas de madeira, luz natural e artificial, espaço físico, luvas descartáveis, mascaras e gorro, o olho clínico do cirurgião dentista com o objetivo de traçar um perfil superficial da situação bucal dos alunos examinados e assim elaborar um planejamento para as ações de saúde bucal na E.M.M.J.M. Burity.



Atividades preventivas odontológicas desenvolvidas no ambiente escolar.

Nessa ação coletiva de exame bucal com fins epidemiológicos, foram observados casos mais críticos com cárie mais ativas. Identificado essa problemática, os alunos inseridos neste quadro foram encaminhados para serem tratados nas UBS, cadastradas e próximas às suas residências, a fim de facilitar todo processo de continuidade de tratamento oferecido pelo programa.

As demais ações como; escovação supervisionada, foram sendo realizadas paulatinamente de acordo com calendário pré-elaborado, com primordial objetivo de promover saúde e diminuir a formação da

placa bacteriana bem como, estimular a essa prática simples, porém negligenciada por muitos no dia a dia.

Para as palestras educativas, utilizamos macro modelos de escova e de boca, além dos vídeos educativos. Promovemos rodas de conversas, onde pudemos levar o educando a colocar suas experiências diárias sobre a higiene bucal e suas práticas familiares. Com o intuito de leva-los a refletir sobre toda importância dessas práticas salutares na construção de nossas vidas.

Um episódio bastante significativo durante todo processo de ação foi a sensibilização de um grupo de alunos que se sentiram motivados e construir cartazes e palestrar também em salas de aula. Sobre as temáticas de saúde bucal. O que deixou a equipe muito feliz estimulada por reconhecer que esse trabalho já estava dando a curtíssimo prazo bons frutos.

Esses trabalhos de promoção e prevenção as doenças bucais são contínuos. As visitas na escola Maria José Miranda Burity acontecem com periodicidade quinzenal e de acordo com o planejamento escolar, atrelamos a temática e ação de saúde bucal. Contamos com a ajuda dos professores e gestores nestas ações diárias. Vale ressaltar que todo esse espaço está inserido numa com a parceria das políticas públicas locais de saúde, facilitando assim, o processo das placas preventivas nessa escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bem sabemos que há muitas dificuldades sociais presentes nestas comunidades ditas em situação de risco. No entanto, atividades como essas vinculadas a construção da saúde e o bem-estar, podem desenvolver em crianças e adolescentes um novo olhar sobre uma vida. Vida esta de possibilidades e mudanças, acreditando em suas potencialidades e autoestima.

Pudemos observar em todas as vivências o interesse e encantamento desses jovens pelos materiais expostos e a ações realizadas. Desde a

exposição de cartazes até a alegria de uma aplicação de flúor. É claro que houve muitas resistências também, timidez em mostrar a dentição prejudicada, resistência em ir ao posto fazer tratamento, fruto de vergonha, desinformação e cultura. Cultura esta que em sua totalidade está vinculada a pobreza e a desigualdade social. O que nos levou a pensar muitas vezes sobre os estudos realizados em toda programação do curso. Mas principalmente as temáticas abordadas no módulo I, que destacam além dos problemas sócias a escola como um espaço no processo de libertação e práticas culturais emancipatórias.

Por vezes tivemos dificuldades no processo de planejamento e identificação das demandas. Pois todas estas etapas estão interligadas. Muitas vezes temos que nos adequar as dificuldades e horários propostos pela instituição. Além de problemas decorrentes de forma técnica como falta de abastecimento d'água no bairro, energia, ausência de algum docente. Falta do material necessário para a execução das ações. No entanto, apesar das adversidades consideramos o saldo de trabalho positivo.

Um ponto muito importante de ser colocado em pauta é o apoio doméstico. Pudemos visualizar plenamente a dificuldade que a família apresenta em compreender que a saúde bucal é importante para seus filhos e pode evitar inúmeras doenças e situações constrangedoras. Infelizmente, muitas crianças e adolescentes encaminhados às Unidades de Saúde para tratamento dentário nunca chegaram a esse espaço. O que nos leva mais uma vez a pensar na importância de levar esses indivíduos infantis a consciência própria de suas necessidades. E em segunda instância incluir esses familiares de forma mais ativa nesse projeto. Uma vez que esse é um dos objetivos gerais do próprio PSE.

Espera-se também mais envolvimento dos gestores, profissionais liberais, professores, pais a desenvolver ou se envolver mais com iniciativas voltadas para uma educação e saúde com compromisso, identificando os problemas e buscando resolutividade e favorecendo a comunidade. Para que paulatinamente essas ações preventivas se tornem cada vez mais efetivas na vida desses jovens. Levando sempre em consideração o

conceito de saúde proposto pela Organização Mundial da Saúde, que é: um completo bem-estar físico, mental, social e não apenas ausência de enfermidade.

REFERÊNCIAS

KEMMIS, S.; McTAGGART, R. **Como planificar la investigación acción**. Barcelona: Editorial Laerts, 1988.

THILLEN, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo, Cortez, 1985.

www.saude.gov.br/pse/legislacao

decreto lei 6285 /2007

O CURRÍCULO DA ESCOLA DO CAMPO: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

MIZAEL DE OLIVEIRA NETO
mizaelpedagogia@gmail.com

ROSILENE SILVA DE MOURAES
rosilene.mouraes@gmail.com

FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS
francym@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Durante o Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social, oferecido pela Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape-PB, ao realizar uma atividade de campo, alguns questionamentos surgiram: Os dados mostram que a escola enfrenta um lamentável índice de reprovações e abandono escolar, por quê? Será que a educação do campo está perdendo sua identidade cultural? Será que a escola tem algum papel na preservação e conscientização do homem do campo como um indivíduo igual, capaz, e não uma pessoa colocada muitas vezes em último plano? Como está pensado o currículo em uma época de tantas mudanças tecnológicas e culturais?

A visita à escola me fez refletir sobre todas essas indagações e, principalmente, sobre o porquê de tanta reprovação e abandono dos alunos, assim, este trabalho tem como objetivo refletir sobre o currículo,

como ele está pensado para viabilizar ao aluno um processo de ensino - aprendizagem que colabore no combate ao abandono escolar e a falta de interesse pela educação, pois os índices de abandono e repetência nas escolas rurais é um fato que deve ser combatido, priorizando a permanência do aluno na escola.

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Lúcia, situada na Fazenda Monte Alegre, zona rural de Mamanguape-PB. No desenvolvimento da atividade foi possível fazer o registro fotográfico dos espaços físicos, fazer uma observação destes e da organização escolar. Para aprofundamento acerca dos dados referentes à instituição foi utilizado a internet para consultas, através do QEdu. Diante das observações e levantamentos dos dados foram feitas as reflexões que resultaram neste trabalho.

É necessário provocar no aluno o desejo de permanecer na escola, aprendendo ainda mais, para isso, faz necessário pensar um currículo também voltado para as práticas agrícolas, preservação ambiental, pecuária, ou seja, voltado para a realidade do aluno, despertando neles o desejo de permanecer na escola e alcançar seus objetivos. Bezerra Neto (2003) *apud* Ramal (2015) constata que para a Educação do Campo é:

[...] Fundamental que se produzisse um currículo escolar que estivesse voltado para dar respostas às necessidades do homem do meio rural, visando atendê-lo naquilo que era parte integrante do seu dia-a-dia: o currículo escolar devia estar voltado para o fornecimento de conhecimento que pudessem ser utilizados na agricultura, na pecuária e em outras possíveis necessidades de seu cotidiano (BEZERRA NETO, 2003, p. 15 *apud* RAMAL, 2015, p. 1509).

O currículo da instituição de ensino precisa objetivar uma educação inclusiva, com direitos e deveres pautados nas legislações vigentes, refletindo sobre as causas da pobreza e das desigualdades sociais, buscando

meios e aliados comprometidos com a educação e o conhecimento. Acredito que com essas ações, com projetos educativos em parceria com os alunos e sua comunidade rural, a escola desenvolverá mais interesse nos seus alunos em permanecer na escola, tornando-os mais críticos, alunos com vontade de aprender cada vez mais, com a perspectiva de uma vida futura, tentando romper “a sombra da pobreza e da desigualdade social”. Para fundamentar este trabalho segui as considerações de autores como: Arroyo (2018), Chauí (1985), Leite (2018), entre outros.

UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE O CURRÍCULO DA ESCOLA DO CAMPO

Para início de conversa, a educação é uma ferramenta muito importante no combate a pobreza e a desigualdade social, que por sua vez são o resultado, muitas vezes, de uma educação colocada em segundo plano, não priorizando necessidades básicas, como acessibilidade e igualdade.

A escola é o ambiente propício para que o aluno entre em contato com a educação formal voltada para a formação de um homem ético, autônomo, conhecedor da sua importância como membro de uma sociedade. A escola, com sua função social, tem o papel de orientar o sujeito-educando.

Foi possível observar a necessidade de mudanças e ações mais flexíveis, sem entrar em atritos, mas assumindo uma posição que vai de acordo com as exigências vigentes. A flexibilidade auxilia no processo de uma possível adequação curricular, visando à melhoria de toda escola, combatendo principalmente a evasão escolar e a repetência.

Uma escola com um currículo que interaja com a comunidade e seu saber popular, possivelmente, desenvolverá o interesse e a curiosidade de seus alunos, trazendo reflexões sobre educação, pobreza e desigualdade social, mostrando que a educação é o caminho certo que possibilita conquistar novos horizontes, que nos faz pessoas mais éticas e capacitadas.

Nessa perspectiva, acredito que os índices de desistência escolar e reprovações serão superados. De acordo com Gimeno Sacristán (2013) *apud* Arroyo (2018):

Se por um lado o currículo é uma ponte entre a cultura e a sociedade exteriores às instituições de educação, por outro, ele também é uma ponte entre a cultura dos sujeitos, entre a sociedade de hoje e do amanhã, entre as possibilidades de conhecer, saber se comunicar e se expressar em contraposição ao isolamento da ignorância (GIMENO SACRISTÁN, 2013, p. 10 *apud* Arroyo, 2018, p. 6).

Quando a cultura do aluno for inerente à própria escola, quando o aluno se reconhecer como autor da construção de sua própria identidade, reconhecendo gradativamente os percursos e percalços que irá enfrentar, percebendo que a educação sempre será sua fiel aliada no combate à pobreza e a desigualdade social, o currículo terá cumprido parte de seus objetivos. Nesse sentido, Chauí (1985) afirma que:

A questão cultural deveria ser considerada uma das prioridades (...), quando se leva em conta o papel da cultura, seja como fator de discriminação sócio-política, seja como forma de resistência das classes dominadas, seja, enfim, como forma de criação, como potencial de emancipação histórica (CHAUÍ, 1985, p. 5).

O currículo da escola do campo precisa considerar que a desigualdade social é ainda mais presente em comunidades afastadas dos grandes centros urbanos. Sem querer adentrar às questões de cunho organizacional da escola, observei através da minha pesquisa que a Escola Maria Lúcia não oferece a modalidade de ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos), sem julgamentos, refleti sobre a grande lacuna que é a falta que essa modalidade de ensino deve fazer à comunidade, considerando

o contexto na qual está inserida. Isto mostra que o currículo da escola não considera essa realidade, não abre espaço para as questões relacionadas a pobreza e a desigualdade social.

Muitas vezes a burocracia e as hierarquias vigentes contribuem para a estagnação da educação em todas as suas vertentes, refletindo em tristes estatísticas como abandono escolar e repetência, afetando negativamente a vida dos alunos e seus familiares. A educação deveria ter o poder de mudar o mundo, de mudar e melhorar a sociedade, seja ela urbana ou rural, por meio dela é possível poder romper com o *status quo* e, conseqüentemente, com a desigualdade social, isto é, quando a educação é prioridade, é possível ter condições dignas e justas. Segundo Brandão (1985) *apud* Leite (2018):

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja, ou na escola, de um modo onde muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver todos os dias misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 1985, p.7 *apud* LEITE, 2018, p. 8-9).

A educação não se resume apenas em escolarização, vai além, está no dia a dia das pessoas, na oralidade, no respeito e na preservação de tradições culturais, quase (ou até), extintas em muitas comunidades. A educação formal é um poderoso aliado no combate à diversos fatores que possam levar o indivíduo a condições de pobreza e desigualdade social.

Acredito num currículo construído coletivamente, dentro das normas vigentes, um currículo com mais conhecimentos, aberto às novas possibilidades, que em sua construção, comece pelo diálogo e a compreensão de uma educação preocupada no bem comum, isso é, considerar o homem de comunidades mais carentes (rural ou urbana) como um sujeito merecedor de direitos e oportunidades iguais.

É importante que as escolas rurais ou consideradas escolas para pobres repensem seus currículos objetivando uma educação igualitária, onde o conhecimento não seja manipulado segundo interesses pessoais e políticos de alguns. Nessa perspectiva, me inspiraram as palavras de Arroyo (2018b), retiradas do vídeo “Repensar os currículos” quando diz que:

[...] Os currículos são pobres em conhecimento. Uma das coisas que vamos lutar, é para ver se cutucados como profissionais do conhecimento dos currículos, pelas interrogações que chegam da pobreza, conseguimos introduzir conhecimentos sérios, seríssimos, a que eles têm direito para entender-se como pobres (ARROYO, 2018b).

A escola, na maioria das vezes, se torna uma extensão da residência do aluno. O objetivo sugerido para uma possível adequação do currículo escolar tem como propósito despertar o sujeito para a sua realidade, que ele tenha orgulho das suas origens, que tenha orgulho de si próprio. Dessa forma, propondo um maior entendimento das reais causas e situações de descaso e abandono que algumas comunidades e instituições de ensino inseridos no contexto popular enfrentam cotidianamente.

Idealizar a escola do campo, com propostas reais de adequações e compartilhamento de saberes em seus conceitos, sugerindo melhorias na escolarização é uma luta constante. Com a finalidade de conquistar de fato uma educação de qualidade com reflexos positivos e promissores, conquistar uma educação com os mesmos recursos destinados às escolas urbanas, a escola do campo não deve restringir-se a um currículo mínimo, condicionando-os e manipulando-os segundo o interesse capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar o Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social, apesar da temática e proposta do curso ser de suma importância para minha formação acadêmica, me surpreendeu o quão rico foi nos aspectos didáticos, despertando outro olhar para os índices de pobreza e desigualdade social presentes na sociedade.

Foi possível refletir e perceber que a educação é o ponto principal para combater a pobreza em suas várias facetas, é dar mais espaço para os saberes popular e formal. Falar de desigualdade e pobreza é algo que vai além de palavras, é sair da sua zona de conforto e sentir realmente o panorama experienciado por muitos, muitas vezes exposto à nossa frente, porém, negado por nós.

Para a escola pesquisada se faz necessário professores qualificados e conhecedores da realidade da comunidade. É preciso que a escola se adeque à realidade de seus alunos, aos seus contextos como atores reais, com conhecimentos ricos e já adquiridos no seio familiar, com sonhos de uma melhor condição de vida (mesmo que continue na sua comunidade rural), incentivando as novas gerações de estudantes a seguirem o caminho da educação.

Esse trabalho, com certeza, trouxe contribuições muito importantes para a minha formação acadêmica, pois entendo que a educação deve alcançar à todos os cidadãos, independente da sua classe social, da sua ideologia e do seu contexto cultural.

O Curso de Aperfeiçoamento me proporcionou, com a realização das atividades de campo, observar uma escola do campo e enxergá-la com um novo olhar. Acredito que a educação no campo ou educação popular, tem em sua nobre missão oportunizar aos indivíduos moradores das áreas rurais uma consciência crítica e reflexiva, oportunizando, reflexões sobre a pobreza e suas consequências, trazendo indagações que levem os sujeitos a se reconhecerem como um cidadão. A reconhecerem que a pobreza e a

desigualdade social são historicamente estabelecidas e alimentadas pelo próprio homem.

A história da educação e da educação do campo, ao longo de vários anos, vem passando diversas transformações. Não há uma fórmula pronta para o sucesso imediato, mas, se há o diálogo e o respeito por todos os envolvidos no processo educacional, democratizando a educação, acredita-se que assim as barreiras e as dificuldades do dia-a-dia, dentro e fora da escola, serão superadas gradativamente, trazendo novas perspectivas de vida para o cidadão em um contexto social mais amplo.

Portanto, o Curso de Aperfeiçoamento contribuiu consideravelmente para minha formação continuada e para minha trajetória profissional, pois buscarei aplicar, na medida do possível, os ensinamentos do Curso, considerando uma educação que ajuda o aluno a compreender o mundo no qual está inserido, uma educação que abre espaços para um horizonte de novas descobertas e oportunidades, dessa forma, combatendo o preconceito e a desigualdade social, tão presentes em comunidades esquecidas pelos órgãos públicos competentes.

Desde muito cedo o indivíduo aprende alguns conhecimentos necessários para sua vida em sociedade, são conhecimentos do senso comum, que ajudam a moldar a vida desses indivíduos. No Curso de Aperfeiçoamento em Educação Pobreza e Desigualdade Social aprendemos a valorizar esses conhecimentos e definir nosso papel na comunidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. **Pobreza e Currículo**: uma complexa articulação. In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018a.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Vídeo Repensar os Currículos**. In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Núcleo Multiprojetos de Tecnologia Educacional – UFSC, 2018b. Disponível em: <<http://pex.uead.ufpb.br/mod/folder/view.php?id=20318>>. Acessado em 02.07.2018

CHAUÍ, Marilena. **Política Cultural**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

QEdU. **Censo Escolar**. Disponível em:< <https://www.qedu.org.br/sobre>>. Acessado em 02.06.2018

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistência da pobreza**. In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018.

RAMAL, Camila Timpani. **O ruralismo pedagógico e sua ideologia educacional**. 2015. Disponível em:<<http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/5023/4817>>. Acessado em: 02.06.2018

REFLEXÕES SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA POBREZA NA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL VALDEVINO RIBEIRO/PB

NOEL FERNANDES DA SILVA
noelfsilva@hotmail.com

WELLINGTON PEDRO DA SILVA
pedro34cdc@gmail.com

FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS
francym@terra.com.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca discutir sobre a problemática da pobreza e desigualdades sociais, bem como suas implicações no processo de aprendizagem dos estudantes da Escola Municipal Valdenivo Ribeiro, no município de Curral de Cima/PB. A maioria dos alunos é de origem da zona rural, oriundos de famílias de baixa renda que vivem de rendimentos provenientes da agricultura de subsistência e, portanto, beneficiários do programa Bolsa Família.

Partimos da hipótese de que a pobreza interfere diretamente no processo de aprendizagem por limitar o acesso destes alunos ao conhecimento, a uma cultura que os motive a tornar os estudos um hábito. Segundo Brito, Arruda e Contreras (2015): “[...] em classes menos favorecidas a baixa renda familiar tem como consequência uma alimentação inadequada e moradia precária, sem condições de descanso ou

ambiente adequado para o estudo”. Além disso, a maioria dessas crianças e adolescentes só têm contato com livros e outros bens culturais de um modo geral quando vão para escola e veem nela a oportunidade de mudar as suas condições de vida. No entanto, muitas vezes quando chegam à escola se deparam com um ambiente com problemas, causados principalmente pela falta de recursos que comprometem a infraestrutura e o trabalho educacional, dificultando ainda mais o processo de aprendizagem dos estudantes.

De acordo com SILVA (2007), “[...] as condições sociais interferem na aprendizagem escolar, e as desigualdades sociais se traduzem, de forma geral, em desigualdades escolares, e vice-versa”. Sabe-se que ao longo da história a educação passou por diversas transformações que foram acompanhadas por leis, tornando-se, inclusive, direito protegido pela Constituição Federal de 1988, no capítulo III, seção I, em que trata da educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988. Sem grifos no original)

Para que avancem no processo de ensino-aprendizagem, faz-se necessário que a Escola e seus profissionais conheçam de fato seus alunos e a realidade da comunidade em que estão inseridos, bem como suas demandas educacionais. É fato que a pobreza influencia na aprendizagem, mas não é a única responsável, os problemas são bem mais complexos e interferem direta e indiretamente na educação. De acordo com Brito, Arruda e Contreras (2015): As políticas educacionais não atendem satisfatoriamente as necessidades básicas de grande parte das escolas, empobrecendo o sistema educacional no que se refere aos subsídios necessários para o bom funcionamento das escolas.

Desse modo, a escola deve pensar no momento de construção da sua Proposta Pedagógica como identificar na sua clientela estudantes em situações de vulnerabilidade social, e a partir de aí investir em ações que promovam não só o aprendizado, mas também a inserção destes estudantes na sociedade através de uma educação pautada em alicerces de igualdade e justiça, onde as oportunidades se estendem a todos que nela buscam melhores condições de vida. Sendo assim, esta pesquisa partiu das seguintes questões: Qual a real situação dos estudantes da Escola Municipal Valdevino Ribeiro em relação à pobreza? Quais as implicações da pobreza na aprendizagem dos Estudantes? Quais são as contribuições da Escola e seus profissionais nesse processo?

Portanto, neste artigo estuda-se as implicações da pobreza no processo de aprendizagem dos estudantes, por meio da análise dos principais problemas e dificuldades encontrados dentro da escola, bem como as principais contribuições de seus profissionais frente a essa problemática. Para isso, o trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica e documental, além de depoimentos de profissionais vinculados a Escola.

IMPLICAÇÕES DA POBREZA NA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES

A pobreza, no seu sentido etimológico vem do latim probe, proueza (s. XIII), e significa “falta daquilo que é necessário à vida” (CUNHA, 2007). Partindo do enunciado acima, é comum associarmos a pobreza a termos como: fome, miséria, necessidade, falta de recursos financeiros e indigência. No entanto, a definição de pobreza depende do contexto de determinada sociedade, ou seja, está relacionada aos seus recursos materiais, às políticas e desenvolvimento social. Paralelo a isso, de modo geral, a redução da pobreza está relacionada a mudanças estruturais no sistema educacional que garantam acesso à educação de qualidade para todos.

As diferenças educacionais entre os indivíduos geram uma desigualdade no mercado de trabalho, que gera desigualdade na renda, que resulta na persistência da pobreza entrando em um ciclo vicioso. Embora a pobreza seja um fenômeno complexo, associado a muitas causas, está fortemente correlacionada ao baixo nível de escolaridade. A redução da pobreza e da desigualdade social passa pela democratização do ensino de qualidade (ROCHA, 2003).

Tendo em vista que a pobreza é um grande entrave no processo de escolarização de crianças e adolescentes, buscou-se em conversa com a gestora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Valdevino Ribeiro, Situada na Rua Josefa Eugenia, S/N, Centro de Curral de Cima, durante o desenvolvimento da atividade constante no módulo 2 do Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, coletar informações necessárias para organização de um diagnóstico da situação econômica, escolar e social dos estudantes dessa instituição, bem como de suas respectivas famílias, além de observar as implicações que a pobreza e desigualdades sociais podem representar na aprendizagem dos estudantes.

Desse modo, constatou-se através do depoimento da Gestora, Sra. Maria José Caxias, que os alunos matriculados na Escola Valdevino Ribeiro são jovens que, na sua grande maioria, aproximadamente 90%, residem na zona rural do município, muitos ainda não compreendem o valor da educação em suas vidas e não têm famílias estruturadas, portanto, não recebem incentivos para estudar. Observou-se que a maior parte dos pais desses estudantes possui nível de escolarização precária, muitos não conseguiram concluir ensino fundamental, e por não terem obtido êxito na vida acadêmica, acabam por interferir na educação dos filhos de forma negativa, negando-lhes o incentivo e o encorajamento necessários para que estes possam prosseguir nos estudos.

Para Pereira; Santos; Williams (2009), muitos pais não reconhecem na escola uma oportunidade de ascensão social, não incentivando seus filhos a dedicarem-se aos estudos, isso devido ao fato de muitos dos pais ou responsáveis por essas crianças apresentarem baixa escolaridade.

Muitos destes pais apresentaram dificuldades na escola quando criança pela mesma falta de interesse dos pais, ou por terem que trabalhar muito cedo. Todos estes sujeitos são vítimas de uma sociedade que dá poucas oportunidades àqueles que vivem em situação de precariedade.

Ainda segundo a gestora, a maioria dos estudantes que frequentam a escola é dependente dos pais, que sobrevivem da agricultura familiar, principal fonte de renda do município, pois não existem indústrias e o comércio local é escasso.

De acordo com Ferreira e Marturano (2002, p.39) “crianças provenientes de famílias que vivem com dificuldades econômicas e habitam em comunidades vulneráveis, tendem a apresentar mais problemas de desempenho escolar e de comportamento”. Constatou-se através do depoimento da gestora que as dificuldades econômicas vivenciadas pelas famílias dos estudantes culminam em baixo desempenho acadêmico, isso porque, segundo a mesma, muitos dos jovens tornam-se infrequentes, perdendo vários dias de aulas para ajudar no trabalho doméstico e/ou na agricultura. E, mesmo quando são frequentes, boa parte destas crianças e adolescentes desenvolvem atividades no contra-turno para apoiarem suas famílias na renda familiar, reduzindo o tempo que deveriam dedicar aos estudos e atividades extra-classe. Aliado ao baixo desempenho acadêmico, de acordo com a diretora, está o elevado índice de evasão, ocasionado pelos muitos jovens que desistem de estudar por desinteresse, gravidez na adolescência ou porque necessitam trabalhar. De acordo com Gentili (2005, p. 11):

A maneira como a escola trata a pobreza constitui uma avaliação importante do êxito de um sistema educacional. Crianças vindas de famílias pobres são, em geral, as que têm menos êxito, se avaliadas através dos procedimentos convencionais de medida e as mais difíceis de serem ensinadas através dos métodos tradicionais. Elas são as que têm menos poder na escola, são as menos capazes de fazer valer suas reivindicações ou de insistir para

que suas necessidades sejam satisfeitas, mas são, por outro lado, as que mais dependem da escola para obter sua educação. (GENTILI, 2005, p.11)

Concordando com Gentili (2005), observamos que a pobreza é um dos fatores que contribuem para que os alunos não obtenham êxito, levando-os ao abandono escolar. Desse modo, observamos que o alto índice de evasão na escola pesquisada se deve ao fato de que muitos estudantes sentem a necessidade de ajudarem suas famílias através de trabalhos que complementem a renda, ou mão-de-obra na agricultura. Além disso, a desinformação sobre sexualidade, a desestrutura familiar, a falta de diálogo com os familiares e escassas propostas educativas voltadas para a orientação sexual contribuem para o surgimento da gravidez na adolescência, culminando no abandono da Escola por parte das adolescentes, ceifando suas oportunidades de aprendizagem e perspectivas de um futuro melhor.

Além do trabalho e da gravidez na adolescência, a gestora da escola pesquisada citou como outro fator preocupante que contribui para a evasão o fato de que alguns estudantes não têm interesse pela escola. Segundo Brito, Arruda e Contreras (2015), esse desinteresse pode ser explicado pela precarização das escolas públicas, que se encontram com estruturas precárias, sem recursos físicos e financeiros necessários às práticas educacionais. Além da falta de incentivo aos profissionais da educação o que gera desmotivação e falta de condições para investir numa formação continuada, que vise um aperfeiçoamento da prática docente necessária para uma educação de qualidade. Tudo isso faz com que o estudante considere as aulas “chatas” e “desinteressantes”, isso porque as metodologias desenvolvidas pelos profissionais são, em sua grande maioria, tradicionalistas, não estimulando a aprendizagem através de práticas inovadoras e atrativas.

No entanto, existem estudantes que, mesmo apresentando desinteresse, mantêm-se frequentes, isso porque necessitam preencher as

condicionalidades para o Recebimento do incentivo do Governo Federal através do Programa Bolsa Família. Desse modo, quando há cortes neste programa social, a aprendizagem dos estudantes é ainda mais afetada porque estes alunos que são desinteressados, mas frequentes, acabam por abandonar a escola para ajudar as famílias, pois elas têm apenas esse recurso para sobreviver, afirmou a diretora.

Sobre a reprovação, a gestora da escola pesquisada relatou que o índice ainda é alto, porém no ano de 2017 o índice de aprovação foi superior aos últimos três anos.

Ainda segundo a Gestora, alguns atividades curriculares e extra-curriculares estão sendo realizadas na Escola com o objetivo de diminuir o impacto da pobreza sobre a aprendizagem dos estudantes, tendo como iniciativas ações voltadas aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, como palestras sobre comportamento sexual de risco, ações voltadas ao combate as drogas, além de permanente contato com pais e responsáveis sempre que estudantes tornam-se infrequentes nas aulas. Além disso, a Escola estabeleceu parceria com o CRAS do Município que vem ofertando acompanhamento aos estudantes através de assistente social e psicólogo, além de atividades como palestras sobre abusos, trabalho infantil, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela experiência vivida em mais de 20 anos de sala de aula em contato direto com os alunos, e pelo que nos foi repassado pela gestão da Escola Valdevino Ribeiro, é preciso trazer a família e a comunidade para que a escola possa funcionar e atingir seus objetivos que é uma educação de qualidade. Educar não é tarefa apenas do professor, para termos uma boa educação será necessária a participação da sociedade, da família e uma participação efetiva do governo, não só mantendo as escolas funcionando,

criando alternativas para que os jovens possam se interessar e seguir seus sonhos, como também incentivando as práticas esportivas.

Acredito que o maior problema dos alunos do Valdevino Ribeiro é a falta de interesse e comprometimento com a escola, os alunos precisam ter uma escola atrativa que supere as alternativas que o meio oferece. Não poderia deixar de falar do Programa Bolsa Família que em muitos casos é a única fonte de renda para alguns alunos carentes e de alimentação, no entanto, há muitos desvios e o objetivo desse benefício não é atingido. Também há os casos de famílias que só procuram a escola quando perdem o benefício, não se preocupando em saber como seu filho está nos estudos, e muito menos com a perspectiva de futuro melhor que este pode ter através da educação.

Trazer a realidade do aluno para escola irá fazer com que os seus conhecimentos sejam aproveitados, sendo assim, ele se sentirá parte da escola. Por isso e muito mais, eu acredito que precisamos cobrar dos governos (municipal, estadual e federal) sua participação na educação, porém, se não houver a participação efetiva da família, a educação continuará da maneira que está.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRITO, Maria Helena de Paula, ARRUDA, Neivaely Aparecida e CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. **Escola, Pobreza e Aprendizagem: reflexões sobre a educabilidade**. In: XII Congreso Nacional de Educação, 2015. Paraná. Disponível em >http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21930_10055.pdf< Acesso em: 20 jun. 2018.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexion Editora Digital, 2007.

FERREIRA, Marlene de Cássia Trivellato; MARTURANO, Edna Maria. **Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar**. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 35-44,

2002.

GENTILI, P. **Educar na esperança em tempos de desencanto** / Pablo Gentili, Chico Alencar. – 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PEREIRA, Paulo Celso; SANTOS, Adriana Barbosa dos; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. **Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial**. Psicologia: Teoria e pesquisa, Brasília, v.25, n.1, p. 19-28, mar. 2009.

ROCHA, Sônia, **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SILVA, Algéria Varela. **Vulnerabilidade Social e suas Consequências: O Contexto Educacional da Juventude na Região Metropolitana de Natal**. In: Encontro de Ciências Sociais do Norte Nordeste, 2007. Maceió. Disponível em >www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf < Acesso em: 20 jun. 2018.

A POBREZA E ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: O REFLEXO DA EXCLUSÃO SOCIAL

UÊGYLLA KEITILLY MAURICIO DA SILVA
uegylla@hotmail.com

KILMA CUNHA BARROS
kilmabarros67@gmail.com

CÉLIA REGINA TEIXEIRA
cel.teix54@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é desvendar a realidade de uma comunidade escolar composta por adolescentes jovens que estão privados de liberdade, cumprindo medida socioeducativa de internação em João Pessoa/PB e entender como as políticas públicas afetam esses alunos. Para tanto, um breve apanhado histórico do atendimento a crianças e adolescentes em nosso país é importante, uma vez que, no Brasil, há cerca de vinte e um milhões de pessoas na faixa etária denominada adolescência e esses são os mais afetados pela pobreza, desigualdade e exclusão social conforme o Relatório da UNICEF de 2011.

No percurso histórico, o atendimento à crianças e adolescentes foi de cunho punitivo em detrimento do educativo, a primeira legislação menorista do Brasil - Código de Menores - (Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927) considerava a criança pertencente das camadas populares merecedora da tutela do Estado, ou seja, imperava a visão

moralista da pobreza. Segundo Arroyo (2017) sob esse prisma, entende-se que o pobre é desprovido de moral e valores. Assim, centenas de crianças eram destituídas de suas famílias e institucionalizadas sob o pretexto da falta de condições de serem educadas no âmbito familiar.

Esse panorama legal ganha novos contornos e modifica-se apenas no final da década de oitenta e início dos anos noventa, com uma intensa articulação social. Em 1990, tendo como arcabouço a constituição cidadã, acordos internacionais e um intenso trabalho de populares e organizações em favor das crianças é aprovado no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. O ECA está sob o tripé: a criança e o adolescente - como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento; - na condição de sujeitos de direitos fundamentais e individuais - como prioridade absoluta (BAZILIO, 2011).

Neste contexto, partindo do princípio de que crianças e adolescentes são pessoas em condição especial de desenvolvimento, o ECA (Brasil, 1990) assegura-lhes direitos que os contemplam, de forma integral, garantindo o direito de ir e vir, de expressar opinião, de crença e culto, de brincar, praticar esportes, participar da vida familiar e comunitária, da vida política e buscar auxílio e orientação quando se fizer necessário.

Segundo o ECA (BRASIL, 1990), considera-se ato infracional, a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Ao adolescente, que praticou ato infracional, são previstas as seguintes medidas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento socioeducativo. Conforme o Estatuto, a medida socioeducativa de internação é a mais gravosa. Cumpri-lá, priva o adolescente de sua liberdade. O artigo 122º do Estatuto (Brasil, 1990) sinaliza quando essa medida deve ser aplicada: “Tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; Por reiteração no cometimento de outras infrações graves; Por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta”. Ressalta-se que as medidas socioeducativas possuem uma natureza sancionatória, uma

vez que responsabilizam judicialmente o adolescente, e, sobretudo, uma natureza socioeducativa, pois o objetivo maior é a formação da cidadania (CONANDA, 2006).

Tendo em vista sempre o retorno à sociedade, superando toda forma de exclusão social. A temática do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa ganha relevância e justifica-se diante de duas constatações: O aumento significativo de adolescentes envolvidos com atos infracionais; O perfil desses, em sua maioria negros oriundos das camadas populares (Brasil, 2015).

Desse modo, o presente trabalho teve como objeto de estudo a educação escolar de adolescentes/jovens que estão privados de liberdade, cumprindo medida socioeducativa de internação em João Pessoa/PB. Partindo do princípio de que a educação é um direito garantido pelo ECA e a escola um local privilegiado na promoção de novas possibilidades de superação da exclusão social (SEABRA, OLIVEIRA, 2017).

A ESCOLA NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO



Fonte: A Escola Cidadã Integral socioeducativa fica localizada dentro das unidades de medida socioeducativa de internação. Por questão de segurança não é permitido a entrada de celulares ou câmeras fotográficas nessa parte da instituição, sendo necessário uma permissão oficial para isso. Diante da brevidade do tempo, optou-se por retirar as fotos oficiais da própria FUNDAC. <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1252797898155608&set=pb.100002762294695.-2207520000.1522864519.&type=3&theater>

O ECA (BRASIL, 1990) estabelece o direito a educação a crianças e adolescentes visando o seu “pleno desenvolvimento”. Partindo da natureza pedagógica da medida socioeducativa a escolarização constitui-se condição *sine qua non* nesse processo. Na perspectiva de formação para a cidadania, no ano de 2017 o Estado da Paraíba inaugura a Escola Cidadã Integral Socioeducativa – *Programa Janela aberta para o futuro* - dentro das unidades de medida socioeducativa de internação, assegurando assim, a garantia legal do direito à educação, a preparação para o trabalho e atividades de lazer e cultura.



Tendo como princípio balizador da medida, seu caráter essencialmente pedagógico, as rotinas das unidades de internação devem fomentar um espaço que favoreça a criação de oportunidades para a superação das condições que levaram esses adolescentes a cometerem o ato infracional. Nesta conjuntura o maior objetivo da Escola Cidadã Integral nas unidades de internação, o educador, a disciplina, a participação do adolescente e de sua família é que ganham relevância no processo socioeducativo:

O educador surge como agente de mudanças e deverá adotar posturas e atitudes que evidenciem sua crença na capacidade de transformação do adolescente. A discipli-

na se configura como sendo meio fundamental para realização da ação socioeducativa, construindo regras claras de convivência coletiva. Também deve ser estimulado o protagonismo juvenil como forma de valorização de sua participação no processo de construção da autonomia, senso crítico e criatividade, bem como a participação efetiva da família durante o cumprimento da medida socioeducativa (DIRETRIZES DA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL SOCIOEDUCATIVA, p. 20, 2017).

Assim, com essa proposta inovadora, se configura a Escola que atende aos adolescentes que estão privados de liberdade no Estado da Paraíba. Adequando-se as especificidades e rotina das unidades de internação, no entanto, com a mesma estrutura organizacional da Escola Cidadã Integral *regular*. Os adolescentes/jovens privados de liberdade são atendidos nas Unidades de internação da Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida” – FUNDAC - em todo estado da Paraíba e, conseqüentemente, na Escola Cidadã Integral Socioeducativa. A Fundac é uma secretaria indireta do Governo Estadual responsável pela execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade. Possui sete unidades de internação e uma de semiliberdade, distribuídas na capital do estado, no município de Souza e Lagoa Seca. Seis é destinada a meninos. Apenas uma é destinada a adolescentes do sexo feminino. A faixa etária predominante dos socioeducandos é entre 16 e 17 anos, cursando o Ensino Fundamental. Diante da distorção idade/ano apresentada pela maioria desses adolescentes, a Escola Cidadã Integral Socioeducativa adotou a modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA (PARAÍBA, 2015).

A pesquisa realizada por Volpi (2015) aponta elementos da condição social e econômica dos adolescentes privados de liberdade em todo país. No Estado da Paraíba a situação é: A maioria dos socioeducandos são provenientes da capital do estado ou da região metropolitana, são do sexo masculino, já haviam abandonado a escola antes do ato infracional

(fato comprovado pela distorção idade/ano), fazem uso de algum tipo de substância entorpecente, trabalhavam informalmente e suas famílias vivem com até 1 ou 2 salários mínimos, o que indica situação de pobreza.



Os dados socioeconômicos dessa população refletem um construto de exclusão social, Leite (2017) corrobora ao afirmar que os jovens pobres estão sob o prisma da punição, vistos como criminosos que precisam de correção, até mesmo de um processo penal.

Dessa forma, os problemas vividos pelas juventudes pobres se transformam em caso de polícia, e os órgãos criados para resolvê-los – como o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em funcionamento entre 1940 e 1964, e a Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), criada em 1964 – assemelham-se a uma prisão, com um caráter marcadamente repressivo (LEITE, 2017, p.12).

A relação entre ato infracional e condição socioeconômica não é linear, ou seja, não se pode cair no erro cometido outrora de criminalizar a pobreza. No entanto, é necessária a observação dessa problemática – o ato infracional – dentro de um contexto social abrangente. Seabra e Oliveira (2017) corroboram ao afirmarem que a sociedade de consumo tem afetado as disparidades socioeconômicas no país, o que afeta diretamente os adolescentes.

Ikuma *et all* (2013) assevera que as infrações, em geral, começam entre a infância e a adolescência, diante da ausência da garantia dos seus direitos sociais básicos, e imbuídos pelos valores de uma sociedade que exalta o consumismo, o ato infracional, para esses adolescentes, torna-se uma ação afirmativa e de inclusão social.

As condições sociais e econômicas, a falta de políticas públicas efetivas para crianças e adolescentes das camadas populares os coloca em uma condição de vulnerabilidade e exclusão social. O adolescente, como pessoa em desenvolvimento, é mais atingido pelo impacto provindo da pobreza, da violência, da exploração sexual, da baixa escolaridade, da exploração do trabalho, da gravidez, das DST/AIDS, do abuso de drogas e da privação da convivência familiar e comunitária (UNICEF, 2011).

Diante do ciclo tripartite; Pobreza - Vulnerabilidade social - Exclusão social; a prática do ato infracional torna-se uma opção quer seja de fuga, de resistência, de afirmação ou de sobrevivência. A tese das “privações de capacidade” corrobora ao sinalizar a pobreza como um fenômeno que impede as pessoas de atingirem certas condições mínimas que lhes permitiria uma vida mais adequada e onde elas pudessem desenvolver todas as suas capacidades (GARCIA *et all*, 2017 p. 43).

E observando o ECA (Brasil, 1990) percebe-se que as medidas protetivas, ou seja, a garantia de direitos está escrita anteriormente às medidas socioeducativas. Dito de outra maneira, as políticas públicas (a garantia de direitos) devem alcançar essa parcela da população. Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos conforme o artigo 7º: A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência (Brasil, 1990). De forma paradoxal, para a maioria dos adolescentes que estão inseridos no sistema socioeducativo esses direitos só foram garantidos dentro das unidades de internação. Antes da medida esses adolescentes eram invisíveis às políticas públicas. Nesta conjuntura, o exemplo da escolarização é emblemático: É garantido o direito a educação, no entanto, o fato da

maioria dos socioeducandos estarem em distorção idade/ano prova que a evasão, a frequência e o rendimento escolar foram negligenciados anteriormente a medida.

Tais construtos – evasão/frequência/rendimento escolar - estão sendo acompanhados dentro das unidades de internação pela equipe técnica que trabalha com os adolescentes. Diante do caráter pedagógico da medida a escolarização é prioridade, por isso, é observada. Desse modo, praticamente não há evasões (o aluno já está lá) a frequência da maioria dos socioeducandos é regular, sendo comprometida apenas por questões de saúde ou de anormalidades na segurança. Diante de faltas injustificadas a equipe técnica logo entra em ação; conversando, orientando, dando encaminhamentos. O que nem sempre ocorre no sistema regular de ensino público. Mesmo ressaltando que a educação sempre foi direito desse adolescente e nem sempre foi considerado. Precisa ser garantida, acompanhada, observada muito antes dele adentrar no sistema socioeducativo.

A educação é fator protetivo e de transformação social, podendo minimizar as chances de crianças e adolescentes envolverem-se com atos infracionais. Após a inserção do adolescente na Escola Cidadã Integral Socioeducativa há mudanças na condição de vida desses sujeitos. Muitos conseguem avançar na escolarização, devido a brevidade de tempo da EJA; conseguem realizar um curso profissionalizante, ampliando as chances de inserção no mercado de trabalho formal. No entanto, ressalta-se a afirmativa de Arroyo (2017, p.10):

Mesmo as políticas públicas e os programas socioeducativos podem, muitas vezes, carregar uma intenção corretiva e moralizadora, que apela para a educação moral em valores nas escolas. A pobreza, assim, acaba sendo vista somente pelo viés educacional, ficando mascarada toda a sua complexidade como questão social, política e econômica. Essas representações são uma forma irresponsável de jogar para as escolas e seus(suas) mestres(as) a solu-

ção de um problema produzido nesses contextos sociais, políticos e econômicos, ou seja, muito além do ambiente escolar.

Dessa forma, entende-se que mesmo sendo um grande avanço a Escola Cidadã Integral Socioeducativa, ela não pode ser entendida como “salvadora da pátria”, a problemática do adolescente em conflito com a lei não será exaurida apenas com a garantia da educação. É emergente que as demais políticas públicas demandem políticas que também alcancem esses adolescentes. As políticas públicas precisam chegar nas comunidades, nos bicos, nas vilas e creches/escolas das periferias. A educação, deve ser pensada, e executada considerando a realidade das camadas populares. A educação precisa promover a intervenção no mundo, deve ser libertadora conforme defende Freire (1996).

CONSIDERAÇÕES

Refletir sobre a educação, pobreza e desigualdade social não é tarefa fácil. Perpassa por paradigmas, envolve cosmovisões, mexe com nossos conceitos e preconceitos. É tocar na ferida do Brasil. País esse que se constituiu sob uma educação bancária para muitos, tendo a pobreza da maioria e a desigualdade social desconsiderada, para perpetuar o privilégio de poucos.

Conforme exposto, o estado da Paraíba de forma pioneira avança no que se refere a educação formal dos adolescentes mais excluídos entre todos: *Os privados de liberdade*. Todavia, sem minimizar essa iniciativa, ressalta-se que esse “benefício” garantido pela legislação poderia ter sido gozado sem a dor, sem o trauma, sem o rótulo que recebe quem passa por uma unidade de internação.

Segundo Zamora (2005, p. 74) mesmo os adolescentes que saem de ‘cabeça erguida e com um sentimento de estar limpo’ ainda precisarão enfrentar grandes barreiras [...] e sofrem com a discriminação

da sociedade. O ditado popular é melhor prevenir do que remediar, parece bem conveniente no que se refere as políticas públicas. O acesso e a permanência na escola devem ser assegurados as crianças e adolescentes como medida protetiva, conforme preceitua o ECA, e não apenas nas medidas socioeducativas.

No que se refere ao encarceramento, os filhos das camadas populares e negros são os mais atingidos (BRASIL, 2015). Arroyo (2017, p. 10) assevera “A imagem dos(as) pobres como ausentes de valores também é reforçada pela mídia, ao mostrar a pobreza associada à violência e a crimes como consumo e venda de drogas, furtos e roubos”. Dessa maneira, fica claro que a visão moralista da pobreza, que acompanhou toda trajetória de assistência a crianças e adolescentes, ainda é presente em nossa sociedade.

Para que de fato a Escola Cidadã Integral Socioeducativa seja eficaz para esses adolescentes se faz necessário pensar em metodologias diferenciadas e no currículo dessa escola. Um currículo que reconheça esses adolescentes/jovens pobres como sujeitos de direitos e saberes, que reconheça seus saberes como ‘outros saberes’, outros modos de pensar, outras culturas, outra cosmovisão (Arroyo, 2017). Não menor, apenas outra. Sugere-se que o currículo seja utilizado como pano de fundo para superação da visão moralista da pobreza, da valorização e do reconhecimento desses adolescentes como sujeitos de direitos.

REFERÊNCIAS

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Escolar: espaços e Tempos de Reprodução e Resistência da Pobreza**. MEC, Distrito Federal, 2018.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília: Imprensa Nacional, 1990.
- BRASIL. **Mapa do Encarceramento: Os jovens do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2015.
- BAZILIO, L. C.; KRAMER, S. **Infância, Educação e Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GARCIA, A. V.; TORRI, D.; CERNY, R. Z.; OLIVEIRA, S. M. **Reflexões sobre a pobreza**. Concepções, enfrentamentos e contradições. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017. (Coleção Educação, pobreza e desigualdade social, Vol. 1).
- IKUMA, D. M.; KODATO, S.; SANCHES, N. A. Significado de atos infracionais praticados por adolescentes em conflito com a lei. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo v.5, n.2, 2013. Disponível em: <<http://www2.assis.unesp.br>>. Acesso em: 11 mar. 2014.
- PARAÍBA. **Plano Decenal**. Plano de Atendimento Socioeducativo da Paraíba (2015-2014). Paraíba: A União, 2015.
- PARAÍBA. **Diretrizes das Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas: Programa janela aberta para o futuro**. Formação socioeducativa cidadã. Paraíba. 2017.
- SEABRA, R. C. F. F.; OLIVEIRA, M. C. S. L. Adolescentes em atendimento socioeducativo e escolarização: desafios apontados por orientadores educacionais. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, V. 21, N 3, Set/ Dez, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-85572017000300639&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 11 mai 2018.
- UNICEF. **Convenção sobre os direitos da Criança**. Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2015.
- VOLPI, M. (Org). **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 2015.
- ZAMORA, M. H. (Org.) **Para além das grades**. Rio de Janeiro: Loyola, 2005.

IMPACTO DA EDUCAÇÃO NAS DESIGUALDADES SOCIAIS

RAFAELA ALVES DE SOUZA
rafaelaizadora2011@hotmail.com

KILMA CUNHA BARROS
kilmabarros67@gmail.com

CÉLIA REGINA TEIXEIRA
cel.teix54@gmail.com

INTRODUÇÃO

Partindo da discussão sobre a Educação a partir dos fatores sociais como causas fundamentais da desigualdade social e da pobreza foi elaborada essas reflexões. Portanto, pensamos a desigualdade social sob o prisma de grupos sociais em desvantagens, sendo a educação uma desvantagem visível. Assim, a desigualdade social tem como base as desigualdades socioeconômicas, e a distinção no controle de recursos fundamentais para vida social causando conflitos entre os estratos sociais, uma vez que tais recursos podem ser adquiridos, como a escola privada, afetando diretamente a vida das pessoas uma vez que há uma limitação no acesso às escolas.

As vantagens de alguns grupos sobre outros, causa a exclusão, o que afeta em todos os âmbitos da vida social. Essa reflexão foi realizada por meio de revisão bibliográfica, complementada por pesquisa qualitativa com base em coleta de dados mediante uma entrevista informal com a Diretora Adjunta da Escola Municipal Santa Ângela, localizada no Bairro do Cristo em João Pessoa-PB, Sra Teomary.

A pesquisa aborda temas que versam sobre a Educação a partir da consideração dos fatores sociais como causas fundamentais da desigualdade social e da pobreza no Brasil. Para tanto, tomaremos como ponto de partida as análises dos temas que permeiam a Educação, assim como os estudos que tratam a Desigualdade Social, priorizando o enfoque nos trabalhos que estão envolvidos com a Pobreza.

Recentemente, a pobreza e a desigualdade têm sido diminuídas, e tal fato se dá, principalmente, em função das políticas sociais que tem transferido diretamente renda aos mais pobres. Mas o país não poderá (ou não deveria) manter tais políticas indefinidamente. E não se sabe ainda, se as políticas de transferência direta deixarão efeitos permanentes (Da Silva Júnior, 2006).

Segundo Ferreira y Veloso, (2006) y Barros, Mendonça y Henriques (2001), vários estudos têm apontado para a importância da melhoria da qualidade da educação brasileira e a elevação de seus níveis, como etapa para resolução dos diversos problemas sócio-econômicos que o Brasil enfrenta, inclusive, no que tange à atenuação da pobreza (apud Da Silva Junior, 2006). Entretanto, o sistema educacional brasileiro parece se encontrar imerso no seio desses mesmos problemas. Assim, a educação deixa de ser uma panacéia para ser objeto de estudos.

A desigualdade social é um problema presente em todos os países do mundo. Ela decorre, principalmente, da má distribuição de renda e da falta de investimento na área social, como educação e saúde. Inúmeras são as causas que aumentam a distância entre ricos e pobres. As mais comuns estão: Má distribuição de renda; Má administração dos recursos; Lógica de acumulação do mercado capitalista (consumo, mais-valia); Falta de investimento nas áreas sociais, culturais, saúde e educação; Falta de oportunidades de trabalho, e Corrupção. Segundo a ONU, o Brasil é o oitavo país com o maior índice de desigualdade social e econômica do mundo. O “Coeficiente de Gini” é uma medida utilizada para mensurar o nível de desigualdade dos países segundo renda, pobreza e educação.

Os países com menor desigualdade social são: Noruega, Japão e Suécia (TODAMATERIA, 2018).

Os números divulgados pelo Plano Nacional de Educação – PNE mostram que persistem as desigualdades raciais e regionais na escolaridade da população brasileira. Apesar da taxa de analfabetismo nacional ainda ter ficado fora da meta em 2017, entre a população branca e nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a meta fixada para 2015 já foi alcançada. Entre a população preta e parda, a taxa diminuiu em relação a 2016, mas ainda segue sendo maior que o dobro do índice entre os brancos com 15 anos ou mais. (G1, 2018).

Ainda segundo a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, em 2015 o Brasil deveria ter até 6,5% da população com 15 anos ou mais sem saber ler ou escrever um bilhete simples. Porém, naquele ano, essa taxa foi de 7,7%. Em 2016, ela baixou para 7,2% e, no ano passado, segundo os dados recém-divulgados, ela caiu menos, para 7%, e ainda segue acima da meta. O PNE prevê, ainda, que o Brasil erradique o analfabetismo até 2024. O percentual indica que há 11,5 milhões de analfabetos no país. Se a educação tem um papel importante na mobilidade social (Ferreira e Veloso, 2006) e aparece como um elemento crucial para resolver o problema da pobreza no Brasil, acredita-se que por outro lado, o problema da pobreza poderia afetar a continuidade na formação escolar de alguns (Checchi, 2007, apud Da Silva Junior, 2006).

A qualidade da escola pode desempenhar um importante papel no quadro educacional de uma sociedade (Lee y Barro, 2001). Em um país onde as escolas públicas não possuem boa qualidade e não conseguem competir minimamente com as escolas privadas – freqüentadas somente pelos grupos sociais mais abastados –, tais características podem produzir um quadro de severa desigualdade de renda, elevando as desigualdades de rendimentos desse país e diminuindo a mobilidade social. Os retornos à educação servem como combustível no processo. Os indivíduos não estudam somente porque almejam ser melhores cidadãos, possuidores

de senso aguçado e crítico da realidade, mas o fazem também, porque almejam ter proveito de seus investimentos pessoais.

As evidências permitem relacionar pobreza e baixo nível de escolaridade. Apesar de se saber que os indivíduos com baixo nível de escolaridade não estão necessariamente condenados à pobreza, entre os pobres, predominam indivíduos com baixo nível de escolaridade, conforme verificado por Barros, Machado y Mendonça (1997), apud Da Silva Junior (2006). Tal associação cria uma terrível armadilha social: quem é pobre tende a receber menos educação formal e quem recebe menos educação formal tende a ser mais pobre. criando uma difícil armadilha social.

EDUCAÇÃO, CONDICIONALIDADE, PERMANÊNCIA NA ESCOLA E DESAFIOS

Ainda que não haja coincidências em relação ao papel atribuído à educação por essas perspectivas clássicas, é evidente a importância atribuída a ela no que diz respeito à inovação e à reprodução da ordem social do capital (Garcia; Tumolo, 2009; Garcia, 2012).

Existe um debate quase permanente sobre o poder da educação para resolver os problemas da desigualdade social. Ora se espera tudo da educação, ora se coloca a educação como a fonte da eterna reprodução da mesma sociedade desigual. A educação formal pública é uma das demandas das sociedades modernas. No Brasil, a luta por uma educação pública de qualidade para todos é pleiteada por movimentos sociais e entendida como elemento fundamental de uma sociedade democrática e republicana. Contudo, o debate sobre a universalização da educação deve estar acompanhado de uma reflexão sobre o papel que o sistema educacional assume na realização de políticas sociais focalizadas, como a política

de assistência social (YANNOULAS, 2013a, p. 17, apud GARCIA [et al.], 2017).

Ao refletir sobre o significado da educação e sua importância para o funcionamento da sociedade, Durkheim (2011, p. 48) afirma que a educação, a cada momento histórico, impõe-se aos indivíduos “[...] com uma força, geralmente irresistível. Não adianta crer que podemos educar nossos filhos como quisermos. Há costumes aos quais somos obrigados a nos conformar; se os transgredirmos demais, eles acabam se vingando dos nossos filhos”.

Da mesma forma, segundo esse autor, é necessário entender que a educação varia de acordo com o espaço e a classe social. Nesse caso, a do campo não é igual a da cidade e a do burguês não é igual a do operário. Mas a educação não deveria depender do acaso de se ter nascido aqui ou lá, em uma classe ou em outra. Mesmo que a consciência moral justifique essa posição, a educação não poderia ser mais uniforme, pois a diversidade moral das profissões exigiria grande diversidade pedagógica. Uma educação homogênea e igualitária só teria sido possível no seio das sociedades pré-históricas, em que não existia diferenciação alguma. A educação sempre repousa sobre uma base comum, como declara Durkheim, diferenciando-se posteriormente.

Durkheim defendia que a educação não deveria ficar à mercê das arbitrarias vontades individuais. Se ela é uma função essencialmente social, o Estado tem de interessar-se por ela. Isso não significava uma defesa de que o Estado devesse monopolizar o ensino. Para ele, o fato da sociedade, de acordo com as suas necessidades, modelar os indivíduos, pode dar a entender que eles sofrem uma insuportável tirania. Porém, os indivíduos têm interesse nessa submissão, pois o ser que é edificado a partir da ação coletiva por meio da educação representa o que há de melhor em cada um, ou seja, o que há de propriamente humano em cada um.

Para Simon Schwartzman apud CRUZ (2008), a dificuldade no acesso à Educação Infantil tem impacto na aprendizagem ou na vida

estudantil futura. Existem muitas pesquisas que mostram que a pré-escola ajuda muito na aprendizagem ao longo da vida. Mas a pré-escola tem que ser de qualidade, e não pode ser simplesmente um lugar para depositar as crianças para que as mães possam trabalhar. Até os dois anos de idade, não há nada que substitua a relação afetiva e os estímulos naturais que ocorrem na relação da criança com a mãe, e os melhores programas de pré-escola nesta idade são os que apoiam as mães e as ajudam em seu relacionamento com os filhos. Depois, a escola pode ser importante para ajudar na socialização e a desenvolver as competências iniciais que antecedem o aprendizado da leitura e da matemática, se ela for de qualidade.

Ainda para Schwartzman *apud* Cruz (2008), lidar com as desigualdades sociais na educação é saber que o problema não é de acesso, mas de má qualidade da Educação e do abandono dos adolescentes. Os alunos que vêm de famílias mais pobres precisam de apoio adicional nas escolas, para compensar as limitações da família e do meio em que vivem. Isto requer professores bem qualificados, adoção de métodos de ensino e materiais didáticos apropriados, e inclusive um trabalho junto às famílias para que elas apoiem seus filhos nas escolas. A Educação é fundamental para aumentar a igualdade de oportunidades para as pessoas, e, com isto, reduzir as desigualdades sociais. A desigualdade na qualidade da Educação implica perpetuar as desigualdades sociais existentes.

Entre a população de 6 a 14 anos, a frequência à escola é quase universal, embora existam diferenças no acesso dos mais ricos e dos mais pobres. Pois, até os 14 anos, é mais fácil para os pais manterem seus filhos nas escolas, e, havendo escolas, mesmo de má qualidade, eles fazem isto. Na adolescência é mais difícil, o jovem tem mais autonomia, e as consequências negativas da Educação de má qualidade começa a aparecer.

O problema do abandono escolar afeta a distribuição de renda e o desenvolvimento do País. O sociólogo e pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), Simon Schwartzman, analisou os dados da Pnad e é categórico: “A desigualdade na qualidade da Educação

implica perpetuar as desigualdades sociais existentes”, diz. Frente a isso, os adolescentes mais pobres abandonam mais os estudos porque, em geral, tiveram uma Educação de pior qualidade nos anos anteriores, e também frequentam escolas piores. Geralmente, quando a família é mais pobre, os pais são menos educados, o ambiente familiar é intelectualmente menos estimulante, as crianças não passam por uma pré-escola de qualidade, e frequentemente tardam em iniciar seus estudos.

As escolas a que estas crianças vão, tendem a ser piores, porque podem estar em regiões mais empobrecidas, ou em áreas de conflito nas periferias das grandes cidades. Muitos destes adolescentes são reprovados, ou promovidos embora continuem funcionalmente analfabetos. Quando chegam aos 14, 15 anos de idade, não conseguem mais acompanhar as aulas, e acabam saindo. Existe também, em muitos casos, a necessidade de trabalhar, mas muitos jovens trabalham e estudam e, de qualquer maneira, o que podem ganhar no mercado de trabalho não é muito. A condicionalidade escolar estabelecida no Brasil e relacionada ao Programa Bolsa Família (PBF), partimos da discussão sobre pobreza não como um problema puramente técnico ou explicado pelas condições individuais de cada sujeito, mas como um problema de caráter estrutural, socialmente constituído e não “natural”. Como tal, entendemos que não se trata de um problema que possa ser resolvido no interior da própria ordem social que o gera. Os dados sobre a pobreza podem até ter demonstrado uma diminuição no passado recente, mas estamos longe da possibilidade de erradicá-la, muito menos de seu efetivo controle, como se pode verificar pela consideração do que ocorre em momentos mais agudos de crise, como os atuais.

POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL

A pobreza, sem dúvida alguma, é a mais perceptível forma de degradação da condição humana, uma vez que coloca claramente aos olhos

de toda a sociedade um conjunto imenso de pessoas desprovidas de bens, excluídas socialmente e privadas de cidadania. Desta forma, esse fenômeno apenas realça os resultados contraditórios do modo de organização econômica, social e política das sociedades contemporâneas apontadas por Garcia (2017).

Em uma sociedade onde a pobreza e desigualdade são muito evidentes, preocupa não só a injustiça social, mas também as consequências que essas desigualdades irão trazer aos indivíduos. Crianças nascidas nesse círculo de pobreza têm a maior probabilidade de se tornarem as unidades familiares pobres de amanhã. A condição de pobre faz com que essas crianças e jovens não frequentem adequadamente a escola, tenham necessidade de trabalhar e abandonem seus sonhos de um futuro melhor e mais humano.

Ao tratar sobre a pobreza e o público estudantil, Duarte (2012) indicou que 44% da população escolar no ensino fundamental público no Brasil estava em situação de pobreza em 2009. O critério utilizado por essa autora para identificar a população em situação de pobreza foi o de considerar o número de estudantes das escolas públicas, beneficiários do PBF. No caso do estado de Alagoas, 73% dos estudantes eram beneficiários desse programa. Na região Nordeste, 67% estavam nessa situação. Esses dados indicam que, ao tratarmos da relação entre educação e pobreza, não estamos falando de minorias. Estamos dizendo que grande parte da população inserida na escola pública brasileira traz consigo as demarcações da condição social centrada no recorte de renda (ser beneficiário de programa de transferência de renda).

Pires (2013) afirma que a proposição de condicionalidade de frequência escolar para recebimento de benefícios de programas de transferência de renda surge, no Brasil, a partir de contribuições do economista José Márcio de Camargo, no início da década de 1990. A discussão nasceu com base nas propostas iniciais dos programas de garantia de renda mínima elaboradas por alguns governos municipais nos anos de 1990. Segundo Pires, na análise de Camargo, as crianças pobres

abandonam a escola para trabalharem em atividades pouco qualificadas e sem perspectivas profissionais, mesmo que, com essa atitude, contribuam para a renda familiar, serão os pobres do futuro. Por isso, seria necessário aumentar a renda familiar para que os filhos sejam mantidos na escola, promovendo a quebra do elo entre a pobreza do presente e a do futuro.

Diversos estudos apontam as dificuldades para uma compreensão aprofundada da relação entre a política educacional e a situação de pobreza, considerando essa relação multideterminada (Yannoulas; Assis; Monteiro, 2012, apud. GARCIA, 2017).

Conforme Yannoulas (2013), na relação educação-pobreza, a segunda não deve ser vista como problema técnico, mas como elemento que põe em questão a verdadeira possibilidade da universalidade da educação básica, mesmo considerando as perspectivas da realidade social do capital. Da mesma forma, a condição de pobreza questiona as potencialidades do formato escolar nessa ordem social.

No Brasil, o direito à educação é algo recente e o acesso à escola pelas parcelas mais pobres e marginalizadas da população, incluindo os índios, os negros, os imigrantes e as mulheres, só começou a se concretizar nas últimas décadas do século XX. O tratamento dado à educação dos pobres deixou um legado que pode ser visto, nos dias de hoje, nos baixos índices de aprendizagem escolar dos alunos em condição de pobreza (IOSIF, 2007).

No dia 06 de Abril do corrente ano, foi realizada uma entrevista informal na Escola Municipal Santa Ângela que fica na localidade do Bairro do Cristo, com a Diretora Adjunta Sra Teomary.

A grande dificuldade na relação da escola com a comunidade se chama de Família. São os filhos que mais precisam de orientação, carinho e amor, pois as famílias alegam ter pouco tempo para virem na escola, acompanhar os filhos por estarem trabalhando. E assim escola assumindo grande responsabilidade de educar estes alunos.

Na escola existe desafios cotidiano na qual foi mencionado que alguns professores são conteudistas e o Sistema Formal de Educação,

com o ensino que só visa o conteúdo, não atendendo a realidade dos alunos onde a educação trazida pelos alunos e obtidas em outros espaços, eles chegam na escola respeitando os outros e o processo de ensino e aprendizagem será mais eficaz.

Esses alunos apresentam faixa etária de 06 a 14 anos de idade do ensino Fundamental nos turnos manhã e tarde, tendo matriculados alunos no período da noite, ou seja, Educação de jovens e Adultos (EJA) na faixa etária de 15 em diante, incluindo crianças e jovens portadoras de necessidades especiais. Eles são oriundos dos Bairros Cristo Redentor e Rangel.

A Maioria das famílias são de baixa renda, muitos pais ou responsáveis tem como única renda o Programa Bolsa Família, outros são filhos de vigilante, domésticos, faxineiras, etc. e outros não tem renda alguma. Boa parte trazem em suas histórias de vidas grande desestrutura familiar, exemplo de pais separados, brigas constantes em casa, pais que trabalham o dia todo e os filhos não são acompanhados nas suas atividades escolares.

A pobreza é considerada no seu fazer profissional, pois a realidade dos alunos é que nos mostra o caminho que vamos percorrer e a melhor metodologia para trabalharmos com nossos educadores. Onde as políticas de Assistência Social são necessárias, porém pouco tem oferecido hoje que as famílias em situação de vulnerabilidade social e que as políticas públicas incidem diretamente no desempenho escolar dos estudantes, pois um apoio para as famílias e está atendida, e apoiariam os filhos.

Se há Políticas Públicas, há menos problemas com os estudantes nas salas de aulas e, logo menor evasão. O Bolsa Família como Política Pública e muito importante, pois garante que os estudantes estejam em sala de aula, sendo acompanhado pelo acompanhamento da frequência escolar. Se há Políticas Públicas, há menos problemas com os estudantes nas salas de aula e, por conseguinte melhora o rendimento escolar. Foi indagado que os alunos que recebem o Bolsa Família frequentam mais a escola e obtém melhor rendimento escolar.

Na atual conjuntura dos cortes dos programas sociais pelo Governo Federal está impactando as famílias por exemplo, vários estudantes participaram no ano passado e atrasado do Programa mais Educação, pois havia atividades no contra turno, impedindo-os de ficarem nas ruas em horário oposto as aulas. Com a retirada de famílias deste programa aumentou a incidência de Crianças e Adolescentes nas ruas e no Trabalho Infantil e está ocorrendo maior reprovação escolar.

CONSIDERAÇÕES

Enfrentar a temática da “educação, pobreza e desigualdade social” significa, assim, assumir um posicionamento político em relação à realidade vivida por milhões de crianças, jovens e adolescentes que, apesar de terem acesso à escola, não têm ainda garantidos seus direitos a uma educação voltada para suas necessidades e interesses. Esse compromisso é traduzido em ações concretas, no sentido de possibilitar que os educadores envolvidos com estes estudantes em situações de pobreza possam ter instrumentos para compreender essa realidade e transformar suas práticas. Só assim este ciclo de naturalização da pobreza e da desigualdade social pode ser rompido (GARCIA, 2017)

A pobreza tem afetado as decisões individuais acerca do plano ótimo de escolarização da população brasileira? Caso afetem, tal fato parece apontar para uma grande armadilha lógica: o País tem muitos pobres porque apresenta diminuto nível educacional de sua população ou possui baixo nível de educação formal porque tem muitos pobres. Observe-se que essa armadilha aprisiona apenas os mais pobres e contribui intergeracionalmente para a manutenção de elevados níveis de desigualdade.

A pobreza deve ser enfrentada e pode ser superada. Para tanto é preciso conhecer suas múltiplas dimensões. Há uma dimensão absoluta – ausência de condições de vida, ausência de direitos e de liberdade – e

dimensões relativas. Por isso, ao tratar da pobreza é preciso também tratar da desigualdade social. A pobreza e a desigualdade atingem mais fortemente determinados grupos sociais, embora não seja restrita a eles. Esses grupos têm características que são possíveis identificar e, assim, reconhecer a existência de uma relação entre pobreza e diversidade. De fato, a educação tem sido um importante instrumento para a reprodução dessas desigualdades.

A educação tem boa e larga experiência nessas dimensões da vida humana: conhecer quando entramos em contato com dados e informações sobre determinado assunto, compreender quando somos capazes de ouvir e dialogar, considerar as questões a partir de outros pontos de vista. Mobilizar, agir, atuar, a educação sempre trouxe consigo a utopia, de um mundo mais justo, de saberes que dialogam, de heranças que se repartem. A educação afirma o compromisso, a luta e a esperança.

Assim, a conversa com a Diretora traz um conjunto de afirmações com aspectos da pobreza, com suas relações com a educação. A pobreza está presente na escola, bem como a desigualdade social, que vai desde a carência de alimentos até a compreensão que emerge quando as pessoas que vivem em condições de pobreza têm direito à voz e à expressão de sua própria percepção sobre essas condições. Embora esteja ocorrendo evidente melhoria nos indicadores sociais, a desigualdade entre estudantes mais pobres e os demais grupos que frequentam as escolas públicas do país está aumentando.

A entrevista colaborou para uma visão abrangente dos desafios, a qual favorece para todos os leitores buscarem conhecimento, a compreensão e a mobilização para enfrentar e superar as condições de produção e reprodução da pobreza, e garantir um equilíbrio na educação no país.

Leitura alinhadas a essa entrevista contribuiu para percepção de que as relações sociais estabelecidas podem proporcionar uma grande influência sobre o estilo de vida e a educação das pessoas, uma vez que seguimos os costumes e a cultura de nosso grupo social. O fator socioeconômico demarca uma condição decorrente do estrato social a que pertencemos,

e a educação varia conforme a classe em que estamos inseridos; porém os fatores influenciadores da educação partem não apenas da questão econômica, mas também dos distintos hábitos e comportamentos que podem ser gerados conforme o gênero, a cultura, a etnia e raça.

REFERÊNCIAS

- CRUZ, Barbara Guimarães da, Eliana & Barros, Manoel Joaquim. Effectiveness of the School Flow Regularization Project. **Gestão & Planejamento**. 9. 56-76, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/304830861_Effectiveness_of_the_School_Flow_Regularization_Project> Acesso em: 15 jun.2018.
- DA SILVA JUNIOR, Luiz Honorato; SAMPAIO, Yony. **Notas Sobre Pobreza e Educação no Brasil**. México, v. 41, n. 163, p. 75-97, dic. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0301-70362010000400005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- DUARTE, N. **Políticas Social: um estudo sobre educação e pobreza**. Tese (Doutorado em Política Social) 1996. Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. (Trad. Stephania Matousek) Petrópolis: Vozes, 2013. Disponível em: <<https://sociologiasociativa.wordpress.com/2015/03/03/educacao-e-sociologia-durkheim-2013/>> Acesso em: 15 jun.2018.
- GARCIA, Valdemar, Adir & Cristina Yannoulas, Silvia. **Educação, pobreza e desigualdade social**. Em Aberto. 30. 10.24109/2176-6673.em.aberto.30i99.3262, 2017.
- _____. **Reflexões sobre a pobreza** [Recurso eletrônico on-line]: concepções, enfrentamentos e contradições – 1. ed. – Florianópolis: NUP/CED/UFSC. 295p. (Educação, Pobreza e Desigualdade Social; V.1), 2017;
- IOSIF, Ranilce Mascarenhas Guimarães. **A qualidade da educação na escola pública e o comportamento da cidadania global emancipada: implicações para a situação da pobreza e desigualdade no Brasil**. 2007. 310 f. Tese (Doutorado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- G1. **Brasil ainda não atingiu meta de redução de analfabetismo fixada para 2015**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-ainda-nao-atingiu-meta-de-reducao-de-analfabetismo-fixada-para-2015.ghtml>> Acesso em: 15 jun.2018.
- Lee, Jong-Wha e Robert Barro, “**Schooling quality in a cross-section of countries**.” *Economica* 68, pp. 465-488, 2001.

PIRES, A. Relações de troca e reciprocidade entre os participantes do Programa Bolsa Família em Campinas (SP). **Política & Trabalho**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 171- 195, abr. 2013.

TODAMATERIA. **Desigualdade Social**. Disponível em: <www.todamateria.com.br/desigualdade-social/>. Acesso em: 14 jun. 2018.

YANNOULAS, S. C.. Significados, práticas e lógicas da diversidade no trabalho. In Carvalho, D.B.B., Diniz, D., Stein, R. H. e Souza, P. C. (orgs) – **Política Social, Justiça e direitos de cidadania na América Latina**. Brasília: UnB, Programa de Pós-graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2013.

NOTAS SOBRE A POBREZA E O ENSINO DE ARTE NA SOCIOEDUCAÇÃO CIDADÃ INTEGRAL

DOMINGOS SÁVIO FARIAS DE ALBUQUERQUE JÚNIOR
savioffarias@gmail.com

KILMA CUNHA BARROS
kilmabarros67@gmail.com

CÉLIA REGINA TEIXEIRA
cel.teix54@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de refletir acerca do ensino de arte em um contexto bastante específico: a socioeducação. Para tanto, eu irei me valer da experiência recente enquanto professor de artes no projeto “Janela Para o Futuro”, que vem sendo implantado nas escolas socioeducativas do estado da Paraíba desde julho de 2017. Tal projeto visa garantir uma educação cidadã e integral para os adolescentes e jovens atendidos nas unidades de socioeducação do estado. Desse modo, são observados aspectos configuradores da experiência aqui posta, tais como o espaço e o tempo escolares, a relação professor-aluno, reuniões pedagógicas, as aulas propriamente ditas, bem como outras atividades. Assim sendo, o presente texto conclui que a socioeducação e o ensino de artes compartilham realidades paradoxais e complexas que parecem

complicar as suas potências ao dispararem questões que necessitam de redobrada atenção por parte daqueles que, de toda e qualquer forma, estão vinculados à educação e mais precisamente às temáticas aqui abordadas.

Desde que iniciei os meus estudos enquanto arte-educador, as minhas trajetórias e experiências pessoal, artística e profissional passaram a se expandir bastante. Essa expansão tem se dado, sobretudo, no que diz respeito aos mais vastos campos dos saberes pedagógicos e formativos. Refiro-me aos anos da minha graduação em licenciatura em Teatro pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em todas as disciplinas do eixo pedagógico e a cada estágio supervisionado, o contato com as mais variadas teorias e abordagens educacionais, e com os mais diversos espaços educativos de atuação profissional, contribuiu significativamente para a minha formação docente.

Entretanto, somente depois de graduado tive conhecimento da modalidade escolar que é a socioeducação. Durante os vários anos que passei na universidade, eu nunca havia ouvido falar disso. Eu sabia, sim, que havia escolas nos espaços prisionais, mas não tinha ideia alguma de qualquer terminologia nem metodologia específicas elas utilizavam. Frente a um novo desafio, o de ser professor de artes em uma escola socioeducativa, a minha estratégia foi optar pelo desarme das teorias e dos pressupostos preestabelecidos e deixar que a experiência se desenvolvesse por si própria. Afinal, eu não conhecia essa realidade mesmo.

A experiência aqui refletida ocorreu no período de julho de 2017 até maio de 2018. Neste tempo, trabalhei como professor de artes na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Almirante Saldanha, que a partir de julho de 2017 tornou-se uma escola integral, por meio do projeto “Janela para o futuro” e passou a se chamar Escola Cidadã Integral Socioeducativa Almirante Saldanha.

Porém, antes de adentrarmos de vez nesta experiência, e a fim de uma fundamentação da reflexão aqui proposta, percorreremos, ainda que brevemente, os percursos históricos e alguns dos principais conceitos de tais temáticas. Sobre o ensino de artes, as bases serão os escritos da

renomada pesquisadora da área de arte-educação Ana Mae Barbosa (1998) e sua abordagem triangular, complementadas com os apontamentos de Amanda Facio e Aquilane Marcelino (ano?), sobre o ensino de arte na Educação de Jovens e Adultos (EJA), que revelam o seu acontecimento “de forma mecânica e superficial” (*idem*). A EJA é a modalidade escolar adotada nas escolas socioeducativas.

No que diz respeito à socioeducação, encontraremos aporte teórico nas ideias de Cynthia Bisnoto (et al, 2015), que problematizará os significados de socioeducação e dirá, de modo assertivo, que “existe uma relação estreita entre educação e socioeducação” (BISNOTO et al, 2015, p. 577) e de Allyne Silva e Ireni Figueiredo (2013) quando afirmam que a socioeducação “[...] constitui uma estratégia para amenizar as mazelas sociais advindas das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista e da repartição desigual da riqueza socialmente produzida” (SILVA; FIGUEIREDO, 2013, p. 13).

Em seguida, daremos conta de situar a pobreza e as desigualdades sociais e suas relações com a educação, aportados em Miguel Arroyo (2010). Posteriormente, construiremos uma discussão interessada em perceber como a pobreza e a desigualdade apareceram na socioeducação cidadã e integral, a partir de minha experiência enquanto docente de arte. Por fim, conforme aponta Miguel Arroyo (2010) ainda nos “[...] falta uma epistemologia e uma pedagogia dos corpos, sobretudo daqueles precarizados dos miseráveis” (2010, p. 33), dos esquecidos, daqueles que estão postos à margem, ou seja, marginalizados.

A socioeducação é um termo sem definição completamente determinada. Pouco estudada, possui numerosas lacunas quanto à sua inteira compreensão (BISNOTO et al, 2015). É composta por meio da articulação de programas sociais e surgiu juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), documento normatizador do atendimento estatal dado a adolescentes e jovens em conflito com a lei. Juntamente com o ECA, temos o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

(Sinase), promulgado através da lei nº 12.594/2012 que instituem as medidas socioeducativas e seus programas integrados.

A educação escolar é um desses programas. Sua garantia e obrigação para a faixa etária atendida pela socioeducação estão previstas em lei. As medidas socioeducativas existem em meios aberto e fechado. No primeiro, atende aos casos de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). O segundo meio compreende os casos de Privação de Liberdade (PV), que são a internação provisória, a internação e a semi-liberdade. No meio fechado, a educação escolar acontece por meio de uma escola que funciona dentro das unidades de atendimento socioeducativo. A escola socioeducativa possui, assim, um caráter peculiar, pois lida com um público específico, que, em sua grande maioria, sofre com a pobreza e a desigualdade social. Entretanto, como em toda escola, nela está previsto o ensino das variadas matérias que compõem a Base Curricular Nacional, tais como português, matemática e artes.

O ensino de artes, por sua vez, foi estabelecido por lei nas escolas brasileiras em a partir de 1971 através da Lei nº 5692 de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Brasileira. Ao longo de sua história, e apesar de uma séria de transformações e mudanças, a arte-educação tem enfrentado numerosos e árduos desafios, principalmente dentro dos espaços de educação regular e, sobretudo, nas escolas públicas. As noções de que “arte não serve para nada”, “não tem futuro” ou “só serve para distração”, ainda perduram até os dias de hoje. Tais noções contribuem fortemente para uma visão reducionista do valor humano e transformador da arte na sociedade, o que muitas vezes se encontra refletido nas escolas. Assim, a disciplina de arte sempre esteve posta em situação desigual, no que diz respeito a infraestrutura, material didático, formação docente, etc., ou seja em relação às demais materiais escolares.

Por sua vez, a pobreza é um fenômeno real, fruto das desigualdades sociais que estão impressas no mundo de múltiplas formas. Está presente em diversos lugares, como nas ruas e nas escolas, na mídia, etc. Mesmo que muitas vezes os discursos formais acerca da pobreza mascarem as diversas

realidades em que esta pode ser encontrada, a pobreza é algo que persiste inexoravelmente em nossas sociedades. A escola, e, mais precisamente, a sala de aula apresentam um reflexo em escala microcós mica do vasto mundo que se encontra fora das paredes que as cercam. Assim sendo, a escola é, sem dúvidas, um espaço onde a pobreza se fará presente, de forma inevitável. Conforme afirma Arroyo,

A imagem dos(as) pobres como ausentes de valores também é reforçada pela mídia, ao mostrar a pobreza associada à violência e a crimes como consumo e venda de drogas, furtos e roubos. Mesmo as políticas públicas e os programas socioeducativos podem, muitas vezes, carregar uma intenção corretiva e moralizadora, que apela para a educação moral em valores nas escolas. A pobreza, assim, acaba sendo vista somente pelo viés educacional, ficando mascarada toda a sua complexidade como questão social, política e econômica. Essas representações são uma forma irresponsável de jogar para as escolas e seus(suas) mestres(as) a solução de um problema produzido nesses contextos sociais, políticos e econômicos, ou seja, muito além do ambiente escolar (2010, p. 10).

No contexto educacional, a admissão de que a pobreza e as desigualdades sociais existem pode ser um bom primeiro passo para lidar com tais questões (ARROYO, 2000). Porém, muitas questões podem emergir, por exemplo: por que a pobreza existe e persiste na escola quando a baixa ou não escolaridade é tida como um marcador da pobreza? Para além de uma conceituação definitiva, a pobreza engloba hoje um complexo campo dos estudos culturais, educacionais e sociais, não devendo ser tomada somente a partir de um único tópico.

Se a escola pode ser compreendida como um espaço em que temos um retrato da sociedade em seus processos de consolidação e de transformação, podemos também observar uma série de hábitos

institucionalizados com características corretivas e moralizantes sobre determinados aspectos que importam ao âmbito (sócio) educativo, sobretudo, acerca da pobreza. Tendo nós uma visão absolutamente referenciada nos hábitos e costumes das classes de consumo (média e alta), como se estes fossem os “corretos”, estamos propícios a observar (e, por conseguinte, julgar) a pobreza a partir de noções que não se aplicam de maneira justa às pessoas que se encontram nesta situação, ou seja, as pessoas pobres.

Uma das mais significativas formas de aparição da pobreza é a fome. Inúmeras crianças e adolescentes, muitas vezes, só tem a chance de comer na escola, pois em casa falta-lhes praticamente tudo. Crianças pobres, com fome, não estarão em condições dignas de absorver os conhecimentos e usufruir de maneira íntegra os aprendizados que a escola está incumbida de lhes garantir. Na escola socioeducativa em que atuei como professor, a fome propriamente dita não era um problema, pois os adolescentes recebem alimentação diária. Entretanto, outras “fomes”, mais subjetivas, são facilmente encontradas, como a fome pela liberdade, por exemplo. Assim, na socioeducação a pobreza e a desigualdade social aparecem de inúmeras formas: na falta de escolaridade dos adolescentes em cumprimento de medida, em suas histórias e perspectivas de vida, em seus “corpos precarizados” (ARROYO, 2017).

Depois destas afirmações, finalmente uma proposta: vamos, então, imaginar quais relações podem ser estabelecidas entre socioeducação, ensino de arte e pobreza e desigualdade social, a partir de uma experiência prática?

A escola em que trabalho se chama Escola Cidadã Integral Socioeducativa Almirante Saldanha. Possui quatro anexos e atende a adolescentes que se encontram privados de liberdade, cumprindo medida socioeducativa. Os anexos da escola são: o Centro Educacional do Adolescente (CEA), cuja característica é a provisoriedade; o Centro SocioEducativo Edson Mota (CSE), cujo caráter é sentencial/de internação, porém todos os alunos são menores de idade (entre 12 e 17 anos); o Centro

Educaional do Jovem (CEJ), que atende aos egressos do CSE que ainda não cumpriram toda a medida socioeducativa mas já encontram-se na faixa etária entre 18 a 21 anos; e a Casa Educativa Rita Gadelha, que abriga e atende adolescentes do sexo feminino, cujo caráter de medida é variável.

VOZES ECOAM NO SILÊNCIO OU FLORES NASCEM NO CIMENTO

A unidade que trabalho é o CSE, uma unidade socioeducativa localizada no bairro de Mangabeira VII, em João Pessoa. Conforme citei, atende exclusivamente a adolescentes do sexo masculino que se encontram em conflito com a lei e cumprindo medida socioeducativa em meio fechado, com idades variantes, entre 12 (doze) e 17 (dezesete) anos. O programa escolar existente nesta escola “Janela para o futuro” está em fase de implementação no Estado da Paraíba e é pioneiro no Brasil. É a primeira vez que toda rede estadual de ensino socioeducativo recebe educação cidadã e integral.

Conforme mencionei anteriormente, eu não conhecia nada sobre socioeducação e diante do desafio de atuar como professor de arte nesta área, me deparei com a ideia freiriana de *incabamento*, dentro de um “permanente movimento de busca” (FREIRE, 1996, p. 24) por saberes transformadores. A socioeducação apresenta-se em uma realidade demasiadamente complexa. No espaço socioeducativo, tínhamos, de um lado o vasto silêncio e impressão de vazio, e do outro lado, o fluxo constante de chegada e saída de adolescentes que acresciam o número de internos ou eram transferidos para outra unidade ou finalmente se deparavam com o dia da tão aguardada liberdade.

O termo “socioeducativo”, conforme Bisnoto (et al, 2015), surge juntamente com o ECA, mas não há indicação de sua real determinação. O ECA juntamente com o SINASE trazem noções que nos permitem pensar as medidas por um viés mais educativo, em detrimento de um

caráter punitivo que predominou o surgimento de políticas públicas para adolescentes e jovens infratores. O campo educativo que melhor abraça, então, a socioeducação é, sem dúvidas, o da educação social. Ainda segundo a mesma autora, a educação social “está indissociavelmente vinculado ao de exclusão social e, portanto, a educação social está presente nas ações de socioeducação”, pois esta está intrinsecamente interessada na “educação cidadã, educação para o trabalho, educação nas prisões, educação na cidade, educação política, dentre outras”. (BISNOTO et al, 2015, 581). Desta forma, enquanto um braço da educação social, a socioeducação lida com seres excluídos da sociedade, muitas vezes sem moradia, sem escola e sem trabalho.

As experiências em educação que a maioria dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa tem são oriundas de uma educação não-formal ou mesmo informal, visto que essa maioria não frequentou ou frequentou muito pouco a escola regular. Neste sentido, existem ainda aqueles casos em que a escola que funciona dentro da unidade é a primeira que o adolescente frequentou em toda a sua vida. E pela complexidade dos fatores de pobreza e desigualdade, poderá esta também ser a única (e talvez a última). É desta forma que a EJA se torna a modalidade fundamental para a socioeducação, pois ela “se destina aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de iniciar ou concluir os ensinos Fundamental ou Médio na idade adequada”, “gerando seu fracasso e evasão escolar” (FACIO; MACELINO, 1995, p. 2).

Na socioeducação cidadã integral o currículo visa uma articulação entre uma base comum e uma base diversificada. Em ambos está previsto o ensino de arte. Na base comum, este funciona como uma disciplina regular, em sala de aula, divididas a partir dos Ciclos da EJA. Na base diversificada, que funciona no contra-turno, Arte aparece no formato de oficinas, de maneira complementar e integrada aos conteúdos da base, porém, de forma mais experiencial/material. No projeto de educação cidadã integral em implementação, ainda é possível que Arte apareça como

um dos eixos das eletivas, que são disciplinas especiais, interdisciplinares, ministradas por dois ou mais professores de áreas distintas.

Na Escola Almirante Saldanha/CSE, o quadro de docentes de Arte era formado por três (dois de artes cênicas e um de artes visuais) atuantes nas bases comum e diversificada, dois professores de Música, atuantes apenas nesta última base. No início das aulas, as dificuldades eram muitas, como podemos supor. Para além das questões já conhecidas (infraestrutura frágil, ausência de materiais didáticos e de espaço ideal para as atividades educativas), outros fatores característicos da socioeducação contribuíram para a arduidade do trabalho desenvolvido.

Naquela época, os alunos eram bastante numerosos, mesmo que divididos em várias turmas. As atividades de Arte ocorrem, em sua maioria, em um bloco destinado às práticas de oficinas. Entretanto, as condições físicas não são, nem de perto, as ideais. As salas não possuíam portas, nem ventiladores, nem mesmo material didático. O ambiente é ainda pequeno para a quantidade de alunos presentes nas turmas. Contudo, a superlotação é um assunto pouco abordado, até mesmo nem comentado, dentro do contexto da socioeducação.

Nestes tipos de espaços, conforme apontam Sartório e Rosa (2010), “[...] a maioria dos adolescentes vivenciam uma realidade marcada pela desigualdade social” (p. 559). Desta forma, os adolescentes trazem, com seus “corpos precarizados”, comportamentos correspondentes às imagens que comumente temos de adolescentes e jovens “infratores”. O sentimento de medo por parte dos professores, a falta de interesse e de participação dos alunos e o clima de tensão instaurado naturalmente no espaço, além do já supracitado, potencializaram o fracasso das primeiras atividades que tentamos desenvolver com eles.

Em *Inquietações e mudanças no ensino de arte*, Ana Mae Barbosa nos lembra que “Em nossa vida diária, estamos rodeados por imagens impostas pela mídia, vendendo produtos, ideias, conceitos, comportamentos, *slogans* políticos etc” (BARBOSA, 1998, p. 17). A autora se aprofunda na questão das imagens do mundo e nos alerta para a dificuldade que temos em ler

e apreender essas imagens de maneira formativa, mesmo elas estando o tempo todo, em todo canto, a nos bombardear de informações. Os adolescentes assistidos pela socioeducação, de um modo geral, fora ou dentro das unidades, acabam por criar uma imagem para si ou aceitar a imagem que os outros criam deles. Absorvem e fixam tal imagem de uma forma que é difícil desfazê-la, inclusive por meio de práticas educativas. Pois, o desinteresse pela escola é algo latente.

Existem acontecimentos que, infelizmente, não podem ser relatados aqui. Afinal, as unidades socioeducativas, mesmo suas escolas, são também unidades de segurança ligadas à Justiça. Contudo, fiz a escolha de narrar uma experiência que me tocou bastante, enquanto professor, enquanto artista, enquanto cidadão do mundo.

Ainda de acorco com Ana Mae Barbosa (1998) o professor/educador deve atuar como mediador na leitura dessas imagens do mundo a fim de problematizá-las e de despertar nos estudantes a reflexão crítica. Em sua *abordagem triangular*, Barbosa formula que os indicativos “conhecer, fazer e apreciar” podem ser entendidos como ações basilares para a arte-educação, o que também sugerem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Arte (1998).

A LDB/1996 prerroga para a EJA atividades educacionais que considerem “[...] as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho [...]” (BRASIL, 1996). Tal prerrogativa dialoga com o que diz Paulo Freire (1996) sobre o papel do professor, que deve desenvolver discussões geradoras de aprendizado a partir das experiências dos educandos.

Tendo tais questões absorvidas, nós, professores de Arte, elaboramos um programa para a base diversificada que tratasse de temas conhecidos (mesmo que de forma fragmentada) pelos nossos alunos adolescentes. Decidimos trabalhar com artes urbanas e periféricas. Desta forma, o conteúdo programático previa o estudo teórico e prático (na medida do possível) de assuntos tais como artes de rua e cultura hip-hop.

Para a EJA, as diretrizes basilares preveem também ações incentivadores, que despertem nos jovens e adultos interesse não somente em aprender, “[...] mas, sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a” (FACIO; MACELINO, 1995, p.4). As disciplinas de Artes estão interessadas no trabalho com a criatividade, pois lida com questões extremamente necessárias ao desenvolvimento sócio-cultural. No contexto socioeducativo, o trabalho com a criatividade será capaz ainda de lidar com questões peculiares desta modalidade, como a tensão, o estresse, a monotonia. Entretanto, os alunos do EJA tanto pela faixa etária quanto pelas experiências já vividas “se mostram resistentes às práticas educativas que o submetiam à (*sic*) ações criativas” (*idem*, p. 1995).

Voltando à experiência aqui tratada, fomos percebendo, ao longo dos dias, quais momentos os alunos se demonstravam interesse. Atividades como ouvir música, desenhos livres ou guiados, assistir vídeos/filmes, confecção de material manual são exemplos. Também observamos quando pareciam não estar gostando: atividades de expressão corporal, dinâmicas grupais, bem como outras propostas de finalidade mais subjetiva. Percebemos então a música como uma grande aliada neste sentido. Nos tópicos da cultura *hip-hop*, o *rap* foi um dos assuntos estudados. Muitos alunos demonstraram interesse, principalmente aqueles que compõem seus próprios *raps*.

Entretanto, nem todos se dispunham a mostrar/cantar nas aulas suas composições. No pensamento de descobrir como estimulá-los, fizemos algumas tentativas. Enquanto o professor de artes visuais trabalhava elementos da cultura visual do *hip-hop* (grafite e pichação, documentários, etc.), nós, professores de artes cênicas investimos numa experiência com percussão corporal. Tal empreitada levou algumas aulas, nas quais mostramos vídeos de artistas que trabalham com essa linguagem para posteriormente experimentar na prática, em sala de oficina.

Percebemos na percussão corporal uma importante forma de iniciar um trabalho mais efetivos com os socioeducandos. Sendo uma linguagem de produção sonora através do próprio corpo, a percussão corporal

não faz uso da fala propriamente dita. A maioria dos socioeducandos, e principalmente no começo da experiência na escola, é bastante monossilábica. O que pode tornar difícil, por exemplo, o trabalho com textos teatrais ou leituras. Inclusive, muitos não sabem ler, apesar da idade e do ciclo escolar que frequentam.

A nossa intenção com a percussão corporal era conseguir criar uma base sonora à qual pudesse ser sobreposta por um *rap* composto e cantado por algum socioeducando. Em uma aula com uma das turmas/ alas mais complicadas, conseguimos atingir este objetivo. Com outras turmas também, mas com aquela chamou minha atenção o seguinte fato: quando conseguimos construir a base corporal percussiva, em que cada aluno produzia um som com seu próprio corpo (palmas, atrito das mãos para com o tórax ou a parede, dentre outros), incentivamos os alunos que compunham e cantavam *rap* a participar apresentando uma composição própria. Nesta altura, os demais participantes da atividade estavam interessados e incentivaram um dos alunos escolhidos por eles a cantar. Quando o socioeducando compositor/cantor em questão começou, sua voz era muito baixa, tímida, apesar de potente e forte.

Foi quando tive a ideia de buscar um microfone para plugá-lo na caixa de som que utilizávamos nas oficinas, fosse para ouvir música, fosse para ouvir o áudio dos vídeos/filmes. Decidimos juntos gravar a experiência para que pudéssemos ouvir posteriormente. A empolgação foi tamanha e a atividade bastante satisfatória. O socioeducando que cantou seu rap afirmou que nunca havia cantado em um microfone antes. Ao final, todos sorriam e aplaudiram bastante. Foram, pelo menos naquele momento, protagonistas e produtores de cultura, de conhecimento, de habilidades.

As formas de pensar, sentir e agir dos adolescentes e jovens formam-se na interação e na troca com o meio social no qual vivem (...). Essa compreensão, por sua vez, tem importantes desdobramentos para a socioeducação

e para as medidas socioeducativas, as quais estão fortemente orientadas para o desenvolvimento do potencial dos jovens (BISNOTO et al, 2015, p. 578).

Esta atividade inicial nos possibilitou mapear os alunos que compunham e cantavam *raps*. Após o compartilhamento com os demais colegas professores, o *rap* se tornou um assunto em diálogo com as aulas de português, sobretudo relacionado ao cordel nordestino. Também conseguimos criar uma disciplina eletiva chamada *rap hour* (hora do *rap*), que envolveu os professores de arte, música e inglês. Nesta eletiva, os alunos socioeducandos puderam estudar um pouco da história do *rap*, além de experimentar outras bases sonoras e aperfeiçoar suas composições e performances. Como culminância, tiveram algumas oportunidades de se apresentarem nas atividades culturais da escola.

Uma dessas apresentações aconteceu no Festival de Primavera, evento esportivo-cultural realizado na unidade CSE. Em um dia de visitas dos familiares, no ginásio da unidade, aconteceram várias atividades integradas, dentre elas, uma apresentação de *rap*. “A Medida Socioeducativa, destinada ao adolescente em conflito com a lei, tem por objetivo a integração social do adolescente, garantindo os seus direitos individuais e sociais” (SILVA; FIGUEIREDO, 2015, p. 11). Essa interação, dada por meio do ensino de Arte pode ser muito potente a ponto de fazer com que surjam novas formas de olhar para si, de reorganizar o mundo, de renovar esperanças já consideradas perdidas. Assim, flores são capazes de nascer mesmo num espaço tão duro, tão cimentado nos mais variados sentidos.

Na socioeducação, muitas coisas tomam forma pelo avesso. Se pensarmos na abordagem triangular proposta por Barbosa, nesta modalidade educativa, ou pelo menos em minha experiência, ela foi possível de forma inversa. Os alunos socioeducandos *apreciavam* o *rap*, por isso eles o *conheciam* e, assim, se permitiram *fazer*. Foram autônomos de suas práticas, a partir de suas próprias culturas. “É neste sentido que

uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade” (FREIRE, 1996, p. 41).

Nos dias atuais, depois desta experiência na socioeducação, posso dizer que o novo modelo de escola que ali está sendo implementado possui, dentre outros, o diferencial de ser uma proposta de uma educação integral. Desejo que por meio dela, os jovens privados de liberdade possam receber uma educação cidadã e integral, de qualidade, e que tenda a ser ressocializadora, ou seja, socioeducativa. Este modelo, que está em fase de implantação, possui diversos obstáculos que estão sendo enfrentados pela Escola que ali atua.

CONSIDERAÇÕES

A socioeducação é um tema muito pouco falado, estudado e pesquisado. Infelizmente ainda não compõe, por exemplo, os currículos das licenciaturas nas universidades do nosso país. É, de fato, uma realidade esquecida e parece pouco importar. De acordo com Arroyo (2000, p. 23) “[...] a educação é uma concepção de que o ser humano é um sujeito total e integral, enquanto sujeito de conhecimento, de cultura, de valores, de identidade, de memórias, de imaginação”, entretanto, na unidade aqui observada, temos um espaço em que reina a exclusão social, mesmo quando “[...] deveriam prevalecer os direitos sociais, como educação, cultura e lazer, e inclusão num sistema de privação de direitos, de criminalização, de violência, de privação de liberdade, por vezes sem as garantias educativas e sem o devido acompanhamento para a inserção social” (SARTÓRIO; ROSA, 2010, p. 559).

A grande maioria dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa vem de uma realidade extremamente pobre. No contexto educacional, a admissão de que a pobreza e as desigualdades sociais existem pode ser um bom primeiro passo para lidar com tais questões

(ARROYO, 2000). Somente com a compreensão de que estes aspectos estão intrinsecamente ligados à violência, é que talvez a realidade da socioeducação poderá vir a ser transformada efetivamente.

Para além de uma conceituação definitiva, a pobreza engloba hoje um complexo campo dos estudos culturais, educacionais e sociais, não devendo ser tomada somente a partir de um único tópico. As bases materiais, a escassez de condições reais para uma vida digna, tais como moradia, direito de ir e vir e alimentação e a violência são apenas exemplos de como a questão da pobreza pode ser percebida.

Neste sentido, devemos observar que educação e escola não são sinônimos. A escola é sim, essencialmente, um espaço educativo. Mas precisa a cada dia ser repensada e ressignificada. Não devemos desconsiderar as ditas “escolas da vida”, que são fontes inestimáveis de saberes, de culturas, de pontos de vista sobre si mesmo, sobre as múltiplas realidades do mundo. Desta forma, a educação é inerente a vida. A toda hora estamos nos reeducando. Ou melhor, nos “sócio-re-educando”.

Por fim, acredito que é importante ressaltar que nós, sujeitos fazedores da escola, precisamos estar abertos e atentos à observação das diferentes maneiras pelas quais a educação se manifesta. Assim, estaremos realmente aptos a fazer da escola um espaço não somente reprodutor e cristizador de lógicas ultrapassadas, não condizentes com as realidades encontradas, mas sim, um território que aglutine tempos, espaços e formas verdadeiramente expandidas da educação e de processos sócioeducacionais e artístico-educativos.

As vivências da pobreza se manifestam nos corpos precarizados de crianças e adolescentes, que chegam às escolas já condenados precocemente a vidas fragilizadas pela desnutrição e pela fome. Desses corpos vêm apelos para que sejam revistos amplamente os currículos, conhecimentos, didáticas e tempos-espacos escolares (ARROYO, 2010, p. 10).

Currículos que não estejam postos de forma a dialogar com as diversas realidades das camadas populares e periféricas acabarão por trazer conteúdos que podem ser parciais ou inteiramente excludentes às pessoas que se encontram em situação/situações de pobreza. É preciso que os currículos abranjam também as realidades socialmente excluídas e/ou que estejam estruturados de forma a abranger as realidades locais, em suas múltiplas formas de concretização. Pois, currículos moralizantes não contribuem para a boa formação e desenvolvimento pleno de alunos pobres ou de socioeducandos. Pelo contrário, os distanciam do lugar da aprendizagem e dos demais fatores com os quais deve estar comprometida a escola e sua equipe, sobretudo, os professores, pois “Os corpos precarizados provocam questionamentos à ética profissional, escolar e curricular, e estimulam outras pedagogias, outra ética gestora e docente” (ARROYO, 2010, p. 33).

A arte parece, portanto, ser um interessante balizador destas provocações e questionamentos quando compreendida “[...] como um instrumento de produção de significações”, que além de tudo, “[...] é necessária para que se possa intervir, recriar e transformar a realidade” (FACIO; MARCELINO, 2017, p. 1995).

Finalizo este trabalho ressaltando que o ensino de arte, a socioeducação, a pobreza e a desigualdade social ocupam lugares na nossa sociedade completamente marginais, esquecidos, abandonados. Precisamos perceber esses lugares e suas peculiaridades como potências capazes de gerar novos significados e sentidos para aqueles que participam de seus processos, seja como professor, aluno, artista, agente socioeducativo, etc. Pois, não é fácil ser forte na miséria, mas parece ser extremamente necessário. Temos ainda, que lutar cotidianamente para que a transformação social-educativa seja possível, mesmo que minimamente, mesmo que a passos tão curtos. E, estejamos atentos à arte, que não a maltratemos mais, que não a censuremos tanto, que possamos nos permitir aos mais ou menos sensíveis atravessamentos.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- _____. **Pobrezas, desigualdades e educação**. Ministério da Educação: SECADI, Brasília, 2017
- FACIO, Amanda C; MARCELINO, Aquilane B. A arte na educação de jovens e adultos. In: IV Seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação/VI Seminário internacional sobre profissionalização docente. **Anais do EDUCERE**. Curitiba – PR. 28 a 31 de agosto de 2017. Disponível em <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24626_12682.pdf>
- BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2003.
- BISINOTO, C. *et al.* Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. **Psicologia em Estudo (Online)**, v. 20, p. 575, 2016.
- SARTÓRIO, Alexandra T.; ROSA, Edinete M. Novos paradigmas e velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei. In: **Serviço Social & Sociedade**, n.103, p.554-575, USP, 2010.
- FIGUEIREDO, I. M. Z.; SILVA, A. T. . Política de Socioeducação no Brasil: Histórico da sua Constituição. In: XI Jornada do histedbr: a pedagogia histórico-crítica e a educação brasileira - histedopr: 10 anos, 2013, Cascavel - PR. **Anais XI JORNADA DO HISTEDBR/Org.:** Paulino José Orso [Et al]. Cascavel – PR, 23 a 25 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/2/artigo_simposio_2_721_allynethai,s@hotmail.com.pdf>
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ADOLESCENTES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: O REFLEXO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

ULISSES FÉLIX BARBOSA
ufbpsicologo@gmail.com

KILMA CUNHA BARROS
kilmabarros67@gmail.com

CÉLIA REGINA TEIXEIRA
cel.teix54@gmail.com

INTRODUÇÃO

A base futura da nossa sociedade brasileira é a criança e o adolescente, sendo assim tais indivíduos carecem de atenção especial durante essas fases de seu desenvolvimento. Entretanto, temos no Brasil enormes desigualdades sociais que afetam diretamente a população infantojuvenil como, por exemplo, o acesso à creche e a profissionalização. Apesar do país ter legislações avançadas no tocante a criança e ao adolescente, a exemplo da nossa lei maior, a Constituição Federal de 1988 (Constituição Cidadã) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei federal 8.069/1990, muito ainda precisa ser feito em relação a implementação e execução dessas leis.

As desigualdades produzem prejuízos sociais sem precedentes na vida da população brasileira, sobretudo das classes mais pobres, a exemplo do povo negro, crianças, mulheres e adolescentes, em especial os(as) adolescentes em conflito com lei e que em sua maioria têm os seus

direitos sociais violados constantemente, mesmo tendo uma legislação específica que assegura e garante tais direitos.

A Constituição Federal traz em seu artigo 6º que são direitos sociais de todos os cidadãos “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, **a proteção à maternidade e à infância**, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (BRASIL, 1988, p. 18, grifo nosso). Neste contexto, a Constituição é bastante objetiva em relação aos direitos sociais do povo e nos mostra quais são esses. Direitos esses que todos têm desde a maternidade ainda sendo gerado, até a idade adulta.

Seguindo nesse contexto, o ECA em seu artigo 7º nos diz que a população infantojuvenil “tem direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em **condições dignas de existência**”. (BRASIL, 1990, p. 9, grifo nosso). Faz-se necessário por parte do poder público, a criação de políticas públicas consistentes na área da infância, adolescência e juventude como um todo e ainda com o devido aporte de recursos financeiros públicos necessários e suficientes para que essas políticas sejam efetivamente garantidoras de direitos.

Percebe-se dessa maneira, que ambas as legislações supramencionadas têm em seu seio o zelo necessário pelo cidadão infantojuvenil e se mostram em consonância com os direitos, principalmente os sociais de crianças e adolescentes, tendo por finalidade a doutrina da proteção a esses indivíduos, que é a doutrina da proteção integral. Contudo, “mudar a legislação foi um passo importante para garantir direitos a crianças e jovens em situação de pobreza, mas não pode ser o único” (SECADI, 2018, p. 13). É preciso mais, é fundamental ter um novo olhar e que esse, seja mais humano e humanizado para com essas crianças e adolescentes, principalmente com adolescentes que se encontram em conflito com a lei e cumprem algum tipo de medida socioeducativa.

Em relação ao adolescente em conflitualidade com a lei, igualmente temos uma legislação avançada, a 12.594/12, lei do Sistema Nacional

de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Essa lei encontra-se em conformidade com as normativas internacionais acerca dos direitos da população infantojuvenil e dos adolescentes em conflito com a lei. O referido Sistema é um conjunto ordenado por princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo que envolve todo processo de apuração do ato infracional até a execução da medida socioeducativa. O SINASE abrange os sistemas estaduais, distrital e municipais e ainda as políticas, planos, projetos e programas voltados a essa população específica de adolescentes.

As medidas socioeducativas estão previstas no ECA em seu artigo 112, a saber: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços a comunidades, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação (privação de liberdade), sendo essa última a forma mais rigorosa de punir um(a) adolescente pela lei. As medidas de prestação de serviços à comunidade (P.S.C.) e de liberdade assistida (L.A.) são de meio aberto e de responsabilidade dos municípios e as medidas de semiliberdade e internação são de meio fechado tendo como responsáveis os estados.

ADOLESCENTES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

As condições sociais dos adolescentes em conflito com a lei e atendidos pela Escola Estadual Almirante Saldanha são condições, em sua grande maioria, de enorme risco e vulnerabilidade social. Segundo Bronzo (2009, p. 173), “[...] vulnerabilidade relaciona-se, por um lado, com a exposição ao risco e, por outro, com a capacidade de resposta, material e simbólica que, indivíduos, famílias e comunidades conseguem dar para fazer frente ao risco ou ao choque [...]”. Dessa maneira, se pode inferir que esses indivíduos estão expostos, de forma crítica e perigosa,

a diversos riscos e o seu poder de responder a esses, é mínimo tendo em vista suas situações de vida precárias e a baixa escolaridade que detêm.

Tais condições se comprovam devido à ausência de documentação tais como o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e o Registro Geral (RG) e até mesmo de transferência ou histórico escolar quando da sua inserção na escola constando apenas, certidão de nascimento. Outra constatação é a ausência de atendimentos odontológicos e de saúde como um todo quando estavam em liberdade comprovados pelas condições em que chegam ao Centro Socioeducativo e a escola e também a grande defasagem escolar devido à enorme distorção idade/série em que se encontram a maior parte desses adolescentes.

Para o Relatório “A distância que nos une”, somos um dos países com as maiores desigualdades do planeta e os indicadores dessas, são lentes diversas, porém que enxergam a mesma dificuldade, a hierarquização dos grupos sociais e, conseqüentemente, o seu distanciamento. Conquistas foram alcançadas, entretanto estão aquém da efetivação dos direitos assinalados na constituição (OXFAM, BRASIL, 2017). Tendo em vista tamanha desigualdade, se pode afirmar que um dos fatores para sua diminuição é a implementação e execução de políticas públicas de Estado e não de governos para que assim tenham continuidade e auxiliem os cidadãos em suas necessidades, mesmo as básicas até àquelas mais complexas.

Nessa perspectiva se averigua que as condições econômicas são baixas e insuficientes para suprir as necessidades de qualquer ser humano, sobretudo, de indivíduos que se encontram na adolescência e que de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), adolescentes são pessoas consideradas em fase peculiar de seu desenvolvimento e, sobretudo desenvolvimento biopsicossocioespíritual e que estão em busca de identidade pessoal e social.

Desse modo se observa que os pais desses adolescentes, em grande parte, estão desempregados e/ou desempenham funções informais ou estão apenas recebendo algum tipo de benefício social a exemplo do

Bolsa Família. Em conformidade com o Relatório “A distância que nos une”, o combate às desigualdades é necessário tendo em vista as grandes discrepâncias sociais e econômicas que existem no Brasil, pois essas diferenças não são condizentes com as ideias da Constituição Brasileira sob perspectiva alguma. Porém, ao se falar em desigualdades existe muita coisa em jogo (OXFAM, BRASIL, 2017). Assim sendo, se percebe desigualdades sociais em todas as áreas, sobretudo socioeconômicas que afetam os mais pobres e carentes deixando assim, a maior parcela da população Brasileira em situação de vulnerabilidade social.

Diante disso, é relevante lembrar os dados de políticas de assistência social que promulga o número de beneficiados pelos programas bolsa família, erradicação do trabalho infantil, entre outros, quando revela que a maioria dos adolescentes que frequentam a escola em questão, estão inseridos no Programa Bolsa Família. Torna-se eficaz ressaltar que são os pais ou responsáveis que recebem o benefício. Entretanto, alguns desses adolescentes, quando em liberdade, não estavam estudando e por esse motivo estavam suspensos do referido programa e seus pais ou responsáveis não estavam recebendo o benefício desse indivíduo.

Ao cometer o ato infracional, ter sido apreendido e sentenciado por um juiz (a), o adolescente passa a cumprir medida socioeducativa, nesse caso de internação, em uma instituição socioeducativa na qual passa a frequentar a escola da mesma, que é um direito deles, e se consegue reverter à suspensão do benefício, haja vista, que a escola fornece a declaração para os pais que a levam para o programa e com determinado tempo se cessa tal suspensão.

Ao se falar da população infantojuvenil que se encontra em situação de pobreza, várias são as representações sociais dadas à mesma. Marginais, trombadinhas, delinquentes são alguns dos estereótipos atribuídos a esses jovens. Desse modo a sociedade e o poder público encontra como resposta a repressão, coerção e punição para lidar com esses indivíduos (SECADI, 2018). Entretanto, essa solução repressivo-punitiva encontrada pelo Estado não tem se constituído eficiente muito menos efetiva, uma vez

que os índices de atos infracionais aumentam a cada ano e sendo assim, conseqüentemente, as unidades socioeducativas apresentam superlotação na maior parte do país.

É preciso investir de forma qualitativa em educação e na formação/capacitação de seus profissionais, especialmente professores e gestores como também na estruturação das escolas. E ainda, investimentos em equipamentos públicos de qualidade como praças, teatros, centros de cultura e recreação para proporcionar esporte, cultura e lazer para essa população infantojuvenil menos privilegiada.

Para a SECADI (2018), não é uma tarefa fácil para a escola e seus profissionais não se contaminarem por tais representações sociais da pobreza. “Difícil não ver crianças, adolescentes e jovens pobres como seres destituídos de valores, preguiçosos, sem dedicação ao estudo, indisciplinados até violentos. As representações sociais pesam sobre as representações pedagógicas” (SECADI, 2018, p. 11). Percebe-se que é bastante complexo não pensar de maneira preconceituosa e moralista, mesmo aqueles que trabalham na educação, quando se trata de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias que se encontram em condições de pobreza, principalmente os que estão em extrema pobreza e precisam estudar.

Para o Estado brasileiro, atualmente, a situação de pobreza configura-se por uma renda familiar mensal de no máximo R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais) e de até R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), renda familiar mensal, para a condição de extrema pobreza, ambas tendo esses valores como renda *per capita* (BRASIL, 2018).

No entanto, definir pobreza e extrema pobreza, não é algo tão simples assim. Ambas, são um fenômeno complexo de se estudar e que se pode analisar e conceitualizar através de diversos fatores, dentre eles econômicos, sociais, estruturais, educacionais e até de acordo com o juízo de valores que fazemos das coisas e das pessoas.

A pobreza pode ser ainda, uma condição social que está intimamente relacionada à negação de direitos humanos básicos que todos necessitam

para viver em um ambiente que seja minimamente saudável para garantir assim condições de bem-estar social.

EVASÃO, FREQUÊNCIA E RENDIMENTO ESCOLAR

Os indivíduos que são atendidos pela Escola Estadual Almirante Saldanha são adolescentes com problemas perante a lei e que estão cumprindo medida socioeducativa de internação (privação de liberdade). Devido a essa especificidade, não existe a possibilidade de evasão escolar a não ser em casos excepcionais como, por exemplo, fuga ou uma medida de segurança para o adolescente. No entanto, se averigua em documentos que quando os mesmos se encontravam em liberdade, havia um índice elevado de evasão escolar devido a diversos problemas e dificuldades encontrados por esses em suas famílias, nas escolas e também por envolvimento com drogas.

Segundo dados do Relatório “A distância que nos une”, no Brasil, o ensino fundamental teve uma taxa de 76% de conclusão, já no ensino médio esse número caiu para 59%. Isso significa que de cada 10 jovens, entre 15 a 19 anos de idade, quatro não terminam o ensino médio. Outro dado importante do relatório é a taxa de abandono escolar sendo a mesma mais elevada no ensino médio (6,8%), seguida dos anos finais do ensino fundamental (3,2%) (OXFAM, BRASIL, 2017). A maioria dos adolescentes que são atendidos pela escola Almirante Saldanha está no ensino fundamental e uma pequena parcela no ensino médio. Alguns não sabem nem ler nem escrever e apenas escrevem seu nome, mostrando assim a defasagem no ensino/aprendizagem da educação brasileira.

Segundo a SECADI (2018, p. 11), “Enquanto a pobreza for pensada como uma questão moral, os currículos para os(as) pobres continuarão sendo pensados para moralizá-los(as), não para garantir o direito deles(as) ao conhecimento, às ciências e às tecnologias”. Faz-se importante repensar o conceito de pobreza posto e enraizado em nossa sociedade, machista

e patriarcal, para que não se caia em questões morais e se atribua tão somente a essas, os aspectos da pobreza e assim consequentemente fazer uso da negação de direitos, prática comum e usual, desde sempre, em nossa sociedade.

Existe assiduidade dos adolescentes na escola Almirante Saldanha, entretanto a mesma apresenta problemas estruturais como salas pequenas, poucos espaços para desenvolver outras atividades escolares, vazamentos, portas e trincos quebrados, falta de ventilação adequada, banheiros e móveis escolares em péssimas condições. Entretanto, um aspecto que impacta bastante nessa questão da frequência é a rivalidade existente entre as facções, devendo haver todo um trabalho logístico e de segurança para que os adolescentes que se consideram rivais não fiquem na mesma sala de aula ou próximos uns dos outros para não se agredirem ou entrarem em algum tipo de conflito. Portanto, essa rivalidade de facções atrapalha diretamente na frequência dos adolescentes que posteriormente ocasiona problemas no rendimento escolar.

O rendimento escolar desses adolescentes ainda não se faz satisfatório, devido a dificuldades estruturais, logísticas e de segurança e em virtude de terem ficado fora de sala de aula, quando em liberdade, durante algum tempo. Dessa maneira, sabe-se que a infrequência escolar pode prejudicar diretamente no rendimento desses indivíduos. E ainda devido ao fato de estarem matriculados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo essa modalidade para indivíduos que se encontram em defasagem escolar.

De acordo com o Relatório “A distância que nos une”, as barreiras educacionais afetam em maior proporção a juventude negra e pobre. Dificuldades como anos de estudos abaixo da média, evasão escolar e problemas de acesso à universidade mostram-se mais elevados para essa população específica que se encontra, em sua maioria, em vulnerabilidade e risco social (OXFAM, BRASIL, 2017). Infere-se dessa forma, que essa vulnerabilidade e risco social provêm das imensas desigualdades que

temos, especialmente no aspecto educacional atingindo diretamente os estratos sociais menos abastados e privilegiados.

A ESCOLA: SUA CONTEXTUALIZAÇÃO

A Escola Cidadã Integral Socioeducativa de Ensino Fundamental e Médio Almirante Saldanha tem sua sede no interior do Centro Educacional do Adolescente (CEA) que se localiza na Avenida Santa Bárbara, s/n, no bairro Jardim Cidade Universitária, João Pessoa – PB. A referida instituição escolar possui três anexos, sendo um deles dentro do Centro Socioeducativo Edson Mota (CSE), em que foi realizado esse estudo, com localização à Rua Severino Macena Dantas, Mangabeira VIII, João Pessoa-PB. O CSE é uma instituição subordinada a Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (FUNDAC). A referida Fundação é um órgão da administração indireta do estado da Paraíba responsável pela política de socioeducação e, conseqüentemente, pelas medidas socioeducativas no estado.

Em seu quadro de servidores no anexo do CSE, a escola conta com 25 professores, dois auxiliares de serviços, dois técnicos administrativos, um coordenador pedagógico e um diretor e igualmente um vice-diretor. Todos esses profissionais são ligados a Secretaria de Educação do estado da Paraíba, sendo alguns contratados e outros que passaram por um processo de seleção. O espaço físico é composto por oito salas de aula, sendo uma para reforço diário para aqueles que têm algum tipo de dificuldade na aprendizagem, três salas de apoio, uma biblioteca e oito banheiros.

Atualmente, o anexo da escola atende a um público de aproximadamente 170 alunos entre 12 a 17 anos, porém esse número é dinâmico devido à rotatividade, entradas e saídas, de adolescentes na unidade socioeducativa (CSE). A instituição escolar funciona de forma integral na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e aqueles que estudam em um turno fazem atividades outras no contra turno

escolar. Essas são oficinas de artes, leitura, música, atividades físicas e projeto de vida e ainda têm as disciplinas eletivas com temas diversos como sexualidade, meio ambiente, trabalho e profissionalização entre outros. Os alunos são distribuídos em sete turmas cada turno e em seis ciclos, do I ao VI, de acordo com a série em que estudavam quando da sua apreensão comprovada por documentação escolar.

No entorno da escola temos um complexo de presídios públicos estaduais sendo eles: Desembargador Silvio Porto, Penitenciária Feminina Maria Júlia Maranhão e o Presídio de Média Segurança Juiz Hittler Cantalice. Como podemos perceber a escola está localizada em um local totalmente inadequado, pela proximidade com esses presídios o que facilita a comunicação entre alguns presidiários e os adolescentes que estão cumprindo a medida socioeducativa de internação (privação de liberdade). Essa comunicação entre eles gera muita insegurança para todos, inclusive para alguns dos adolescentes e ainda ocasiona comandos de alguns presidiários para que os socioeducandos se rebelem ou façam algum tipo de tumulto na unidade em que cumprem sua medida por motivos diversos.

Todo esse cenário cria insegurança e medo tanto nos profissionais da escola quanto da unidade socioeducativa e esses, não conseguem desenvolver suas atividades de forma salutar e positiva perante essa realidade, pois sempre estão assustados e temerosos de que alguma rebelião ou motim aconteça como em outrora já ocorreu.

Vale salientar que o documento “Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE”, elaborado em 2006 pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos juntamente com o CONANDA, veda a construção de unidades socioeducativas em espaços contíguos as unidades prisionais ou qualquer outra forma de integração entre esses equipamentos. Como podemos analisar uma total ausência de observância e respeito para com um documento que orienta e direciona o que deve ou não ser feito em relação ao tema.

OS PROGRAMAS SOCIAIS: INCLUSÃO E MUDANÇAS NA CONDIÇÃO DE VIDA

Em entrevista a algumas mães dos adolescentes da escola, em dia de visita na instituição CSE, a maior parte delas relatou que houve uma mudança na condição de vida desses indivíduos. E essa mudança se dá nas condições econômicas e financeiras da família tendo em vista que o benefício (Bolsa Família) ajuda na compra de material escolar, vestuário, calçado e ajuda também na questão de pagar passagem para irem visitar os filhos na unidade socioeducativa na qual estão cumprindo medida de internação. Porém, grande parte verbalizou que a ajuda maior do benefício acontece no pagamento de contas como água e luz e na compra de gás e alimentação. Então, é possível verificar que a transferência de renda pelo programa, auxilia a família como um todo diminuindo assim o risco social e melhorando a qualidade de vida de todos.

Os programas sociais costumam ser vistos, na maioria das vezes, como instrumentos que desestimulam os indivíduos a não se esforçarem em busca de estudos e capacitações. E a escola e seus profissionais encontram resistência em ter uma relação dialógica com esses programas para assim fortalecê-los, pois tendem a não aceitar os determinantes sociais, mas apenas a ver o comportamento positivo do sujeito como aquele que define sua condição social. Baseado num olhar reduzido da sociedade a uma soma de pessoas, o histórico social é limitado a uma visão individualista escolar tendo como parâmetro aos que se esforçam o êxito e aos que não, o fracasso (SECADI, 2018). Sendo assim, se percebe que a visão social por parte daqueles que trabalham na área da educação é de certa forma limitada e preconceituosa tendo em vista que muitas vezes não leva em consideração a trajetória de vida do indivíduo e de sua família e o ambiente social em seu entorno.

Os cortes nos programas trazem prejuízos, sobretudo sociais, para a população que mais necessita e que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Spasati (2009, p. 35) diz que a vulnerabilidade “[...]”

deve ser tomada sempre relacionada a algo, no caso, a um agravamento na forma de ocorrência de um risco social”. Nesse contexto, a retirada de verbas públicas em programas, projetos, serviços e benefícios sociais afeta diretamente na vida das famílias mais desprovidas socialmente, o que pode agravar ainda mais episódios de risco social das mesmas.

Tais prejuízos se configuram numa estrutura ainda mais deficitária, dos equipamentos públicos sociais, ausência de capacitações e formações continuadas para as equipes dos mesmos, falta de investimentos na área e o enfraquecimento dos sistemas sociais a exemplo do SUS, SUAS em detrimento do fortalecimento e crescimento do setor privado, o que causa impacto direto nas famílias e indivíduos de menor renda e ainda mais, nos que estão desempregados.

Sendo assim, “os gastos sociais, se aplicados de maneira justa, redistribuem renda, riqueza e serviços essenciais [...] **Limitar gastos sociais significa limitar a redução de desigualdades**”. (OXFAM, BRASIL, 2017, p. 59, grifo nosso). Depreende-se assim, que os investimentos em políticas públicas sociais são relevantes, pois contribuem para uma sociedade menos desigual e mais justa socialmente. Por outro lado, quando há a diminuição desses investimentos, existe o aumento das desigualdades sociais em todos os aspectos possíveis, sobretudo socioeconômicos.

CONSIDERAÇÕES

Atualmente, a situação econômica e política do país não são das melhores e traz em si instabilidade em nosso panorama social. O debate acerca dos temas da educação, pobreza e desigualdade social são sempre relevantes para toda a sociedade brasileira tendo em vista que necessitamos qualificar e melhor estruturar nossa educação, para assim atenuar gradualmente a desigualdade social e conseqüentemente a pobreza que assola nosso país, sobretudo em relação a adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, indivíduos esses que têm os seus

direitos violados sistematicamente mesmo possuindo uma legislação própria que lhes amparam.

Esses adolescentes vivem em condições de enorme precariedade social sem o aparato necessário do poder público, deixando-os assim vulneráveis a riscos sociais como falta de documentação e um baixo nível de escolarização. Tais riscos não atingem apenas os(as) adolescentes, como também suas famílias e toda a comunidade em que estão inseridos. É preciso políticas públicas robustas e efetivas, em especial na área da educação, para tirá-los dessa situação de fragilidade socioeconômica e assim alcançar êxito, como também é necessário à inserção de seus familiares em programas continuados de capacitação e oferta de emprego. Porém, nossas políticas têm se mostrado frágeis em face dessa realidade de pobreza e desigualdade social.

Temos legislações pertinentes que versam acerca dos direitos de adolescentes que se encontram em problemas com a lei e essas, garantem um melhor atendimento e tratamento para essa população específica como no caso da educação e saúde. Contudo, apenas a legislação não tem se mostrado suficiente para garantir e assegurar tais direitos, é preciso enxergar de forma holística esses indivíduos para assim resolver de maneira mais igualitária e equânime essas distorções. Diante disso, uma solução é trabalhar preventivamente com políticas de inclusão, cursos profissionalizantes, distribuição e geração de renda e, sobretudo, educação de qualidade para esses adolescentes e suas famílias.

A educação deve sempre ser um dos principais instrumentos e pilares na busca de garantir melhores perspectivas e oportunidades na vida desses adolescentes para assim existir redução nas vulnerabilidades e nos riscos sociais que os envolvem. Porém, a educação no Brasil tem se mostrado assimétrica entre as classes sociais, o que acaba por contribuir com a desigualdade social que se apresenta de forma crônica, acima de tudo na efetivação de direitos dos que mais necessitam. Portanto, o problema é real sendo de responsabilidade de todos, poder público e

sociedade em geral, buscar soluções no curto, médio e longo prazo para que tal problema não se aprofunde ainda mais.

Diante de tudo que foi posto, continuar com a discussão sobre esses temas na academia e na sociedade também é um aspecto relevante para que sejam mais bem trabalhados e aprofundados e não caiam em esquecimento. Para isso, mais estudos e pesquisas precisam ser realizados com a finalidade de que novas soluções e respostas sejam encontradas para se combater de maneira veemente tais mazelas da nossa sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. In: BRONZO, Carla. **Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. p. 171-197
- _____. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. In: SPOSATI, Aldaíza. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: Concepções fundantes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. p. 13-55
- _____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.
- _____. Decreto nº 9.396, de 30 de Maio de 2018. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, para reajustar valores referenciais de caracterização das situações de pobreza e de extrema pobreza e os de benefícios do Programa Bolsa Família. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9396.htm#art1. Acesso em: 23 jun. 2018, 11:33.
- _____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistência da pobreza**. Brasília: MEC, 2018. Módulo I, 85 p.
- _____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização,

Diversidade e Inclusão (SECADI). **Pobreza, desigualdades e educação**. Brasília: MEC, 2018. Módulo Introdutório, 37 p.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: 1990.

_____. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006. 100 p.

OXFAM BRASIL. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. **Relatório da OXFAM BRASIL sobre desigualdades**. São Paulo, 2017. 98 p.

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO MEIO DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

VANGÉSSICA DE LIMA
van_gessica@hotmail.com

WELLINGTON PEDRO DA SILVA
pedro34cdc@gmail.com

FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS
francym@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Atualmente estamos passando por mudanças significativas nas mais variadas esferas sociais. Tais mudanças acabam por influenciar a maneira como se vê e se faz a educação, o que leva as escolas a se articularem de maneira a promover uma educação que vise o desenvolvimento pleno do indivíduo, assim como ressalta a Constituição Federal em seu artigo 205.

No Brasil, cerca de 44% das pessoas que frequentam o ensino fundamental nas escolas públicas vivem em condições de pobreza, assim como destaca Duarte (2012), a maioria desses estudantes são da região Nordeste. Arroyo (2015) afirma que o ambiente escolar abriga meninos

e meninas pobres, o que exige que esse espaço seja capaz de ofertar a esses educandos oportunidades e experiências capazes de suprir suas necessidades, diante da precariedade em que vivem.

Logo, nesse trabalho iremos nos referir ao Projeto Político Pedagógico como uma possibilidade de formação de uma nova escola, com perfil transformador, capaz de sensibilizar-se diante da pobreza e da desigualdade social que vitima grande parte da população brasileira.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), o Projeto Político Pedagógico tornou-se obrigatório em todas as instituições escolares. Em seu artigo 12, a LDBEN afirma que “Os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. O que dá liberdade e autonomia às escolas de construir uma proposta de acordo com sua realidade e necessidades de seu público.

A realidade de nosso sistema educacional precisa melhorar para se adequar à realidade local e assim ter bons resultados quanto ao processo de ensino – aprendizagem de seu público. Um dos documentos primordiais para que haja uma boa execução de todos os processos educacionais é o Projeto Político Pedagógico – PPP, que deve ser utilizado como um instrumento norteador para guiar as ações que a escola promoverá durante todo o ano letivo. Para Vasconcellos (1995):

Projeto Pedagógico é um instrumento teórico – metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição. (VASCONCELLOS, 1995)

O Projeto Político Pedagógico é uma das ferramentas mais importantes e fundamentais para a construção da identidade de uma escola, fazendo com que cada uma exercite seu direito à diferença, à

singularidade e à transparência. Esse documento deve contar com a participação de toda comunidade escolar em seu processo de construção, o que lhe garante autonomia e fortalece sua estrutura como um todo.

Diante dessa conjuntura, as indagações que nortearam este trabalho foram: qual a relevância do Projeto Político Pedagógico para a efetiva mudança da realidade da comunidade escolar? Quais os desafios e perspectivas da escola frente a esse processo? Em decorrência desses questionamentos, a pesquisa teve como objetivo principal discutir e levar os leitores a refletirem sobre a importância do PPP nas instituições de ensino e suas implicações sociais para o público escolar e principalmente reconsiderar a forma como se organiza a escola para os educandos que enfrentam a pobreza e a desigualdade social.

A experiência como professor(a) e pesquisador(a) nos motivou a refletir sobre a relevância do PPP como identidade escolar e agente transformador. Dessa forma, o presente trabalho constitui-se em um estudo bibliográfico, no qual buscamos discutir as relações entre a transformação da comunidade escolar e a resignificação social da escola, tendo como alicerce dessa pesquisa a reflexão sobre o PPP como instrumento capaz de levar o reconhecimento das desigualdades existentes em nosso meio.

Para Silva e Menezes (2001), pesquisar é procurar respostas para questões propostas. Assim, nosso trabalho foi realizado tomando como base uma técnica metodológica de cunho qualitativo, a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre as principais considerações de autores/as como, Garcia *et al* (2017); Arroyo (2010); Vasconcelos (1995); Veiga (1995); Nogaro (1995), além das discussões, pesquisas, bibliografias e discussões realizadas através dos fóruns do curso Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

A ESCOLA FRENTE À POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

O conceito de pobreza deve ser compreendido num contexto social, econômico, histórico e cultural. Sendo assim, defini-lo é uma tarefa complexa. A pobreza está relacionada com a falta ou a má qualidade da educação e das políticas públicas ocasionando vulnerabilidade, ou seja, a falta de qualidade na saúde, nos transportes, moradia, na falta de recursos, na privação de lazer, e com isso nos deparamos com a exclusão social.

A escola enquanto instituição de ensino tem suas práticas delimitadas de acordo com a sociedade na qual está inserida. Esta sofre influências de seu meio, mais precisamente da classe dominante, que acaba por ditar o que se ensina, moldando conhecimentos para atender as demandas capitalistas. Garcia *et al* (2017) afirmam que, mesmo diante das influências do meio capitalista, a diversidade neste ambiente é perceptível a todos, principalmente por se tratar de um ambiente social de troca de experiência e rica em conhecimentos. Para os autores, a escola

É o espaço mais amplo conhecido pela criança, que vai mais além do convívio familiar, e assim, quem por ela passa, vislumbra um contato com a diversidade existente no ‘mundo’. Como uma instituição social, a escola é perpetuadora e reprodutora das máximas que naturalizam sem reflexão as mazelas da sociedade [...] (GARCIA *et al* p. 29).

Garcia *et al* (2017) chamam a atenção para o fato de que mesmo a escola sendo um espaço plural, de “encontro entre iguais e diferentes”, o que consequentemente acaba por possibilitar a convivência entre diferentes grupos, ela acaba por deixar a desejar no que se refere a abordar temáticas que tenham como foco a desigualdade social, o que deveria ser diferente, uma vez que como instituição formadora que é, deveria proporcionar momentos de reflexão.

A ação de inserir no PPP da escola abordagens que tratem das desigualdades e pobreza torna-se um percurso para uma educação emancipadora como meio de efetivar a construção de uma escola capaz de atender a todos os públicos de forma igualitária, atendendo a necessidades e se fazendo democrática.

O Projeto Político Pedagógico é um dos mais relevantes meios de articulação e planejamento das escolas. Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, tornou-se obrigatória a elaboração do PPP em todas as instituições de ensino. O PPP tem como objetivo nortear as ações, metas e as práticas voltadas ao processo de ensino desenvolvidas pelas escolas, apoiando-se na realidade da clientela escolar. Assim, cada escola é responsável pela construção de uma identidade própria, como ressalta a LDBEN em seu artigo 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas particularidades e conforme os seguintes princípios: I- Participação dos professores da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola; II- Participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes.

O PPP deve ser um referencial que guie todas as ações educativas da escola, logo para ser de fato um projeto coletivo, sua elaboração necessita da participação de todos que compõem a comunidade escolar, o que ainda é um grande desafio para muitas escolas em nosso país. Para Veiga (2003):

Sob essa ótica, o projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a

construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos, assim destaca (VEIGA, 2003, p. 275).

Para isso é necessário muito trabalho articulado e sistematizado, como já destacava Vazquez (1977), ao debater sobre a rotina escolar como ação transformadora. Este autor já alertava sobre a necessidade de ações propositalmente organizadas e planejadas para a realização de práticas que realmente sejam efetivadas e leve a comunidade escolar a transformar-se e caminhar rumo a formação sócio cultural diferenciada de seus educandos. Em outras palavras, uma educação que vise o educando como protagonista de sua história, capaz de enxergar-se como agente transformador e capaz de ser e fazer a mudança. Para Vazquez, 1977:

Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação: tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação (VAZQUEZ, 1977, p. 207).

Se a escola não acolhe a realidade local, fechando os olhos para tais problemas como a desigualdade e a pobreza, nunca será iniciado uma conversa neste ambiente, retardando ainda mais esse processo de ressignificação da escola enquanto espaço emancipador. Muitas instituições de ensino têm visto o PPP apenas como uma obrigação imposta pela lei, não havendo um incentivo para a construção coletiva deste documento. É necessário transcender o que se faz obrigação para levar a escola a vivenciar a autonomia e enxergar seu potencial transformador, estimulando e assegurando a participação de todos que fazem parte desse ambiente.

Hoje, nossos educandos precisam de uma educação que tenha como finalidade a quebra de estereótipos criados pela sociedade e seus preconceitos, que seja capaz de fazer aflorar em sua comunidade a vontade de mudar e avive a força da transformação. Mas, para isso, precisamos repensar o PPP e vê-lo como instrumento capaz de possibilitar essa transformação, tendo em vista que a escola deve ter como princípio a ação de ensinar a vencer desafios.

CONSIDERAÇÕES

Estudar questões sociais tão relevantes como a pobreza e a desigualdade social me levou a refletir profundamente sobre meu papel enquanto educadora e me trouxe novas perspectivas perante meu trabalho, além disso, levou-me a entender como tais temáticas relacionadas com a educação e organização escolar podem mudar a forma de fazer educação, agindo sobre as desigualdades e transformando realidades.

As reflexões proporcionadas pelas vivências do curso me ajudaram a compreender como problemas sociais se formam e como se espalham de forma tão negativa em nossa sociedade. Percebi o quanto somos passivos diante de questões que fazem parte de nosso cotidiano, muitas vezes por acomodação ou por achar que nada vai mudar. É certo que a educação não acaba com a pobreza, mas a educação quando aliada a políticas que visem o tratamento de tais temáticas dentro da escola, buscando refletir e levar sua comunidade a refletir junto em busca de soluções e meios de melhor atender as necessidades locais, pode proporcionar aos educandos um melhor desenvolvimento e formação cidadã.

As práticas e políticas educacionais tem sido foco de muitas pesquisas que buscam meios para fazer uma nova escola, com perspectivas e visões transgressoras diante da pobreza e da desigualdade pela qual boa parte de nossa população passa ainda nos dias de hoje. Cada vez mais se discute a necessidade de melhorar a qualidade da educação no país,

uma vez que o fracasso escolar está relacionado também as dificuldades que a rede de ensino tem em construir políticas capazes de sanar tais necessidades.

É a partir do convívio no ambiente escolar que o indivíduo tem maiores condições de desenvolver-se cognitivamente e criar condições de formar princípios e convicções que irão lhe despertar para a diversidade de relações existentes no mundo que o rodeia. O domínio da língua oral e escrita é primordial para a participação do sujeito em seu meio social, uma vez que é através dela que ele poderá se comunicar, ter acesso a informações, expressar-se e defender seus pontos de vista.

A escola, como um ambiente que tem como responsabilidade, em conjunto com a família, a formação do indivíduo cidadão, conhecedor de seus direitos e deveres, capaz de atuar em seu meio em busca de transformações, tem como dever buscar meios que façam de sua instituição um ambiente transformador, capaz de levar seus educandos/as a refletirem sobre a essência das coisas.

Vivemos numa sociedade contemporânea onde estar inserido no mundo letrado é fundamental para ser um profissional competente e exercer de forma plena a cidadania. A escola, como um ambiente que tem como uma de suas funções apresentar o indivíduo a este mundo, deve proporcionar experiências concretas para seus educandos. Para isso, é preciso que os professores assumam um papel de mediadores e que estejam na constante busca do saber, principalmente quando o mesmo atende à uma clientela cuja condições de vida são precárias e muitas vezes não lhe resta tantos motivos para frequentar a escola a não ser uma renda cedida por algum programa social.

Trabalhar a relação entre a educação, pobreza e desigualdade social no âmbito escolar garantirá não só aos educandos, mas a toda escola, uma educação capaz de desenvolver indivíduos conscientes e críticos, capazes de interpretar e compreender as situações que vivenciam e aproveitar-se dessas experiências para assimilar novos conhecimentos, construindo novas concepções de mundo.

Portanto, concluímos que, quando a escola se apropria de políticas e organiza-se de forma a atender seu público, visando as características e necessidade do mesmo, fazendo-se efetivamente democrática através das práticas pedagógicas, ela não se torna apenas uma escola formadora de indivíduos letrados e alfabetizados, mas torna-se um ambiente capaz de transmitir a seus educandos, e conseqüentemente a toda comunidade escolar, novas possibilidades, valores e convicções e a capacidade de refletir sobre suas atitudes e os impactos de seus atos para sua própria história e a de seu meio.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Revista Educação e Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1.381-1.416, out./dez. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº. 9.394/96. Brasília, 1996.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. v. 2, Brasília, 1997
- GARCIA, Adir; *et al.* (organizadores). **Formação em educação, pobreza e desigualdade social**. 1 ed. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017.
- NOGARO, Arnaldo. Reflexão Sobre Pressupostos Que Norteiam o Projeto Político-Pedagógico da Escola. *Perspectiva*. Erechim. V.19, nº 67 - 74, setembro 1995.
- VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.
- VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995. p. 11-35.

INSERÇÃO DO ATENDIMENTO DE ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO BF NUMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

WILDERLANE COSTA DE OLIVEIRA
wilderlane06@gmail.com

ELIANA SHIRLEY DO NASCIMENTO LISBOA
shirleylisboajp@gmail.com

CÉLIA REGINA TEIXEIRA
cel.teix54@gmail.com

PRIMEIRAS PALAVRAS

Ao ler o título deste trabalho você certamente deve ter se questionado sobre o porquê do termo “inserção do atendimento de alunos com deficiência” ao invés de “inclusão de alunos com deficiência”.

Para responder a tal premissa precisamos compreender a relação e diferença entre inserir e incluir. Inserir consiste em colocar no meio de outros, permitindo o acesso. Já a inclusão consiste na ideia de todos terem acesso as mesmas experiências e aprendizagens, eliminando os obstáculos que limitam a aprendizagem e participação no processo educativo.

O acesso a educação, atualmente, está garantido a todos, mas será que a equidade de direitos está sendo realmente efetivada? Até que ponto as matrículas e o atendimento educacional especializado nas escolas da rede municipal de ensino de João Pessoa proporciona a concretude da inclusão escolar?

Diante do exposto verificaremos a evolução do número de matrículas de alunos especiais em uma escola e o processo de implantação e atuação da sala de atendimento educacional especializado, pontuando os avanços e entraves que ocorre nesse aporte a educação inclusiva.

Inicialmente faremos uma abordagem sobre a escola e sua constituição, passando para dados sobre a comunidade escolar e seus dados estatísticos para, enfim, explanar o direcionamento do atendimento educacional especializado na escola.

Tal abordagem tem por objetivo exemplificar que a educação em nossa rede de ensino, assim como em nosso país, ainda está em processo de implantação. São muitos os desafios para atingir uma educação inclusiva plena e livre de preconceitos, reconhecendo e valorizando as diferenças.

A ESCOLA E SUA CONSTITUIÇÃO

A escola pesquisada faz parte da rede municipal da cidade de João pessoa e é denominada de EMEF Américo Falcão. Fundada em 1966, localizada no bairro do Cristo, atendendo a este bairro e comunidades adjacentes, como o Vale das Palmeiras, Bela Vista, Samaritano e Cangote do Urubu. Trata-se de uma escola pequena e que atua apenas na primeira fase do ensino fundamental, ou seja, do 1º o 5º ano e uma turma piloto de pré II e acelera. Atende atualmente 293 alunos distribuídos no turno da manhã e tarde. Tendo como observação que neste ano está ocorrendo um processo de implantação de uma turma do pré II e do programa acelera, antes não existente na escola, visando uma melhor cobertura das necessidades da comunidade.

A comunidade atendida é essencialmente carente, proveniente de famílias em que os pais são trabalhadores do comércio informal e formal, da construção civil e de desempregados. Das famílias atendidas pela escola há, atualmente 111 alunos beneficiários do Programa Bolsa

Família, sendo 04 alunos acompanhados pelo Conselho tutelar da região por questões de maus tratos.

Das famílias, da escola, assistidas pelo Programa Bolsa Família, verifica-se em uma abordagem geral, que o dinheiro adquirido passou a integrar a renda das famílias de forma a auxiliá-las a terem melhores condições de vida. Ressalta-se, no entanto, que existem algumas famílias que está sobrevivendo quase que exclusivamente do dinheiro recebido pelo Bolsa Família, onde os responsáveis estão desempregados e só conseguem alguns trabalhos temporários e pouco remunerados.

Quanto ao corpo técnico-administrativo, constitui-se por uma diretora geral, duas diretoras adjuntas, uma orientadora educacional, duas supervisoras pedagógicas, uma psicóloga escolar, uma assistente social, treze professoras polivalentes, dois professores de artes, uma professora de ensino religioso, dois educadores físicos, uma professora da sala de recursos, uma inspetora, quatro secretários escolares, dois monitores de informática, uma assistente de sala, quatro cuidadores, três merendeiras, seis auxiliares de serviço e dois porteiros.

No que concerne a sua estrutura física, a escola possui uma secretaria, uma direção, 08 salas de aula, 01 laboratório de informática, 01 sala de leitura, 01 sala dos professores, 01 sala de AEE, 01 sala de especialistas, 01 quadra poliesportiva, 07 banheiros (sendo 02 adaptados), 02 rampas de acesso, 01 cozinha, 01 refeitório, 01 almoxarifado, 01 dispensa e 01 jardim.

A COMUNIDADE ESCOLAR E SEUS DADOS

De maneira geral, a escola apresenta um bom índice de frequência e rendimento escolar, tendo por consequência um índice de evasão escolar bem pequeno.

Segundo as projeções do IDEB, a escola obteve no ano de 2015 o índice de 4.9 superando o índice de 4.7 determinado pelo MEC para

o referido ano. No entanto, há a preocupação em sempre melhorar a qualidade dos processos educativos e se reduzir o quantitativo de alunos retidos por turmas, uma que a escola apresenta uma média de três alunos retidos por turma anualmente.

Entre as estratégias apresentadas está a busca da participação da família na escola, seja através da frequência nas reuniões bimestrais, seja nos conselhos escolares e nas demais atividades educativas que são desenvolvidas na escola no decorrer do ano. Sobre essa participação da família na escola, PORTELA e PORTELA (2009, p.156) afirmam que:

Trata-se, então de buscar fazer com que a família se perceba como participante do processo educacional, uma vez que ela pode contribuir com aspectos fundamentais durante o tempo que a criança passa sob sua influência, sem, no entanto, ter a pretensão de substituir o lugar da escola.

Tais índices ocorrem devido o acompanhamento e contato permanente da escola e sua equipe com as famílias e, em casos graves, com o acionamento do conselho tutelar da região. Assim como do comprometimento dos profissionais com o processo ensino-aprendizagem, uma vez que o controle é feito periodicamente e se é realizado contato e convocação dos responsáveis pelas crianças através de meios escritos e ligações telefônicas efetuadas dos telefones particulares de cada profissional da escola, visto que a maioria dos contatos são de números de telefonia móvel e o telefone da instituição não realiza esse tipo de ligação.

A título de exemplificação do índice de frequência e rendimento escolar, segue planilhas com o demonstrativo do ano de 2017.

Quantitativo de turma, alunos retidos, transferidos e desistentes:

TURNO DA MANHÃ				
TURMA	Total de Alunos	Alunos retidos	Alunos transferidos	Alunos desistentes
1° A	19	03	04	00
2° A	22	02	03	00
3° A	26	03	01	00
4° A	26	03	04	00
4° B	25	00	03	00
5° A	30	03	00	00
TURNO DA TARDE				
TURMA	Total de Alunos	Alunos Retidos	Alunos transferidos	Alunos desistentes
1° B	16	00	00	00
2° B	24	02	03	01
3° B	31	03	02	00
4° C	29	02	00	00
5° B	25	04	00	00
5° C	25	05	00	00

Frequência escolar no ano

QUANTITATIVO DE ALUNOS POR PERCENTAGEM						
TURMAS MANHÃ	Nº alunos	< 70%	71 % a 80%	81 % a 90%	91 % a 99%	100%
1° A	19	01	01	03	09	05
2° A	22	00	05	03	06	07
3° A	26	01	00	05	13	07
4° A	26	01	02	00	15	08
4° B	25	00	02	06	08	09
5° A	30	00	02	08	05	15
QUANTITATIVO DE ALUNOS POR PERCENTAGEM						
TURMAS TARDE	Nº alunos	< 70%	71 % a 80%	81 % a 90%	91 % a 99%	100%
1° B	19	00	00	04	06	09

2º B	22	00	01	01	10	10
3º B	26	00	00	05	13	08
4º C	26	00	04	02	15	05
5º B	25	01	01	08	11	04
5º C	30	00	01	03	16	10

Através dos dados apresentados nas tabelas, percebe-se que a escola apresenta uma boa relação numérica na relação professor-alunos por turma, o que favorece a qualidade do processo educativo. Quanto a frequência escolar, os índices são satisfatórios ocorrendo poucos casos de baixa frequência, entretanto ainda não ideal visto ser referente a primeira fase do ensino fundamental, a qual deveria ser inexistente os casos de frequências abaixo dos 70% ao ano.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, determina em seu artigo 59 e inciso I, que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender as suas necessidades.

No processo da inclusão escolar de pessoas com deficiência, o atendimento educacional especializado - AEE é de extrema importância para que haja efetivamente uma qualidade e eficiência no trabalho pedagógico junto aos alunos quanto a sua aprendizagem. Assim como demais práticas que proporcionem a equidade e respeito a diversidade.

O atendimento educacional especializado, tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, complementando e/ou suplementando a

formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

A chegada de um aluno com síndrome do cromossomo X-frágil levantou a necessidade de acompanhamento sistemático e de suporte pedagógico para os professores, na referida escola, desencadeando a implantação da sala o atendimento educacional especializado no ano de 2015 inicialmente com um público de 15 alunos. Sendo a maioria com deficiência intelectual como, também, autismo e retardo mental moderado.

Inicialmente os materiais recebidos para o atendimento na sala de AEE foram: alfabeto braile, alfabeto móvel e sílabas, bingo do alfabeto, caixa de jogos para alfabetização, caixa tátil, caixinha de números, cartas para ditado em EVA, dama, ludo, loto e trilha, dominó tátil, esquema corporal, jogo da memória dos numerais, jogo do trânsito, lupa, material dourado, memória tátil, 04 quebra cabeças, plano inclinado, pranchas para coordenação motora, sacolão criativo, tapete alfabeto encaixado, teclado colmeia, 03 tesouras, 01 iluminação de emergência, 01 quadro negro, 01 notebook 02 computadores, 01 impressora multifuncional. Recebendo depois mais quebra-cabeça, alfabeto móvel, jogo do trânsito, pranchas e materiais pedagógicos confeccionados.

No ano seguinte, o número de alunos com deficiência passou para 18 alunos, tendo como público alunos com paralisia cerebral, autismo, deficiência intelectual leve e retardo mental. Em 2017 o quantitativo aumentou para 23 alunos tendo como público alunos com paralisia cerebral, autismo, deficiência intelectual leve e retardo mental.

A sala do AEE atualmente conta com uma professora graduada em pedagogia e especialista em psicopedagogia, a qual está atuando na escola desde a época da implantação da sala do AEE e atualmente realiza atendimento a alunos com laudos, conforme a tabela a seguir, alguns que estão em triagem para aquisição, totalizando muitos alunos atendidos.

TURNO DA MANHÃ		
TURMA	QUANTITATIVO DE ALUNOS	DEFICIÊNCIAS
Pré II	-	-
1º A	01 aluna	Síndrome de Down.
2º A	01 aluno	Distúrbio de conduta e transtorno específico do desenvolvimento das habilidades escolares.
3º A	01 aluno	Retardo mental leve e transtorno misto de conduta.
4º A	01 aluno 01 aluna	Retardo mental moderado. Retardo mental leve e transtorno específico do desenvolvimento motor.
5º A	03 alunos	Retardo mental leve e transtorno comportamental e emocional.
5º B	01 aluno	Retardo mental leve e transtorno comportamental e emocional.
TURNO DA TARDE		
TURMA	QUANTITATIVO DE ALUNOS	DEFICIÊNCIAS
Acelera	-	-
1º B	01 aluno 01 aluna	Transtorno global do desenvolvimento. Retardo mental profundo e transtorno global do desenvolvimento.
2º B	01 aluna 01 aluna	Retardo mental grave e transtorno global do desenvolvimento. Paralisia cerebral.
2º C	01 aluna 01 aluno	Síndrome de Down. Paralisia cerebral e retardo mental grave.
3º B	01 aluno	Tetraplegia.
3º C	01 aluna	Transtorno global do desenvolvimento e retardo mental profundo.
4º B	-	-
5º C	01 aluna	Retardo mental leve e outros transtornos ansiosos.

Através dos dados apresentados na tabela, percebe-se que a escola apresenta um quadro bem peculiar, visto que praticamente em todas as salas há alunos com algum tipo de deficiência a ser acompanhado por equipe multidisciplinar. Não podemos deixar de destacar que alguns dos alunos também podem e tem o direito de serem acompanhados em sala de aula por tradutores e interpretes de libras para alunos surdos, guia-

intérprete para alunos cegos e cuidadores para alunos que não realizam atividades da vida cotidiana com independência.

Na realidade atual da escola, só ocorre a necessidade do apoio adicional de cuidadores em sala. Cabendo aos cuidadores os seguintes deveres: Receber e entregar, na porta da unidade escolar, os estudantes que fazem parte do projeto transporte escolar acessível; auxiliar o aluno nas atividades da vida cotidiana que não realizam com independência, como locomoção, higiene e alimentação; atuar de forma articulada com os professores da sala de aula comum, a fim de garantir a qualidade no processo ensino-aprendizagem.

Segundo a Instrução normativa nº 01/2017 da Secretaria de Educação do Município de João Pessoa, a elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento. No entanto há entraves na aplicabilidade dessa interface, uma vez que nem sempre se contata que os alunos com deficiência conseguem vagas em serviços terapêuticos necessários para seu melhor desenvolvimento. Passando por meses ou anos aguardando o acesso a determinados procedimentos, não tendo seus direitos devidamente efetivados.

Até o momento é quase inexistente uma linha de parceria de atendimento entre a prefeitura municipal de João Pessoa e entidades como a FUNAD, APAE, PESTALOZZI, CEPES e clínicas escolas da UFPB e UNIPÊ, uma vez que eles, na maioria das vezes, estão priorizando crianças e adolescentes com deficiências mais comprometedoras. Competindo a escola o papel de elaborar pareceres elaborados em conjunto com a psicóloga, professora do AEE e professora da sala regular, os quais os responsáveis pelas crianças levam para apresentar nas unidades de atendimento e tentar conseguir uma vaga e monitorar se atendimento especializado está sendo efetivado.

Paralelamente, não há uma capacitação direcionada aos professores das salas regulares, de forma que apenas no primeiro dia de aula é informado sobre a existência de algum aluno com deficiência, cabendo a cada professor, procurar capacitar-se individualmente para desenvolver suas atividades laborais com a criança em parceria com a professora da sala do AEE e psicóloga escolar. Os cuidadores também não possuem uma formação inicial específica para o trabalho com as crianças com deficiência, ocorrendo eventualmente, alguns momentos de formação durante o ano.

Assim sendo, os benefícios de se inserir as crianças nas salas de AEE, são enormes e benéficos. Porém deve haver recursos adicionais para que os alunos tenham melhores condições de desenvolvimento. As escolas precisam estar preparadas tanto nos recursos humanos como de infraestrutura, assim como deve haver uma rede de apoio multidisciplinar apta a desenvolver um trabalho diretivo a cada nível de especificidades das deficiências apresentadas pelos alunos.

PALAVRAS FINAIS

Diante do exposto no decorrer deste texto, podemos evidenciar que houve avanços significativos na legislação, nas práticas e políticas voltadas para a educação especial com a perspectiva inclusiva, de forma que está assegurada a inserção dos alunos com deficiência nas escolas regulares.

No entanto, a inclusão efetiva, depende de vários fatores além do acesso ao ambiente escolar regular e atendimento na sala do atendimento educacional especializado. Até que ponto se terá avanços no desenvolvimento de crianças com deficiência que estão na escola regular e em atendimento nas salas de AEE, se não lhe são assegurados o acesso e direito a terapias, acompanhamento psicológico e psiquiátrico, sessões de fisioterapia, sessões de eco terapia, remédios controlados, entre outros?

No âmbito escolar, é necessário melhorias quanto maior qualificação de profissionais para o trabalho adequado as necessidades especiais de cada deficiência, estruturas físicas que proporcionem a acessibilidade, salas mais amplas, maior oferta de tecnologias assistivas e mobiliário adaptados que proporcionariam melhorias para inclusão efetiva espaços escolares adequados.

No âmbito social, é necessário que crianças com deficiência, em especial as de famílias fragmentadas, tenham maior acesso para uma assistência global e não partimentada de alguns recursos proporcionadores ao desenvolvimento físico, psico, mental e social das crianças com deficiência. Para que haja uma melhoria na qualidade da educação e redução das desigualdades sociais face a esse público-alvo, deve-se criar uma rede de apoio em que participem alunos, docentes, gestores, famílias e profissionais especializados, formando uma equipe que proporcione ao aluno uma melhor experiência na vida social e escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica.** Regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

JOÃO PESSOA (PB). **Instrução normativa nº 01/2017.** Secretaria de Educação E Cultura/ Diretoria de Gestão Curricular.

PORTELA, Cláudia Paranhos de Jesus; PORTELA, Célia Verônica Paranhos de Jesus. **Família e escola:** como essa parceria pode favorecer crianças com necessidade educativas especiais. In: DÍAZ, Félix; BORDAS, Miguel; GALVÃO, Neuma; MIRANDA, Theresinha (org). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social:** questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009.

SOBRE OS ORGANIZADORES DOS LIVROS

CÉLIA REGINA TEIXEIRA

CV: <http://lattes.cnpq.br/0160751688492465>

Professora Doutora da Universidade Federal da Paraíba (2010). E-mail: cel.teix@terra.com.br. Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jales (1991), Especialização em Didática e Currículo do Ensino Fundamental pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1992, 1998), Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2001) e Doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Atualmente é membro do Núcleo Docente Estruturante do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba e do curso de Letras - Inglês da Universidade Federal da Paraíba. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Práticas Educativas, Currículo e Cultura (CNPq). As publicações em periódicos estão inseridas no macro campo da Educação, discutindo os micros temas: Formação de Professores, Currículo e Avaliação Educacional. Projetos de Pesquisas e Orientações versam sobre o papel da escola e a importância do ofício docente, do currículo, avaliação da aprendizagem, da avaliação em larga escala, ensino e aprendizagem, escolas públicas e da gestão escolar.

FRANCYMARA ANTONINO NUNES DE ASSIS

CV: <http://lattes.cnpq.br/7307663118914288>

Possui graduação em Fonoaudiologia pela Universidade Católica de Pernambuco, graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é professora da Universidade Federal da Paraíba junto ao Departamento de Educação do Campus IV. Vincula-se ao Grupo

de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba – HISTEDBR/PB; e ao Grupo de Pesquisa Práticas Educativas, Currículo e Cultura Escolar. Atua como pesquisadora nos campos da educação inclusiva; práticas disciplinares; práticas educativas; cultura material escolar; história de vida de professores.

JOEL ARAÚJO QUEIROZ

CV: <http://lattes.cnpq.br/4432575322141234>

Possui graduação (licenciatura e bacharelado) em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual da Paraíba (2004), mestrado e doutorado em Biologia Vegetal pela Universidade Federal de Pernambuco (2009 e 2014, respectivamente). É docente da Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Aplicadas e Educação, lotado no Departamento de Educação, *campus* IV. Tem experiência na área de Botânica, com ênfase interação plantas-polinizadores noturnos. Nos últimos três anos vem se dedicando à formação de docentes em diferentes cursos (Pedagogia, Biologia, Matemática, Letras e Ciências da Computação), trabalhando com temas relacionados ao ensino de ciências, alfabetização científica, ecoalfabetização, alfabetização de adultos.

JOSEVAL DOS REIS MIRANDA

CV: <http://lattes.cnpq.br/6303738632950566>

Universidade Federal da Paraíba/ Centro de Educação/ Departamento de Metodologia da Educação, Doutor em Educação. Doutor e Mestre em Educação pela Universidade de Brasília – UnB. Master en Promoción de la Salud Sexual pela Universidad Nacional de Educación a Distancia – UNED. Posuo Especialização em Psicopedagogia Aplicada a Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, em Supervisão Escolar e também em Educação Sexual. Sou Licenciado em Pedagogia. Atualmente sou professor e pesquisador Adjunto III, em Regime de Dedicção Exclusiva da Universidade Federal da Paraíba –

UFPB, Centro de Educação – CE no Departamento de Metodologia da Educação – DME. Os termos mais frequentes na contextualização da minha produção científica são: Didática, Formação de Professores, Avaliação das aprendizagens, Organização do Trabalho Pedagógico, Currículo, Educação de Jovens e Adultos e Educação e diversidade Sexual.

MARIA VALDENICE RESENDE SOARES

CV: <http://lattes.cnpq.br/0670947991478100>

Pedagoga, doutora e professora adjunta. E-mail: valdenicejp@hotmail.com. Graduada em Pedagogia com habilitação em Educação de Jovens e Adultos (2006) e Orientação e Supervisão Escolar (2007) pela UFPB. Mestre em Educação pelo PPGE/UFPB (2012), doutora em Educação pelo PPGED/UFRN. Dedicase aos seguintes temas: educação e jovens e adultos, história da educação e organização do trabalho pedagógico. Professora adjunta do departamento de Educação do CCAE, Campus Litoral Norte – UFPB